



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

JOÃO PAULO SARAIVA LEÃO VIANA

**SISTEMA PARTIDÁRIO SUBNACIONAL E COMPETIÇÃO
ELEITORAL: O CASO DE RONDÔNIA (1982-2014)**

CAMPINAS

2019

JOÃO PAULO SARAIVA LEÃO VIANA

**SISTEMA PARTIDÁRIO SUBNACIONAL E COMPETIÇÃO ELEITORAL:
O CASO DE RONDÔNIA (1982-2014)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO JOÃO PAULO SARAIVA
LEÃO VIANA E ORIENTADA PELO
PROFESSOR DR. OSWALDO MARTINS
ESTANISLAU DO AMARAL

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

V654s Viana, João Paulo Saraiva Leão, 1981-
Sistema partidário subnacional e competição eleitoral : o caso de Rondônia
(1982-2014) / João Paulo Saraiva Leão Viana. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Oswaldo Martins Estanislau do Amaral.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Eleições - Rondônia. 2. Partidos políticos - Rondônia. 3. Desenvolvimento
institucional. 4. Democracia. 5. Brasil - Política e governo. I. Amaral, Oswaldo
Martins Estanislau do, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Subnational party system and electoral competition : the case
of Rondônia (1982-2014)

Palavras-chave em inglês:

Elections - Rondônia

Political parties - Rondônia

Institutional development

Democracy

Brazil - Politics and government

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora:

Oswaldo Martins Estanislau do Amaral [Orientador]

Andréa Marcondes de Freitas

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Maria do Socorro Sousa Braga

Dante Ribeiro da Fonseca

Data de defesa: 27-09-2019

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-9868-632>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8707855201746217>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos professores doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 27 de setembro de 2019, considerou o candidato João Paulo Saraiva Leão Viana aprovado.

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral - Unicamp

Prof. Dr^a. Andréa Marcondes Freitas – Unicamp

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa – Unicamp

Prof. Dr^a. Maria do Socorro Sousa Braga – UFSCar

Prof. Dr. Dante Ribeiro da Fonseca – UNIR

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/ Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Ao Oswaldo, mestre e amigo. Sem o seu apoio intelectual e emocional este trabalho não seria possível.

À Gabriela, o único e verdadeiro amor da minha vida. Por tudo.

Aos rondonienses Leonel e Pedro, com imenso amor. Enquanto eles cresciam, eu escrevia esta tese. Que cresçam para lê-la.

AGRADECIMENTOS

No decorrer de vinte anos de formação acadêmica, da graduação ao doutorado, inúmeras pessoas contribuíram diretamente com minha trajetória. Em todas as cidades e instituições onde estudei fui agraciado com amigos e colegas de enorme generosidade. Agradeço, inicialmente, ao Grande Arquiteto do Universo, por possibilitar que um migrante nordestino da região Norte se torne doutor em Ciência Política por uma universidade tão prestigiada como a Unicamp, a mais democrática dentre todas as universidades brasileiras. Ao meu orientador, Prof. Dr. Oswaldo Amaral, por todo apoio intelectual e emocional. Oswaldo foi um pai intelectual, um grande incentivador e impulsionador de ideias. Sem ele nada disso seria possível, e a ele a minha eterna gratidão.

À minha família, especialmente à minha esposa, Gabriela Cabral Viana, pelo amor, carinho, dedicação e compreensão nos momentos mais difíceis dessa caminhada. Aos meus amados filhos, Leonel Viana e Pedro Viana, rondonienses da nova geração familiar, minhas fontes de inspiração e vontade de viver. Aos meus pais, Martina Saraiva e Trifino Viana, por todo amor e suporte na vida. Ao Arthur Luiz Viana e o Otávio César Viana, meus irmãos amados. À Ana Lídia Santos, da família há mais de vinte anos. Aos meus sogros Germana Gouveia e José Cabral. À Camila Cabral, minha cunhada. Às minha avós Amélia Viana (in memoriam) e Aldenora Saraiva. Aos meus tios Christiane e Getúlio Saraiva, Yêda e Alexandre Saraiva, Lígia Saraiva, Marta Saraiva (in memoriam) e Antonieta Prado (in memoriam). Ao Carlinhos Motta, sua esposa Socorro Medeiros, à Gabriela e ao Cleilton, família que ganhei da vida.

Aos professores do PPG de Ciência Política da Unicamp e, em especial, à Rachel Meneguello, minha eterna professora de partidos políticos. Ao Wagner Romão, pelo imenso apoio. Meus agradecimentos a Valeriano M. Costa, Armando Boito Jr., Andrei Koener, Walquiria Domingues, Álvaro Bianchi, Andréia Galvão, Luciana Tatagiba e também a Bruno Speck, que foi um grande incentivador. Dedico a ele toda a minha gratidão. À coordenadora do PPGCP, Andréa Freitas, pelo apoio e as valiosas sugestões na qualificação. À Camila Magalhães, secretária do PPGCP, pela generosidade e atenção, sempre disposta a ajudar.

Na Universidade Federal de Rondônia, agradeço ao magnífico reitor Prof. Ari Ott. No DCS/UNIR, sou muito grato, em especial, ao professor Vinícius Miguel, e sua esposa Tácia. Com Vinícius, eu venho há anos compartilhando amizade, sonhos e labores na jovem Ciência Política rondoniense. Aos professores Patrícia Vasconcellos, Luís

Fernando Novoa, Arneide Cemin, Antônio Carlos Maciel, Adílson Siqueira, Gills Vilar-Lopes, Barby Bitencourt, Jorge Coimbra e Berenice Tourinho, pelo apoio nesta jornada.

Ainda na UNIR, agradeço ao Prof. Clarides Henrich pelo carinho e a amizade. Ao Prof. Sílvio Persivo Cunha, pelas trocas de ideias. No Departamento de História, agradeço a Tuninho Rabello, Sônia Souza, Mara Centeno, Alexandre Pacheco e Valdir de Souza. Em especial a Dante Fonseca e Marco Teixeira, para mim, os maiores pensadores da terra de Rondon. Meus agradecimentos também a Pedro Lorensatto (in memoriam), Claudimir Catiari (in memoriam), Jackson Abílio, Eduardo Abílio, Walterlina Brasil, Marcio Secco, Carlos Silva, Marcelle Pereira, Osmar Siena, Rosângela Hilário, Renata Nóbrega, Nílson Santos, Fábio Casara Cavalcante, Mario Venere, Delson Xavier, Marcus Rivoiro, Ana Maria Sousa, Marília Pimentel, Flávio Simão e Sávio Rebello das Chagas.

No TRE-RO, meus agradecimentos à Solange Garcia, Assis Herter, Joeser Álvarez e Jamil Januário, pelo imenso apoio referente aos dados do eleitorado rondoniense.

No TCE-RO, meus agradecimentos a Davi Dantas (in memoriam), Edilson Sousa Silva, Euler Mello, Adilson Medeiros, Paulo Curi Neto, Wilber Coimbra, Bruno Piana, João Marcos Braga Jr., Edson Sena, Adão Franco, Rosane Serra e Evanice Santos.

Nesta caminhada muitos amigos contribuíram com ideias, sugestões e incentivos. Expresso aqui a minha gratidão a Chagas Neto (in memoriam), Paulo Queiroz (in memoriam), Maurício Calixto (in memoriam), Euro Tourinho, Eurípedes Miranda, Demétrio Justo, Odair Martini, José Luís Storer Jr., Daniel Pereira, Orestes Muniz, William Curi, Tomás Correia, Amadeu Machado, José Guedes, Luiz Fernando Coutinho, Petrônio Soares, Ruy Motta, Lito Casara, Marcus Vinícius Danin, Ricardo Gomes, Laércio Fernando Santos, George Skrobot, Juacy Loura Jr., Jean Negreiros, Edwilson Negreiros, Raul Fonseca, Ary Gurjão, Breno Mendes, Carmênio Barroso, Antônio Candido, Expedito Jr., Elizeu da Silva, Fernando Prado, Fernando Porto, Ivo Scherer, Hélder Risler, Jacob Rebouças, João do Valle, Cândido Ocampo, Léo Ladeia, Roberto Kuppê, Everton Leoni, Lindomar Carreiro, Sérgio Pires, Benedito Teles, Marcelo Winter, Eudes Lustosa, Antônio Marrocos, Aleks Palitot, Anísio Gorayeb, Julio Yriarte, Zola Xavier, Antônio Serpa do Amaral (Basilho), Fábio Menna Ribeiro, Gilmar Nascimento, Lúcio Albuquerque, Raimundo Castro, Alan Alex, Daniel Benvindo, Paulo Andreoli, Ivanilson Tolentino, Luiz Carlos Ferreira, Getúlio de Brito, Eliete Mendonça, Walter Lemos, Vinicius Lemos, Jéssica Peixoto, Waldicarlo Soares, Eduardo Mezzomo, Ramon Cujú, Carlos Coqueiro, Chico Lemos, Carlos Henrique Alves e João Paulo das Virgens.

Agradeço, pelo apoio, a Juscelino Amaral, Aldino Brasil, Gilvan Soares, Arioston Amaral, Olavo Amaral, Charles Frazão, Humberto Cunha, Cristiano Nascimento, Lindomar Carvalho, Luiz Fernando Tikle, Vanderlei Coêlho, Eledir Pereira, Rafael Campanha, Marcos Rogério Reis Silva, Percy Holder, Ronne Alves e Josemar Monteiro.

Meus agradecimentos aos amigos que estiveram ao meu lado, em especial, a Rafael Miguel, Jaqueline e Vitor Noé, Tania e Marcos Pires, Marta e Maurílio Vasconcelos, Fátima e Antônio Nogueira, Aurimar e Denis Baú, Lurdinha e Oduvaldo Cordeiro, Cleiton Spindola e Zelite Carneiro, Darcy Horny e Beto do Trento, Carol Brasil e Rodrigo Junqueira, Yonara e Fernando Werri, Nadir e Antônio Monteiro, Socorro e Valdemir Pires, Cilene Egito e Frazão, Marcia Antonetti e Wilmo Alves, Cidinha Gigliotti e Ricardo Vargas, Christianne Garcez, Giselle Pini, Luciana Oliveira e Ernande Segismundo, Raquel Serbino, Rosa Curi, Melissa Curi, Kelson Carneiro, Fernando Casal, Tatá Brasil, Guto Pellucio, Léo Moraes, Márcio Barreto, Flávio Soares, Marcelo Pereira, Rodrigo Melo Nogueira, Massud Badra, Gilberto Pighineli, Maurício Toledo, Walter Cruz, Amadeu Machado (Gumeg), Chico Machado, Leonardo Turesso, Fernando Miranda, Duda Mello, Eduardo Augusto Botelho, Juliana Morheb, Jamila Martini, Manuela Ferreira, Marcio Almeida, Eudinho Lustosa, Gabriel Prado, André Castro, Cadu Rodrigues, César Faria, Ana Silva, Giovanni Viana e Cristina Zamora.

Aos amigos do PPGCP da Unicamp, em especial a Rony Coêlho, um irmão que a vida me deu, e sua esposa Samyra. A companhia de ambos tornou as estadias em Campinas e Barão Geraldo sempre afetuosas. Aos inesquecíveis amigos Jeison Heiler e Rodrigo Dolandeli (Dola), pela parceria e a amizade. Ao Ivan Voigt, pelo imenso apoio. Ao Vítor Sandes-Freitas, pelas valiosas trocas de ideias sobre a política brasileira e rondoniense. Aos queridos Charles Fonseca (Charlinho) e Mário Montanha, pela amizade. Meus sinceros agradecimentos também a Bruno Souza Silva, Paulo Malerba, Fernando Bizzarro, Monize Arquer, Raulino Chaves, Raphael Machado, André Leão, Augusto Rinaldi, Marcelo Borel, Anilsa Gonçalves, Katiuscia Galhera, Uatumã Fattori, Marcela Tanaka, Jean Lucas, Maria Vitória Almeida, Bruna Oliveira, Sydnei Melo e Otávio Forti. Foi um privilégio compartilhar da convivência de todos.

No Ceará, em especial na UFC e UNIFOR, agradeço a André Haguette, Carlos Versiani, Valmir Lopes, Jawdat El-Haj, Estevão Arcanjo, Francisco Moreira Ribeiro, Jakson Aquino, Uribam Xavier, Humberto Cunha, Martonio Barreto, Filomeno Moraes, Pedro Albuquerque, Rosendo Amorim, Sérgio Barreira, Elder Gurgel, Manuel Domingos Neto, Mônica Dias, Josênio Parente, Sara Freitas e Rachel Saraiva Leão.

Na Universidade de Colônia, na Alemanha, meus agradecimentos aos professores Andreas Kamp e Helza Lanz, pelo imenso apoio em minha formação.

Na Associação Brasileira de Ciência Política, sou imensamente grato à Danusa Marques e ao Franck Mata Machado, pela parceria na primeira diretoria regional Centro-Norte. Foi uma honra e um privilégio somar trabalho e amizade com ambos. Aos membros da diretoria nacional, Wagner Pralon Mancuso e Maria do Socorro Braga. E aos ex-presidentes Maria Hermínia Tavares de Almeida, Fabiano Santos, Renato Perissinotto e, a atual, Flávia Biroli. O trabalho na associação coincidiu com o período em que eu escrevia esta tese. À secretária da ABCP, Alessandra Fonseca, pelo imenso apoio.

Na Ciência Política brasileira, meus agradecimentos ao saudoso Antonio Carlos Peixoto (in memoriam). À Denise Paiva, ao Márcio Carlomagno e ao Dola, pela generosa ajuda no trabalho com os dados. Ao Yuri Kasahara, pelas sugestões e trocas de ideias. Ao comandante do Legis-Ativo, Humberto Dantas. Aos colegas Adriano Codato, Bruno Reis, Paulo Peres, Valter Carvalho, Marco Antônio Teixeira, George Avelino, Cláudio Couto, Felipe Biasoli, Vítor Oliveira, Arará Carvalho, André Luiz Coelho, Guilherme Simões Reis, Felipe Borba, Clayton Cunha Filho, Carolina de Paula, Carlos Henrique Santana, Vinício Martinez, Marcelo Campos, Victor Miranda, Robert Bonifácio, Luiz Domingos Costa, Claudio André de Souza, Leon Queiroz, Zé Mário Wanderley, Silvana Krause, Mara Teles, Bertha Maakaroun, Máximo Masson, Roberto Ramos Santos, Breno Rodrigo Leite, Cauby Monteiro, Dolores Silva, Carlos Augusto Souza, Roberto Goulart Menezes, Raimundo França, Carlos Machado, Thiago Trindade, Maurício Moya, Daniel Jatobá, Fidel Perez e Camila Riso Sales, amigos com quem venho aprendendo muito.

Na Biblioteca Municipal Francisco Meireles, meus agradecimentos à Vanderléia Vieira, Ivanilce Figueira e Elis Santos, pela imensa ajuda com os arquivos de jornais.

À Diana Melo, pela revisão ortográfica desta tese.

Por fim, agradeço aos meus alunos, em especial, do curso de Ciências Sociais da UNIR. Peço desculpas àqueles que por falha da memória não estejam citados aqui.

[...] alguns críticos recentes da democratização incompleta em poliarquias argumentam que ainda que as poliarquias possam ser competitivas em nível nacional, muitas das organizações subnacionais, particularmente as associações privadas, são hegemônicas ou oligárquicas. [...]. Quando regimes hegemônicos e oligarquias competitivas se deslocam na direção de uma poliarquia eles aumentam as oportunidades de efetiva participação e contestação e, portanto, o número de indivíduos, grupos e interesses cujas preferências devem ser levadas em consideração nas decisões políticas.

Robert Dahl (In: Poliarquia: participação e oposição).

Eleições abertas, livres e imparciais são a essência da democracia, o inescapável *sine qua non*. Governos eleitos podem ser ineficientes, corruptos, de visão estreita, irresponsáveis, dominados por interesses específicos e incapazes de adotar políticas exigidas pelo bem público. Tais características podem tornar tais governos indesejáveis, mas não os tornam não-democráticos.

Samuel P. Huntington (In: A Terceira onda: a democratização no século XX).

[...] estamos falando de um país que praticamente não conheceu partidos formados “de baixo para cima”.

Lamounier & Meneguello (In: Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro).

RESUMO

Esta tese de doutorado aborda o tema da institucionalização do sistema partidário subnacional de Rondônia, no período de 1982 a 2014. Fundado no início dos anos 1980, durante a crise do regime militar, o Estado de Rondônia vivenciou sua primeira forma de organização política como Território Federal do Guaporé, em 1943, sob a égide da ditadura varguista. Durante a década de 1980, a competição política foi marcada por forte influência do bipartidarismo ditatorial. A partir da eleição de 1990, Rondônia vivencia um processo de abertura do subsistema partidário, acompanhado dos maiores índices nacionais de volatilidade eleitoral e fragmentação partidária nas eleições proporcionais, além da substituição de uma antiga elite política territorial com base na capital, Porto Velho, para uma nova elite dirigente, oriunda do eixo da BR-364. Conforme a literatura institucionalista, o subsistema partidário rondoniense seria um caso notório de baixa institucionalização. Diante de um quadro que padecia de um formato de estruturação mínima, volátil, fragmentado e instável, Rondônia inicia o século XXI com uma razoável mudança nos padrões de competição política. A partir da eleição de 2006, o caso rondoniense apresenta razoável queda dos índices de volatilidade e a estabilização da fragmentação, além de um cenário de maior inteligibilidade e previsibilidade das disputas eleitorais. Assim, esta tese busca compreender as seguintes questões: quão institucionalizado é o sistema partidário subnacional rondoniense? O que explicaria os elevados níveis de volatilidade e fragmentação no período inicial? Por que na década de 2000 há um cenário em curso de maior estabilidade? Quais os principais fatores que acarretaram a mudança da elite política? Minha hipótese é de que os índices recordes de volatilidade e fragmentação foram consequências das migrações partidárias e do processo de liberalização partidária no início da Nova República, até a promulgação da Lei dos Partidos 9.096 de 1995. Sobre a tendência à institucionalização em curso entre 2006 e 2014, fortes evidências empíricas apontaram que a queda nas taxas de migrações partidárias e a estabilização do sistema partidário brasileiro, por intermédio das disputas presidenciais, influenciaram a dinâmica política estadual. Por último, argumento que a mudança na elite política foi decorrência do desenvolvimento econômico e do aumento exponencial do eleitorado da BR-364 durante o processo de Transição Território-Estado.

Palavras Chaves:

Eleições - Rondônia; Partidos Políticos - Rondônia; Desenvolvimento institucional; Democracia; Brasil - Política e governo.

ABSTRACT

This Ph.D thesis analyzes the institutionalization of the subnational party system of Rondônia between 1982 and 2014. The state of Rondônia, founded in the early 1980s during the crisis of the military regime, had its first form of political organization during the Vargas dictatorship as the Federal Territory of Guaporé, in 1943. In the 1980s, political competition was marked by the strong influence of dictatorial bipartisanship. From the 1990 election onwards, Rondônia experienced a process of opening of its party subsystem which followed the national tendency of volatility and party fragmentation, typical of the proportional electoral system. In addition, that period saw the replacement of the traditional political elite based in the capital Porto Velho, with a new ruling elite coming from the axis of BR-364. According to the institutionalist literature, the rondoniense party subsystem is described as an extreme case of low institutionalization. Faced by minimal structuring, volatility and fragmentation, Rondônia entered the 21st century with a reasonable change in the patterns of political competition. Since the 2006 election, the rondoniense case presented a reasonable retreat from volatility indices and fragmentation, accompanied by a scenario of greater intelligibility and predictability of the elections. Thus, this thesis seeks to respond to the following questions: How institutionalized is the rondoniense subnational party system? What explains the high levels of volatility and fragmentation in the early period? Why in the 2000s there is an ongoing scenario of greater stability? What are the main factors that led to the change of the political elite? My hypothesis is that the high rates of volatility and fragmentation were a consequence of partisan migrations and the process of party liberalization in the early New Republic which lasted until the enactment of the 1995 Party Law (no. 9.096). On the institutionalization tendency detected between 2006 and 2014, there is a strong empirical evidence that indicates that the fall in party migration rates and the stabilization of the Brazilian party system was influenced by presidential elections. Finally, I argue that the change in the political elite was due to both the economic development and the exponential increase in the numbers of the BR-364 electorate during the transition process from a federal territory to a formal state.

Keywords:

Elections - Rondônia; Political Parties - Rondônia; Institutional development; Democracy; Brazil - Politics and government.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Número Efetivo de Partidos - Votos nas Eleições para a Câmara dos Deputados (1945-1962).....	61
Tabela 02. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (1982).....	75
Tabela 03. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (1982).....	76
Tabela 04. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (1982).....	76
Tabela 05. Resultado da eleição para o governo do Estado - Rondônia (1986).....	79
Tabela 06. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados (1986) por partido - Rondônia (1986).....	80
Tabela 07. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (1986).....	81
Tabela 08. Resultado da eleição para Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (1986).....	83
Tabela 09. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (1990).....	85
Tabela 10. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (1990).....	86
Tabela 11. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (1990).....	87
Tabela 12. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (1990).....	88
Tabela 13. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (1990).....	89
Tabela 14. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (1994).....	92
Tabela 15. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (1994).....	93
Tabela 16. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (1994).....	95
Tabela 17. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (1994).....	97
Tabela 18. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (1994).....	98

Tabela 19. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (1998).....	100
Tabela 20. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (1998).....	101
Tabela 21. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (1998).....	102
Tabela 22. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (1998).....	103
Tabela 23. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido – Rondônia(1998).....	104
Tabela 24. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (2002).....	106
Tabela 25. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (2002).....	108
Tabela 26. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (2002).....	109
Tabela 27. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (2002).....	110
Tabela 28. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (2002).....	111
Tabela 29. Resultado da eleição para o governo - Rondônia (2006).....	113
Tabela 30. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (2006).....	114
Tabela 31. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (2006).....	115
Tabela 32. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (2006).....	116
Tabela 33. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (2010).....	118
Tabela 34. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (2010).....	119
Tabela 35. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (2010).....	121
Tabela 36. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (2010).....	122
Tabela 37. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (2010).....	123

Tabela 38. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (2014).....	125
Tabela 39. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (2014).....	126
Tabela 40. Resultado da eleição para o Senado Federal, em Rondônia (2014).....	127
Tabela 41. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (2014).....	128
Tabela 42. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (2014).....	129
Tabela 43. Taxa de deputados federais de Rondônia que migraram de partido (1983-2007).....	155
Tabela 44. Migração partidária nas bancadas rondonienses na Câmara dos Deputados por parlamentar e por partido (1983-2007).....	156
Tabela 45. Taxa de deputados estaduais de Rondônia que migraram de partido (1983-2007).....	159
Tabela 46. Volatilidade eleitoral - Deputado Estadual (1982-2014).....	161
Tabela 47. Volatilidade eleitoral - Deputado Federal (1982-2014).....	162
Tabela 48. Volatilidade eleitoral - Governador (1982-2014).....	163
Tabela 49. Volatilidade eleitoral - Senador (1982-2014).....	163
Tabela 50. Número de partidos efetivos - Deputado Estadual (1982-2014).....	165
Tabela 51. Número de partidos efetivos - Deputado Federal (1982-2014).....	166
Tabela 52. Número de partidos efetivos - Governador (1982-2014).....	167
Tabela 53. Número de partidos efetivos - Senador (1982-2014).....	168
Tabela 54. Produto Interno Bruto (PIB) - Rondônia por mesorregião.....	222
Tabela 55. Evolução da população de Rondônia (1970-2010).....	222
Tabela 56. Evolução do eleitorado rondoniense por mesorregião (1982-2014).....	223
Tabela 57. Evolução do eleitorado brasileiro (1982-2014).....	224

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Governadores do Território Federal do Guaporé.....	50
Quadro 02. Governadores do Território Federal de Rondônia.....	51
Quadro 03. Deputados Federais - Território Federal do Guaporé/Rondônia.....	69
Quadro 04. Vereadores eleitos para a Câmara de Porto Velho em 1976.....	194
Quadro 05. Municípios criados ao longo da trajetória político-institucional em Rondônia.....	195
Quadro 06. Municípios de Rondônia por micro e mesorregião.....	197
Quadro 07. Eleição para a ALE-RO 1982 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	199
Quadro 08. Eleição para a Câmara dos Deputados 1982 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	200
Quadro 09. Eleição para a ALE-RO 1986 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	201
Quadro 10. Eleição para a Câmara dos Deputados 1986 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	203
Quadro 11. Eleição para a ALE-RO 1990 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	204
Quadro 12. Eleição para a Câmara dos Deputados 1990 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	206
Quadro 13. Eleição para a ALE-RO 1994 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	206
Quadro 14. Eleição para a Câmara dos Deputados 1994 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	208
Quadro 15. Eleição para a ALE-RO 1998 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	208
Quadro 16. Eleição para a Câmara dos Deputados 1998 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	210
Quadro 17. Eleição para a ALE-RO 2002 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	211
Quadro 18. Eleição para a Câmara dos Deputados 2002 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	212

Quadro 19. Eleição para a ALE-RO 2006 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	213
Quadro 20. Eleição para a Câmara dos Deputados 2006 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	214
Quadro 21. Eleição para a ALE-RO 2010 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	215
Quadro 22. Eleição para a Câmara dos Deputados 2010 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	217
Quadro 23. Eleição para a ALE-RO 2014 - reduto eleitoral por município e mesorregião.....	217
Quadro 24. Eleição para a Câmara dos Deputados 2014 - reduto eleitoral por município e microrregião.....	219
Quadro 25. Governadores eleitos no estado de Rondônia por reduto eleitoral.....	220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Governadores por partido - Rondônia (1986-2014).....	139
Gráfico 2. Senadores por partido - Rondônia (1982-2014).....	140
Gráfico 3. Deputados Federais por partido - Rondônia (1982-2014).....	141
Gráfico 4. Deputados Estaduais por partido - Rondônia (1982-2014).....	141
Gráfico 5. Mandatos políticos em Rondônia - por mesorregiões (1982-2014).....	221

SUMÁRIO

Introdução.....	21
Capítulo I - O conceito de institucionalização de sistemas partidários e o caso subnacional brasileiro.....	35
1.1. Institucionalização de sistemas partidários.....	35
1.2. O caso subnacional brasileiro e a volatilidade eleitoral.....	39
Capítulo II - Do Território Federal do Guaporé (1943) ao Estado de Rondônia (1982): quatro décadas de competição eleitoral majoritária.....	46
2.1. A fundação do Território Federal do Guaporé sob o Estado Novo varguista.....	46
2.2. A redemocratização de 1945: o sistema partidário moderno brasileiro e a competição eleitoral majoritária no Território Federal do Guaporé.....	52
2.3. O regime militar de 1964 e a competição eleitoral majoritária no Território Federal de Rondônia.....	63
Capítulo III - Eleições e competição partidária em Rondônia (1982-2014).....	73
3.1. Das eleições fundadoras de 1982 e a força do PDS.....	73
3.2. Eleições de 1986: a continuidade do bipartidarismo nas eleições proporcionais, o PMDB e o primeiro governador eleito pelo voto popular.....	78
3.3. Eleições estaduais de 1990: os novos partidos e a abertura do mercado da competição eleitoral em Rondônia.....	84
3.4. Eleições estaduais de 1994: a hegemonia do interior e o retorno do PMDB ao governo estadual.....	90
3.5. Eleições de 1998 e a disputa entre PMDB e PFL.....	98
3.6. Eleições de 2002: a vitória do tucano Cassol, a “onda Lula” e a emergência do PT na competição eleitoral em Rondônia.....	104
3.7. Eleições 2006 sob crise institucional: a reorganização da competição política e a inédita reeleição de Cassol ao governo estadual.....	112
3.8. Eleições 2010: o rompimento no governismo, a união da PMDB e PT no segundo turno, e o novo retorno do PMDB ao poder.....	117

3.9. Eleições 2014 e a força do PMDB: a reeleição de Confúcio e o aumento da fragmentação partidária.....	124
Considerações finais do capítulo.....	130

Capítulo IV – A dinâmica da estruturação da competição política-eleitoral em Rondônia (1982-2014) e a estabilização do sistema partidário brasileiro.....132

4.1. A estruturação da competição eleitoral em Rondônia.....	132
4.2. O sistema eleitoral brasileiro.....	143
4.3. Os impactos da legislação eleitoral-partidária sobre o sistema partidário: a proliferação de partidos e as migrações partidárias pós-1985.....	146
4.4. A volatilidade eleitoral e o número efetivo de partidos.....	160
4.5. O processo de estabilização do sistema partidário brasileiro.....	170
4.6. A estabilização do caso rondoniense.....	182
Considerações finais do capítulo.....	188

Capítulo V – Do Território ao Estado, de Porto Velho à BR-364: a mudança na elite política em Rondônia.....190

5.1. A mudança na elite política rondoniense.....	190
5.2. Da velha elite territorial à nova elite política em Rondônia.....	192
5.3 Desenvolvimento econômico e crescimento populacional: a expansão do eleitorado e a consolidação da nova elite política da BR-364.....	219
Considerações finais do capítulo.....	225

Considerações finais.....227

Referências.....235

1. Introdução

Na presente tese de doutoramento abordarei o tema da institucionalização num sistema partidário subnacional de uma unidade federada fundada¹ durante a transição do regime militar à democracia, mais precisamente no momento de desagregação do regime autoritário brasileiro pós-1979 (CODATO, 2005). Território Federal criado no final da ditadura do Estado Novo, Rondônia foi elevada ao status de Estado no início da década de 1980. No momento posterior à sua fundação, fundamentalmente, a partir da segunda metade dos anos 1980 e no decorrer dos anos 1990, o jovem estado exibiu alguns dos maiores índices nacionais de volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (NICOLAU, 1998; MELO, 2004; BOHN & PAIVA, 2009). A fragmentação nas eleições legislativas também é uma das características do subsistema partidário rondoniense.

No Brasil, a vida republicana apresentou, pelo menos, seis experiências partidárias distintas² (MENEGUELLO, 1998). Nascido em 1985 com a redemocratização e formalizado com a Constituição Federal de 1988, o atual sistema político-partidário encontra-se diante de uma das maiores crises de nossa história recente. Não obstante ser considerado o mais longo e estável da institucionalidade democrática brasileira (REIS, 2007; BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016), nosso modelo vem suscitando críticas que perduraram no decorrer dos anos 1990, acerca da incapacidade de efetivação da governabilidade e da consolidação das instituições políticas (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986; MAINWARING, 1991; 2001; LAMOUNIER, 1992; GÓES, 1992; AMES, 2001).

O presidencialismo de coalizão preservou elementos consagrados como o sistema presidencialista de governo, a separação de poderes, acompanhada da representação proporcional de lista aberta, multipartidarismo e o federalismo. Nesse contexto, tal

¹ O Estado de Rondônia foi criado pela Lei Complementar nº 41 de 22 de dezembro de 1981 e instalado no dia 04 de janeiro de 1982. Nesta tese de doutoramento usarei a palavra “fundação” como sinônimo de “instalação”, para designar o momento inicial do Estado a partir de 1982.

² Conforme Meneguello (1998), um dos aspectos fundamentais no estudo dos partidos políticos na experiência republicana brasileira, consiste na descontinuidade de partidos e sistemas partidários. Da proclamação da República até 1985, pelo menos seis sistemas partidários se sucederam no Brasil. Inicialmente, o período oligárquico da República Velha, de 1889 a 1930. Posteriormente, um sistema pluripartidário iniciado com a Revolução de 1930. Após o fim do Estado Novo, o surgimento de um sistema partidário na experiência democrática de 1945 a 1965, que dura até o golpe de 1964. De 1965 a 1979, o bipartidarismo organizado pela ditadura militar. De 1979 a 1985, ainda sob o regime militar, o multipartidarismo controlado. E o sistema multipartidário, fundado com a redemocratização por intermédio da Emenda Constitucional nº 25.

combinação institucional justificava-se a partir de certo “pluralismo de valores” e da heterogeneidade que marcariam a sociedade brasileira (ABRANCHES, 1988). Importante ressaltar que se explicitou também uma presidência dotada de relevantes funções legislativas, um caso peculiar entre as democracias presidenciais (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999; SANTOS, 2003; LIMONGI, 2006).

O arranjo institucional brasileiro designa ao chefe do Executivo a complexa missão de construção da governabilidade, por intermédio da formação de maiorias sólidas, apoiadas por alianças entre as legendas no parlamento. Nesse contexto, o gerenciamento da coalizão é condição fundamental para o sucesso dos governos e a manutenção da estabilidade política (ABRANCHES, 1988; FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999; SANTOS, 2003; LIMONGI, 2006; VIANA, CARLOMAGNO & CARVALHO, 2017; VIANA & OLIVEIRA, 2018).

Após o tumultuoso e instável período que se sucedeu com a promulgação da Constituição Federal, a partir de meados dos anos 1990, o sistema político brasileiro inicia um período relativamente virtuoso, apresentando sinais de vitalidade e estabilização (BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016; NICOLAU, 2015). O início das eleições gerais em 1994, acarretou uma competição eleitoral guiada pela disputa presidencial, centrada em dois grupos políticos de centro-direita e centro-esquerda, liderados por PT e PSDB (CORTEZ, 2009; MELO & CÂMARA, 2012; SANDES-FREITAS, 2015; MAINWARING, BIZZARRO & POWER, 2017; LIMONGI & GUARNIERI, 2018) com bases eleitorais oriundas de São Paulo, o maior e mais rico estado da federação.

No tocante à relação Executivo-Legislativo, a despeito de uma presidência dotada de relevantes atribuições legislativas, poderes de agenda e barganha, um mergulho ao plenário da Câmara dos Deputados demonstrava que os partidos políticos comportavam-se de forma coesa, disciplinados e dispostos a cooperar com o Executivo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999; SANTOS, 2003; LIMONGI, 2006). Ao deslocarem a análise sobre o funcionamento dos partidos políticos do âmbito eleitoral ao parlamento, os estudos de Figueiredo e Limongi (1999) diagnosticaram o oposto das visões recorrentes: altos níveis de disciplina partidária e o padrão de funcionamento dos trabalhos legislativos centralizado em torno das lideranças e dos partidos.

No plano das políticas públicas, a conquista da estabilidade macroeconômica a partir de 1994, aliada aos índices de crescimento e distribuição de renda do início no século XXI (SINGER, 2012), parecia confirmar um processo em curso de institucionalização do modelo brasileiro (VIANA, CARLOMAGNO & CARVALHO,

2017). Assim, as “virtuosas” experiências de PSDB e PT no governo federal teriam aberto o caminho para a consolidação das instituições políticas e democráticas do País.

No que se refere ao estudo da política estadual, objeto desta tese doutoral, embora o sistema partidário brasileiro tenha sido alvo de um profícuo debate e grandes controvérsias desde sua fundação em meados dos anos 1980, o número de pesquisas sobre o tema dos partidos e eleições em nível estadual ainda é bastante insuficiente (BOHN & PAIVA, 2009). Ainda que crescente nos últimos anos, a escassa literatura sobre o plano subnacional constitui um traço marcante da Ciência Política no Brasil, caracterizando-se como um obstáculo para uma melhor compreensão da dinâmica e do funcionamento do arranjo institucional brasileiro.

Alguns dos principais trabalhos produzidos (LIMA JR, 1983; 1997; GROHMANN, 2003; BOHN & PAIVA, 2009; MELO 2010; 2011) demonstram uma realidade distinta da esfera federal, e que indicaria, em oposição ao quadro nacional, a inexistência de um padrão estável de competição. Essa variedade de padrões também foi ratificada em estudos sobre os Legislativos estaduais. Uma importante agenda de pesquisa sobre o tema surge na literatura a partir da tese do “ultrapresidencialismo” estadual (ABRUCIO, 1998), que denotaria um Executivo estadual forte, diante de Assembleias frágeis dominadas pelo poder dos mandatários estaduais. Assim, diversos estudos confirmam o poder dos governadores sobre o Legislativo no âmbito estadual. Se, pontualmente, há certa convergência entre os casos, porém, isso ocorre, diante de um quadro maior de notável diversidade (SANTOS, 2001, ABRUCIO, TEIXEIRA & COSTA, 2001; MORAES FILHO, 2001; ANASTASIA, 2001).

A tese clássica da diversidade dos sistemas partidários estaduais foi observada no célebre trabalho de Lima Jr. (1983; 1997), como uma das principais características da arena política subnacional, apontando para a existência de dois subsistemas: um moderadamente fragmentado e outro altamente fragmentado. Em linha análoga, Moraes Filho (1997) analisou que a natureza federalista do sistema partidário brasileiro contribuiria para uma realidade diversa no que tange ao funcionamento dos partidos nos estados, que provocaria limitação da disciplina partidária e diminuiria o peso da organização central, favorecendo, assim, a construção de um formato heterogêneo.

Não obstante, mais recentemente, em estudo sobre os sistemas partidários subnacionais na região Nordeste, Braga (2016) alertou para uma tendência crescente de estabilização e a emergência de um padrão mais próximo ao caso nacional. Essa mudança no cenário da competição política em estados nordestinos viria acompanhada de um

rompimento com o domínio oligárquico tradicional. Esse argumento também foi explicitado por Borges (2012), que ao analisar os processos eleitorais de 2002 e 2006 observou um quadro de abertura que favoreceu as vitórias de coalizões de centro-esquerda, no contexto de enfraquecimento das antigas oligarquias na região Nordeste.

Com base no argumento de que as legendas podem ser mais representativas em alguns estados e apresentar fragilidade em outros, Nicolau (1996; 2003) também alertou para a nítida distinção entre o sistema partidário brasileiro e os sistemas subnacionais. Nesse sentido, evidencia-se nosso federalismo multipartidário. Assim, argumenta Nicolau (2003, p. 17), “Os partidos brasileiros sempre tiveram uma distribuição desigual da força eleitoral nas diferentes unidades da federação. Partidos são fortes em alguns estados e fracos em outros”. Na mesma linha de raciocínio, recorda Melo (2011, p. 58):

Os 27 subsistemas partidários brasileiros além de não serem cópias do sistema federal, apresentam grande variação, tanto no que se refere a quais são os partidos relevantes, como no que tange ao padrão de interação estabelecido (quando existe) entre eles.

Em obra seminal sobre os sistemas eleitoral e partidário brasileiro pós-transição democrática, Braga (2006) analisou que parte da literatura clássica sobre o tema argumenta que o arranjo federativo baseado no predomínio de atores subnacionais, aliado a representação proporcional de lista aberta, acarreta fundamentalmente uma lógica de funcionamento de padrão regional. Como consequência, as agremiações partidárias seriam distribuídas de forma desigual pelo território brasileiro, tanto do ponto de vista eleitoral, quanto organizacional, resultando em grandes empecilhos à formação de uma unidade partidária nacional.

Sobre o caso específico desta pesquisa de doutorado, no início dos anos 1980, durante o processo de transição do autoritarismo à democracia, Rondônia vivenciou sua transformação de Território Federal para Estado, consolidando-se como o 23º Estado da Federação. Assim, a fundação do sistema partidário rondoniense ocorre em meio à passagem do multipartidarismo controlado³, que marca o momento de crise do regime

³ A reforma partidária de 1979 pôs fim ao bipartidarismo ditatorial, dando início a um multipartidarismo controlado que duraria até 1985. Naquele momento, o sistema partidário brasileiro era composto por cinco partidos: PMDB, PDS, herdeiros dos partidos do regime militar (MDB e ARENA), além de PT, PDT e PTB. O Partido Popular (PP) também foi fundado nesse período, mas não chegou a participar de eleições, fundindo-se logo em seguida ao PMDB.

autoritário (CODATO, 2005), ao atual sistema partidário brasileiro nascido com a construção democrática e a Nova República em 1985.

É no período territorial, no contexto de uma competição eleitoral majoritária, com apenas uma vaga em disputa para a Câmara dos Deputados, que grupos políticos liderados por oficiais do exército marcariam praticamente toda a disputa político-eleitoral até o advento do regime de militar de 1964. Se a influência do autoritarismo se fez presente desde a fundação do Território em 1943, após o golpe de 1964, acirraria-se ainda mais. A partir daí, todos os governadores nomeados até 1982 eram militares. Ademais, durante todo o período do Território Federal do Guaporé/Rondônia, a capital, Porto Velho, foi o centro do poder político.

Essa realidade começa a se modificar no início da década de 1980, no decorrer do processo de transição do Território Federal de Rondônia ao Estado de Rondônia. A transição do Território ao Estado é aqui tratada como um extenso período que se inicia ainda em 1977, durante o governo do coronel Humberto Guedes. Naquele momento, eram criados os primeiros municípios no corredor da BR-364. A transição se estenderia até a segunda metade da década de 1980, quando o novo Estado elege o seu primeiro governador pelo voto direto em 1986 e promulga sua segunda constituição estadual em 1989. No início dos anos 1990, findada a transição, a região da BR-364 consolida-se como hegemônica na política rondoniense.

Fundado sob a égide do autoritarismo, em dois momentos constitutivos de sua organização política - Território Federal e Estado, o jovem Estado de Rondônia explicita um regime quase que bipartidário, e que se estende por toda a década de 1980. Na segunda metade dos anos 1980, com mais intensidade a partir da eleição de 1990, quando emergem novos atores e partidos, o sistema partidário subnacional rondoniense passaria a evidenciar alguns dos maiores índices de volatilidade eleitoral e fragmentação partidária entre as unidades federadas brasileiras. No plano político-eleitoral, o PMDB é o maior e mais tradicional partido rondoniense. Desde a fundação do Estado, a legenda vem apresentando sucesso na competição eleitoral em todos os níveis de disputa. Maior número de governadores e senadores eleitos, além de maiores bancadas nos Legislativos estadual e federal.

Não obstante, numa realidade de competição política plural e aberta, além do PMDB, outros partidos e grupos políticos têm demonstrado grande força na política

regional⁴. Ademais, como explicitado acima, o predomínio de uma elite política oriunda do interior do estado consiste em outra característica importante da política rondoniense desde os anos 1980 e a primeira metade da década de 1990⁵. É no momento de abertura do mercado da competição eleitoral que uma nova elite política surgiria, oriunda da BR-364, região em franco desenvolvimento e crescimento populacional desde os anos 1970, ainda durante o período territorial.

As figuras 01 e 02 apresentam a divisão do estado de Rondônia em duas mesorregiões, respectivamente: Mesorregião Madeira-Guaporé (PVH-GM) e Mesorregião Leste Rondoniense (BR-364). No total são oito microrregiões, conforme metodologia do IBGE utilizada por Cavalcante (2015)⁶.

Figura 1.

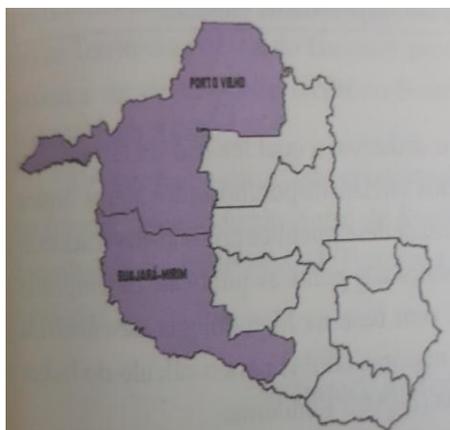


Figura 2.



Fonte: Cavalcante (2015, p. 391).

De fato, é no decorrer da década de 1980 e início dos anos 1990, com a instalação do Estado, a criação das instituições políticas e o aumento da oferta eleitoral, que

⁴ Além do PMDB, outros partidos têm se demonstrado competitivos nas disputas eleitorais rondonienses. PT, PSDB, PDT, PSB, PPS, PTB, PFL e o PP atual, são as legendas que, ao lado do PMDB, desde os anos 1980 e 1990, têm apresentado candidaturas com sucesso em disputas políticas para cargos de grande relevância no estado.

⁵ Sandes-Freitas (2015), em primoroso estudo sobre as alianças eleitorais em quatro estados brasileiros, observou que, embora filiada a novos partidos, grande parte da elite política rondoniense do início da década de 1990 era a mesma dos tempos do bipartidarismo inicial do estado (PDS x PMDB, PFL x PMDB). Não obstante, nesta pesquisa, quando discorro a respeito da mudança da elite política que ocorre durante o período de transição Território-Estado, fundamentalmente, no decorrer da década de 1980, e que se consolida nos anos 1990, refiro-me a uma mudança em relação ao período do Território Federal de Rondônia. Nesse momento inicial do novo estado, entre os anos de 1980 e o início dos anos 1990, o poder se desloca de Porto Velho em direção à BR-364. Assim, o momento de transição do Território ao Estado é aqui observado como de substituição de uma antiga elite com base política na capital Porto Velho, para uma nova elite oriunda dos municípios situados no eixo da BR-364 ou em suas proximidades.

⁶ A divisão do estado de Rondônia em oito microrregiões e duas mesorregiões, Leste Rondoniense e Madeiras-Guaporé, foi criada pelo IBGE e utilizada por Cavalcante (2015) em relevante trabalho sobre a trajetória institucional e o desenvolvimento regional do estado de Rondônia.

ocorreria um processo de emergência de novos atores e partidos com bases políticas no eixo da BR-364 (figura 02). Essa transferência do poder político, da capital para o interior, consolidaria-se na eleição de 1994, com a vitória do ex-prefeito de Rolim de Moura, Valdir Raupp (PMDB), ao governo estadual. A vitória de Raupp, candidato derrotado pelo PRN em 1990, marca o início da hegemonia do interior na política rondoniense. De 1994 a 2014, todos os governadores eleitos possuíam como bases políticas municípios do interior do Estado.

Um dos argumentos centrais desta tese é o de que os elevados índices de volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, que fizeram de Rondônia um dos mais voláteis e fragmentados subsistemas partidários brasileiros durante a década de 1980 e o decorrer dos anos 1990, foram uma consequência direta das migrações partidárias entre a elite política do Estado no mesmo período. O sistema partidário subnacional rondoniense apresentou, na primeira metade dos anos 1990, a maior taxa de migração partidária registrada, na Câmara dos Deputados, entre as bancadas dos estados brasileiros. Índice que já havia sido elevado na legislatura constituinte, de 1987-1991. Na Assembleia Legislativa, as taxas médias também eram elevadas, superiores a 60% da composição das legislaturas daquele período.

Assim, há fortes evidências empíricas de que as elevadas taxas de migração partidária incidiram diretamente sobre os altos índices de volatilidade eleitoral e também sobre a alta fragmentação partidária, tendo em vista que as mudanças de partido, fundamentalmente, naquele momento, via de regra, tinham como destino as novas e pequenas legendas. Até a promulgação da Lei dos Partidos Políticos nº 9096/95, a maximização dos interesses e a busca por sucesso eleitoral, certamente, foram as principais causas das migrações partidárias entre os parlamentares brasileiros e, nesse caso específico, entre a classe política rondoniense. Naquele período, a migração partidária foi observada, majoritariamente, como um ato individual e estaria relacionada diretamente com a questão da sobrevivência política, uma forma do indivíduo maximizar suas oportunidades eleitorais.

Entretanto, após esse período tumultuado, fragmentado e volátil que sucedeu o advento da Assembleia Nacional Constituinte e se perpetuou por toda década de 1990 na política rondoniense, a partir de meados dos anos 2000, o subsistema partidário apresentaria uma tendência crescente à institucionalização, por intermédio de um processo de estabilização e um grau maior de organização da competição política que se demonstrava aberta, plural, dotada de maior previsibilidade e inteligibilidade. Nesse caso,

argumento que isso somente foi possível por dois fatores fundamentais: a queda drástica das taxas de migração partidária e a estabilidade da competição política no âmbito nacional.

Esse segundo elemento interferiu diretamente sob a coordenação do jogo político estadual e certamente é um dos grandes achados do trabalho. Especificamente, a partir da realização das eleições gerais “casadas” e da competição pela presidência, iniciou-se um processo de estabilização da competição política no sistema partidário brasileiro, desde a disputa eleitoral de 1994 e a vitória de FHC, que indicaria uma clara tendência à institucionalização. Em Rondônia a influência do plano nacional torna-se mais evidente a partir de 2006, ainda que a eleição estadual de 2002, ao consolidar o PT rondoniense como uma alternativa de poder, tenha aberto as portas do mercado eleitoral à esquerda, numa competição política dominada por partidos conservadores e de centro.

Outra questão de grande relevância para a compreensão da política rondoniense, consiste no processo de substituição das elites políticas no jovem estado, com a supremacia do interior sobre a capital Porto Velho. Meu argumento é de que esse processo de mudança na elite política, da capital para o interior, que ocorre simultaneamente a uma conjuntura de abertura da competição eleitoral no estado, foi consequência direta do crescimento econômico e o aumento exponencial do eleitorado da nova e pujante região do leste rondoniense, também denominada nesta pesquisa como BR-364.

A presente tese de doutorado procura responder, fundamentalmente, a seguinte questão: quão institucionalizado é o subsistema partidário rondoniense? Para tanto, torna-se imprescindível compreender por que, nas décadas de 1980 e 1990, Rondônia apresentou um dos maiores índices nacionais de volatilidade eleitoral e fragmentação partidária entre os sistemas partidários estaduais brasileiros. Posteriormente, identificar quais fatores contribuíram para que, após um período altamente volátil durante os anos 1980 e 1990, Rondônia apresentasse uma competição eleitoral mais organizada a partir da década de 2000, dotada de maior previsibilidade e inteligibilidade, com uma razoável tendência à estabilização. Por fim, analisar quais os principais elementos que, nesse contexto de abertura da competição política, incidiram sobre o processo de transferência da elite política, da capital Porto Velho para o eixo da BR-364.

Assim, apresento abaixo o conjunto de hipóteses levantadas nesta pesquisa de doutoramento em Ciência Política que, como assinalado, serão verificadas no decorrer do

desenvolvimento da tese, com maior ênfase nos capítulos IV e V deste trabalho, nos quais o debate teórico-conceitual, a exposição e análise dos dados empíricos possibilitará a confirmação dos argumentos.

- 1) A nova dinâmica da competição eleitoral no recém-criado estado de Rondônia alterou a composição das elites políticas e a própria configuração do sistema partidário, entre as décadas de 1980 e 1990.
- 2) O processo de transição do Território Federal ao Estado, entre o final da década de 1970 e o decorrer dos anos 1980, acarretou o desenvolvimento econômico e o aumento exponencial do eleitorado na mesorregião leste rondoniense (BR-364), o que incidiu diretamente na substituição da antiga elite política territorial, com bases na capital Porto Velho, para uma nova classe política dominante, oriunda majoritariamente do interior do estado, especificamente no eixo da BR-364.
- 3) Os elevados índices de fragmentação partidária e volatilidade eleitoral verificados, com mais intensidade, a partir da segunda metade dos anos 1980 e no decorrer da década de 1990, na competição eleitoral rondoniense, são consequências diretas das mudanças na legislação partidária no início da redemocratização. Respectivamente, a extrema permissividade para a criação de legendas e a falta de uma regra para a fidelidade partidária, o que acarretou também no caso rondoniense as maiores taxas de migrações partidárias entre os estados brasileiros, fundamentalmente, no período de 1987 a 1995.
- 4) O sistema partidário subnacional rondoniense formado no final do regime militar, inicia um processo de abertura da competição eleitoral a partir da eleição de 1990, que se evidenciaria altamente volátil e fragmentada. Somente em meados da década de 2000 o subsistema partidário apresentaria padrões semelhantes ao sistema partidário brasileiro, num incipiente processo de institucionalização, por intermédio da estabilização da competição eleitoral a partir do quadro nacional e de diminuição das taxas de migrações partidárias entre a elite política regional.

Esta tese, que consiste em um estudo de caso sobre um sistema partidário subnacional brasileiro, tema de pesquisa pouco estudado pelos cientistas políticos no País,

visa, portanto, contribuir para uma melhor compreensão da competição eleitoral, dos partidos e da dinâmica política no plano estadual, fundamentalmente, no Estado de Rondônia. Assim, ainda que se tratando de um estudo de caso sobre a política rondoniense, o intuito é fornecer subsídios para um melhor entendimento da política nos estados brasileiros. Embora crescente nos últimos anos, a política estadual ainda é um tema bastante negligenciado em nossa área.

No plano metodológico, para o desenvolvimento desta pesquisa doutoral, foi imprescindível a elaboração de uma discussão de natureza teórico-conceitual, com ênfase no conceito clássico de institucionalização partidária, presentes em Mainwaring (2001); Mainwaring & Scully (1995); Mainwaring & Torcal (2005), além de um debate sobre o tema da volatilidade eleitoral e a questão dos sistemas partidários subnacionais (PERES, 2013; PERES; RICCI & RENNÓ, 2011; NICOLAU, 1998; BOHN & PAIVA, 2009; MELO, 2004; 2010; 2011; BRAGA, 2006; 2016).

No segundo capítulo, analiso com base em profunda pesquisa bibliográfica o período do Território Federal do Guaporé, de 1943 a 1956, e do Território Federal de Rondônia, de 1956 a 1982 (MATIAS, 1998; PINTO, 1993; NICOLAU, 2004; TEIXEIRA & FONSECA, 2003; MACIEL, 2004; SOUZA, 2011; CAVALCANTE, 2015; FONSECA, 2017). A ênfase da análise é a competição eleitoral majoritária, e o desenvolvimento econômico e social da época no antigo Território, no contexto de final do Estado Novo e de construção da experiência democrática de 1946 a 1964, que representou o início do sistema partidário moderno-brasileiro (SOARES, 1976; LIMA JR., 1983; SOUZA, 1983; REIS, 1983; SOUZA, 1992; LAVAREDA, 2012; DULCI, 2003).

Foi sob forte influência da ditadura varguista do Estado Novo que Rondônia conheceu sua formação inicial enquanto organização política. Durante mais de trinta anos no período do Território, Rondônia contou com apenas dois municípios, Porto Velho e Guajará Mirim, no eixo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), e apenas uma vaga em disputa para a Câmara dos Deputados.

A política territorial por duas décadas esteve diretamente associada à burocracia da ferrovia, numa conjuntura marcada pela disputa de dois grupos políticos⁷ rivais, sob forte influência do militarismo. Essa última característica se acentuaria ainda mais com o

⁷ Para mais detalhes sobre os dois grupos políticos deste período, Cutubas e Pele-Curtas, ver capítulo II.

período autoritário de 1964, ainda que esses grupos desapareçam do cenário político após o início da ditadura militar.

Assim, o segundo capítulo inicia-se com a criação do Território Federal do Guaporé em 1943, sob a ditadura Vargas, e segue até a fundação do estado em 1982, numa conjuntura de crise e declínio do regime autoritário. Do ponto de vista político, foi possível verificar um conjunto de características que marcaram esse período inicial da vida institucional rondoniense. Certamente, a notável influência da burocracia oficial e do militarismo, a competição eleitoral majoritária e o domínio político da capital Porto Velho são alguns desses principais elementos. O objetivo deste capítulo é fornecer subsídios para uma discussão posterior sobre como essas características exerceram impacto na formação do sistema partidário rondoniense, assim como ocorreram as principais mudanças nessa realidade a partir do processo de fundação do estado no decorrer da década de 1980.

No terceiro capítulo apresento, também com base em pesquisa bibliográfica e material jornalístico, a evolução da competição eleitoral desde a fundação do estado até a eleição de 2014 (MATIAS, 1998; CHIOVETTI, 1998; SANDES-FREITAS, 2015). O objetivo é compreender o processo de formação do mercado eleitoral rondoniano, que emerge sob uma perspectiva bipartidária, como observada em diversos estados brasileiros, e assim, praticamente, perpetuando-se até a eleição de 1990. A disputa eleitoral daquele ano, marcada pela abertura do subsistema partidário rondoniense, veio acompanhada por um período altamente volátil e fragmentado, que denotava, à época, um caso notório de desestruturação da competição política, no qual, como afirmou Melo (2004), depois de seis eleições, sequer poderia considerar o caso rondoniense como um subsistema partidário minimamente estruturado. Ademais, se no segundo capítulo evidencia-se o domínio político da capital durante o período territorial, no terceiro capítulo visualiza-se com mais clareza a trajetória de substituição das elites políticas, tema que abordarei com mais profundidade no último capítulo desta tese.

Não obstante, ao descrever e analisar o processo político eleitoral no estado, percebe-se, a partir de meados dos anos 2000, uma nova rota em curso, com uma tendência inequívoca de institucionalização a partir de um processo de estabilização da competição eleitoral à presidência. A partir daí, apresentou-se uma competição política aberta, pluralista, porém dotada de maior coordenação entre os atores nacionais e estaduais, favorecendo um cenário de maior inteligibilidade e previsibilidade, o que será analisado no quarto capítulo. Ainda sobre os capítulos II e III, ressalto a importância da

coleta de depoimentos e entrevistas realizadas com membros da elite política estadual, sobre o antigo Território Federal e, principalmente, a partir do momento fundador, do início da década de 1980 aos dias atuais. Essa interlocução com atores de relevância na política rondoniense foi imprescindível para a elucidação de questões conjunturais, alianças políticas e outras informações de natureza histórica sobre a trajetória dos partidos políticos e das eleições rondonienses.

No capítulo IV, é analisada a dinâmica da estruturação da competição eleitoral desde a fundação do estado de Rondônia e o processo de estabilização do sistema político-partidário brasileiro pós-1994 até 2014. Assim, inicio com uma apresentação dos dados agregados por partido nas disputas eleitorais para governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Com ênfase nas eleições para a Câmara dos Deputados e ALE-RO⁸, avalio o desempenho dos partidos no período histórico de 1982-2014. Posteriormente, analiso o sistema eleitoral e os impactos da legislação eleitoral-partidária, mais especificamente a influência da legislação partidária, e das migrações partidárias, sobre o sistema partidário.

Meu objetivo é demonstrar, com base na análise dos dados empíricos e na literatura institucionalista da Ciência Política brasileira, que os elevados índices de fragmentação partidária e volatilidade eleitoral apresentados pelo subsistema partidário rondoniense, sobretudo a partir das eleições de 1990, são consequências diretas da legislação partidária e das elevadas taxas de mudanças partidárias que, nesse período, fizeram da elite política rondoniense uma “campeã nacional” de migrações partidárias.

Do ponto de vista analítico e metodológico, o capítulo IV constitui-se como o cerne desta tese de doutoramento. No contexto de uma legislação partidária extremamente permissiva quanto ao processo de criação de novos partidos e sem nenhuma regra para a fidelidade partidária, o que resultou em elevadas taxas de migrações partidárias (NICOLAU, 1996; MELO, 2003; 2004; FREITAS, 2012), a partir da segunda metade dos anos 1980, o sistema partidário brasileiro vivenciaria um processo de instabilidade e explosão de novas legendas que se estende até a metade dos anos 1990. O subsistema partidário de Rondônia esteve no topo desses índices e continuou por toda a década de 1990.

⁸Apesar de, por vezes, comentar os diferentes níveis de disputa nas eleições estaduais, além de apresentar os dados de volatilidade eleitoral e o número efetivo de partido nas eleições para governador, senador, deputado federal e deputado estadual, esta tese dá ênfase a análise da competição eleitoral nas eleições legislativas proporcionais para Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

Assim, após demonstrar, com base em fortes evidências empíricas, que a questão da alta volatilidade e da fragmentação partidária no caso rondoniense estava relacionada diretamente com as migrações partidárias e a permissividade para a criação de legendas entre 1985 e 1995, analiso, com base em recente literatura, o processo de estabilização do sistema partidário brasileiro no período de 1994 a 2014. A partir de 1994, tem início um período de relativa estabilidade e de consolidação da institucionalização do sistema partidário brasileiro (BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016). Nesse sentido, os índices de estabilização verificados nacionalmente se repetiram em boa medida nas unidades federadas, inclusive no caso rondoniense, que a partir de 2006 passou a apresentar padrões muito semelhantes à média nacional.

A realização de eleições gerais e o início do duopólio entre PT e PSDB nas eleições presidenciais foram acompanhados, nesse período, pela construção da estabilidade no sistema partidário brasileiro (CORTEZ, 2009; MELO & CÂMARA, 2012; BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016; MAINWARING, BIZZARRO & POWER, 2017; LIMONGI & GUARNIERI, 2018). Essa recente literatura aponta para fortes elementos que comprovariam um processo em curso de estabilização da competição política, a partir da disputa presidencial, com forte tendência à institucionalização. Ainda que a relação de coordenação política tenha se evidenciado de forma mais clara nas eleições presidenciais e para governador, em Rondônia, assim como em outros estados, essa suposta estabilização pode ser verificada também nas eleições proporcionais para a Câmara Federal e Assembleias Legislativas.

Nesse contexto, no caso rondoniense, demonstro, com base em evidências empíricas, que a partir da eleição de 2006, a influência da disputa nacional no jogo político estadual é substancial. Essa questão já havia sido alertada por Sandes-Freitas (2015). Embora o autor analise que ainda é forte o prevaecimento dos interesses regionais na política rondoniense, aponta para uma maior influência do quadro nacional, no tocante a um fenômeno que denomina como “presidencialização” das eleições. Nessa linha de argumentação, observo uma maior influência de cenário nacional, tanto do ponto de vista da coordenação política entre os atores nacionais e estaduais, que garantiu uma maior previsibilidade à disputa, como das alianças estratégicas no segundo turno de 2010 e 2014, que por intermédio da arena nacional asseguraram as vitórias do PMDB no estado, com o apoio do PT.

Essa nova dinâmica nas eleições majoritárias ocorre, paralelamente, a uma tendência de estabilização também dos índices de volatilidade eleitoral, ainda que a

fragmentação partidária nas eleições proporcionais tenha aumentado, principalmente, nas disputas eleitorais para a ALE-RO. Observo essa questão mais como uma consequência da legislação partidária e da interferência do judiciário no processo político-partidário nos últimos anos, do que um problema específico do subsistema partidário rondoniense propriamente dito. Importante mencionar nesse período a diminuição das taxas de migrações partidárias, outro fator que incidirá diretamente sobre esse processo de maior estabilização, apresentado pelo caso rondoniense.

No último capítulo desta tese, busquei compreender melhor o processo de substituição das elites políticas no jovem estado, com a supremacia do interior sobre a capital Porto Velho. Processo iniciado quase silenciosamente no final da década de 1970, e que aumentou a intensidade da mudança a partir dos anos 1980. Tal processo segue no decorrer da década de 1980, com o desenvolvimento econômico, a explosão demográfica e o aumento do eleitorado na região do eixo da rodovia 364. Nesse sentido, demonstro, por intermédio dos dados sobre o PIB e a evolução do eleitorado, como essa nova elite política tende a se consolidar, tornando-se hegemônica ainda na primeira metade dos anos 1990.

Para isso, utilizo metodologia do IBGE que, como explicitado anteriormente, divide o estado de Rondônia em duas mesorregiões. A partir daí, visualiza-se mais claramente o processo de deslocamento da elite política estadual. Para demonstrar com mais clareza, classifico por reduto eleitoral todos os deputados federais e estaduais eleitos de 1982 a 2014. Com a exposição dos dados sobre a evolução do eleitorado e a distribuição do PIB entre as duas mesorregiões há fortes evidências de que essa mudança na elite dirigente ocorre devido ao desenvolvimento econômico e o crescimento exponencial do eleitorado na região leste rondoniense.

Ressalto aqui a opção teórica deste trabalho pela escola do Institucionalismo Histórico que, fundamentalmente, como corrente teórica neoinstitucionalista, procura elucidar o papel exercido pelas instituições na determinação dos resultados sociais e políticos (HALL & TAYLOR, 2003). Assim, observa-se o Estado como um complexo de instituições capaz de estruturar a natureza e o conflito entre os diferentes grupos societários. Importante mencionar o papel de trajetórias e situações críticas para o desenvolvimento institucional.

Capítulo I

O conceito de institucionalização de sistemas partidários e o caso subnacional brasileiro

1.1. Institucionalização de sistemas partidários⁹

O conceito de institucionalização dos sistemas partidários consagrado pelos trabalhos de Mainwaring (2001); Mainwaring e Scully (1995); Mainwaring e Torcal (2005) influenciou fortemente a literatura da ciência política sobre o tema nas últimas duas décadas. A noção apresenta forte distinção entre sistemas partidários de países em desenvolvimento, comparativamente aos modelos existentes em democracias ocidentais industrializadas. Nessa perspectiva, quatro dimensões fundamentais são analisadas: a estabilidade e regularidade dos padrões de competição partidária; o enraizamento societário dos partidos; os níveis de legitimidade dos partidos e eleições; e o desenvolvimento da organização partidária (MAINWARING, 2001; MAINWARING & SCULLY, 1995; MAINWARING & TORCAL, 2005).

A literatura considera institucionalizado um sistema partidário capaz de assegurar maior previsibilidade e estabilidade. Conforme Mainwaring & Scully (1995), sistemas partidários institucionalizados são dotados de estabilidade na competição entre os partidos, legendas com razoável grau de enraizamento societário, aceitação da legitimidade dos partidos e do processo eleitoral como instituições capazes de determinar quem exerce o governo, e organizações partidárias com estrutura e regramento estáveis. Assim, esse conjunto de características seria considerado fundamental à consolidação da democracia. Por outro lado, sistemas partidários de baixa institucionalização estariam mais suscetíveis a níveis elevados de personalismo e escândalos de corrupção, podendo acarretar, até mesmo, em casos de rupturas institucionais.

Partindo do pressuposto de que o grau de institucionalização consiste num elemento central, sua análise torna-se imprescindível para a compreensão da dinâmica e das peculiaridades da relação entre eleitores, partidos e sistemas partidários nas democracias e semidemocracias pós-1974, as denominadas democracias da terceira onda¹⁰ (HUNTINGTON, 1991). Conforme os autores, qualitativamente, há grandes

⁹ Na expressão original em inglês: *Party System Institutionalization (PSI)*.

¹⁰ Conceito criado por Samuel Huntington (1991), para designar os regimes democráticos emergentes a partir de meados da década de 1970. As transições à democracia durante 1974 e 1990 constituem o tema da obra.

diferenças entre os regimes de competição política desse período e as democracias industriais avançadas.

O cerne do argumento é o de que os sistemas partidários de países de democracia tardia são menos institucionalizados. Empiricamente, essa constatação se confirmaria quando analisadas a estabilidade da competição eleitoral e as raízes partidárias na sociedade, os dois primeiros índices elaborados pelos autores para mensurar a institucionalização de um sistema partidário. Altas taxas de volatilidade eleitoral e ausência de enraizamento social dos partidos seriam marcas de casos pouco institucionalizados (MAINWARING, 2001; MAINWARING & SCULLY, 1995; MAINWARING & TORCAL, 2005).

Um sistema partidário é constituído por um conjunto de partidos que interagem de formas padronizadas, o que implica em três distinções fundamentais entre sistemas e não sistemas. Inicialmente, a ideia sartoriana da necessidade de pelo menos dois partidos como elemento primordial (SARTORI, 1982). Segundo, o pressuposto das interações padronizadas, o que pressupõe alguma simetria na divisão de apoio eleitoral aos partidos durante o curso do tempo, admitindo a hipótese de que as agremiações podem ascender ou até mesmo declinar. Terceiro, uma continuação nos elementos constitutivos que formam o sistema partidário, ou seja, a institucionalização das legendas partidárias (MAINWARING & TORCAL, 2005).

As raízes do conceito de institucionalização podem ser encontradas na obra de Sartori¹¹ (1982), cuja classificação e comparação dos sistemas partidários observam duas dimensões de especial relevância: o número efetivo de partidos e o grau de polarização ideológica. Ainda que pioneiro no tema, Sartori teria conceituado inadequadamente o nível de institucionalização, ao concebê-lo como uma dicotomia entre sistemas institucionalizados (consolidados) e não institucionalizados, diferentemente da ideia de institucionalização como um *continuum* (SARTORI, 1982; MAINWARING & TORCAL, 2005), o que permite analisar os sistemas partidários das novas democracias conforme o grau de institucionalização, que compreenderia de uma escala do menos para o mais institucionalizado.

Como afirmam Mainwaring e Torcal (2005), nada no conceito de sistema partidário justificaria uma interpretação de conteúdo dicotômico rígido entre um “sistema” e um “não sistema”, desde que exista algum padrão de competição partidária e

¹¹ Sartori utiliza a expressão “consolidação” para designar a ideia de institucionalização.

certa regularidade nas principais legendas do sistema. O cumprimento mínimo desses dois critérios seria possivelmente viável, ao passo que a dicotomia apresentada por Sartori desconsidera a existência de importantes variações dentro dessas categorias. Desse modo, ele estabeleceria um patamar demasiado alto para caracterizar um sistema partidário. Ademais, Sartori “relegou a institucionalização a um segundo plano” (MAINWARING & TORCAL, 2005, p. 253), tendo em vista que excluía os não sistemas em sua teoria principal e não analisava as diferenças na institucionalização entre sistemas partidários ou entre o que ele denominava como um não sistema.

Assim, até a década de 1980, a literatura sobre o tema abordava, sobretudo, os sistemas partidários institucionalizados, tendo em vista a existência de poucos regimes democráticos ou de democracia em construção. Esse quadro se modificaria substancialmente a partir da terceira onda democrática (HUNTINGTON, 1991), fazendo aumentar o número de sistemas com incipiente grau de competição política, o que contribuiria para a emergência de experiências com características bem distintas daquelas com alto nível de institucionalização. Desse modo, seriam imprescindíveis mudanças na literatura teórica vigente à época, no intuito de compreender melhor os casos onde predominariam baixos índices de institucionalização.

De fato, parece consenso na literatura atual a relevância das teses de Mainwaring sobre a institucionalização partidária para a democracia e sua operacionalização ao estudo comparativo dos sistemas partidários. Em Mainwaring & Torcal (2005), os autores enfatizam que, devido às dificuldades de se obter informações empíricas válidas para a comparação dos casos, não utilizam todas as quatro dimensões propostas em Mainwaring & Scully (1995).

No tocante ao sistema partidário brasileiro, o nível de institucionalização tem sido objeto de grandes controvérsias desde o processo de redemocratização e a fundação da Nova República na segunda metade dos anos 1980. Zucco Jr. (2013), por exemplo, aponta para o caráter ambíguo do caso nacional que, se por um lado tem mantido muitas características de um sistema não institucionalizado, contraditoriamente apresenta, desde meados da década de 1990, padrões satisfatórios de estabilidade política.

Na mesma linha de raciocínio, mais recentemente, Mainwaring, Bizzarro & Power (2017) apontaram para uma “institucionalização desigual”, que marca o sistema partidário brasileiro no período de 1994 a 2014. Nesse sentido, o próprio Mainwaring aceitaria a ideia de que a estabilização da competição eleitoral garantiu a institucionalização do sistema partidário nacional, ainda que sob um formato “desigual”,

tendo em vista que, com exceção do PT, os partidos brasileiros não criaram enraizamento societário. Para os autores, apenas o PT estabeleceu raízes na sociedade, além de construir uma estrutura de forte organização partidária.

Apresentando certo otimismo com o processo corrente de institucionalização, Braga, Ribeiro & Amaral (2016) argumentam que, contrariando os prognósticos dos fins dos anos 1980 e o início da década de 1990, o sistema partidário brasileiro demonstra estabilidade na competição política e um nível ascendente de institucionalização¹².

Desde meados da década de 1990 são os mesmos grupos, organizados em torno de polarização entre PT e PSDB, quem controlam a dinâmica política nacional. Os fatores que contribuíram para tal processo foram a manutenção dos mesmos atores no cenário político, relativa preservação das regras do jogo – que tem proporcionado previsibilidade ao sistema político – e a função estruturante das eleições presidenciais, ampliada com a vinculação entre as disputas nacionais e estaduais, para Executivo e Legislativo, desde 1994 (BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016, p. 70).

Entre 1986 e 2016, o número de eleitores cresceu de 69 milhões para cerca de 145 milhões, predominantemente nos centros urbanos e com relevante participação da parcela mais jovem da sociedade. Nos dias atuais, o eleitorado brasileiro está entre os maiores do mundo, atrás somente de Índia, EUA e Indonésia. Certamente, a democracia brasileira presenciou um aumento substancial e importantes transformações no perfil do eleitorado. No que se refere à relação com os partidos, afirma Meneguello (2003, p. 349), que diante de uma conjuntura mundial de “enfraquecimento da relação de representação nas várias democracias ocidentais, é notável a presença de partidos como referenciais de orientação do eleitorado no sistema político”.

Ainda no que se refere ao processo de expansão do eleitorado, Santos (2003) alertou para uma conexão direta entre o voto obrigatório e a democratização. Segundo ele, a obrigatoriedade do sufrágio impulsionou a difusão do processo organizativo dos partidos, o que favoreceu um quadro de maior competitividade do sistema eleitoral. Essa dinâmica teria subvertido o domínio oligárquico, exercido, sobretudo, entre outros mecanismos, pela restrição da oferta de candidaturas, que reduzia a oportunidade de escolhas do eleitorado. Em outras palavras, anteriormente, eram poucos os que

¹² Os autores também apontam para os riscos de que a estabilização produza novas dinâmicas no sistema político, como o fenômeno da cartelização (BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016).

controlavam o processo eleitoral e o voto. Assim, ao passo em que os principais partidos se nacionalizavam, as pequenas legendas seguiam rumo aos estados mais periféricos, tendo em vista o cenário mais desfavorável nos grandes centros. Isso acarretou a quebra do poder das oligarquias regionais, contribuindo para uma maior oferta ao eleitorado e, conseqüentemente, um cenário mais aberto de competição política (SANTOS, 2003).

Por sua vez, Tarouco¹³ (2010) sinaliza para uma suposta superação da “polêmica da institucionalização”. Segundo ela, até pouco tempo atrás o debate político dividia, num campo, analistas brasileiros e brasilianistas entre o diagnóstico de debilidade e incipiência do sistema partidário e, do lado oposto, as teses que apontavam para a disciplina e coesão partidária na atuação dos partidos no parlamento brasileiro. Não obstante, trabalhos mais recentes sobre a política nacional parecem se concentrar em estudos de cunho mais empírico, de aspectos específicos do sistema partidário¹⁴. Ademais, também estaria “fora de questão a noção generalizada de que as escolhas dos eleitores brasileiros se pautam mais pelos candidatos tomados individualmente e seriam pouco (ou nada) referidas a partidos políticos” (TAROUCO, 2010, p. 169).

Sendo assim, abordaremos a seguir o tema da volatilidade eleitoral, primeira dimensão operacionalizada pelos estudiosos e utilizada em grande parte dos estudos sobre o tema da institucionalização. A partir daí, analisaremos a importância da compreensão da volatilidade nos sistemas partidários subnacionais.

1.2. O caso subnacional brasileiro e a volatilidade eleitoral

A volatilidade eleitoral consiste num dos principais indicadores de institucionalização de um sistema partidário nas democracias contemporâneas, tendo sido utilizada em termos teóricos pela literatura da política comparada como um índice empírico para sua mensuração (MAINWARING, 2001; MAINWARING & SCULLY, 1995; MAINWARING & TORCAL, 2005; BOHN & PAIVA, 2009; PERES, 2013; PERES, RICCI & RENNÓ, 2011).

¹³ Em estudo de sua autoria, Tarouco (2010) confronta as teses predominantes nos trabalhos de Mainwaring & Scully (1995) e Mainwaring & Torcal (2005) que analisam o sistema partidário brasileiro como um caso fluido, pouco institucionalizado. A autora contesta tal argumento utilizando o conceito de institucionalização de partidos, em que a agremiação partidária é analisada individualmente, diferentemente da análise do sistema partidário como um todo.

¹⁴ Seleção de candidatos, organização interna, relações com o Executivo, desempenho eleitoral, atuação parlamentar etc. (Ver Tarouco, 2010).

Conforme a literatura do tema da institucionalização de sistemas partidários, níveis baixos ou moderados de alteração na volatilidade eleitoral sinalizam que no âmbito da competição eleitoral os partidos políticos têm obtido êxito no tocante à capacidade de enraizamento societário e efetivação das demandas do eleitorado. Por outro lado, patamares elevados são observados como uma demonstração de fragilidade das agremiações partidárias, denotando a incapacidade das legendas em canalizar as preferências dos cidadãos.

Assim, padrões razoáveis de volatilidade eleitoral são um indicativo de institucionalização, o que apontaria para a estabilidade do sistema partidário. Nesse sentido, conforme lembram Bohn & Paiva (2009, p.188):

A estabilidade eleitoral indica não só que os partidos têm apoio e enraizamento na sociedade, mas também que são instrumentos de canalização de conflitos, interesses e demandas da sociedade. Outros fatores adicionais que reforçam esse argumento, é que padrões mais estáveis conferem maior previsibilidade à disputa eleitoral (MAINWARING & SCULLY, 1995; KINZO, 2003; MAINWARING & ZOCO, 2006) e dificultam a ascensão de outsiders e lideranças personalistas, sem vínculos sólidos e duradouros com as organizações partidárias (MOZAFFAR & SCARRIT, 2005). E por último pressupõe que questões programáticas oriundas de uma oferta partidária sejam os elementos determinantes na conformação da escolha eleitoral.

Numa perspectiva comparada, nos países de democracia em desenvolvimento os níveis de volatilidade eleitoral são maiores e, conseqüentemente, a instabilidade eleitoral é superior às democracias consolidadas. Além disso, os vínculos entre eleitores e partidos políticos na maioria das democracias recentes apresentam frágil enraizamento societário, apontando para um alto grau de personalismo, comparado aos países de democracia avançada. Desse modo, “sistemas partidários pouco institucionalizados seriam mais vulneráveis a permitir que políticos anti-partidos cheguem ao poder, causando efeitos adversos nas democracias” (MAINWARING & TORCAL, 2005, p. 251).

Argumentando sobre a regularidade dos padrões de competição partidária, Mainwaring e Torcal afirmam que, das quatro dimensões propostas, a volatilidade é a mais fácil de medir sistematicamente, consistindo na “transferência agregada de votos de um partido para outros, de uma eleição para a próxima” (MAINWARING & TORCAL, 2005, p. 255). Segundo ambos, o Brasil seria um dos poucos países que exhibe declínio substancial da volatilidade ao longo do tempo, especificamente pós-1994.

De fato, após o retorno à democracia em meados dos anos 1980, diversos estudos têm apontado para uma queda gradual nas taxas de volatilidade eleitoral, fundamentalmente a partir da segunda metade dos 1990 e no decorrer dos anos 2000, o que significa um quadro mais estável da competição política no País (BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016; BOHN & PAIVA, 2009; PERES, RICCI & RENNO, 2011; PERES, 2013; ARQUER & VASQUEZ, 2019)¹⁵. Não obstante, pouco se conhece acerca dos partidos no âmbito estadual e, embora seja negligenciada, essa arena possui um impacto fundamental sobre o sistema partidário.

Como lembram Bohn & Paiva (2009, p. 189), inúmeros estudiosos têm apontado para a relevância “de se estudar a política numa perspectiva subnacional, com base no argumento de que estados e regiões podem possuir dinâmicas distintas e diferentes conformações de ordem socioeconômicas”. Conforme as autoras, ainda que diversos estudos tenham analisado a volatilidade eleitoral no plano nacional, poucas análises têm dado ênfase à sua dimensão subnacional. Tal argumento corrobora com a ideia de que, embora crescente nos últimos anos, os estudos sobre a política nos estados têm se situado em segundo plano na ciência política brasileira.

Nesse contexto, a arena estadual continua pouco explorada pela ciência política brasileira. Em obra organizada por Lima Jr. (1997), os sistemas partidários estaduais foram objeto de análise¹⁶, compreendendo o período de 1982 a 1994. Do ponto de vista eleitoral e partidário, os estados mostraram-se politicamente diferentes, como havia sido demonstrado pelo próprio autor com a experiência pós-46. A diversidade dos sistemas partidários é evidenciada pela existência de dois subsistemas, sendo um moderadamente fragmentado e outro altamente fragmentado (LIMA JR., 1997).

Em recente estudo sobre os subsistemas partidários estaduais da região Nordeste, Braga (2016) afirma que no caso do sistema partidário nacional e dos subsistemas nordestinos, por terem uma abrangência em nível federal, as regras eleitorais e de organização dos partidos produziram, nos últimos tempos, um contexto de razoável

¹⁵ Em estudo publicado recentemente sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro, com ênfase nas eleições municipais, no período de 2000 a 2016, Arquer & Vasquez (2019) constataram que a volatilidade eleitoral também apresentou queda significativa no plano local. Importante mencionar que os autores reconhecem a relevância do conceito de institucionalização partidária, como uma importante “ferramenta classificatória”, para o debate da Ciência Política. Não obstante, alertam para a necessidade de um olhar mais cauteloso em relação ao tema, tendo em vista que torna-se fundamental considerar aspectos da formação do sistema partidário, funcionamento e o histórico político do país, além de outras arenas de atuação das agremiações partidárias além do âmbito eleitoral. Assim, os autores propõem outras interpretações para o conceito. Para maiores detalhes, ver Arquer & Vasquez, 2019.

¹⁶ Os sistemas partidários dos estados da Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo foram analisados na pesquisa

liberalização organizativa e de participação política para candidatos, partidos e o eleitorado em todas as regiões brasileiras. Isso, por sua vez, tem sido fundamental para a representação dos mais variados interesses sociais em esferas políticas de diferentes níveis, o que tem produzido relevantes transformações no que tange aos padrões de renovação política.

Assim, o arranjo brasileiro, ao proporcionar poucos constrangimentos para a ação dos partidos nas diversas unidades federadas, possibilitaria o surgimento de subsistemas partidários distintos e de uma marcante heterogeneidade social na composição das bancadas partidárias. Não obstante, a conformação de diversas formas da dinâmica partidária-eleitoral local depende de variáveis contextuais de cunho específico, que influenciariam a competição política estadual, possibilitando a emergência de uma democracia de caráter pluralista e partidária (BRAGA, 2016).

Ao analisar a volatilidade eleitoral no período de 1986 a 1994, em oito estados, tendo como base o estudo organizado por Lima Jr. (1997), Grohmann (2003, p. 231) assinalou que, inicialmente, observa-se que “a capacidade de institucionalização dos partidos obedece à diversidade do país, formando subsistemas partidários”, o que confirmaria o argumento de Lima Jr. (1983) sobre o período de 1946-1964.

Desse modo, a compreensão do comportamento do eleitorado em níveis nacional e subnacional torna-se de vital importância para o estudo da democracia brasileira, tendo em vista que o eleitorado em algumas unidades federadas pode exibir padrão instável eleitoralmente, “o que indicaria que o sistema partidário vigente não está enraizando-se nesses estados da mesma maneira que nas demais áreas do País” (BOHN & PAIVA, 2009, p. 188).

Na contramão das teses clássicas que analisam o índice de volatilidade eleitoral como um indicador de institucionalização dos sistemas partidários, argumenta Peres (2013) que os defensores desse modelo de interpretação compreendem a instabilidade eleitoral como um sinal de fraqueza da vida partidária, de precária efetividade dos governos e da debilidade do regime democrático. Não obstante, segundo ele, no âmbito teórico metodológico, tal abordagem constitui-se como altamente passível de contestação.

Ao discutir o que denomina de anomalias conceituais, empíricas e lógicas do padrão de compreensão da volatilidade eleitoral, Peres (2013) propõe uma alternativa de interpretação para o índice. Inicialmente, ele identifica problemas na interpretação sociológica dos significados do indicador e discute três problemas fundamentais que

segundo ele seriam desconsiderados pela literatura vigente. Primeiro, um possível conflito entre a estabilidade eleitoral e a competição partidária, o que colocaria a estabilidade em primeiro plano, acima da competição, desprezando algo primordial na democracia: a efetiva contestação pública. Elemento tão aclamado, por exemplo, por um teórico como Robert Dahl (2015)¹⁷. Segundo, o argumento de que não há critérios incontestáveis que justificariam a escolha de um determinado ponto ideal para a volatilidade eleitoral. Terceiro, que não há uma única forma de interpretação dos significados de patamares distintos de volatilidade em cada país, especificamente. Desse modo, torna-se necessário um critério de que justifique um modelo de interpretação em detrimento de outro, sugerindo então uma abordagem de “eficiência explicativa”.

Nesse sentido, Peres (2013) analisa que:

A volatilidade eleitoral indicaria oscilações no mercado político, ou seja, na “oferta” e na “demanda”, mediante certos graus de restrições e, em alguns casos, de eventos conjunturais, alheios ou não ao próprio mercado eleitoral. Por isso, os significados dos resultados numéricos encontrados devem ser apreendidos sempre de maneira contextualizada, de acordo com cada situação específica de “oferta/demanda”, de restrições e de eventos conjunturais internos e externos ao ambiente eleitoral (PERES, 2013, p. 25).

Partindo da ideia de que a democracia pressupõe alternância de poder, e por isso demanda algum grau de instabilidade, nem todo nível de estabilidade deve ser visto como positivo, como a estabilidade total, assim como nem toda instabilidade deve ser analisada como ruim, tal qual a instabilidade derivada da competição política que se caracteriza pela rotatividade do poder. Desse modo, defende o autor outro tipo de interpretação para a volatilidade eleitoral, que abandona a ideia de institucionalização, em favor do que classifica como perspectiva econômica da volatilidade eleitoral (PERES, 2013).

Peres (2013) aponta para a tentativa de parte significativa da literatura da política comparada em compatibilizar níveis satisfatórios de estabilidade dos sistemas partidários, com os requisitos da democracia eleitoral, expressos pela competição política aberta. Conforme ele, um posicionamento amplamente compartilhado por estudiosos consiste na ideia da máxima estabilidade possível, porém com algum grau de instabilidade. Desse modo, torna-se imprescindível a busca por critérios endógenos ao índice de volatilidade eleitoral, que possam unir níveis suficientes de volatilidade eleitoral para a vigência da

¹⁷ Para mais detalhes sobre o tema da participação e da contestação pública como elementos fundamentais na competição política ver Robert Dahl (2015).

competição partidária, e por outro lado, graus necessários de estabilidade para a garantia da institucionalização do sistema partidário.

Sendo assim, afirma Peres (2013) que, ao aderir às diretrizes normativas de estabilidade acompanhada de competição partidária, estaria a literatura admitindo a existência de um índice de volatilidade eleitoral que não é apenas aceitável, mas principalmente desejável. Nesse contexto, a busca por um ponto ótimo torna-se fundamental, porém, segundo ele, não há justificativa lógica para qualquer índice de volatilidade eleitoral que contemple em termos absolutos as duas premissas normativas inerentes ao problema: estabilidade e competição eleitoral.

A volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa no subsistema partidário rondoniense demonstra padrão semelhante em relação aos demais estados da região Norte. Ainda que nas últimas eleições anteriores a 2014 – quando há um aumento nos níveis – venha apresentando sinais de estabilização e queda, pode ser considerada alta, evidenciando elevada oscilação durante o período analisado da competição eleitoral, mas, de fato, denotando sinais nítidos de declínio se comparados ao início da década de 1990.

Não obstante, os altos índices de volatilidade e a oscilação evidenciam a existência de elevado grau de competição política no estado, que pode ter sido influenciada pela mudança de partido (migração partidária) por parte da classe política (MELO, 2004), principalmente no período de 1987 a 1995. Ou pelo surgimento e desaparecimento de legendas no sistema partidário, o que indicaria instabilidade, com o aumento da oferta. Nesse último caso, há também a influência das migrações partidárias no período pós-redemocratização, tendo em vista que no momento da abertura democrática até 1995, as migrações ocorriam fundamentalmente dos grandes partidos em direção a pequenas legendas recém-fundadas (FREITAS, 2012).

Desse modo, os eleitores responderiam a essa abertura da competição política. Isso não necessariamente quer dizer que o sistema apresente déficit democrático, mas que há grande variedade no mercado eleitoral (PERES, 2013). O que de fato, se verifica no sistema partidário rondoniense a partir da eleição de 1990, uma grande oferta no mercado eleitoral. Se num contexto de multipartidarismo controlado, na eleição fundadora de 1982, três partidos se organizaram para a disputa inaugural no estado, PDS, PMDB e PT, com apenas PDS e PMDB obtendo representação, na disputa eleitoral de 1990, 18 partidos concorreram nas eleições proporcionais para a Assembleia Legislativa e Câmara

dos Deputados, o que demonstra o nível de abertura do mercado da competição eleitoral naquela eleição.

No próximo capítulo, abordaremos o período do antigo Território Federal (1943-1982) e a competição eleitoral majoritária. Num contexto da representação proporcional vigente no País integralmente desde a redemocratização em 1945, Rondônia foi fundada como organização política sob os ditames da ditadura varguista e exibindo uma competição eleitoral nos moldes majoritários nas disputas para a única vaga à Câmara dos Deputados. Nesse momento, com apenas dois municípios, Porto Velho e Guajará-Mirim, uma elite política base na capital comanda quatro décadas de política no Território, até a transição ao Estado no decorrer dos anos 1980, quando emerge uma nova elite política oriunda do interior, especificamente dos recém-criados municípios do eixo da BR-364.

Capítulo II

Do Território Federal do Guaporé (1943) ao Estado de Rondônia (1982): quatro décadas de competição eleitoral majoritária

2.1. A fundação do Território Federal do Guaporé sob o Estado Novo varguista

A região onde está situado o estado de Rondônia passou por diversos processos de colonização e povoamento durante o século XX (TEIXEIRA & FONSECA, 2003; FONSECA, 2017)¹⁸. Enquanto unidade política, Rondônia vivenciou a partir da década de 1940 sua formação como Território Federal. Fundado em 1943, sob a liderança varguista do Estado Novo, o Território Federal do Guaporé incorporou áreas geográficas que anteriormente pertenciam aos estados do Mato Grosso e do Amazonas. No ano de 1956, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o Território passou a se chamar Território Federal de Rondônia. De 1943, até 1982, quando o estado de Rondônia foi instalado no final da ditadura militar, passaram-se quase quarenta anos.

O nascimento de Porto Velho, no início do século XX, como município pertencente ao estado do Amazonas, proporcionou a fundação de um núcleo estável de povoamento, capaz de superar as crises econômicas que abalaram a Amazônia em períodos posteriores, como, por exemplo, a primeira crise da borracha. Não obstante, recorda Fonseca (2017), Porto Velho, ao nascer, fez desaparecer a vila de Santo Antônio, localizada sete quilômetros rio acima, já no estado do Mato Grosso, parada quase obrigatória dos viajantes que por ali passavam. Por duas vezes, no decorrer do século XIX, tentou-se construir, a partir de Santo Antônio, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM). Na terceira tentativa, na primeira década do século XX, Porto Velho foi o lugar escolhido. Iniciada no ano de 1907, a construção da EFMM foi concluída em 1912, dois anos antes da criação do município de Porto Velho.

¹⁸ Na primeira metade do século XX, os processos de colonização da região do estado de Rondônia estavam diretamente associados à exploração da borracha e a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM). Na década de 1950, a descoberta de diamantes e, posteriormente, minério de cassiterita seria responsável por inaugurar outro período de migração à região. Mas é entre os anos 1970 e 1980, que a migração para o então Território Federal de Rondônia ganharia impulso, com taxas recordes nacionais, incentivada pela política do regime militar de ocupação dessa área da Amazônia. Milhares de pessoas, majoritariamente da região sul do País, chegavam ao antigo Território em busca de terras para o desenvolvimento da agricultura. Esse período deu início a um novo processo institucional, acarretando em importantes mudanças políticas, econômicas e sociais (TEIXEIRA & FONSECA, 2003; MACIEL, 2004; SOUZA, 2011; CAVALCANTE, 2015).

Nesse contexto, a cidade de Porto Velho surgiu como consequência da instalação da Ferrovia Madeira Mamoré, empreendimento construído como resultado do tratado de Petrópolis. O documento firmado em 1903 celebrou com a Bolívia o acordo sobre o qual o Brasil se comprometeria a construir uma ferrovia, com o objetivo primordial de escoar a produção da borracha boliviana. O trajeto da ferrovia fazia a ligação de Porto Velho a Guajará-Mirim, na divisa com o departamento boliviano do Beni. Pertencente ao estado do Mato Grosso, o município de Guajará-Mirim¹⁹ foi instalado em 1929, assim como Porto Velho também em decorrência da ferrovia Madeira Mamoré. Desse modo, Guajará nasceu em torno da estação (TEIXEIRA & FONSECA, 2003). Durante mais de trinta anos, Porto Velho e Guajará-Mirim foram as duas únicas cidades do Território.

Ao analisar a formação institucional da região de Rondônia, seu desenvolvimento desde o século XVI e o papel do estado como indutor desse processo, afirma Cavalcante (2015, p. 400-401):

A Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) significou o primeiro grandioso processo de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental, que potencializou um significativo fluxo humano para a região de Porto Velho e Guajará-Mirim, o que levou a desencadear um novo processo institucional. Por isso, é comum encontrar nos escritores regionais rondonienses a afirmativa de que a história de Rondônia se confunde, de tão próxima, com a própria história da EFMM. E eles tem razão ao fazerem isso. No entanto, é preciso abstrair um ponto importante nesse cenário: a força do Estado como indutor desse processo. Portanto, é por meio dela que, mais uma vez a Amazônia deposita sua esperança de ter seu desenvolvimento, enfim, alcançado. Desta forma, é com a borracha que as definições territoriais da Amazônia encontraram, enfim, um desfecho final. Só que agora as negociações não estariam mais entre as metrópoles, isto é, entre Portugal e Espanha, e sim, entre os Estados independentes que surgiram a partir do período colonial, ou seja, Brasil e Bolívia. E do fruto dessa negociação nasce a principal raiz histórica que marca, concretamente, o início do surgimento de Porto Velho e Guajará Mirim, dois núcleos urbanos que mais tarde deram suporte à criação do Território Federal do Guaporé, sendo o primeiro desmembrado do Estado do Amazonas e o segundo do Estado do Mato Grosso.

Construída por uma empresa americana dirigida pelo empresário e investidor estadunidense Percival Farquhar, a *Madeira Mamoré Railway and Company* (MMRC) ficou sob administração americana até 1919, num cenário que dividia a cidade de Porto

¹⁹ A lei de criação do município de Guajará-Mirim foi sancionada no dia 12 de julho de 1928, pelo governador do Estado Mato Grosso, Mário Correa da Costa (CHAMMA, 2012).

Velho em duas partes: brasileira e americana. Posteriormente, os ingleses assumiram a administração da ferrovia, que após um período de crise seria nacionalizada no ano de 1931, durante o governo revolucionário de Getúlio Vargas. No início dos anos 1930, boa parte dos trabalhadores ferroviários começou a ser dispensada, acontecimento que mobilizou Porto Velho à época. “A crise da borracha, aliada a um grande período de crise do capitalismo internacional, iniciado com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929 refletia-se vivamente nas condições de operacionalidade da EFMM” (TEIXEIRA & FONSECA, 2003, p. 152).

Em julho de 1931, o presidente Getúlio Vargas decretou a transferência da administração da EFMM para o Ministério da Viação. Ao assinar o decreto-lei nº 2020 e nacionalizar a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Vargas nomeou como diretor o então chefe do posto telegráfico, e autoridade máxima na região, tenente Aluízio Ferreira²⁰, subordinado ao Marechal Rondon. Aluízio Ferreira assumia a direção da ferrovia estatal sob o comando do Ministro da Viação, José Américo de Almeida (PINTO, 1993; TEIXEIRA & FONSECA, 2003; SOUZA, 2011). Conforme Souza (2011), a nacionalização da *Madeira Mamoré Railway and Company* (MMRC) representou um marco no processo de autonomia da região.

A nacionalização da EFMM, como recorda Souza (2011), pode ser considerada como o evento fundante da memória local. Do ponto de vista estratégico, o governo Vargas compreendia a estatização da ferrovia como de fundamental importância para o controle do estado sob as áreas de fronteira, consistindo na única forma de ligação entre Porto Velho, o Departamento boliviano do Beni e o Mato Grosso, nas áreas dos rios Guaporé e Mamoré. Nesse contexto, a ocupação humana por elementos advindos do Estado Nacional era analisada como vital para a defesa do território. Não obstante a conservação da soberania nas fronteiras, a questão indígena foi outro ponto central identificado por Aluízio Ferreira, que observava na criação de núcleos de atração indígena e a utilização deles como guardas fronteiriços, uma solução para a problemática regional.

²⁰ Nascido em 1897, no município de Bragança, no Estado do Pará, o jovem oficial Aluízio Ferreira, membro revolucionário do movimento tenentista em 1924, exilou-se, posteriormente, nos seringais de Versailles, no lado boliviano do Rio Guaporé. Anistiado em 1929, foi convidado por Cândido Rondon para ingressar na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso-Amazons (PINTO, 1993). No ano de 1930, o tenente Aluízio Ferreira foi nomeado Delegado do estado do Amazonas pelo Governo Provisório Revolucionário, até ser designado no ano seguinte pelo presidente Vargas, como diretor da EFMM, após sua nacionalização. Posteriormente, com a fundação do Território Federal do Guaporé, Aluízio Ferreira consolidou-se como a maior liderança política da primeira fase do período territorial, compreendida nesta tese como o período de 1943 a 1964.

Desde o início dos anos 1930, o governo de Getúlio Vargas realizava investimentos diretos na região da ferrovia Madeira Mamoré. As políticas desenvolvidas pela União, como recorda Pinto (1993, p. 137), “demonstravam o interesse especial que Vargas vinha dispensando àquelas áreas remotas”. De fato, naquele período, no espaço geográfico em que hoje se situa o estado de Rondônia, a instalação de contingentes militares para a efetivação de colônias agrícolas, a fundação de escolas e os incentivos ao desenvolvimento da infraestrutura local eram uma realidade, o que destoava de outras áreas da Amazônia, subdesenvolvidas e sem o apoio estatal (PINTO, 1993).

No ano de 1937, o golpe liderado pelo próprio presidente Getúlio Vargas marcou o início da ditadura do Estado Novo. Na década seguinte, sob a égide do regime ditatorial varguista, a emergência do Território Federal do Guaporé concretizou o processo de autonomia regional²¹. Diante de uma conjuntura de relativo crescimento econômico, tendo em vista a eclosão da segunda guerra mundial e a demanda dos aliados pela produção da borracha, o governo Vargas encabeça o processo de fundação de cinco territórios federais em 1943. O Decreto-lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou os territórios federais do Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã e Iguaçu. A Constituição brasileira de 1934 incorporou o Território como ente federativo, mantido com a Carta Constitucional estado-novista de 1937.

Inicialmente, o Território Federal do Guaporé foi composto por quatro municípios: Porto Velho, Lábrea, Alto Madeira (antigo Santo Antônio do Rio Madeira) e Guajará-Mirim. Posteriormente, após o retorno de Lábrea ao Amazonas, no ano de 1944, e a anexação de Alto Madeira a Porto Velho, em 1945, a nova unidade federada contaria com apenas duas cidades: Porto Velho e Guajará-Mirim. Esse quadro durou até a segunda metade dos anos 1970, quando ocorre a fundação de importantes municípios no eixo da BR-364²².

No âmbito econômico, o extrativismo tendo como principal produto a borracha constituiu-se na atividade principal no início da formação do Território Federal do Guaporé, até década de 1950, quando entrou em declínio. Isso ocorre paralelamente à

²¹ O então presidente Getúlio Vargas visitou Porto Velho no ano de 1940. Sua estadia, inicialmente prevista por algumas horas, durou três dias. Certamente, a ida de Vargas a Porto Velho foi de fundamental importância para sua decisão de criar o Território Federal do Guaporé alguns anos depois, processo que teve na construção da EFMM, e no surgimento dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, seus elementos de maior influência.

²² A partir da segunda metade dos anos 1970, ocorre a fundação de importantes municípios no eixo da BR-364. A criação dessas cidades foi de fundamental importância para o desenvolvimento do recém-criado estado no início dos anos 1980, bem como acarretou mudanças significativas no que concerne ao perfil da elite política regional.

descoberta e emergência do minério de cassiterita, que passaria a ser o grande motor do desenvolvimento econômico no decorrer dos anos de 1960 (TEIXEIRA & FONSECA, 2003; MACIEL, 2004; SOUZA, 2011; CAVALCANTE, 2015).

Durante o período inaugural, a figura do militar Aluízio Ferreira consolidou-se como a liderança fundadora, que guiaria os rumos da política regional nos anos seguintes. Em 1943, Aluízio Ferreira foi nomeado pelo presidente Vargas, o primeiro governador e, posteriormente, exerceria três mandatos de deputado federal. A partir de 1947, o Território passou a eleger um parlamentar federal, o que se perpetuou até 1978, quando foi instituída uma segunda vaga na Câmara dos Deputados. O cargo de deputado federal era de vital importância para a representação política territorial, influenciando diretamente a nomeação dos governadores, pois até a eclosão do golpe militar de 1964, por vezes, o deputado eleito foi quem sugeriu ao Presidente da República quem seria nomeado para governar o Território²³ (FONSECA, 2019).

No tocante ao Executivo, em trinta e oito anos sob a condição de Território Federal Autônomo, “Rondônia teve vinte e sete governadores, sendo vinte e um militares e seis civis. Todos nomeados” (MATIAS, 1998, p. 95). Como afirma Fonseca (2019), uma característica comum dos Territórios Federais criados em 1943, consistia no fato de todos serem governados por oficiais militares, tal como sugerido por Francisco Adolfo Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), na primeira proposta de criação de territórios, publicada em 1849. Os quadros 01 e 02 apresentam os governadores do período territorial, de 1943 a 1982.

Quadro 01. Governadores do Território Federal do Guaporé

Posse	Nome	Exoneração
1943 (01/11)	Aluízio Pinheiro Ferreira	1946 (07/02).
1946 (07/02)	Joaquim Vicente Rondon	1947 (31/10).
1947 (31/10)	Frederico Trotta	1948 (09/06).

²³ Quando o deputado federal do Território não pertencia ao mesmo partido, ou coalizão, do Presidente da República, o parlamentar não detinha poder político e influência para indicar o governador junto ao presidente. Para maiores detalhes, ver Fonseca, 2019. Disponível em: <https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/dante-fonseca/aluizio-pinheiro-ferreira-e-joaquim-vicente-rondon-a-primeira-sucessao-no-governo-do-territorio-federal-do-guapore-1946>

1948 (09/06) Joaquim de Araújo Lima 1951 (22/02).
 1951 (22/02) Petrônio Barcelos 1952 (07/02).
 1952 (07/02) Jesus Burlamaqui Hosannah 1953 (18-11).
 1953 (18/11) Ênio dos Santos Pinheiro 1954 (13/09). Primeiro mandato.
 1954 (13/09) Paulo Nunes Leal 1955 (05/04) Primeiro mandato.
 1955 (05/04) José Ribamar de Miranda 1956 (14/10).
 Fonte: Adaptado a partir de Teixeira & Fonseca, 2003, p.165.

Quadro 02. Governadores do Território Federal de Rondônia.

Posse	Nome	Exoneração
-------	------	------------

1956 (14/10)	Jayme Araújo dos Santos	1956 (06/11).
1958 (06/11)	Paulo Nunes Leal	1961 (18/03). Segundo mandato.
1961 (18/03)	Abelardo Alvarenga Mafra	1967 (08/09). Primeiro mandato.
1961 (13/09)	Ênio dos Santos Pinheiro	1962 (03/07). Segundo mandato.
1962 (12/12)	Wadih Darwich Zacharias	1963 (27/07).
1963 (27/07)	Ari Marcos da Silva	1963 (14/10).
1963 (14/10)	Paulo Eugênio Pinto Guedes	1964 (27/01).
1964 (27/01)	Abelardo Alvarenga Mafra	1964 (06/04). Segundo mandato.
1964(24/04)	José Manoel Lutz da Cunha Menezes	1965 (29/03).

1965 (29/03)	João Carlos dos Santos Mader	1967 (10/04).
1967 (10/04)	Flávio Assumpção Cardoso	1967 (30/11).
1967 (30/11)	José Campedelli	1969 (13/02).
1969 (13/02)	João Carlos Marques Henrique Neto	1972 (31/10). Primeiro mandato.
1972 (31/10)	Theodorico Gahyva	1974 (23/04).
1974 (23/04)	João Carlos Marques Henrique Neto	1975 (20/05). Segundo mandato.
1975 (20/05)	Humberto da Silva Guedes	1979 (20/03).

1979 (20/03) Jorge Teixeira de Oliveira 1981 (22/12). Primeiro governador do Estado de Rondônia.

Fonte: Adaptado a partir de Teixeira & Fonseca, 2003, p.167.

O fim do Estado Novo fez surgir, a partir da redemocratização no final de 1945, a primeira experiência político-partidária moderna brasileira. No Território Federal do Guaporé, esse experimento democrático deu origem a um sistema partidário subnacional envolto a uma competição eleitoral majoritária, na qual, entre as eleições de 1947 a 1962 os eleitores votavam apenas para os cargos de presidente e um deputado federal. No entanto, essa competição eleitoral majoritária e com apenas uma vaga de representação em disputa estava diretamente associada a uma vida política efervescente e polarizada, com grupos políticos em disputa acirrada e por vezes violenta pelo poder. Esse momento da história política rondoniana é de vital importância para compreender a formação do sistema partidário que seria fundado a partir de 1982, no contexto da transição Território/Estado.

2.2. A redemocratização de 1945: o sistema partidário moderno brasileiro e a competição eleitoral majoritária no Território Federal do Guaporé

Como recorda Chacon (1998, p.143), no contexto de uma sociedade civil incipiente, “fechado militarmente, o sistema político, ele só podia abrir através das forças armadas”. É diante dessa conjuntura que a redemocratização no final de 1945, acompanhada da eleição do general Eurico Gaspar Dutra (PSD), fundou também o sistema político-partidário moderno brasileiro, com partidos de cunho nacional (SOARES, 1976; SOUZA, 1983; LIMA JR., 1983; REIS, 1983; SOUZA, 1992; DULCI, 2003). Com pouco mais de dez legendas, pela primeira vez o Brasil possuía três grandes partidos nacionalizados: UDN, PSD e PTB. Havia também alguns partidos menores, de força eleitoral regional. Importante mencionar, no ano de 1947, a proibição de organização a partidos de ideologia comunista²⁴.

²⁴ No ano de 1945, argumenta Soares (1976, p. 69), “A situação político-partidária, depois de muitos anos de ditadura, caracterizava-se pela existência de um só partido efetivamente nacional dotado de uma ideologia consistente: o Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922, que soube manter mesmo durante a ditadura, uma estrutura organizacional nacional ancorada nas capitais e principais cidades”. Assim como o PTB varguista, o PCB possuía como principais redutos eleitorais os centros urbanos e industriais. Na ocasião de sua proibição no ano de 1947, o PCB detinha cerca de 10% do

Skidmore (1992) afirma que a derrubada de Vargas acarretou profundas e imediatas consequências para a política brasileira. Primeiro, porque ainda que se retirasse da presidência, sua personalidade continuaria a dominar a cena política nacional nos anos seguintes. Em segundo lugar, porque a saída de Vargas significava a criação de uma nova estrutura legal para o novo período democrático. Uma constituição era necessária para substituir a carta autoritária de 1937, assim como os partidos políticos, instituições vitais na democracia moderna, precisavam ser fundados e fortalecidos. E por último, o retorno à democracia trazia consigo o surgimento de desacordos e conflitos, inerentes ao ideal democrático, que poderiam beneficiar a classe média e o operariado das regiões mais desenvolvidas, tendo em vista que num contexto de proibição do voto ao analfabeto instituído pela Constituição de 1946, poderiam obter votações relevantes em eleições nacionais.

Referindo-se a uma tendência liberal da legislação partidária à época, e certas contradições que caracterizaram a formação e o funcionamento do sistema partidário de 1946 a 1964, Lima Jr. (1983, p.58) assinala que:

O liberalismo preconizado era elitista, restrito e permeado por três contradições, pelo menos: a primeira favoreceu, simultaneamente, à criação de grandes partidos nacionais e de pequenos partidos regionais; a segunda garantiu a representação de minorias políticas, mas ao mesmo tempo, excluiu da participação eleitoral grandes segmentos sociais e limitou o espectro da disputa ideológica; finalmente, a terceira fortaleceu a organização partidária, e simultaneamente, a liderança individual.

Embora o sistema eleitoral brasileiro fosse proporcional, integralmente, desde 1945, durante a República de 1946 tem início um longo período de competição eleitoral majoritária no Território Federal do Guaporé e, posteriormente, no Território Federal de Rondônia. Ademais, a competição eleitoral no território à época girava em torno da única vaga para deputado federal. Durante o período democrático de 1946 a 1964, os eleitores do Território Federal votaram apenas em eleições para Presidente da República e deputado federal.

Não havia, na unidade federada com status de Território Federal, Assembleia Legislativa, e nos municípios de Porto Velho e Guajará Mirim também inexistia Câmara de Vereadores²⁵. Indicado à Presidência da República pelo único deputado federal,

eleitorado nacional, constituindo-se naquela época como o maior Partido Comunista em atividade na América Latina (SKIDMORE, 1992).

²⁵ As Câmaras de Vereadores de Porto Velho e Guajará-Mirim foram fechadas na ocasião da Revolução de 1930 e seriam reabertas apenas no ano de 1969.

Fonseca (2019) lembra que o governador era nomeado pelo presidente que, por sua vez nomeava prefeitos e membros do Conselho Territorial, que era um órgão meramente consultivo. Detentores desses cargos podiam ser exonerados à vontade.

A abertura democrática de 1945 foi acompanhada pelo crescimento vertiginoso da participação política no País, que aumentou consideravelmente o número de cidadãos aptos a participar do processo eleitoral. Soares (1976) recorda que o eleitorado brasileiro saltou de aproximadamente um milhão e quinhentos mil eleitores em 1934, para cerca de seis milhões de votantes na eleição de 1945, o que representou um aumento de mais de 400%. Em 1945, o Território Federal do Guaporé possuía somente 2.902 eleitores, número que aumentaria para 12.750 em 1962. Nesse mesmo período, o eleitorado brasileiro passou para aproximadamente dezoito milhões quinhentos e oitenta mil, em 1962²⁶ (IBGE, 1963).

Não obstante, Lima Jr. (1983) afirma que no período de 1945 a 1962, apenas quatro estados: São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e Rio Grande do Sul, detinham quase a metade do eleitorado nacional. Conforme o autor, oito estados contavam com 70% dos eleitores brasileiros, sendo não apenas as unidades federadas mais populosas, mas também as mais desenvolvidas da federação (LIMA JR., 1983).

O experimento democrático moderno brasileiro, ainda que sob o formato de uma competição eleitoral limitada ao antigo território, foi marcado por intensa disputa política que caracterizaria o período territorial entre 1946 e 1964. Assim, o processo de organização partidária na nova unidade federada foi seguido também por uma acirrada luta política entre dois grupos regionais, criados à época, denominados Cutubas e Pele-Curtas²⁷. Na década de 1950, o cenário político era polarizado entre esses dois grupos rivais, Cutubas, representantes dos Aluizistas de PTB e PSD, e os Pele-Curtas formado pelos correligionários de Joaquim Vicente Rondon e Renato Medeiros, filiados ao PSP.

²⁶ Para mais detalhes sobre o eleitorado brasileiro durante a República de 1946, ver Anuário de Estatística do Brasil, IBGE, 1963.

²⁷ O grupo político dos Cutubas era identificado como dos indivíduos das classes mais altas da sociedade. Já o grupo dos Pele-Curtas era formado majoritariamente pela população mais simples, ainda que não fosse necessariamente assim, tendo em vista encontrar membros de classes sociais distintas em ambos os agrupamentos políticos. Ressalta-se o caráter pejorativo das expressões Cutubas e Pele-Curtas, que inclusive foram designações cunhadas pelos próprios grupos, com o intuito de atacar e menosprezar uns aos outros.

A aliança entre PSD²⁸ e PTB²⁹, encabeçada por Aluízio Ferreira no antigo território, demonstrava não somente a força de Getúlio Vargas na fundação e instalação do Território Federal do Guaporé, mas também a influência do varguismo no processo de formação em âmbito nacional dos novos partidos na ocasião da abertura democrática. Sobre esse último ponto, assinala Reis (1983, p. 105-106):

O sistema partidário existente entre 1945 e 1964 chegou a incluir 13 partidos, de importância muito variada na cena política do país. 1945 marca o fim da ditadura de Getúlio Vargas, que exercera o poder supremo desde 1930. Mas é da iniciativa do próprio Vargas que brotam, na transição para a fase democrática da vida brasileira que então se inaugura, dois dos mais importantes partidos do período; o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No tocante à criação dos partidos políticos no antigo território a partir de 1945, o coronel Aluízio Ferreira, primeiro governador do Território Federal do Guaporé nomeado por Getúlio Vargas, e aliado do ex-presidente, consolidou-se como fundador do Partido Social Democrático (PSD) na região do Guaporé. Nesse contexto, a filiação de Aluízio ao PSD seguia uma lógica nacional. Como recordam Mainwaring, Meneguello & Power (2000, p. 21):

O PSD foi um dos dois partidos criados por Vargas em 1945, com a finalidade de preservar as extensas máquinas políticas construídas durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Nascido na burocracia do Estado Novo (muitos dos primeiros líderes do PSD haviam sido interventores nomeados por Getúlio nos governos estaduais e nas capitais), o partido sempre manteve um relacionamento íntimo com o aparato estatal e estava entrelaçado com antigas redes de nomeação rural nas regiões subdesenvolvidas. Seu perfil era pragmático, com fama de moderador e conciliador.

²⁸ Conforme Hippolito (2012), o PSD era uma espécie de fiel da balança, o partido capaz de garantir a estabilidade do regime de 1946, desenvolvendo seu papel de centro na política brasileira.

²⁹ Nicolau (2004, p. 87), ao abordar as dificuldades de estudo da política brasileira durante a experiência democrática do período de 1945 a 1964, afirma: “A legislação da República de 1946 era pouco exigente com relação à filiação partidária. Não havia nenhum documento legal comprovando o vínculo de um cidadão com determinado partido. Para concorrer em uma eleição, o partido (ou coligação) precisava apenas registrar sua lista de candidatos quinze dias antes do pleito. Nas situações em que havia coligação, não havia indicação do partido ao qual cada candidato estava vinculado – nestes casos, a estatística eleitoral trazia apenas a lista dos partidos que disputaram a eleição (em outros, nem isso) e um rol de candidatos inscritos”.

Legítimo representante do varguismo no antigo território, Aluízio Ferreira, a maior liderança dos Cutubas, fundaria também o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), dominando, juntamente com seus aliados, as duas legendas. Em fevereiro de 1946, antecipando o término do mandato de Aluízio Ferreira (PSD), Joaquim Vicente Rondon³⁰, também oficial do exército, é nomeado governador do Território Federal do Guaporé pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (PSD).

Posteriormente, o governador Joaquim Vicente Rondon constituir-se-ia, ao lado de Renato Medeiros, uma das principais lideranças dos Pele-Curtas no antigo Território, grupo político de oposição ao coronel Aluízio Ferreira, que reunia simpatizantes e membros do Partido Social Progressista (PSP). Como afirma Lima Jr. (1983), o PSP foi formado a partir da fusão de três pequenas legendas fundadas no processo de redemocratização, no final de 1945, por líderes políticos paulistas do Partido Republicano Progressista (PRP), do Partido Popular Sindicalista (PPS) e do Partido Agrário Nacional (PAN). O PSP tinha como base o estado de São Paulo e como liderança expoente o político paulista Ademar de Barros, ex-interventor e governador paulista. Considerado um partido de cunho regional, em Rondônia o PSP foi uma grande força partidária de oposição ao grupo dominante aluizista de PTB e PSD.

Numa conjuntura de ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, no ano de 1947, a formação do PSP rondoniense incorporou comunistas históricos do Território que pertenciam aos Pele-Curtas. Desde sua posse no governo do Território, o coronel Vicente Rondon foi um dos principais opositores do coronel Aluízio Ferreira. Ambos protagonizariam, nos anos seguintes, uma acirrada disputa pelo poder na política regional. Ainda que tenha combatido os comunistas na ocasião de seu governo no Território, Joaquim Vicente Rondon conviveu, posteriormente, com diversos militantes comunistas no PSP e no grupo dos Pele-Curtas.

Na eleição suplementar de 19 de janeiro de 1947, para a única vaga à Câmara Federal, o então governador Joaquim Vicente Rondon, ainda não filiado ao PSP, apoiou o coronel Paulo da Cruz Saldanha (UDN), que concorreu contra o ex-governador Aluízio

³⁰ Joaquim Vicente Rondon nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, no ano de 1900. Estudou no Liceu Cuiabano e, mais tarde, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ao longo da sua carreira militar, fez os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola do Estado-Maior e da Escola Superior de Guerra. Em fevereiro de 1946, assumiu o governo do território federal de Guaporé, hoje estado de Rondônia, substituindo Aluízio Ferreira. Permaneceu no cargo até outubro de 1947 (ver CPDOC). Em 1954, foi eleito deputado federal pelo PSP. Nesse período, liderou na política regional o grupo dos Pele-Curtas.

Ferreira (PSD). Partido de cunho conservador, a UDN surgiu em 1945 a partir do Manifesto dos Mineiros, como a maior agremiação partidária opositora ao varguismo (LIMA JR, 1983). Embora apoiado pelo governador Vicente Rondon, o candidato udenista não logrou êxito nas urnas frente ao ex-governador Aluízio Ferreira (PSD). Vitorioso no pleito, Aluízio Ferreira entrava para a história como primeiro deputado federal do antigo Território, além de ter sido o primeiro governador nomeado. Assim, consolidava-se Aluízio, já naquele momento, como a maior liderança política do Território Federal do Guaporé.

No decorrer de 1947, o acirramento da disputa entre o governador Joaquim Vicente Rondon e o deputado federal Aluízio Ferreira acarretou a destituição³¹ de Vicente Rondon do cargo de chefe do Executivo territorial. A disputa pelo poder político entre os dois coronéis militares se arrastaria por mais de dez anos. Fortalecido politicamente, Ferreira indicou ao presidente Eurico Gaspar Dutra (PSD) o nome do major do exército, Frederico Trotta, para o cargo de governador do Território Federal do Guaporé (BORZACOV, 1997). Nomeado em 31 de outubro de 1947, Trotta ficou no cargo até 09 de abril de 1948, sendo substituído pelo engenheiro civil Araújo Lima, ex-diretor da EFMM³², primeiro civil a assumir o governo territorial.

Na eleição para a Câmara dos Deputados em 1950, Aluízio Ferreira, já filiado ao PTB, apoiador da candidatura de Vargas à presidência, enfrentou o ex-governador Joaquim Vicente Rondon, candidato pelo PSP ademarista. Numa eleição muito disputada, “Apesar das acusações de fraude, Aluízio Ferreira, que tinha o apoio de grandes seringalistas, foi reeleito, impôs uma segunda derrota a Joaquim Vicente Rondon e firmou-se como maior liderança política regional” (MATIAS, 1998, p. 97). Nos anos 1950, a disputa político-partidária no antigo território passaria a ser polarizada pelo confronto entre os grupos Cutubas (PTB e PSD) e Pele-Curtas (PSP).

³¹ Os coronéis Joaquim Vicente Rondon e Aluízio Ferreira eram inimigos políticos declarados. A disputa política entre ambos durou mais de dez anos. Durante o governo de Vicente Rondon, que sucedeu Aluízio, este empreendeu esforço na tentativa de afastar Vicente Rondon do cargo, o que não foi possível inicialmente pela amizade que Vicente Rondon tinha com o arcebispo de Cuiabá, Dom Aquino Correia, muito próximo da senhora Carmela Dutra, esposa do presidente Eurico Gaspar Dutra e primeira dama do País. Foi dona Carmela, a pedido de Dom Aquino, quem intercedeu diretamente com o presidente para que não afastasse Joaquim Vicente Rondon do cargo de governador do Território Federal do Guaporé. Porém, uma semana após seu falecimento, o presidente Eurico Gaspar Dutra exonerou Vicente Rondon, e a pedido do então deputado federal, nomeou o Major Frederico Trotta para o cargo, em novembro de 1947 (BORZACOV, 1997).

³² Durante o período do Território Federal, quatro ex-diretores da Estrada de Ferro Madeira Mamoré foram nomeados governadores. Foram eles: Aluízio Ferreira, Araújo Lima, Ênio Pinheiro e Darwich Zacharias. Para mais detalhes sobre a influência da burocracia da Estrada de Ferro sobre a política territorial até 1964, ver capítulo V.

Em 1951, diamantes foram descobertos nas proximidades do Rio Ji-Paraná, localidade do posto telegráfico de Vila de Rondônia, atual região do município de Ji-Paraná, segunda maior cidade do Estado. Milhares de pessoas foram atraídas para a região, porém não havia muitos diamantes como imaginado. Não obstante, durante a exploração, os garimpeiros encontraram pedras pretas e muito pesadas, que posteriormente descobriram se tratar do minério de estanho, ou cassiterita (SOUZA, 2011).

Nos anos seguintes, paralelamente ao quadro de crise política do segundo governo Vargas (PTB), que levaria ao suicídio do ex-presidente, ocorre o crescimento do movimento oposicionista ao deputado federal Aluizio Ferreira (PTB) no Território Federal do Guaporé. Diante dessa conjuntura, na eleição de 1954, a oposição liderada pelo ex-governador Joaquim Vicente Rondon (PSP) consagrou-se vitoriosa contra o ex-governador e então deputado federal petebista Aluizio Ferreira, que tentava o seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados.

O resultado eleitoral de 1954 marcou a vitória da oposição liderada por Joaquim Vicente Rondon (PSP), que pela primeira vez conquistava o único cargo eleitoral do antigo território. Assim, acirrava-se a disputa política regional, radicalizando a polarização entre os grupos políticos rivais, representados pelos Cutubas, formado por correligionários “aluizistas” de PTB e PSD, e os Pele-Curtas, liderados por Vicente Rondon e Renato Medeiros (PSP).

No plano nacional, a crise política que acarretou o suicídio de Getúlio Vargas (PTB) em 1954 abriu o caminho para dez longos anos de instabilidade na política brasileira (SKIDMORE, 1992). A instabilidade institucional e ameaça de intervenção militar durante o período que se inicia após a morte de Vargas e a ascensão do vice Café Filho (PSP) ao poder, passa pela eleição e o governo de Juscelino Kubitschek (PSD), posteriormente, pela renúncia de Jânio Quadros (PDC) e a recusa dos militares em dar posse a João Goulart (PTB), até o golpe militar de 31 de março de 1964.

Em 1956, o então Território Federal do Guaporé passou a denominar-se Território Federal de Rondônia, numa homenagem ao Marechal Rondon, o grande desbravador da região no início do século XX. A lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, foi de autoria do deputado Áureo Bringell de Melo (PTB-AM), ainda que o deputado federal do território, Joaquim Vicente Rondon (PSP), tenha sido o mentor intelectual do projeto que instituiu a mudança de nome (MATIAS, 1998).

Na década de 1950, o Território Federal de Rondônia vivenciaria profundas transformações no tocante ao modelo de produção econômica regional. Nesse contexto, “em 1958, foram descobertos nas áreas de seringais, os primeiros aluviões de cassiterita em Rondônia, dando início a exploração mineral sob regime de garimpo” (FREITAS & SILVA & 2013, p. 06). A partir daí, um novo ciclo migratório teria início, acarretando a migração de um contingente populacional oriundo de diversas unidades federadas, com destino especialmente à cidade de Porto Velho e a região do município de Guajará Mirim, na rota da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, posteriormente desativada no ano de 1972.

Na eleição de 1958, Aluizio Ferreira (PTB) retornaria à Câmara dos Deputados para exercer seu terceiro mandato como representante do antigo Território, numa eleição disputada contra Renato Medeiros³³ (PSP), líder do grupo dos Pele-Curtas. Aluizio Ferreira consagrou-se novamente vitorioso e, assim, ratificado como o maior nome da política do antigo território. Nesse período, radicalizava-se ainda mais a violência política entre Cutubas e Pele-Curtas. “Diante da vitória de Aluizio Ferreira contra Renato Medeiros, ambos candidatos à Câmara Federal, a cidade de Porto Velho tornou-se um cenário de horror para os Pele-Curtas” (CASTIEL, 2013, p. 224).

Naquele período, a força eleitoral petebista crescia significativamente em todo o País e o PTB saltava de 22 deputados federais em 1945, para 66 parlamentares em 1958. Esse número subiria para 116 cadeiras na eleição de 1962, quando a legenda alcançaria a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, superando a UDN, e ficando atrás apenas do PSD (SOARES, 1976). Assim, evidenciava-se um declínio da representação dos partidos conservadores e um crescimento notório do trabalhismo de centro-esquerda, herança direta do varguismo no País.

Em 1960, ainda durante a presidência de Juscelino Kubitschek (PSD), o governador do Território Federal de Rondônia, Coronel Paulo Nunes Leal, empreendeu esforços junto ao presidente da República para a viabilização do projeto de construção da BR-29. A rodovia foi uma espécie de embrião do projeto da BR-364, que ligaria Rondônia ao centro-sul do País, o que contribuiu diretamente para a migração de milhares de trabalhadores oriundos de várias regiões. Como afirma Souza (2011, p. 19):

³³ Renato Clímaco Borralho Medeiros nasceu em Belém, em 30 de março de 1912. Formado em medicina, foi prefeito indicado de Porto Velho e, posteriormente, deputado federal filiado ao PSP, cassado pelo golpe de 1964. Ao lado de Joaquim Vicente Rondon, dividiu a posição de maior liderança do grupo dos Pele-Curtas.

No ano de 1966, chega e se instala no Território o 5º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (5º BEC), para construir pontes e pavimentar as estradas para interligar o Território ao Centro-Sul. A BR-364, em cima do traçado das linhas telegráficas de Rondon e da BR-29 de JK iria cortar todo o Território até Porto Velho e depois se estender até Rio Branco, no Acre. Além dela seria construído um ramal, a BR-425³⁴, a seguir pela margem esquerda, paralelamente, acompanhando o Rio Mamoré e o traçado da EFMM até Guajará Mirim, na fronteira com o Departamento do Beni na Bolívia.

Em meio ao processo de desenvolvimento e crescimento da região, na eleição de 1962, o PTB “aluizista” foi surpreendido pela força da oposição no Território. O médico Renato Medeiros (PSP), a liderança maior do grupo dos Pele-Curtas à época, ex-prefeito de Porto Velho, venceu a disputa eleitoral contra Ênio Pinheiro (PTB), representante dos Cutubas, apoiado por Aluízio Ferreira que havia desistido de concorrer à sua quarta reeleição. Renato Medeiros (PSP) consagrou-se vitorioso com ampla margem de votos, obtendo expressiva votação, principalmente no município de Guajará-Mirim.

A experiência democrática do período de 1946 a 1964 no antigo território, apesar de um quadro de competição eleitoral limitada, foi marcada por uma intensa luta política que envolveu grupos rivais numa disputa por vezes violenta. No imaginário popular rondoniano, um episódio muito presente é um incidente que terminou em tragédia, denominado de “Caçambada”³⁵. Na campanha eleitoral de 1962, durante um comício de Renato Medeiros (PSP) e do grupo Pele-Curtas, no bairro Olaria, um motorista da prefeitura de Porto Velho jogou o caminhão caçamba em direção aos manifestantes, deixando mortos e feridos. Os Pele-Curtas acusaram os integrantes do grupo Cutubas pelo ocorrido. Diante desse cenário, a campanha do médico Renato Medeiros saiu ainda mais fortalecida, sendo vitoriosa nas urnas.

Político de ideologia progressista, o médico Renato Medeiros (PSP) era considerado como o maior representante da esquerda na política regional. Com o golpe militar de 31 de março de 1964, Medeiros foi cassado e teve decretada sua prisão domiciliar. O suplente Hegel Morhy assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, como

³⁴ A rodovia 425, atual rodovia engenheiro Isaac Bennesby, que liga a BR-364 ao município de Guajará-Mirim, na fronteira do Brasil com a Bolívia, teve suas obras iniciadas no começo da década de 1970. À época, ainda era denominada como rodovia 319.

³⁵ No ano de 2019, foi lançado o documentário Caçambada Cutuba – a história que Rondônia não escreveu, produzido pelo jornalista Zola Xavier da Silveira. Para mais detalhes sobre o trágico episódio, ver Amaral Filho, 2011. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/geral/ha-49-anos-acontecia-a-cacambada-cutuba-por-antonio-serpa-do-amaral-filho>

representante do Território Federal de Rondônia. Após sua cassação, Renato Medeiros, grande liderança política progressista no antigo Território, abandonou a vida pública.

O início da ditadura militar foi acompanhado também no antigo Território pelo desaparecimento dos grupos políticos rivais, Cutubas e Pele-Curtas. Foram destituídos do cargo o governador, Abelardo Alvarenga Mafra, e o prefeito interino de Porto Velho, Carmênio Barroso, que substituía o titular, Raphael Castiel, que se encontrava em viagem fora de Rondônia (CASTIEL, 2014).

Ao analisar o sistema partidário brasileiro, do período de 1945 a 1964, diante de um quadro que apresentava profundas diferenças de estado para estado, bem como nas esferas federal e estadual, Lima Jr (1983, p. 30) afirma que:

Dependendo do nível de competição, das mudanças através do tempo e das diferenças entre os estados, a competição assumiu formas diferentes tão distintas, que, a nosso ver, seria inadequado afirmar que o Brasil possuía um sistema multipartidário. Na verdade, o que havia eram três subsistemas partidários claramente diferenciáveis: um sistema bipartidário, um sistema multipartidário moderadamente fragmentado e um sistema multipartidário altamente fragmentado.

Como demonstra Nicolau (2004), a competição eleitoral para a única vaga do antigo território federal na Câmara dos Deputados contou com apenas dois partidos efetivos entre os anos de 1950 e 1958. Esse número aumentou para 2,6 legendas na eleição de 1962, quando surgiu uma terceira força eleitoralmente relevante na disputa, o PRP, que teve como candidato o ex-governador Joaquim Araújo Lima, terceiro lugar na disputa eleitoral. A tabela 01 apresenta o número de partidos efetivos por unidade federada no período de 1945 a 1962³⁶.

Tabela 01. Número Efetivo de Partidos - Votos nas Eleições para a Câmara dos Deputados (1945-1962)

Estados	1945	1950	1954	1958	1962
Território do Guaporé/Rondônia	-	2,0	2,0	2,0	2,6
Acre	1,7	2,1	2,0	2,5	2,0
Amazonas	3,4	4,0	2,7	3,4	3,0

³⁶ O estudo desenvolvido por Nicolau (2004) não apresenta os dados referentes à eleição suplementar de 1947, quando o Território Federal do Guaporé elegeu seu primeiro representante à Câmara dos Deputados, o ex-governador Aluizio Ferreira, então filiado ao PSD. A disputa naquele ano foi protagonizada por Aluizio Ferreira (PSD) e Paulo da Cruz Saldanha (UDN), ambos oficiais do exército.

Território do Rio Branco/Roraima	-	2,1	2,2	1,9	2,3
Pará	2,5	2,7	3,4	3,0	3,3
Amapá	-	1,3	1,3	2,0	2,2
NORTE	2,7	3,0	3,8	3,7	3,7
Maranhão	1,8	2,7	1,8	2,1	1,8
Piauí	2,2	2,0	2,8	3,4	3,4
Ceará	3,1	2,5	3,6	3,3	3,3
Rio Grande do Norte	2,9	3,2	3,0	2,0	2,9
Paraíba	2,3	2,8	3,1	2,7	3,0
Pernambuco	3,8	3,2	3,6	2,8	3,6
Alagoas	2,8	2,9	2,7	4,5	3,1
Sergipe	2,4	4,2	3,2	2,7	2,9
Bahia	3,0	3,2	5,0	3,6	3,7
NORDESTE	3,1	3,7	4,0	3,5	3,7
Espírito Santo	2,2	3,3	3,5	3,0	4,7
Minas Gerais	3,3	3,7	3,3	3,3	2,9
Rio de Janeiro	3,1	3,7	3,9	3,6	4,0
São Paulo	5,0	5,3	5,7	7,8	8,2
Distrito Federal	4,3	4,5	4,4	3,6	2,7
SUDESTE	4,2	5,4	5,2	5,7	5,8
Paraná	3,3	3,3	4,4	3,7	3,6
Rio Grande do Sul	2,2	3,3	3,5	2,8	3,2
Santa Catarina	2,4	2,6	2,9	2,5	2,6
SUL	2,5	3,5	4,4	3,5	3,7
Goiás	2,3	2,8	3,0	2,5	2,7
Mato Grosso	2,3	2,9	2,8	2,5	2,6
CENTRO-OESTE	2,3	2,9	3,0	2,8	3,1
Total	3,7	4,7	4,9	4,8	4,7

Fonte: Nicolau (2004, p. 97-98).

Ainda que o incipiente sistema partidário rondoniense do período de 1945 a 1964, durante o antigo Território, tenha funcionado num contexto de competição eleitoral majoritária³⁷, o caso rondoniano se enquadra especificamente como um sistema

³⁷A Lei de Duverger é um princípio da Ciência Política formulado pelo cientista político francês Maurice Duverger, que considera, sobretudo, que enquanto sistemas majoritários levam ao bipartidarismo, sistemas

bipartidário, tendo em vista a classificação de Lima Jr. (1983). Durante o período da República de 46, votava-se no Território apenas para os cargos de presidente e deputado federal. A competição eleitoral majoritária foi acompanhada por uma intensa luta política, num quadro de efervescência que por vezes apresentou conjunturas de violência política entre os agrupamentos rivais de Cutubas e Pele-Curtas.

Com o golpe militar de 1964, esses grupos desapareceram da política territorial, mas o quadro de competição eleitoral limitada se perpetuou até a abertura democrática e a fundação do Estado em 1982, ainda que pouco a pouco fosse aumentando o número de cargos em disputas eleitorais, como, por exemplo, as eleições para vereadores a partir de 1969 e a segunda vaga para deputado federal, em 1978.

O período democrático de 1946 a 1964 pode ser observado como um momento de tentativa de construção de uma inédita estabilidade democrática, com um sistema partidário em notório processo de consolidação (LAVAREDA, 2012). No contexto de uma competição eleitoral que operava normalmente rumo à estabilização, a conjuntura da época fez surgir um multipartidarismo, composto por treze legendas, com três grandes partidos nacionais, que marcaram a história política brasileira no período pós-ditadura do Estado Novo

2.3. O regime militar de 1964 e a competição eleitoral majoritária no Território Federal de Rondônia

O golpe militar de 31 de março de 1964 destituiu João Goulart da presidência da República, e o deputado Ranieri Mazzili, então presidente da Câmara dos Deputados foi empossado presidente interino. Em 7 de abril de 1964, o Congresso Nacional decretou a realização de eleições indiretas para presidente e vice em escrutínio secretos. O marechal Castelo Branco foi eleito com ampla maioria de votos na eleição congressual em que concorreram também o deputado Juarez Távora e o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra. O deputado José Maria Alkmin (PSD) foi eleito para o cargo de vice-presidente.

A partir daí, o regime ditatorial deu início a um processo que alterou substancialmente a estrutura institucional do País. Não obstante, os militares buscaram preservar princípios democráticos elementares, como a manutenção das eleições para o Legislativo e prefeitos de cidades interioranas. Assim, recorda Souza (1992, p. 165):

proporcionais tendem ao pluripartidarismo (Duverger, 1980). Para mais detalhes sobre os efeitos da Lei de Duverger e seus impactos na competição eleitoral ver capítulo IV.

Enfatizar a continuidade de princípios básicos da democracia, não significa que não tivesse havido mudanças importantes. A estrutura institucional foi significativamente alterada. Talvez mais do que qualquer outra iniciativa a supressão das eleições diretas para a presidência revelou que os militares viam o plebiscitarismo, o qual identificavam com a era de Vargas, como a falha do regime anterior. A eleição para presidente passou a ser indireta realizada no âmbito do Congresso, e o mesmo princípio foi estendido às eleições para governadores de estado e prefeitos das capitais. O Congresso, por sua vez, foi destituído de maior parte das suas prerrogativas, sob a alegação de que, no passado, abusara do poder para conceder favor e promover gastos irresponsáveis.

Nesse contexto, a ditadura militar instaurada em 1964 marcou o fim do primeiro sistema partidário moderno brasileiro e impôs mudanças radicais no arcabouço das instituições políticas fundadas no experimento democrático da República de 1946. No tocante ao sistema partidário, o regime autoritário determinou a reorganização de todas as legendas partidárias do período 1946-1964, agora sob um sistema bipartidário, com um partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e a oposição, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Nas eleições de 1966, entrou em vigor um dispositivo eleitoral denominado de sublegenda, que permitia até três candidatos pelo mesmo partido nas eleições majoritárias para o senado e prefeituras. O mecanismo vigorou até a eleição de 1986 para o Senado e contribuiu para que os partidos ficassem ainda menos coesos. Conforme Souza (1992, p.166), “uma vez que o sistema de representação proporcional permaneceu intato, a “sublegenda” tornou ainda mais difícil a coexistência de diferentes grupos políticos dentro dos partidos”. Não obstante, num contexto de competição eleitoral no antigo Território com apenas uma vaga para deputado federal, a sublegenda só entrou em vigor na eleição inaugural do Estado de Rondônia, no ano de 1982, especificamente na disputa eleitoral para o Senado Federal.

Sendo assim, na disputa eleitoral de 1966 no Território, o ex-governador, e coronel do exército, Paulo Nunes Leal, foi eleito deputado federal pela ARENA, sucedendo o então deputado federal Hegel Morhy, que havia assumido em 1964, após a cassação de Renato Medeiros. Posteriormente, Paulo Nunes Leal licenciou-se do mandato, assumindo seu suplente, o empresário Emmanuel Pontes Pinto, filiado à ARENA.

Durante o governo do presidente Costa e Silva, o decreto lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969, concedeu Lei Orgânica aos municípios dos Territórios Federais. Desse modo, as Câmaras de Vereadores de Porto Velho e Guajará-Mirim, fechadas na ocasião da Revolução de 1930, foram reabertas e as primeiras eleições do Território ocorreram no dia 30 de novembro de 1969 (TEIXEIRA & FONSECA, 2003; MATIAS, 1998). Posteriormente, seriam realizadas eleições para as Câmaras de Vereadores das duas cidades nos anos de 1972, 1976 e 1982.

Na eleição de 1970, Jerônimo Santana (MDB) seria eleito deputado federal, ao derrotar Emmanuel Pontes Pinto (ARENA), o que representou a primeira vitória da oposição ao regime militar em Rondônia. Jerônimo Santana entraria para a história como o grande adversário da ditadura militar no antigo Território, além do primeiro governador do estado a ser eleito pelo voto popular, no ano de 1986. Era o início de uma trajetória vitoriosa do MDB rondoniense durante a década de 1970, nas eleições no Território Federal para a Câmara dos Deputados. Posteriormente, após a redemocratização, o PMDB viria a ser a maior força partidária do estado.

No ano de 1971, o governo federal decretou o fim da atividade de exploração manual no garimpo. A medida favoreceu as empresas multinacionais e impulsionou a indústria da mineração no estado, contribuindo para que o Território alcançasse, posteriormente, a posição de maior produtor brasileiro de minério de estanho (FREITAS & SILVA, 2013). Não obstante, Souza (2011) analisa que no plano econômico, o fechamento da lavra manual no garimpo representou uma medida devastadora para a economia do Território, tendo em vista que cerca de dez mil pessoas estavam diretamente ligadas ao processo de exploração, bem como mais de trinta mil trabalhadores possuíam relação com a atividade indiretamente. No plano político, “o fechamento fez com que os militares e seu partido político, a ARENA, saíssem desgastados e a amargar a perda de popularidade no Território” (SOUZA, 2011, p. 17).

No início da década de 1970, grandes transformações marcavam o Território Federal de Rondônia e milhares de pessoas começavam a desembarcar, oriundas de vários lugares do País, influenciadas pela política do regime militar de ocupação desta região da Amazônia, encabeçada pelo INCRA. Não obstante, afirma Maciel (2004), até o ano de 1970, Rondônia era um Território essencialmente extrativista. Sua economia girava em torno de quatro produtos, a borracha, castanha, ouro e cassiterita, cuja produção havia sido liderada pelo extrativismo da borracha na década de 1950, e posteriormente, nos anos

1960, pela cassiterita, sem absolutamente nenhuma representação nas áreas da agricultura e pecuária, o que não diferia, nesse aspecto, dos demais estados amazônicos.

Conforme Maciel (2004), além do modo de produção econômico extrativista, isso demonstra também que a sociedade se mantinha através de relações não capitalistas de produção. Tanto os seringais quanto o garimpos eram predominantemente marcados por formas não assalariadas de remuneração, “em estruturas de produção que só beneficiavam os agentes comerciais, os seringalistas e os donos de garimpo” (MACIEL, 2004, p. 58). Segundo o autor, a execução dos projetos de assentamentos do INCRA e a transformação da antiga estrutura extrativista, por intermédio do processo de desapropriação dos seringais, ocorreram de forma intensa e rápida, como no caso da região de Ariquemes, onde um total de 16 seringais abriu o caminho para 6.223 famílias assentadas pelos projetos dirigidos entre 1974 e 1978 (MACIEL, 2004).

Em linha análoga, ao comparar o processo de colonização iniciado na década de 1970 com os anteriores, recordam Teixeira & Fonseca (2003, p. 173):

Contudo, o fluxo migratório da década de 1970, possui características diferentes dos anteriores. Até nesse período, os fluxos migratórios ocorreram em função da busca de riquezas naturais, portanto os imigrantes eram extratores, seringueiros e mineradores. Estes últimos marcadamente nômades. A partir desse momento, a migração ocorreu em torno da busca de terras para a agricultura. Foram pequenos agricultores com suas famílias que procuraram Rondônia na esperança de ter acesso a terra. Essa migração assumiu, portanto, características sedentárias. A maior taxa média geométrica de incremento da população do Território, é desse período (70/80), superior a de qualquer outra unidade federada. Um indicativo de que o fluxo migratório, nessa década, foi principalmente de camponeses em busca de terras é a queda do percentual da população urbana: a de 53,63% em 1970 para 46,54% em 1980.

Naquele momento, a construção da BR-364 foi de fundamental importância para interligar Rondônia ao restante do País. A abertura da rodovia possibilitou que os projetos de colonização liderados pelo INCRA fossem vetores do novo fluxo migratório e o motor do modelo desenvolvimentista dos militares para o Território. Assim, argumenta Maciel (2004, p. 98):

[...] acompanhando o eixo da BR-364 que corta o Estado de Sudeste a Noroeste, os PICs Gy-Paraná, Ouro Preto, Adolpho Rohl mais os PAD Burareiro e Marechal Dutra formam um continuum urbano de 300 km que originou as cidades mais desenvolvidas do Estado – pela ordem, Cacoal, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto d’Oeste, Jaru e Ariquemes. Essas cidades ficam no centro de cada projeto.

Sobre o papel do INCRA na região, afirmam Teixeira & Fonseca (2003, p. 173):

Nos territórios federais, as terras eram de propriedade da União e definidas como devolutas federais. Por volta de 1970 o INCRA iniciou os primeiros projetos de colonização: O projeto Ouro Preto (a 330 km de Porto Velho), Projeto Ji-Paraná, Projeto Sidney Girão, Vilhena e Burareiro. Os migrantes vinham para Rondônia confiantes nesses projetos, chegando à razão de 3 mil famílias por ano. O INCRA não conseguiu efetuar o assentamento sequer de 1/3 dessas famílias, justificando-se pela falta de verbas para esses projetos³⁸.

Nesse contexto de grandes transformações e insatisfação da população com o fim da exploração manual do garimpo, a disputa eleitoral de 1974 foi marcada pela reeleição do deputado federal Jerônimo Santana (MDB)³⁹, que derrotou nas urnas Leônidas Rachid Jaudy (ARENA) e confirmou sua posição de maior liderança política opositora da ditadura militar. Assim, o MDB, ao superar a ARENA em duas eleições sucessivas, consolidava-se como agremiação partidária de grande força eleitoral no Território. No âmbito nacional, as eleições de 1974 demonstraram a força da oposição emedebista, que assegurou mais de 70%, das 22 cadeiras em disputa para o Senado, e alcançou 172 assentos na Câmara dos Deputados, contra 192 eleitos pela ARENA (SOUZA, 1992).

A partir de 1974, o governo do presidente Ernesto Geisel dá início a um processo de abertura lenta e gradual que duraria mais de uma década, dando sequência a um momento de crise do regime autoritário pós-1979 (CODATO, 2005). Em 1977, com o pacote de abril, temendo uma nova vitória da oposição, o governo militar introduziu novamente mudanças nas regras eleitorais, inclusive o aumento de mais uma vaga na representação do Território Federal de Rondônia, que na eleição de 1978 passou a ter dois representantes na Câmara dos Deputados.

No ano de 1975, o coronel Humberto Guedes foi nomeado governador do Território Federal de Rondônia pelo presidente Geisel. A partir daí, teria início a

³⁸ Como argumentam os autores, grandes grupos agroindustriais tentavam grilar terras na região, resultando em conflitos violentos com os posseiros, em situação de uso da força armada por parte dos empresários, no intuito de expulsá-los da terra ou mesmo eliminar os posseiros (Teixeira & Fonseca, 2003).

³⁹ Na década de 1970, o deputado federal Jerônimo Santana (MDB) apresentou dois projetos de lei com a intenção de transformar o então Território Federal de Rondônia em estado. O Projeto de Lei nº 543, de 1971, e o Projeto de Lei nº 64, de 1976. Não obstante, em ambas as ocasiões, o parlamentar emedebista não obteve sucesso. Importante mencionar que anterior às iniciativas de Jerônimo, o senador acreano José Kairala apresentou o projeto nº 128, de 1963, com o objetivo de elevar o Território a Estado. Alguns anos depois, o deputado federal do Território, Hegel Morhy, apresentou a proposta de Emenda, nº 677, à Constituição de 1967, no intuito de criar o Estado de Rondônia. Todas essas tentativas foram rejeitadas pelo Congresso Nacional. Para mais detalhes sobre ambos os projetos apresentados por Jerônimo Santana, ver Diário do Congresso Nacional, nº 014, ano XXXIII, quarta-feira, 22 de março de 1978.

preparação para a transformação do Território em estado⁴⁰. Foi o coronel Guedes quem liderou o processo de criação dos primeiros municípios no eixo da BR-364. Em 1977, foram fundadas as cidades de Vilhena, Cacoal, Ariquemes, Pimenta Bueno e Ji-Paraná, a partir dos assentamentos agrícolas no decorrer da rodovia. Importante ressaltar a eleição⁴¹ para a Câmara de Vereadores de Porto Velho, no ano de 1976, que assegurou a representação dos primeiros membros de uma nova classe política oriunda da BR-364.

A instalação desses municípios foi de fundamental importância para o povoamento e desenvolvimento da região, incentivados pela política do INCRA de concessão de terras à produção agrícola, fator decisivo para a criação do estado alguns anos depois. Nesse momento, o polo desenvolvimentista regional começava a se transferir da região do traçado da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), localizada entre Porto Velho/Guajará-Mirim, para o lado oposto do Estado, com as novas cidades que surgiam no eixo da BR-364.

Nessa linha de raciocínio, ao analisar as mudanças no eixo do desenvolvimento regional decorrentes das transformações institucionais, e ao dividir o estado de Rondônia em duas mesorregiões denominadas Madeira-Guaporé e Leste Rondoniense, argumenta Cavalcante (2015, p. 402):

[...] verifica-se que em Rondônia foram evidenciadas duas mudanças institucionais ao longo de seu processo de formação histórico-econômico, que impactaram de forma bastante peculiar as duas mesorregiões do Estado. A primeira delas foi desencadeada pela EFMM, construída na porção mesorregional Madeira-Guaporé, que permitiu evoluir de uma condição praticamente inóspita para uma situação com corpo institucional instituído, a partir dos dois núcleos urbanos criados no período de sua construção, isto é, Porto Velho (Ponto inicial) e Guajará-Mirim (ponto final da ferrovia), que permitiu, em 1943, a criação do Território Federal do Guaporé pelo desmembramento de Porto Velho, do Estado do Amazonas, e Guajará-Mirim, do Estado do Mato Grosso. Até o ano de 1977, esses foram os únicos municípios existentes em Rondônia. O segundo, por sua vez, está relacionado com a construção da BR-364, que permitiu um rápido desenvolvimento no eixo mesorregião Leste Rondoniense ao ponto de, em aproximadamente uma década, ter desencadeado uma estrutura institucional sólida que culminou com a elevação do Território Federal de Rondônia à categoria de Estado, em 1981.

⁴⁰ Como recorda Matias (1998, p. 138), “o governador Humberto Guedes encomendou à Universidade de Brasília, UnB, estudos de avaliação das viabilidades sociais, econômicas e políticas para a criação do Estado de Rondônia. Politicamente, conseguiu uma visita oficial do presidente Ernesto Geisel a Porto Velho, em 1976, com a finalidade de proporcionar agilidade ao processo de transformação do Território em Estado”.

⁴¹ Para mais detalhes sobre a influência da eleição de 1976 na formação de uma nova elite política interiorana, ver capítulo V.

Nas eleições de 1978 para a Câmara dos Deputados, uma mudança significativa foi o aumento do número de cadeiras, com a introdução do Pacote de Abril. Pela primeira vez, o Território elegeria dois candidatos. A segunda vaga em disputa fez desaparecer a figura do suplente indicado e aumentou o número de candidatos por partido. Pela ARENA concorreram o ex-prefeito de Porto Velho, Odacir Soares, Isaac Newton, e os vereadores João Bento da Costa e Francisco Teixeira. Pelo MDB, os candidatos foram o então deputado Jerônimo Santana, Carlos Melhoral, e os vereadores Abelardo Castro e Paulo Struthos Filho. Os eleitos foram Jerônimo Santana (MDB), que alcançava seu terceiro mandato, e Isaac Newton (ARENA).

O quadro 03 apresenta os deputados federais eleitos, num contexto de competição eleitoral limitada, durante o período de 1947 a 1978, no antigo Território Federal do Guaporé/Rondônia.

Quadro 03. Deputados Federais – Território Federal do Guaporé/Rondônia

Ano	Candidato eleito	Partido	Território
1947	Aluízio Ferreira	PSD	Território Federal do Guaporé
1950	Aluízio Ferreira	PTB	Território Federal do Guaporé
1954	Joaquim Vicente Rondon	PSP	Território Federal do Guaporé
1958	Aluízio Ferreira	PTB	Território Federal de Rondônia
1962	Renato Medeiros	PSP	Território Federal de Rondônia
1966	Paulo Nunes Leal	ARENA	Território Federal de Rondônia
1970	Jerônimo Santana	MDB	Território Federal de Rondônia

1974	Jerônimo Santana	MDB	Território Federal de Rondônia
1978	Jerônimo Santana	MDB	Território Federal de Rondônia
1978	Isaac Newton	ARENA	Território Federal de Rondônia

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Em abril de 1979, o Presidente da República, General João Batista Figueiredo, nomeou o ex-prefeito de Manaus, coronel Jorge Teixeira de Oliveira, como governador do Território Federal Rondônia. Ao perceber que o desenvolvimento do Território fugia ao controle de sua pasta ministerial, o novo ministro do interior, coronel Mário David Andreazza, indicou ao presidente Figueiredo o nome de Jorge Teixeira para o cargo de governador Território (TEIXEIRA & FONSECA, 2003). A partir daí, caminharia a passos largos o processo de transição para a criação do estado de Rondônia.

Em seu discurso de posse no dia 10 de abril de 1979, o governador Jorge Teixeira de Oliveira apontava para a necessidade de continuação do trabalho, pois muito havia a ser realizado, mesmo reconhecendo os grandes feitos do coronel Humberto Guedes, seu antecessor. Teixeira afirmava a ideia de elevar Rondônia a um patamar ainda maior de desenvolvimento, privilegiando o surgimento de lideranças políticas rondonienses, “para que, tão logo Rondônia vire Estado, o seu governador seja um homem aqui nascido”, afirmou na ocasião. Assim, segundo ele, teria cumprido sua missão (TEIXEIRA *apud* SOUZA & CAMPOS, 2012, p. 36).

No final de 1979, é promulgada a reforma partidária que acaba com o sistema bipartidário fundado em 1966 e institui um multipartidarismo controlado, com cinco partidos que se organizam para participar das eleições de 1982. “Com objetivo de fragmentar o voto na oposição, o governo Figueiredo decretou, em 1979, a restauração de uma forma limitada de multipartidarismo” (SOUZA, p. 1992, p. 169). É nesse momento que nascem os partidos que compõem o atual sistema partidário brasileiro. Seis legendas são fundadas naquele momento, com exceção do PP de Tancredo Neves que não

chegaria a participar de eleições, fundindo-se em seguida ao PMDB; os demais partidos fundaram o sistema partidário brasileiro vigente até os dias atuais.

Das legendas herdeiras do bipartidarismo ditatorial, a ARENA deu origem ao PDS e o MDB fez surgir o PMDB. O PT é criado em 1980 por setores da sociedade civil organizada, intelectuais da universidade, comunidades de base da igreja e os sindicatos do ABC paulista. Leonel Brizola ao retornar do exílio funda o PDT, após perder a sigla do antigo PTB numa manobra encabeçada por Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio, ao lado de Golbery do Couto e Silva. A ideia era impedir que Brizola recuperasse a sigla petebista do período de 1946 a 1964, identificada com o trabalhismo histórico de Vargas e Jango.

Naquela época, a conjuntura de pleno desenvolvimento do Território destoava do restante do País, em franca recessão. No ano de 1981, mais municípios resultantes do processo de colonização recente são criados no eixo da BR-364 e também fora dele: Ouro Preto d'oeste, Presidente Médici, Jaru e Colorado d'oeste. Além dessas novas cidades, foi criado o município de Costa Marques, com povoação histórica datada desde o século XVIII, durante a construção do Forte Príncipe da Beira, no período colonial. Assim, em meados de 1981 já haviam sido atingidas as metas para a transformação do Território em estado, e outras até ultrapassadas, quando o Ministro do Interior resolveu encaminhar no início de agosto uma exposição de motivos ao presidente Figueiredo, propondo a criação do estado (TEIXEIRA & FONSECA, 2003).

Nesse contexto, e tendo em vista a necessidade do regime militar no aumento de sua bancada no Congresso Nacional, principalmente no Senado, evidenciada pelas derrotas sucessivas a partir de 1974, e desde a introdução do Pacote de Abril, no ano de 1977, no dia 22 de dezembro de 1981, o Congresso aprovou a criação do estado de Rondônia, o 23º estado da federação. Instalado em 04 de janeiro de 1982, o presidente da República reconduziu Jorge Teixeira ao cargo de governador, consistindo Teixeirão no último mandatário do Território e no primeiro do estado. Assim, no ano de 1982, apenas no recém-criado estado de Rondônia não haveria eleição para o cargo de governador. Naquele momento, a propaganda da mídia nacional fazia aumentar ainda mais o interesse pela nova unidade federada elevada ao patamar de estado. O novo Eldorado, observado como terra de prosperidade nos rincões da Amazônia ocidental.

Com a instalação do estado de Rondônia, teria início um processo de mudança também no perfil da elite política regional, que já nos primeiros anos após a fundação começaria a se transferir do eixo de Porto Velho-Guajará Mirim, no trajeto da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), para o eixo da BR-364, agora o novo polo de

desenvolvimento econômico de Rondônia. Isso ocorre paralelamente a uma mudança no quadro de competição eleitoral majoritária, uma das principais características da política no período do Território, que seria também substituída pela efetivação do mercado da competição eleitoral no novo estado, com a fundação de um sistema partidário que com o passar dos anos, demonstraria ser aberto e competitivo.

Capítulo III

Eleições e competição partidária em Rondônia (1982-2014)

3.1. Das eleições fundadoras de 1982 e a força do PDS

Em 22 de dezembro de 1981, o presidente João Batista Figueiredo sancionou a Lei Complementar nº 41 que criou o estado de Rondônia, constituindo-se como o 23º membro da federação. A instalação do estado ocorreu no dia 04 de janeiro de 1982, tendo sido nomeado como primeiro governador o coronel Jorge Teixeira de Oliveira⁴² (PDS), último governante do Território Federal de Rondônia (TEIXEIRA & FONSECA, 2003). Responsável por liderar, no âmbito político e administrativo, a transição ao estado Teixeira é observado no imaginário político rondoniense como um pai fundador, uma espécie de *founding father*, o militar que guiou a elite política civil na construção do estado emergente.

Diante da crise do regime autoritário (CODATO, 2005) e a necessidade de consolidação de uma maioria parlamentar, principalmente no Senado Federal, o governo militar apoiou diretamente a criação da nova unidade federada com status de estado. Desde 1974, com a derrota da ARENA nas eleições para o Senado Federal, o regime vinha tendo dificuldades para garantir maioria na Câmara alta. Desse modo, a criação do novo estado estrategicamente fez surgir três novos assentos no Senado Federal, que no pleito de 1982 foram todos preenchidos pelo PDS, o que demonstrava a força eleitoral e o prestígio político do governador Jorge Teixeira de Oliveira (PDS).

A oposição rondoniense, liderada pelo peemedebista e deputado federal do Território, Jerônimo Santana⁴³, ciente da estratégia governista, e também pelo fato do projeto de lei não contemplar a realização de eleições diretas para o governo estadual no

⁴² O cel. Jorge Teixeira de Oliveira é evocado até os dias atuais como o maior político da história rondoniense. Ex-prefeito biônico de Manaus durante a ditadura militar, posteriormente foi nomeado governador do então Território Federal de Rondônia, no ano de 1979. Teixeira, como era popularmente conhecido, liderou o processo de construção do estado, comandando uma elite política civil incipiente.

⁴³ O advogado Jerônimo Garcia de Santana (PMDB), então deputado federal à época, foi a grande liderança oposicionista ao regime militar desde o início da década de 1970. Nesse período, apresentou dois projetos de lei para a criação do estado, porém, sem sucesso. Nas eleições de 1982, os dispositivos eleitorais da sublegenda e do voto vinculado contribuíram diretamente para a derrota de Jerônimo na disputa ao Senado Federal. Posteriormente, Jerônimo Santana seria eleito prefeito de Porto Velho em 1985, e o primeiro governante do Estado eleito pelo voto popular, em 1986.

ano de 1982, não apoiou, naquele momento, a fundação do estado. Assim, o primeiro governador seria indicado e nomeado pelo presidente João Batista Figueiredo. Nesse contexto, Jerônimo Santana se absteve da votação.

Em seu discurso de posse, no dia 04 de janeiro de 1982, o governador Jorge Teixeira de Oliveira (PDS) afirmava:

[...] O Estado de Rondônia vem à luz sob os auspícios de um momento decisivo na história brasileira. Aqui se quer continuar a prática do Governo próximo ao povo, valorizando a participação da comunidade, permitindo que a voz de todos se expresse, livremente nas questões de interesse coletivo e, na busca da essência do poder político, a legitimação da autoridade constituída. Venha brasileiro de todo o Brasil, venham pessoas de todas as partes. Rondônia lhes oferece trabalho, solidariedade e respeito. Tragam seus sonhos, anseios e ilusões; compartilhem de tudo isso com este povo admirável, assumam, com ele, os problemas e as dificuldades naturais de sua trajetória em busca do grande destino do Brasil [...]. (TEIXEIRA apud SOUZA & CAMPOS, 2012).

As palavras do governador Jorge Teixeira expressavam o cerne do pensamento ditatorial da política de colonização da Amazônia, que desde os anos 1970, sob o slogan “Integrar para não entregar”, convocava brasileiros de todas as regiões, no intuito de contribuir para construção do “Novo Eldorado”. Assim, nascia “Rondônia uma nova estrela no oeste” (Revista VEJA, 06 janeiro de 1982).

Nas eleições de 1982, a recém-criada unidade federativa com status de estado foi a única a não realizar eleições diretas para a chefia do Executivo. Não obstante, passava a contar com uma bancada federal de três senadores, oito deputados federais e uma Assembleia Legislativa com 24 cadeiras. Naquele pleito, além de eleições para o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, o novo estado elegeu também 167 vereadores e nove prefeitos. Apenas em quatro municípios, de um total de 13 cidades, não ocorreram eleições para a prefeitura por serem considerados de segurança nacional: Colorado D’oeste, Costa Marques, Guajará-Mirim e Porto Velho, capital do estado (MATIAS, 1998).

Na ocasião, três partidos se organizaram para a disputa inaugural: PDS, PMDB e PT. Para o Senado, o PDS logrou êxito ao eleger os três senadores, correspondendo às expectativas e aos anseios do regime militar, que se beneficiava com o sucesso do governador Jorge Teixeira e seus aliados. Um dos principais lemas de campanha do PDS

foi: “Ajude o Teixeira a ganhar a eleição” (CRUZ, 2011, p. 01)⁴⁴. Assim, o governo mobilizou a máquina para garantir a bem sucedida aposta ditatorial na criação do recém-fundado estado, fruto de uma política estratégica que visava garantir apoio à base parlamentar do regime em seu suspiro final, no ápice da transição. A tabela 02 apresenta a votação dos três candidatos eleitos para o Senado Federal na eleição fundadora de 1982.

Tabela 02. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (1982)

Candidato eleito	Partido	Votação
Odacir Soares	PDS	96.657
Reinaldo Galvão Modesto	PDS	94.794
Claudionor do Couto Roriz	PDS	94.143

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Consta apenas a votação dos candidatos eleitos, conforme disponibilizado pelo TRE-RO.

Na disputa eleitoral para o Senado, ainda que o puxador de votos pedessista fosse o advogado Odacir Soares, ex-prefeito biônico de Porto Velho nos anos 1970, numa conjuntura de voto vinculado a filiação ao PDS do médico Claudionor Roriz⁴⁵, ex-militante comunista, anteriormente filiado ao MDB, e ex-aliado de Jerônimo Santana, foi fundamental à celebração eleitoral da chapa de Teixeira, esmagando as chances da oposição. A migração partidária de Claudionor para o grupo governista selou o sucesso do PDS e marcou a derrota de Jerônimo Santana, a grande liderança oposicionista.

Na eleição à Câmara dos Deputados em 1982, Rondônia apresentou o número de 2,1 partidos efetivos. Esse índice representou exatamente a média nacional (BRAGA, 2006). Repetindo o sucesso eleitoral na disputa ao Senado, o PDS rondoniense também obteve maioria, desta vez com a eleição de cinco deputados federais, ficando o PMDB

⁴⁴ Para maiores detalhes, ver Cruz, 2011. Disponível em: <https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/montezuma-cruz/ajude-o-teixeirao-a-ganhar-a-eleicao>

⁴⁵ “O governador Jorge Teixeira, militar linha dura, anticomunista convicto, descobriu um modo de minar essa força política do PMDB e foi buscar no âmago do partido, seu maior estrategista do interior, o Dr. Claudionor Roriz, que iria se tornar o primeiro comunista a dirigir um partido ligado ao regime militar no Brasil. “*Ou você vem para o PDS me ajudar a ganhar as eleições, ou vai preso pra ilha*”. “*Se você vier, eu te faço senador*”, ameaçou e prometeu o coronel Jorge Teixeira. Não dava para recusar. E assim, o médico Claudionor Roriz tornou-se presidente estadual do PDS, homem de confiança do coronel Jorge Teixeira, aliado do presidente João Figueiredo, detestado pela direita e odiado pela esquerda de Rondônia” (MATIAS, 2015). Disponível em: <https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/francisco-matias/requien-para-claudionor-roriz>

com os três assentos restantes. A tabela 03 apresenta a composição partidária da bancada rondoniense na Câmara Federal, eleita no pleito inaugural do Estado.

Tabela 03. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (1982)

Partido	Número de cadeiras na CD – 1982	%
PDS	05	62,5%
PMDB	03	37,5%
Magnitude	08	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

A força do PDS rondoniense evidenciava-se em todos os níveis da disputa eleitoral. Na eleição para a Assembleia Legislativa, os pedessistas lograram êxito obtendo a maioria das cadeiras, com um total de quinze deputados. O PMDB ficou com os nove assentos restantes e o PT não alcançou o quociente eleitoral (MATIAS, 1998). A tabela 04 apresenta a composição partidária da primeira legislatura da Assembleia Legislativa rondoniense.

Tabela 04. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (1982)

Partido	Número de cadeiras na ALE-RO – 1982	%
PDS	15	62,5%
PMDB	09	37,5%
Magnitude	24	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

Na competição eleitoral nos municípios, o PDS foi majoritário mais uma vez, alcançando o total de 108 cadeiras nas Câmaras de Vereadores, contra 57 do maior partido de oposição, o PMDB, e apenas dois vereadores do emergente PT. Das nove prefeituras em disputa, todas foram conquistadas pelo PDS de Teixeira e seus correligionários (MATIAS, 1998).

Confirmava-se, assim, a influência do regime ditatorial, a força da máquina governamental do coronel Jorge Teixeira, e seus aliados da elite política civil, na formação do incipiente mercado da competição político-eleitoral da nova unidade federada. “Assim, na transição democrática, o subsistema partidário rondoniense seguia os ditames do bipartidarismo, com forte preponderância do PDS” (SANDES-FREITAS, 2015, p. 187).

Não obstante o domínio eleitoral do PDS no pleito fundador, aliado à boa avaliação do governo de Teixeira, as eleições municipais de 1984 revelariam a primeira derrota significativa de Teixeira. É nesse momento que surge na oposição ao governo Teixeira uma liderança que, até os dias atuais, caracteriza-se como um dos maiores nomes da política rondoniense. O então vereador no município de Cacoal, Valdir Raupp de Matos (PMDB), foi eleito o primeiro prefeito de Rolim de Moura, na eleição fundadora do município (MATIAS, 1998).

Com o processo de redemocratização, e a abertura política no ano de 1985, ao assumir a presidência José Sarney (PMDB) decretou o fim do mandato de Jorge Teixeira (PDS)⁴⁶. O deputado estadual Ângelo Angelin (PMDB) foi nomeado governador pela presidência da República⁴⁷. Ao assumir o cargo, Angelin indicou o vereador José Guedes

⁴⁶ Conforme o artigo 5º da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, o governo do Cel. Jorge Teixeira de Oliveira (PDS) se encerraria no dia 14 de março de 1987. Não obstante, com a vitória do PMDB no colégio eleitoral, em 1985, o presidente José Sarney abreviaria o mandato de Teixeira, nomeando o deputado estadual Ângelo Angelin (PMDB), que ficaria no cargo até as eleições estaduais de 1986, a primeira a eger o governador pelo voto direto. De fato, com o retorno da democracia, a gestão de Teixeira ainda fortemente identificada com a ditadura militar foi interrompida bruscamente pelo presidente da República. Para a prefeitura de Porto Velho, o governador Angelin indicou o vereador José Guedes (PMDB), que foi referendado pela Assembleia Legislativa do Estado para exercer um mandato de sete meses até a eleição municipal de 1985, que elegeu Jerônimo Santana (PMDB) como prefeito da capital. Em menos de um ano de mandato, Santana, então prefeito de Porto Velho, seria eleito também o primeiro governador de Rondônia pelo voto popular.

⁴⁷ Como recorda Matias (1998, p. 173), em Rondônia, a Aliança Democrática que elegeu Tancredo Neves presidente no colégio eleitoral de 1985, formada pelo PMDB e a Frente Liberal, dissidência do PDS, teve vida curta, principalmente, “em razão de ambos os partidos que a formavam (PMDB e PFL) pretenderem indicar o substituto de Jorge Teixeira”. O grupo político aliado de Teixeira, formado por Odacir Soares, José Bianco, Chiquilito Erse, entre outros, logo migrou para o PFL, fundando o partido em Rondônia, esvaziando o PDS estadual, e rompendo politicamente com o coronel Teixeira. Sob a liderança do Senador Odacir Soares, os pefelistas tentaram alavancar o nome do deputado estadual Amizael Silva para o cargo de governador que seria nomeado pelo presidente da República. Não obstante, prevaleceu a influência do peemedebista Jerônimo Santana. Conforme Matias (1998), por intermédio do deputado Ulisses Guimarães, a pedido de Jerônimo, o presidente José Sarney (PMDB) garantiu a nomeação de Ângelo Angelin. No ano seguinte, nas eleições estaduais de 1986, praticamente todo o antigo grupo pedessista fundador do estado já pertencia ao PFL, o que colaborou para que a disputa eleitoral daquele ano tivesse como protagonistas alguns dos principais atores da eleição de 1982, com a diferença de que o PFL assumia o antigo lugar do PDS, contra o PMDB. Ambos os partidos alcançaram a maioria das cadeiras para o Legislativos estadual e federal. Uma das poucas exceções do antigo grupo pedessista foi o deputado estadual Jacob Atallah, que migrou do PDS para o PDT e garantiu candidatura ao governo na primeira eleição direta ao Executivo estadual.

(PMDB) para a prefeitura de Porto Velho, uma indicação referendada pela Assembleia Legislativa. Ambos, Angelin e Guedes, exerceram os mandatos “tampão” de governador de Rondônia e prefeito de Porto Velho, respectivamente.

3.2. Eleições de 1986: a continuidade do bipartidarismo, o PMDB e o primeiro governador eleito pelo voto popular

No ano de 1986, foi realizada pela primeira vez uma eleição direta para o governo estadual. Com a nomeação de Ângelo Angelin, e a eleição de Jerônimo Santana para prefeito de Porto Velho, ambas em 1985, o PMDB chegou às urnas como favorito. Além do domínio no plano regional, e o forte legado de oposição ao regime militar, o partido era favorecido também pela conjuntura nacional com o então sucesso do plano cruzado⁴⁸.

Como recorda Matias (1998, p. 179), no ano de 1986, “o Estado era constituído por dezoito municípios, possuía aproximadamente 450⁴⁹ mil eleitores, e treze partidos estruturados, aptos para a disputa”. Ao todo, sete candidatos disputaram a eleição para o governo, Jerônimo Santana (PMDB), Jacob Atallah (PDT), Odacir Soares (PFL), Manoel de Oliveira Izú (PT), José Zuca Marcolino Sobrinho (PSB), Flavio Doni (PTB) e José Alves da Silva (PH).

Jerônimo Santana, maior liderança de oposição ao regime militar em Rondônia, ex-deputado federal pelo antigo MDB desde os tempos do Território Federal, nos anos 1970, e posteriormente pelo PMDB, além de prefeito eleito de Porto Velho na abertura democrática, em 1985, seria o grande vencedor da eleição de 1986, entrando para a história como o primeiro governador rondoniense eleito pelo voto popular. Naquele pleito, Rondônia apresentou o número de 2,9 partidos eleitorais efetivos ao governo estadual, enquanto a média nacional ficou em 1,9 (BRAGA, 2006). A tabela 05 apresenta o resultado da primeira eleição para o governo rondoniense.

⁴⁸ O ano de 1986 é marcado pelo histórico desempenho eleitoral do PMDB, que venceu as eleições estaduais em 22 estados da federação, num total de 23 unidades federadas. O sucesso momentâneo do plano cruzado foi fundamental para o êxito peemedebista naquele pleito.

⁴⁹ O eleitorado rondoniense representava 0,65% do total de eleitores brasileiros.

Tabela 05. Resultado da eleição para o governo do estado - Rondônia (1986)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Jerônimo Santana	PMDB	Sem coligação	153.334	48,27%	Eleito
Jacob Atallah	PDT	Sem coligação	69.090	21,75%	Não eleito
Manoel Izú	PT	Sem coligação	57.448	18,09%	Não eleito
Odacir Soares	PFL	PFL-PDS	17.777	5,60%	Não eleito
Zuca Marcolino	PSB	Sem coligação	13.488	4,25%	Não eleito
Flávio Donin	PTB	Sem coligação	3.351	1,06%	Não eleito
José Alves da Silva	PH	Sem coligação	3.140	0,99%	Não eleito
Total	-	-	317.628	100,00	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

As eleições estaduais de 1986, em Rondônia, evidenciaram a força de PMDB e PFL, partidos herdeiros do bipartidarismo ditatorial. Assim como na eleição de 1982 para a Câmara dos Deputados, os dois grupos políticos continuavam a liderar majoritariamente a competição eleitoral na jovem unidade federada. Sobre a baixa fragmentação partidária nos distritos eleitorais brasileiros, principalmente nas eleições proporcionais à Câmara dos Deputados, nas disputas de 1982 e 1986, Braga (2006) argumenta que teria sido menor até mesmo do que pelo esperado com a Lei de Duverger, o que poderia ser explicado por duas hipóteses centradas na: 1) *path dependence* (herança do bipartidarismo ditatorial), ou 2) resultado do desenho das instituições, com o voto vinculado na eleição de 1982 e a vinculação de fato, em 1986.

Não obstante a perpetuação no poder dos antigos grupos políticos do final da ditadura, o PMDB se consolidava agora como a maior força partidária do Estado, elegendo, além do governador, as maiores bancadas da Câmara, do Senado e da

Assembleia Legislativa. Naquele ano, Rondônia apresentou um número de 2,7 de partidos efetivos na eleição à Câmara Federal, índice um pouco menor do que a média nacional de 3,0 (BRAGA, 2006). Dos oito deputados federais eleitos para a Constituinte, cinco pertenciam ao PMDB e três ao PFL⁵⁰. A tabela 06 apresenta a composição partidária da bancada federal rondoniense eleita em 1986.

Tabela 06. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (1986)

Partido	Número de cadeiras na CD – 1986	%
PMDB	05	67,5%
PFL	03	37,5%
Magnitude	08	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO.

A união entre PMDB e PFL, celebrada desde a Aliança Democrática que garantiu a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral de 1985, apoiou de início o governo Sarney, mas se desfez durante o período da Assembleia Nacional Constituinte, entre os anos de 1987/1988. Sobre a composição da bancada eleita para a Câmara Federal em 1986, José Guedes, Manoel Francisco das Chagas Neto, José Viana dos Santos, Francisco Sales e Arnaldo Martins⁵¹ eram os representantes do PMDB rondoniense. Assis Canuto, Rita Furtado e Raquel Candido eram os parlamentares filiados ao PFL.

Na eleição para o Senado Federal ocorreram mudanças substanciais em comparação ao pleito de 1982. Desta vez, além da renovação de dois terços da Câmara alta, o voto vinculado não estava mais em vigor, mas o recurso da sublegenda⁵²

⁵⁰ Se considerarmos o PFL como dissidência do PDS, o resultado, em 1986, era exatamente o inverso da composição da bancada federal rondoniense na Câmara eleita em 1982, quando ambos também elegeram todos os deputados federais, mas o PDS elegeu cinco parlamentares e o PMDB, três representantes.

⁵¹ Na eleição de 1986, um caso inusitado marcou a eleição para deputado federal em Rondônia. Naquele ano, em eleições disputadas ainda em célula de papel, Arnaldo Martins e Expedito Júnior travaram uma disputa jurídica pela quinta vaga do PMDB à Câmara Federal. Expedito Júnior foi inicialmente considerado eleito, tomando posse como o deputado federal mais novo do País naquele momento. Contudo, a existência de outro candidato registrado com o nome “Júnior” fez com que centenas de votos atribuídos a Expedito fossem anulados, acarretando a perda do mandato. Expedito ainda assumiria durante a legislatura, como suplente.

⁵² O dispositivo eleitoral da sublegenda foi instituído pelo regime militar por intermédio do ato nº 4, de 20 de novembro de 1965, sendo revogado pela Lei 7.551, de dezembro de 1986. O mecanismo possibilitava que os partidos lançassem mais de um candidato aos cargos majoritários. No caso das eleições ao Senado, em 1986, os votos dos candidatos da sublegenda eram somados e caso alcançassem mais votos do que os

continuava mantido e permitia que os partidos lançassem duas chapas, com o eleitor podendo votar em apenas um nome de cada chapa. Nesse contexto, seriam eleitos dois senadores, e as disputas seriam para a cadeira A e para a cadeira B.

O PMDB rondoniense foi o único partido a utilizar a sublegenda. Lançou ao todo seis candidatos, três para cada assento em disputa. O deputado federal Olavo Pires, o deputado estadual Amir Lando e Antônio Morimoto disputaram a primeira vaga. O deputado estadual Ronaldo Aragão, Djair Indalécio Prieto e Cícero Dantas foram os peemedebistas que concorreram à outra cadeira. O PFL lançou apenas um candidato para cada vaga em disputa. O deputado federal Chiquilito Erse concorreu à cadeira A, enquanto Galvão Modesto, senador eleito em 1982 para um mandato de apenas quatro anos, tentava a reeleição disputando uma vaga à cadeira B. Esses eram os principais candidatos na corrida para o Senado. Além dos principais partidos, o PTB e o PT lançaram dois nomes cada, PDT e PSB somente um candidato (MATIAS, 1998). A tabela abaixo apresenta o resultado da eleição para o Senado Federal.

Tabela 07. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (1986)

Candidato	Partido	Votação	Situação
Francisco Chiquilito Erse	PFL	102.739	Não Eleito
Olavo Pires Filho	PMDB	95.637	Eleito
Ronaldo Aragão	PMDB	59.007	Eleito
Djair Indalécio Prieto	PMDB	49.701	Suplente
Amir Lando	PMDB	46.385	Suplente
Reinaldo Galvão Modesto	PFL	40.450	Não eleito
Antonio Morimoto	PMDB	34.687	Suplente
José de Jesus	PT	20.459	Não eleito

outros candidatos, o mais votado - da sublegenda - seria eleito, independente de ter menos votos do que outros candidatos individualmente.

Francisca Francinete Perdigão	PT	17.678	Não eleito
Luiz João Viola	PDT	9.782	Não eleito
Cícero Dantas da Rocha	PMDB	9.065	Suplente
Lucindo José Quintans	PDT	7.789	Não eleito
Jovely Gonçalves de Almeida	PSB	5.233	Não eleito
Walmir Davis de Moraes	PTB	4.180	Não eleito
Total	–	796.194	–

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

Na disputa para a cadeira A, Chiquilito Erse⁵³ (PFL) foi o mais votado individualmente, com 102.739 votos. Não obstante, o segundo colocado, Olavo Pires (PMDB), foi eleito senador com 95.637 votos, pois contou com a votação da sublegenda nas candidaturas de Amir Lando, com 46.385 votos, e Antônio Morimoto, que obteve uma votação de 34.687 eleitores. Na eleição da cadeira B, Ronaldo Aragão (PMDB) consagrou-se vencedor com 59.007 votos, derrotando Galvão Modesto (PFL), que ao alcançar uma votação de somente 40.450 não logrou êxito em seu projeto de reeleição.

Na disputa para a Assembleia Legislativa, seis partidos alcançaram assentos no parlamento: PMDB, PFL, PT, PDS, PDC e PDT. O PMDB, com treze deputados formava a maior bancada da casa, seguido pelo PFL, com seis parlamentares, o PT com dois representantes e as legendas do PDT, PDC e PDS, com uma cadeira cada. A tabela 08, apresenta a composição partidária da segunda legislatura da Assembleia Legislativa rondoniense.

⁵³ Apesar da derrota, Chiquilito Erse (PFL) saiu das urnas como o mais votado ao Senado. Dois anos depois, em 1988, seria eleito prefeito de Porto Velho pelo PTB, cargo que retornaria em 1996, desta vez filiado ao PDT.

Tabela 08. Resultado da eleição para Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (1986)

Partido	Número de cadeiras na ALE-RO – 1986	%
PMDB	13	54,1%
PFL	06	25,0%
PT	02	8,3%
PDS	01	4,2%
PDT	01	4,2%
PDC	01	4,2%
Magnitude	24	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

Ao conquistar a maioria das cadeiras na Assembleia Legislativa, os peemedebistas inauguravam um feito que seria repetido diversas vezes nas eleições para a ALE-RO. O PFL, nascido de um racha no PDS, era superado nas urnas pelo PMDB, mas demonstrava ainda a força do grupo que governou o estado durante o período fundador de Jorge Teixeira. O PT, que pela primeira vez elegia representantes para o parlamento estadual, surgia como força alternativa ao bipartidarismo que dominou a política rondoniense até as primeiras eleições fundadoras de 1982.

A competição eleitoral demonstrava-se, fundamentalmente, bipartidária, ainda que em processo inicial de abertura, com a entrada de PT e PDT no mercado eleitoral. Entretanto, evidenciava-se a alternância de poder entre os grupos rivais que desde a transição Território Federal-Estado dominavam as eleições. Observava-se, como exposto acima, a partir daquele pleito o surgimento na cena política de alternativas à esquerda, que timidamente alcançava representação em nível estadual⁵⁴.

Na primeira eleição estadual após a redemocratização, o subsistema partidário rondoniense migrava de um sistema de representação bipartidário, entre PMDB e PDS, para um multipartidarismo controlado, com novos atores partidários representados no parlamento estadual. Não obstante, o PMDB iniciava, naquele ano, sua supremacia na política regional, ao eleger o primeiro governador pelo voto direto, as maiores bancadas na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa, além da totalidade das vagas em disputa ao senado.

⁵⁴ Se comparado aos ideais trabalhistas clássicos e ao pedetismo brizolista, o PDT em Rondônia durante grande parte do período analisado nesta tese demonstrou-se um partido mais ao centro, em muitos casos uma legenda do tipo *catch all*. Assim, o PT rondoniense ocupou esse espaço à esquerda, com mais força a partir da eleição de 2002. Para mais detalhes, ver subtítulo 3.6.

3.3 Eleições estaduais de 1990: os novos partidos e a abertura do mercado da competição eleitoral em Rondônia

A eleição de 1990 marcou o acirramento da competição eleitoral na disputa para o governo estadual e a emergência de novos partidos que se consolidavam como atores relevantes na política rondoniense. Naquele ano, o estado de Rondônia contava com aproximadamente 588 mil eleitores. Ao todo, seis candidatos participaram do pleito para o Executivo e 18 legendas lançaram candidaturas nas eleições proporcionais (MATIAS, 1998). Certamente, a eleição de 1990 entra para a história como uma das mais disputadas do jovem estado de Rondônia, assim como pelo trágico acontecimento que marcaria o segundo turno da corrida eleitoral.

Os três primeiros colocados no primeiro turno, o senador Olavo Pires (PTB), o ex-prefeito de Rolim de Moura, Valdir Raupp (PRN), e o então presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Oswaldo Piana Filho (PTR), dominaram a cena política, protagonizando uma disputa apertadíssima, com a diferença de apenas 2% de votos do primeiro para o terceiro colocado. A disputa para o governo estadual contou ainda com as candidaturas do ex-prefeito da capital e deputado federal constituinte, José Guedes (PSDB)⁵⁵, o candidato mais votado em Porto Velho, além do pastor luterano e liderança dos trabalhadores rurais, Inácio Lemke (PT), e o então vice-governador e ex-deputado federal, Orestes Muniz (PL), que havia deixado o PMDB pouco tempo antes.

Importante ressaltar que os desgastes dos governos de José Sarney e de Jerônimo Santana fizeram com que PMDB rondoniense não lançasse candidato ao governo estadual à época⁵⁶. Assim, o partido resolveu seguir para a disputa com o então vice-governador, ex-peemedebista Orestes Muniz, candidato pelo PL, numa aliança que reunia PL-PMDB-PSB-PMN-PDC. Era uma estratégia partidária liderada pelo próprio governador Jerônimo Santana (PMDB) que, inclusive, só declarou seu voto no segundo turno ao divulgar publicamente seu apoio a Valdir Raupp (PRN). Vale ressaltar que, até pouco tempo antes do período eleitoral, Valdir Raupp, Olavo Pires, José Guedes e o próprio vice-governador

⁵⁵ O deputado federal constituinte José Guedes, ex-vereador e ex-prefeito de Porto Velho pelo PMDB, foi o principal nome da fundação do PSDB no estado de Rondônia, no ano de 1988. Ao lado de Guedes, a então deputada estadual Odaísa Fernandes, à época filiada ao PMDB, também participou do momento inicial da formação dos tucanos rondonienses.

⁵⁶ Manchete do jornal O Estadão do Norte, edição de 04 de setembro de 1990, assinalava que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decidiria naquele dia se afastaria do cargo o governador Jerônimo Santana (PMDB). De fato, num contexto de crise, a ALE-RO ameaçou iniciar um processo de impeachment do chefe do executivo estadual, o que acabou não ocorrendo.

Orestes Muniz eram filiados ao PMDB. Todos migraram de partido para se candidatar ao governo estadual naquele ano, fato que comprovaria que a maximização das oportunidades de sucesso eleitoral foi a principal causa das migrações partidárias entre a elite política rondoniense nesse período⁵⁷.

No pleito de 1990, com o acirramento da competição eleitoral, Rondônia apresentou o número de 5,0 partidos eleitorais efetivos ao governo estadual, quase o dobro da média nacional de 2,8 legendas (BRAGA, 2006). A tabela 09 apresenta o desempenho dos candidatos ao governo no primeiro turno.

Tabela 09. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (1990)*

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Olavo Pires	PTB	PTB-PDS-PDT- PST	79.396	24,48%	2º Turno
Valdir Raupp de Matos	PRN	Sem coligação	78.879	24,31%	2º Turno
Oswaldo Piana Filho	PTR	PTR-PSC	72.092	22,23%	2º turno
José Vieira Guedes	PSDB	PSDB-PFL-PRP	44.084	13,59%	Não eleito
Inácio Lemke	PT	PT-PC do B	28.911	8,92%	Não eleito
Orestes Muniz	PL	PL-PMDB-PSB- PMN-PDC	20.852	6,43%	Não eleito
Total	-	-	324.214	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos. *Com a morte de Olavo Pires (PMDB) no início do segundo turno, o terceiro colocado, Oswaldo Piana (PTR), assumiu a disputa no turno final contra Valdir Raupp (PRN).

⁵⁷ O então presidente da ALE-RO, deputado estadual Oswaldo Piana, e o deputado federal Assis Canuto, também mudaram de partido, migrando do PFL para o nanico PTR, legenda pela qual foram eleitos, naquele ano, governador e vice-governador, respectivamente. Agradeço ao advogado, servidor aposentado da ALE-RO, Laércio Fernando Oliveira Santos, à época presidente estadual do PTR, pelas valiosas informações e trocas de ideias sobre o período. Para mais detalhes sobre as migrações partidárias, ver capítulo IV.

Apesar do primeiro lugar no momento inicial, Olavo Pires foi assassinado⁵⁸ a tiros no início do segundo turno, no dia 16 de outubro de 1990, em frente ao comitê de campanha, na sede de sua empresa. Sua trágica morte mudou completamente os rumos daquela eleição. Com o assassinato de Olavo (PTB), o terceiro colocado no primeiro turno, Oswaldo Piana (PTR), entrou na disputa com Valdir Raupp (PRN), vencendo a eleição em segundo turno. Piana, médico, deputado estadual em segundo mandato, exercendo naquele momento a presidência da Assembleia Legislativa, seria o primeiro e único rondoniense a governar o estado, feito inédito até os dias atuais. A tabela 10 apresenta o resultado do segundo turno da eleição para o governo estadual.

Tabela 10. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (1990)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Oswaldo Piana Filho	PTR	PTR – PSC	181.605	56,00%	Eleito
Valdir Raupp de Matos	PRN	Sem coligação	145.354	44,00%	Não eleito
Total	-	-	326.959	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

O pleito de 1990 apresentou uma nova dinâmica na política rondoniense, com novos partidos relevantes na disputa eleitoral, ainda que os principais nomes da corrida ao governo pertencessem a grupos políticos rivais, que nos anos 1980 dominaram a política regional. Assim, na década anterior, Olavo Pires, Valdir Raupp, José Guedes e Orestes Muniz pertenciam ao PMDB de Jerônimo Santana. Oswaldo Piana e Assis Canuto, ao PDS de Jorge Teixeira e, posteriormente, ao PFL. O fracasso eleitoral do PMDB, sem lançar candidatura própria, e a vitória de Piana pelo inexpressivo PTR, como assinala Sandes-Freitas (2015, p. 195), demonstrava que os atores políticos passavam a uma lógica particular da política estadual, “da racionalidade política própria condicionada pelos conflitos políticos internos ao subsistema político estadual”.

Ao analisar a competição eleitoral para os governos estaduais, Braga (2006) assinala que a partir de 1990, com as disputas para o Executivo ocorrendo em dois turnos,

⁵⁸ O Senador Olavo Pires, candidato ao governo rondoniense pelo PTB, foi assassinado durante o segundo turno, em frente a sua empresa, onde também funcionava seu comitê de campanha. O assassinato de Olavo Pires é um mistério até os dias de hoje. À época, ligou-se o crime a supostas relações do senador com o tráfico de drogas, o que nunca ficou comprovado.

o formato das eleições majoritárias na maioria dos subsistemas ficaria entre duas ou três legendas, mantendo-se conforme o limite superior esperado por esse modelo de sistema eleitoral. Não obstante, Acre, Minas Gerais e Rondônia explicitaram padrão distinto daquele identificado na eleição de 1990. Enquanto os dois primeiros estados apresentaram quatro partidos efetivos, Rondônia apresentou cinco. O que indicaria, nesses casos, “falhas de coordenação eleitoral” (BRAGA, 2006, p. 85).

Na corrida eleitoral para o Senado Federal, seis candidatos concorreram. O então senador, postulante à reeleição, Odacir Soares (PFL), o deputado federal constituinte Chagas Neto (PTB), o ex-secretário estadual do governo Jerônimo Santana, Adailton Bittencourt (PDC), Emerson Teixeira (PT), Ruy Parra Motta (PSDB) e o ex-governador Ângelo Angelin, agora filiado ao PSC.

Nesse pleito, o Ibope cometeu um dos mais graves equívocos da sua história. Durante todo o período eleitoral, Chagas Neto (PTB) apareceu à frente das pesquisas, com Odacir Soares (PFL) em segundo colocado. A sondagem de boca de urna chegou a apresentar vitória do petebista⁵⁹. O resultado final mostrou Odacir reeleito com quase 40% dos votos, algo que parecia impossível segundo as pesquisas de opinião. Abaixo, o resultado da eleição para o Senado Federal.

Tabela 11. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (1990)

Candidato	Partido	Votação	%	Situação
Odacir Soares	PFL	104.067	38,91%	Eleito
Chagas Neto	PTB	65.409	24,45%	Não eleito
Adailton Bittencourt	PDC	30.638	11,45%	Não eleito
Emerson Teixeira	PT	28.060	10,49%	Não eleito
Ruy Parra Motta	PSDB	22.474	8,40%	Não eleito
Ângelo Angelin	PSC	16.783	6,27%	Não eleito

⁵⁹ Conforme manchete do jornal O Estadão do Norte, edição do dia 04 de outubro de 1990, a pesquisa IBOPE de boca de urna apontava Olavo Pires (PTB) no segundo turno para o governo e Chagas Neto (PTB) eleito ao Senado. Entretanto, o resultado da eleição para o Senado apresentou Odacir Soares (PFL) reeleito com elevada margem de votos em relação a Chagas Neto, segundo colocado.

Total	-	267.431	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

Na eleição para a Câmara dos Deputados em 1990⁶⁰, dezoito partidos alcançaram nacionalmente mais de 5% de votos. Rondônia apresentou o número de 5,6 partidos eleitorais efetivos, praticamente a mesma média nacional do índice fixada em 5,7 (BRAGA, 2006). A coligação “A vontade do Povo”⁶¹, encabeçada pelo PTB, que preencheu todas as cadeiras, com sete, das oito vagas, sendo ocupadas pelos petebistas e um assento pelo PDT. O PTB alcançou mais de 30% dos votos naquela disputa. Importante ressaltar que na eleição rondoniense de 1990, a volatilidade eleitoral na disputa para a Câmara Federal foi a maior registrada entre os estados brasileiros. A tabela 12 apresenta a composição partidária da bancada federal rondoniense eleita em 1990.

Tabela 12. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (1990)

Partido	Número de cadeiras na CD – 1990	%
PTB	07	87,5%
PDT	01	12,5%
Magnitude	08	100,0%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

Apesar da força eleitoral de PTB e PDT na eleição para deputado federal, três parlamentares rondonienses na Câmara dos Deputados no período de 1991-1995 tiveram

⁶⁰ Nas eleições de 1990, uma normativa do TSE determinou que os candidatos poderiam utilizar o número de qualquer partido que fizesse parte de sua coligação eleitoral. Em decorrência dessa medida, algumas fontes oficiais sobre o resultado eleitoral daquele ano em Rondônia possuem equívocos, tendo em vista que, em alguns casos, o número do candidato não necessariamente correspondia ao partido do mesmo. A maior incidência de erro nos dados refere-se à coligação do PL, PMDB, PMN e PDC. Em vários casos, os candidatos utilizaram como inicial o número 33, do PMN, mesmo pertencendo a outros partidos da coligação. Agradeço ao ex-assessor do TRE-RO, Jacob Rebouças, e ao ex-deputado estadual e federal, Eurípedes Miranda, eleito pelo PL naquele pleito para a ALE-RO, por terem me alertado para esse relevante fato ocorrido no processo eleitoral de 1990.

⁶¹ O favoritismo de Olavo Pires (PTB) ao Executivo estadual, apontado pelas pesquisas nos meses que antecederam o início da corrida eleitoral, foi fundamental para a formação das alianças e candidaturas à Câmara Federal. No período posterior à Assembleia Nacional Constituinte, o PTB rondoniense recebeu a adesão de inúmeras lideranças políticas que se preparavam para a disputa eleitoral de 1990. Como assinalado anteriormente, naquele momento, o senador Olavo Pires e o deputado federal Chagas Neto migraram do PMDB para o PTB e lideraram o partido na disputa estadual em Rondônia.

a perda de seus mandatos. Jabes Rabelo, Nóbél Moura e Raquel Cândido foram cassados⁶² por quebra de decoro parlamentar (NEVES, 2006). No momento das cassações, os três já estavam desfilados das legendas pelas quais foram eleitos. Importante ressaltar que toda a bancada rondoniense na Câmara dos Deputados eleita em 1990, antes do término do mandato abandonou o partido pelo qual se elegeu⁶³.

A composição partidária na Assembleia Legislativa do Estado apresentava-se, após o pleito de 1990, altamente fragmentada, quadro observado também no sistema partidário em nível nacional⁶⁴. Dos 18 partidos que concorreram, dez alcançaram representação na ALE-RO. O PTB também conquistou o maior número, com cinco cadeiras. Legendas que dominaram a transição da ditadura à democracia, PMDB, PDS e PFL, conquistaram duas cadeiras cada, somando 25%, ou seja, juntas, alcançaram somente 1/4 dos assentos no parlamento rondoniense. A tabela 13 exibe a composição das bancadas partidárias na ALE-RO na disputa eleitoral de 1990.

Tabela 13. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (1990)

Partido	Cadeiras na ALE-RO - 1990	%
PTB	05	20,9%
PL	04	16,7%
PRN	03	12,5%
PMDB	02	8,3%
PDS	02	8,3%
PFL	02	8,3%
PT	02	8,3%
PSC	02	8,3%
PSDB	01	4,2%
PSB	01	4,2%

⁶² Antônio Morimoto (PDS), Aparício Carvalho (PSDB) e Expedito Rafael Siqueira (PMN) foram os suplentes que assumiram em decorrência da cassação dos três parlamentares. Com a renúncia de Aparício Carvalho, em virtude de sua vitória na eleição de 1994 para o cargo de vice-governador em chapa encabeçada por Valdir Raupp (PMDB), Sergio Carminato (PPR) assumiu a vaga em 1995 e concluiu o último mês de mandato.

⁶³ Para mais detalhes sobre as migrações partidárias nesse período, ver capítulo IV.

⁶⁴ Como afirma Nicolau (1996, p. 43): “Não são poucos os que atribuem à representação proporcional – modelo de sistema eleitoral utilizado nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores – a responsabilidade pela alta fragmentação partidária brasileira pós-1988. Minha hipótese é que a generalização desse argumento deve-se a uma leitura simplificada da literatura que examinou a relação entre essas duas esferas do sistema político”.

Magnitude	24	100,0%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

De um total de vinte e quatro deputados estaduais, apenas quatro parlamentares foram reeleitos, Silvernani Santos (PTB), Vicente Homem (PRN), João Batista (PL) e Odaísa Fernandes (PSDB), o que representou uma taxa de renovação em torno de 83%, índice superior se comparado ao período anterior entre os pleitos de 1982 e 1986.

3.4. Eleições estaduais de 1994: a hegemonia do interior e o retorno do PMDB ao governo estadual

No ano de 1994, pouco mais de uma década após a fundação do estado, Rondônia realizava a sua quarta eleição estadual, sendo a terceira para a chefia do Executivo. Com quase 700⁶⁵ mil eleitores, seis candidaturas concorriam ao governo rondoniense, dentre os postulantes ao Palácio Getúlio Vargas, sede do governo, quatro eram lideranças pertencentes aos grupos políticos tradicionais e bastante conhecidas do eleitorado desde as primeiras eleições da década de 1980.

O então prefeito de Rolim de Moura, Valdir Raupp, de volta ao PMDB, candidato pelo PRN derrotado por Oswaldo Piana (PTR) no pleito de 1990, e o ex-prefeito de Porto Velho, Chiquilito Erse (PDT), ex-membro do PDS, PFL e PTB, apresentavam-se como favoritos ao segundo turno da disputa eleitoral. O senador Odacir Soares (PFL), o ex-governador Jerônimo Santana, peemedebista histórico, agora filiado ao PPR, o empresário Edgar Azevedo (PRONA) e o sindicalista Jorge Streit (PT) eram os demais concorrentes. Raupp, Odacir e Jerônimo disputavam o governo estadual pela segunda vez cada.

Após várias tentativas de negociação entre PT e PMDB, e grandes divergências internas no petismo, o diretório nacional e uma ala mais radical do partido inviabilizaram a união das legendas, tendo como objetivo garantir palanque no estado a Lula, candidato à presidência. Ainda que membros do PT rondoniense fossem favoráveis a uma aliança com Valdir Raupp (CHIOVETTI, 1997), o partido não abriu mão de candidatura própria,

⁶⁵ Segundo dados do TRE-RO, o estado de Rondônia contava com 692.067 eleitores no pleito de 1994, com aproximadamente 70% do eleitorado na mesorregião Leste Rondoniense (BR-364).

“pressionado por sua ala mais radical e pelo diretório nacional, em decorrência da campanha para presidente da República, e lançou como candidato a governador o sindicalista Jorge Alfredo Streit” (MATIAS, 1998, p. 244). Ao abordar a formação do governo eleito, tratando Rondônia como um caso pioneiro de alianças do PT, aponta a reportagem da Folha de S. Paulo, “O PT de Rondônia já queria se coligar com Raupp no primeiro turno da eleição estadual, mas foi obrigado pela cúpula nacional do partido a lançar a candidatura de Streit, que terminou a disputa em terceiro lugar” (ALVES, 11/04/1995).

Em entrevista sobre a eleição de 1994, com Petrônio Soares⁶⁶, engenheiro, líder sindical, coordenador de planejamento da campanha de Valdir Raupp naquele ano, Soares, atualmente filiado ao PT, afirmou que durante as negociações no período pré-eleitoral houve diversas tentativas para que o PMDB e o PT formassem uma chapa ao governo do Estado. A cabeça de chapa seria composta pela candidatura de Valdir Raupp (PMDB), com um nome petista para vice, provavelmente, o dirigente partidário Odair Cordeiro, ou até mesmo Jorge Streit, liderança do sindicalismo estadual, que acabou sendo o candidato do partido naquele momento. Segundo ele, a necessidade de palanque em Rondônia para a candidatura presidencial de Lula inviabilizou a formação de uma coligação entre os dois partidos.

Não obstante, ressalta Soares que parte dos membros do PT à época decidiu apoiar Raupp já no primeiro turno. Esse grupo observava a candidatura petista encabeçada por Streit como uma “candidatura laranja”, que com poucas chances de sucesso eleitoral teria um papel fundamental de ajuda ao candidato peemedebista Valdir Raupp. Nesse contexto, com o apoio informal do petismo, Valdir Raupp e o PMDB firmaram aliança com o PSDB, partido do então prefeito de Porto Velho, José Guedes. Assim, os tucanos lançaram o médico e deputado federal, Aparício Carvalho, como vice na chapa de Raupp. O PSB também participou da coligação juntamente com PMDB e PSDB.

O desgaste do governo Oswaldo Piana (PTR) diante de sérios problemas administrativos, e o crescente fortalecimento da oposição nesse período (MATIAS, 1998; SANDES-FREITAS, 2015), contribuíram para a largada na frente do PMDB, partido

⁶⁶ Entrevista concedida a este autor em setembro de 2016, pelo engenheiro Petrônio Soares ex-presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-RO), entre os anos de 1991 e 1996. Soares exerceu também diversos cargos na administração pública, como secretário de transportes de Porto Velho na gestão do tucano José Guedes (1993-1996), posteriormente, diretor do Departamento de Estradas e Rodagem, e presidente da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia, durante o governo do peemedebista Valdir Raupp (1995-1998). Atualmente, desempenha funções na atividade sindical e é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

fortemente organizado no estado e que liderou o movimento opositor ao governo Piana. Ademais, a força do eleitorado interiorano foi decisiva para a vitória de Valdir Raupp (PMDB) no primeiro turno, logrando êxito em 36, de um total de 40 municípios (MATIAS, 1998).

Num primeiro turno acirrado, as urnas levaram Raupp (PMDB) ao primeiro lugar, com 159.847 votos, contra Chiquilito Erse (PDT), com 146.259, seguido por Jorge Streit (PT), e em seguida o senador Odacir Soares (PFL). O ex-governador Jerônimo Santana (PPR), na quinta colocação, com apenas 11.281 votos, lograva um resultado pífio nas urnas. A candidatura de Edgar Azevedo (PRONA) ficou na última posição.

No disputa ao governo estadual de 1994, Rondônia apresentou o número de 2,9 partidos eleitorais efetivos, índice próximo à média nacional de 2,6 legendas (BRAGA, 2006). A tabela 14 apresenta o desempenho dos candidatos ao governo no primeiro turno.

Tabela 14. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (1994)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Valdir Raupp de Matos	PMDB	PMDB-PSDB-PSB	159.847	42,50%	2º Turno
Francisco Chiquilito Erse	PDT	PDT-PTB-PL-PP	146.259	38,89%	2º Turno
	PT	Sem coligação	32.766	8,71%	Não eleito
Jorge Alfredo Streit	PFL	PFL-PSD	20.624	5,48%	Não eleito
Odacir Soares	PPR	PPR-PV	11.281	3,00%	Não eleito
Jerônimo Santana	PRONA	-	5.343	1,42%	Não eleito
Edgar Manoel Azevedo					
Total	-	-	376.120	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

Embora pequena a diferença no primeiro turno entre Raupp (PMDB) e Chiquilito (PDT), algo em torno de 3% de votos, na disputa final o candidato peemedebista venceria

a eleição⁶⁷ com uma enorme vantagem sobre o pedetista. Apesar da coligação liderada pelo PDT ter vencido as duas vagas para o Senado, alcançado quatro cadeiras na Câmara Federal, no segundo momento da corrida eleitoral Chiquilito Erse obteve um desempenho ainda pior comparado ao primeiro turno. Enquanto isso, a candidatura de Raupp recebeu o apoio integral do PT, terceiro colocado, e a adesão do PFL e do senador Odacir Soares, quarto lugar no pleito. Assim, no segundo turno, estavam juntos no palanque vitorioso: PMDB, PSDB, PSB, PT e PFL. A tabela 15 apresenta o resultado final do segundo turno.

Tabela 15. Resultado do segundo turno da eleição para o governo de Rondônia (1994)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Valdir Raupp de Matos	PMDB	PMDB-PSDB-PSB	248.148	63,11%	Eleito
Francisco Chiquilito Erse	PDT	PDT-PTB-PL-PP	145.037	36,89%	Não eleito
Total	-	-	393.185	100,00	-

Fonte: Adaptado a partir de dado do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

Ainda que oficialmente a união no plano eleitoral entre PMDB e PT tenha se dado somente no segundo turno da eleição, tendo em vista a negativa do diretório nacional do PT em permitir a aliança com o PMDB rondoniense já no primeiro turno, informalmente o PT foi aliado da candidatura peemedebista desde o momento inicial da disputa. Assim, seria a candidatura do petista Jorge Streit caracterizada como “laranja” do PMDB, como afirmou o coordenador da campanha de Raupp, e membro do Partido dos Trabalhadores, Petrônio Soares.

Como afirmou Sandes-Freitas (2015), no tocante ao plano governamental, de fato, a aliança no segundo turno da eleição, que resultou numa coalizão de governo entre

⁶⁷ O pior desempenho obtido por Chiquilito Erse (PDT) no segundo turno, recebendo menos votos do que no primeiro, pode ser observado como resultado de uma série de erros e equívocos cometidos pelo pedetista e sua equipe. Um dos mais significativos foi a adoção no segundo momento da campanha do slogan: “Sou + Chiq”. Do outro lado, a campanha de Valdir Raupp (PMDB) soube aproveitar a ocasião e utilizou a seguinte inscrição: “Sou simples, voto Raupp”. A partir daí, ambos apresentavam perante a opinião pública imagens de candidaturas bem definidas em torno de ricos e pobres. Raupp, identificado como o candidato dos mais humildes, saíra vitorioso com 62% dos votos, logrando êxito em 38, de um total de 40 municípios à época, perdendo apenas nas cidades de Porto Velho, reduto eleitoral de Chiquilito, e Guajará Mirim. Importante ressaltar como a vitória de Raupp consolidava a mesorregião da BR-364, enquanto Chiquilito Erse representava a elite política da capital, da mesorregião PVH-GM, que naquele momento encontrava-se em processo de notório declínio.

PMDB e PT em Rondônia, foi observada como uma experiência inédita para o petismo, consistindo num “laboratório” para as alianças petistas no País, como aponta a seguinte matéria do jornalista Carlos Eduardo Alves, da Folha de S. Paulo, à época:

O PT está participando oficialmente, pela primeira vez, de um governo estadual encabeçado pelo PMDB. O "laboratório" petista ocorre em Rondônia, Estado dirigido pelo peemedebista Valdir Raupp. Raupp entregou para o PT a Secretaria da Agricultura – a mais importante de um Estado com atividade industrial insignificante –, a Secretaria do Planejamento e cargos relevantes em diversos órgãos da administração estadual. A adesão a um governo do PMDB não é o único traço inédito do episódio: no governo de Rondônia, o PT participa do poder ao lado de um adversário histórico como o PFL, e compartilha decisões com o Prona, contemplado por Raupp com cargos no segundo escalão. Não se pense que foi fácil a conversão petista a um projeto encabeçado por um partido que para muitos seguidores de Lula representa a personificação dos males da política brasileira. O PT de Rondônia desobedeceu um veto da direção nacional do partido e entrou para o governo de Raupp, que já pertenceu ao PRN, sabendo que poderia sofrer intervenção da cúpula [...] [o diretório nacional do PT] trocou a tradicional intervenção no diretório estadual – ameaça sempre usada em casos de rebeldia a uma determinação de instância partidária superior – pela aposta que em Rondônia abriu-se um espaço para, sem o ranço ideológico, fazer o "laboratório" da participação em governos sem o carimbo de esquerda. "Estamos aprendendo a ocupar espaço mesmo quando não estamos na cabeça", afirma Gilberto Carvalho, secretário-geral do PT. [...] Carvalho enfatiza que a experiência é pioneira também porque a "realidade local" está sendo respeitada (ALVES, 11/04/1995).

Na eleição para o Senado Federal, sete partidos apresentaram candidaturas e onze nomes concorreram às duas vagas em disputa. O então senador Amir Lando⁶⁸ (PMDB) disputava a reeleição e era tido como favorito a uma das cadeiras. O PMDB também lançou Roque de Oliveira ao Senado. Os demais candidatos eram o ex-prefeito de Ji-Paraná, José de Abreu Bianco (PDT), o ex-prefeito de Ariquemes, Ernandes Amorim (PDT), Eduardo Valverde (PT), Israel Xavier (PT), Luiz Tourinho (PFL),

⁶⁸ Político com grande experiência, tendo sido deputado estadual constituinte na primeira legislatura da ALE-RO eleita em 1982, o advogado Amir Lando (PMDB) chegou ao Senado Federal em 1990, com a morte do senador Olavo Pires, de quem foi suplente derrotado na sublegenda do PMDB na eleição de 1986. No ano de 1992, Amir Lando ganhou projeção nacional ao ser relator do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello (PRN). Durante a campanha de 1994, usou como lema principal a frase: “Amir Lando, o homem que tirou Collor”. Derrotado no pleito de 1994, retornaria ao Senado nas eleições de 1998, sendo o mais votado para a única vaga em disputa. Em 2004, foi nomeado Ministro da Previdência durante o governo Lula e, posteriormente, candidato ao governo rondoniense em 2006, porém, sem sucesso. Mais uma vez derrotado, agora em disputa à Câmara Federal em 2010, ficou na suplência, e retornou ao Congresso Nacional no final de 2013, ao assumir uma vaga na Câmara dos Deputados, após o afastamento do deputado Natan Donadon (PMDB).

Maurício Calixto (PFL), Antônio Morimoto (PPR), Silva Neto (PRP), e Rogério Dias (PRONA).

O PDT saiu vitorioso com as candidaturas do ex-presidente da ALE-RO, e ex-prefeito de Ji-Paraná, José de Abreu Bianco, e Ernandes Amorim, ex-deputado estadual, e ex-prefeito de Ariquemes. Na ocasião, o eleitorado tinha direito a dois votos para o senado. Assim, recorda Matias (1998, p. 247) que os candidatos pedetistas “foram os únicos que se utilizaram dessa situação ao unirem suas campanhas [...]. O resultado revelou a correta estratégia adotada, na medida em que os eleitos foram exatamente os dois candidatos do partido”.

O sucesso eleitoral de Bianco (PDT) e Amorim (PDT) ao derrotarem o então senador peemedebista, e candidato à reeleição, Amir Lando (PMDB), demonstrava a força eleitoral pedetista, bem como a relevância do eleitorado do interior, que a partir de 1994 se apresentaria de forma hegemônica nas disputas majoritárias no estado. Ainda que opositores de Valdir Raupp, a vitória de Bianco e Amorim, ambos com reduto eleitoral respectivamente em Ji-Paraná e Ariquemes, confirmava, juntamente com o êxito eleitoral de Raupp, a hegemonia política de lideranças com base na BR-364. Abaixo, o desempenho dos candidatos na eleição ao Senado.

Tabela 16. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (1994)

Candidato	Partido	Votação	%	Situação
José de Abreu Bianco	PDT	157.059	25,31%	Eleito
Ernandes Amorim	PDT	133.259	21,47%	Eleito
Amir Francisco Lando	PMDB	117.079	18,86%	Não eleito
Eduardo Valverde	PT	39.831	6,42%	Não eleito
Luiz Malheiros Tourinho	PFL	34.443	5,55%	Não eleito
Israel Xavier Batista	PT	30.743	4,95%	Não eleito
Manoel Francisco da Silva Neto	PRP	30.547	4,92%	Não eleito
Roque José de Oliveira	PMDB	27.295	4,40%	Não eleito
Maurício Calixto da Cruz	PFL	20.909	3,37%	Não eleito
Antônio Morimoto	PPR	20.574	3,31%	Não eleito
Rogério Oliveira Dias da Cruz	PRONA	8.938	1,44%	Não eleito
Total	-	620.650	100%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

Na eleição de 1994 para a Câmara dos Deputados, Rondônia apresentou o índice de 7,1 partidos efetivos, patamar um pouco superior à média nacional de 5,5 legendas partidárias (BRAGA, 2006). Ao todo, 68 candidatos, divididos em 19 partidos e seis coligações postularam as oito vagas (MATIAS, 1998) e a renovação de aproximadamente 88% da bancada rondoniense. Em que pese os polêmicos e tumultuados incidentes envolvendo os deputados federais rondonienses na legislatura 1991/1995, que acarretaram a cassação de três representantes do estado, diante de uma elevada taxa de renovação, é importante ressaltar que apenas dois parlamentares eleitos em 1990 concorreram à reeleição⁶⁹ e apenas um obteve êxito. Mais uma vez, a volatilidade registrada nas eleições rondonienses para a Câmara dos Deputados era uma das maiores entre os sistemas partidários estaduais brasileiros.

Sobre o padrão nacional observado na fragmentação partidária nas eleições de 1994, como recorda Braga (2006, p. 216):

No que diz respeito à fragmentação do poder político eleitoral, as eleições de 1994 mantiveram praticamente o padrão de competição apontado anteriormente, ampliando-se a diversidade nos subsistemas por causa do aumento do apoio eleitoral recebido pelos partidos menores e pela finalização do processo de expansão territorial de partidos fundados no começo dos anos 80. Acrescente-se, ainda, um processo de fusões partidárias para melhor posicionar-se entre as principais forças políticas na eleição presidencial, o que redundou no crescimento eleitoral desses partidos para a Câmara dos Deputados.

As coligações dos dois principais candidatos ao governo estadual dominaram a disputa para a Câmara Federal naquele ano. A aliança vencedora que levou Valdir Raupp (PMDB) e Aparício Carvalho (PSDB) ao Palácio Getúlio Vargas, formada por PMDB-PSDB-PSB elegeu quatro parlamentares: Ildemar Kusller (PSDB), Confúcio Moura⁷⁰

⁶⁹ Apenas Carlinhos Camurça (PP) e Reditário Cassol (PP), deputados federais eleitos em 1990, concorreram à reeleição na Câmara dos Deputados em 1994. Maurício Calixto (PFL) se candidatou ao Senado Federal. Dos suplentes que assumiram em decorrência da cassação dos três parlamentares da bancada naquela legislatura, Aparício Carvalho (PSDB) foi candidato a vice-governador na chapa de Valdir Raupp, obtendo êxito, Antônio Morimoto (PPR) foi derrotado no pleito para o Senado e Expedito Rafael (PMN) também derrotado na disputa à Câmara Federal. O PTB, partido que no pleito de 1990 elegeu sete deputados federais, não alcançou nenhuma cadeira na eleição de 1994.

⁷⁰ Confúcio Moura (PMDB), governador de Rondônia eleito no ano de 2010 e reeleito em 2014, iniciava aqui sua vida parlamentar. Secretário de Saúde durante o governo do peemedebista Jerônimo Santana (1987-1990), Confúcio foi eleito deputado federal em sua primeira disputa eleitoral em 1994. Posteriormente reeleito à Câmara dos Deputados nos pleitos de 1998 e 2002, na eleição municipal de 2004 venceu a disputa para a prefeitura de Ariquemes, obtendo sucesso em sua tentativa reeleição em 2008. Exerceu todos os mandatos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

(PMDB), Emerson Olavo Pires (PSDB) e Marinha Raupp (PSDB). Do outro lado, o grupo político liderado pelo candidato pedetista ao governo rondoniense, Chiquilito Erse, conquistou as outras quatro vagas, com as vitórias de Silvernani Santos (PP), Expedito Júnior (PL), Carlinhos Camurça (PP), único reeleito, e Eurípedes Miranda (PDT).

Nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1994, Rondônia apresentou o maior índice de volatilidade eleitoral entre os estados da região Norte e uma das taxas mais elevadas em nível nacional. A tabela 17 apresenta a composição partidária da bancada rondoniense na Câmara Federal.

Tabela 17. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (1994)

Partido	Número de cadeiras na CD – 1994	%
PSDB	03	37,5%
PP	02	25,0%
PDT	01	12,5%
PL	01	12,5%
PMDB	01	12,5%
Magnitude	08	100,0%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

No tocante às fusões partidárias, com a estratégia de melhor posicionar as novas legendas na eleição presidencial, partidos que estavam bem situados na competição eleitoral rondoniense empreenderam processos de fusão. Como aponta Braga (2006), o PDS, um ano antes, fundiu-se ao PDC, dando origem ao PPR. Nesse período, surge também o PP⁷¹, resultado das fusões entre o PTR e o PST. No caso do PP, essa estratégia rendeu a participação do partido no processo eleitoral em 26 estados, obtendo votação média nacional de aproximadamente 8%. Em Rondônia, o partido logrou êxito elegendo 25% da bancada na Câmara dos Deputados.

⁷¹ Importante mencionar que o PP, resultado da fusão entre PTR e PST, não se constitui especificamente pelo PP atual. O atual Partido Progressista é consequência da fusão do antigo PPR com esse PP que se originou a partir de PTR e PST. O PPR havia sido fundado após a fusão entre PDS e PDC, que se uniria novamente ao PP e se transformaria, posteriormente, em PPB. Somente mais tarde seria o atual PP. No capítulo IV, divido os partidos em PP1 e PP2 (atual).

Na disputa para a Assembleia Legislativa do Estado, dez partidos alcançaram assentos naquele pleito. O PMDB e o PMN foram as legendas com o maior número de cadeiras, totalizando quatro cada uma. O PDT elegeu três deputados estaduais, seguido por PSDB, PT, PFL, PL, PSC e PTB, com dois parlamentares, e o PRN com apenas um representante. Abaixo, a composição partidária da ALE-RO na eleição de 1994.

Tabela 18. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (1994)

Partido	Número de cadeiras na ALE-RO – 1994	%
PMDB	04	16,7%
PMN	04	16,7%
PDT	03	12,5%
PSDB	02	8,3%
PT	02	8,3%
PFL	02	8,3%
PL	02	8,3%
PSC	02	8,3%
PTB	02	8,3%
PRN	01	4,3%
Magnitude	24	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

Dos candidatos vitoriosos na eleição anterior de 1990, apenas quatro foram reeleitos. Nesse contexto, a taxa de volatilidade para a ALE-RO também foi uma das mais elevadas em nível nacional (BOHN & PAIVA, 2006).

3.5. Eleições de 1998 e a disputa entre PMDB e PFL

A corrida eleitoral de 1998 teve como grande diferencial a possibilidade de reeleição, após a aprovação da emenda constitucional nº16/1997⁷². Ao todo, cinco candidaturas disputaram o governo rondoniense naquele ano. Nessa conjuntura, o governador Valdir Raupp (PMDB) se apresentou novamente como candidato, numa

⁷² A emenda constitucional 16/1997 foi a que aprovou a reeleição para os cargos do Executivo. Assim, a partir de 1998, foram permitidas candidaturas à reeleição para os cargos de presidente, governador e prefeito.

aliança que reunia PMDB, PSDB, PDT, PTB, PPS e PRN. Como recorda Sandes-Freitas⁷³ (2015), no decorrer do governo, Raupp ampliou sua base de apoio, contando inclusive com o PDT, principal rival na eleição de 1994.

Não obstante, no decorrer do mandato, a saída de PFL e PT da base governista já indicava que essas legendas lançariam candidaturas próprias ao palácio Getúlio Vargas. No PFL⁷⁴, a perda da presidência do partido pelo senador Odacir Soares, para o também senador, José Bianco, acarretou a mudança partidária de Odacir para o PTB, que em seguida apoiaria o governador Raupp (PMDB) em sua tentativa de se reeleger. Do outro lado, ao assumir o comando pefelista, o senador Bianco, ex-prefeito de Ji-Paraná, segunda maior cidade do estado, abriu o caminho para sua candidatura ao governo estadual, posicionando-se como o único concorrente capaz de derrotar os planos de reeleição do peemedebista Valdir Raupp.

No PT, a saída do partido após seis meses de participação na base de apoio ao governo Raupp⁷⁵ sinalizava que o partido apresentaria um nome na disputa ao Executivo, em 1998. Desse modo, o PT se uniu a pequenas legendas, numa coligação com PV e PCdoB, lançando o sindicalista José Neumar como candidato. Com 7,5% dos votos, o Partido dos Trabalhadores lograria o quarto lugar na disputa estadual.

O então prefeito de Vilhena, Melki Donadon (PSC), membro de uma família dotada de forte presença na política rondoniense, com base eleitoral na BR-364, região do cone sul do estado, lançou sua candidatura pelo pequeno Partido Social Cristão. Melki ficou em terceiro lugar, alcançando 18,8% dos votos. Em último lugar, o também senador Ernandes Amorim (PPB), candidato pelo Partido Progressista Brasileiro, alcançou um resultado pífio nas urnas, ao obter apenas 4% dos votos válidos.

⁷³ Ao analisar as composições dos gabinetes governamentais em Rondônia nesse período, Sandes-Freitas (2015) observou que após a saída do PT do governo Raupp, o peemedebista aumentou sua base de apoio incluindo partidos que faziam oposição a sua candidatura na eleição de 1994, como o PDT. Assim, Raupp contou com o apoio pedetista, inclusive do seu rival em 1994, agora novamente prefeito de Porto Velho, eleito em 1996, Chiquilito Erse. O candidato ao cargo de vice-governador na chapa peemedebista de 1998 foi Carlinhos Camurça, então vice-prefeito de Porto Velho, filiado ao PDT.

⁷⁴ A disputa partidária que resultou na conquista da presidência do PFL pelo senador José Bianco fez com que o senador Odacir Soares migrasse para o PTB, presidido à época pelo empresário e ex-deputado federal Chagas Neto. Odacir era favorável à reeleição de Valdir Raupp, enquanto Bianco defendia candidatura própria do PFL. Desse modo, Odacir e o PTB apoiaram a candidatura governista, participando da coligação liderada pelo PMDB, enquanto Bianco lançou-se como o candidato pefelista ao governo rondoniense, consagrando-se vitorioso nas urnas.

⁷⁵ O massacre de Corumbiara, na fazenda Santa Elina, em agosto de 1995, foi o episódio que marcou a saída do PT da base de apoio do governo peemedebista de Valdir Raupp. No incidente, foram assassinados mais de uma dezena de trabalhadores sem terras, dois policiais e uma criança, num dos mais sangrentos conflitos agrários da Amazônia.

Nesse contexto, a acirrada disputa eleitoral centrou-se em torno de Raupp (PMDB) e Bianco (PFL), com a vitória apertada do pefelista no primeiro turno, logrando 35,3% dos votos válidos, contra 34,3% de Raupp. O resultado demonstrava o nível de acirramento da competição eleitoral. Naquele pleito, Rondônia apresentou o número de 3,5 partidos eleitorais efetivos ao governo estadual, enquanto a média nacional foi de 2,5 legendas (BRAGA, 2006). Na tabela abaixo, o desempenho dos candidatos ao governo no primeiro turno.

Tabela 19. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (1998)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
José de Abreu Bianco	PFL	Sem coligação	161.831	35,31%	2º turno
Valdir Raupp de Matos	PMDB	PMDB-PDT-PTB-PPS-PRN-PSDB	157.226	34,30%	2º turno
Melkisedek Donadon	PSC	PSC-PST-PTN-PSD-PRTN PRP-PRONA	86.171	18,80%	Não eleito
José Neumar	PT	PT-PV-PC do B	34.607	7,55%	Não eleito
Ernandes Amorim	PPB	Sem coligação	18.484	4,03%	Não eleito
Total	-	-	458.319	100,00	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

No segundo turno, Bianco sagrou-se vencedor com 53,6% dos votos, contra 46,4% de Raupp. Mesmo recebendo o apoio de Melki Donadon, terceiro colocado na disputa, a candidatura governista não obteve êxito. Decerto, diversos problemas da administração Raupp, questões relacionadas à falência do Banco do Estado de Rondônia (BERON), e principalmente o atraso nas folhas de pagamento do funcionalismo público estadual, colaboraram diretamente para a derrota governista. Com a vitória de Bianco, o suplente de senador, Rubens Moreira Mendes (PFL), assumia a vaga no Senado Federal. A tabela 20 apresenta o resultado final do segundo turno da eleição para o governo estadual.

Tabela 20. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (1998)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
José de Abreu Bianco	PFL	Sem coligação	268.624	53,60%	Eleito
Valdir Raupp de Matos	PMDB	PMDB-PDT-PTB- PPS-PRN-PSDB	232.579	46,40%	Não eleito
Total	-	-	501. 203	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

A disputa entre PMDB e PFL colocava frente a frente os grupos políticos rivais, que desde a fundação do estado se revezavam no poder. Ainda que o PMDB contasse com o apoio de ex-lideranças da capital, ex-pedessistas e ex-pefelistas, ligadas anteriormente ao Cel. Jorge Teixeira, como Odacir Soares (PTB) e Chiquilito Erse (PDT), a vitória ao governo do então senador Bianco, político com longa experiência na vida pública, ex-aliado de Teixeirão, ex-prefeito de Ji-Paraná, primeiro presidente da Assembleia Legislativa do Estado, em 1983, demonstrava a força de uma liderança do PFL pertencente ao grupo pedessista fundador. Vale ressaltar a consolidação do interior como detentor de poderio político. Mais uma vez, o governador eleito possuía base política no interior de Rondônia, fato que se repetiria, ininterruptamente, desde 1994 até a eleição de 2014.

Na eleição para o Senado Federal, sete candidaturas se apresentaram à disputa. O ex-senador e então presidente do PMDB rondoniense, Amir Lando, o senador e postulante ao terceiro mandato, Odacir Soares (PTB), a vereadora Silvana Davis (PL), o vice-governador, Aparício Carvalho (PSDB), Lauro Cleto (PFL), o ex-deputado federal Antônio Morimoto (PMN), e o ex-prefeito de Alvorada D'Oeste, Paulino Rocha (PT), concorreram à única vaga. Amir Lando (PMDB), candidato derrotado em sua tentativa de reeleição ao senado em 1994, foi o mais votado, obtendo 18,16% dos votos válidos, seguido por Odacir Soares (PTB), com aproximadamente 11%. Em terceiro lugar, o candidato petista, Paulino Rocha, obteve 3,53% dos votos válidos.

Os dois candidatos mais bem votados, Amir Lando (PMDB) e Odacir Soares (PTB),⁷⁶ pertenciam à coligação do governador Valdir Raupp, que embora filiado ao

⁷⁶ Os senadores Amir Lando e Odacir Soares ficaram nacionalmente conhecidos durante processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello (PRN), em 1992. O peemedebista Amir Lando

PMDB, optou abertamente pelo candidato petebista, não apoiando Amir Lando. Durante a disputa do segundo turno para o governo estadual, já eleito para o Senado, Lando, por sua vez, não apoiou a candidatura à reeleição do seu correligionário Valdir Raupp.

Assim, Amir Lando retornava ao Senado, enquanto Odacir Soares (PTB), até então o político rondoniense com maior tempo de mandato em Brasília, despedia-se da casa após dezesseis anos na câmara alta do parlamento. A tabela 21 apresenta o desempenho dos candidatos na corrida eleitoral de 1998 ao Senado Federal.

Tabela 21. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (1998)

Candidato	Partido	Votação	%	Situação
Amir Francisco Lando	PMDB	188.051	41,81%	Eleito
Odacir Soares Rodrigues	PTB	112.727	25,06%	Não eleito
Silvana Davis	PL	71.974	16,00%	Não eleito
Paulino Rocha	PT	36.572	8,13%	Não eleito
Aparício Carvalho de Moraes	PSDB	25.598	5,69%	Não eleito
Lauro Junqueira Cleto	PFL	8.945	1,99%	Não eleito
Antonio Morimoto	PMN	5.911	1,32%	Não eleito
Total	-	449.778	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

Em 1998, a eleição para a Câmara dos Deputados apresentou o índice de 7,1 partidos eleitorais efetivos, o mesmo patamar do pleito anterior e superior à média nacional, de 5,5 agremiações partidárias (BRAGA, 2006). Ao todo, cinquenta e nove candidatos concorreram divididos em treze partidos e quatro coligações. A taxa de

foi o relator da CPI que resultou no impedimento do presidente, e Odacir Soares, à época, filiado ao PFL, era um dos líderes da “tropa de choque” de Collor.

renovação da bancada federal rondoniense foi de 50%, com quatro parlamentares reeleitos. Cinco legendas elegeram representantes, PDT, PFL e PSDB alcançaram duas cadeiras, logo em seguida ficaram PMDB e PTB, com um assento cada. Ainda que elevada, a taxa de volatilidade eleitoral caía substancialmente, constituindo-se, nessa eleição, como uma das mais baixas da região Norte.

A coligação proporcional que apoiava a tentativa de reeleição de Valdir Raupp, encabeçada por PMDB-PDT-PTB-PSDB, elegeu seis candidatos, restando ao PFL, partido do governador eleito, José Bianco, as outras duas vagas. Por ordem de votação, foram eleitos, Eurípedes Miranda (PDT), Marinha Raupp (PSDB), Confúcio Moura (PMDB), Oscar Andrade (PFL), Expedito Júnior (PFL), Agnaldo Muniz (PDT), Sérgio Carvalho (PSDB) e Nilton Capixaba (PTB). A tabela 22 apresenta a composição partidária da bancada rondoniense na Câmara dos Deputados, após a eleição de 1998.

Tabela 22. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (1998)

Partido	Número de cadeiras na CD – 1998	%
PDT	02	25,0%
PFL	02	25,0%
PSDB	02	25,0%
PMDB	01	12,5%
PTB	01	12,5%
Magnitude	08	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

Na disputa para a Assembleia Legislativa, foram 283 nomes apresentaram candidaturas, com 23 partidos concorrendo e seis coligações⁷⁷. Ao todo, nove legendas alcançaram representação no parlamento estadual, tendo o PMDB e o PDT obtido o maior número de cadeiras, quatro cada, seguido por PFL e PSDB, com três assentos, e PL, PT, PPB, PSC, PTB, com dois representantes. Nove parlamentares foram reeleitos, o que representou uma taxa de renovação em torno de 60%. Assim como na eleição para a

⁷⁷ O PSDB foi o único partido que não participou de coligação, concorrendo sozinho na eleição para a Assembleia Legislativa. Os tucanos lançaram 33 candidatos e elegeram três deputados estaduais.

Câmara dos Deputados, na disputa para a Assembleia Legislativa, a volatilidade eleitoral, apesar de elevada, apresentou declínio significativo, consistindo numa das menores taxas da região Norte. A tabela 23 apresenta a composição partidária da ALE-RO na eleição de 1998.

Tabela 23. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (1998)

Partido	Número de cadeiras na ALE-RO – 1998	%
PMDB	04	16,7%
PDT	04	16,7%
PFL	03	12,5%
PSDB	03	12,5%
PL	02	8,3%
PT	02	8,3%
PPB	02	8,3%
PSC	02	8,3%
PTB	02	8,3%
Magnitude	24	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

As legendas que apoiavam a candidatura de Valdir Raupp (PMDB) à reeleição somaram treze cadeiras na ALE-RO, o que representa aproximadamente 55% da casa legislativa. O partido do governador eleito, José Bianco (PFL), conseguiu apenas três cadeiras. Esse dado levanta a hipótese de que maiorias de apoio no parlamento seriam negociadas posteriormente ao momento eleitoral, por intermédio de incentivos e recursos utilizados pelo Executivo⁷⁸.

3.6. Eleições de 2002: a vitória do tucano Cassol, a “onda Lula” e a emergência do PT na competição eleitoral em Rondônia

As eleições de 2002 em Rondônia foram marcadas pelo sucesso eleitoral do prefeito de Rolim de Moura, Ivo Cassol (PSDB), derrotando o governador e candidato à

⁷⁸ No caso do governo Bianco, Sandes-Freitas (2015) aponta para certa tendência de que na construção de maiorias, o apoio ao governador no parlamento teria sido negociado por intermédio de recursos e incentivos do Poder Executivo.

reeleição, José Bianco (PFL). A emergência do Partido dos Trabalhadores, que pela primeira vez alcançava excelente desempenho eleitoral para os Legislativos federal e estadual devido, sobretudo, à “onda Lula”⁷⁹, que acompanhou a vitória petista na eleição presidencial em vários estados do País, caracterizou-se também como a outra grande surpresa daquela disputa. Nesse contexto, em entrevista ao jornal eletrônico rondoniaovivo.com, recorda Viana (2010)⁸⁰:

O PT emerge como partido de relevância estadual com a eleição de Lula em 2002. Até então, o partido era inexpressivo no estado. A famosa “onda Lula” que ocorreu em vários estados em 2002, deu-se de forma significativa em Rondônia. A partir daí, o PT tornava-se uma das maiores legendas na ALE-RO, atingia 25% de representação da bancada do estado na Câmara dos Deputados e uma senadora. Ao lado do histórico PMDB, o PT era a força partidária mais forte de Rondônia (VIANA, 2010, p. 01).

Pela primeira vez, desde 1986, quando foi realizada a eleição inaugural para o governo rondoniense, o PT⁸¹ não lançou candidato ao Executivo. O PMDB também não lançou candidatura e a aliança entre PMDB e PSDB que havia ocorrido nos pleitos estaduais de 1994 e 1998, não se concretizou. Os tucanos, dessa vez, lançaram candidatura própria, com Ivo Cassol. Apesar de não concorrerem diretamente, os peemedebistas, e em especial o senador Valdir Raupp, apoiaram de maneira informal a candidatura do deputado estadual Natanael Santos (PPB), presidente da ALE-RO. O PT resolveu apoiar, ainda que também informalmente, o então prefeito de Ji-Paraná, Acir

⁷⁹ A vitória de Lula na eleição presidencial de 2002 foi acompanhada por uma série de vitórias de candidatos petistas nos estados, e pelo aumento significativo da bancada do PT na Câmara Federal, alcançando 18% das cadeiras e consolidando-se como o maior partido da casa.

⁸⁰ Para maiores detalhes, ver Viana, 2010. *Cientista político fala em entrevista sobre os paradoxos do PT*. Disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/noticias/cientista-politico-fala-em-entrevista-sobre-os-paradoxos-do-pt/60865>

⁸¹ Sobre a estratégia petista de não lançar candidato ao governo rondoniense, em entrevista do autor com o ex-governador do estado, Daniel Pereira, ex-PSB, atual SD, que à época, em 2002, era deputado estadual pelo PT e candidato à Câmara Federal, Pereira, afirmou: “Em 2002, o PT em Rondônia fez algo até então inusitado: Deixou de lançar candidatura própria ao governo estadual, como fizera nas eleições anteriores. Mesmo depois das prévias internas que escolheram Eduardo Valverde para representar o partido naquelas eleições, em nome de fortalecer o projeto de Lula a presidente, o PT estadual abriu mão da candidatura própria e apoiou o candidato do PDT, Acir Gurgacz, que apoiou Lula. O PT rondoniense naquele momento quebrava duas tradições: não lançar candidatura própria ao governo e apoiar um empresário. Nesse segundo ponto, seguindo os passos de Lula, que teve José Alencar, empresário mineiro, como vice-presidente. A estratégia deu certo, o PT elegeu uma senadora (Fátima Cleide), dois deputados federais (Eduardo Valverde e Anselmo de Jesus) e quatro deputados estaduais (Nereu Klosinski, Dr. Carlos, Edézio Martelli e Neri Firigolo). Assim, Rondônia fez a sua parte para Lula ter apoio em seus dois mandatos, tendo em vista que Valverde e Anselmo foram reeleitos à Câmara Federal em 2006” (ENTREVISTA AO AUTOR, NOVEMBRO DE 2017).

Gurgacz (PDT). Além desses nomes, o deputado estadual Mauro Nazif (PSB) também se apresentou como uma alternativa relevante em um quadro de fragmentação partidária, com diversos concorrentes de peso na arena política regional. A disputa contou ainda com as candidaturas do senador Ernandes Amorim (PRTB) e Edgar Azevedo (PRONA).

Na eleição de 2002, uma novidade despertou grande desagrado na classe política nacional. Foi a entrada em vigor da verticalização⁸², que determinava que as alianças firmadas na disputa presidencial se repetissem nos estados nos quais os partidos viessem coligados nas eleições majoritárias. A verticalização alterou significativamente as estratégias partidárias no pleito de 2002. No caso rondoniense, certamente o dispositivo eleitoral impactou no fato de PMDB e PT não lançarem candidatos ao governo estadual. Por outro lado, originou também uma série de alianças informais, na tentativa de burlar o regramento eleitoral e melhor se adaptar às conveniências regionais. Desse modo, a adoção da verticalização certamente exerceu forte influência sobre a formação de alianças na arena estadual naquele ano (CARVALHO, 2014).

Num primeiro turno acirrado, Cassol (PSDB) e Bianco (PFL) se posicionaram à frente na corrida eleitoral, seguidos logo atrás por Acir Gurgacz (PDT) e Mauro Nazif (PSB). No contexto de uma eleição presidencial disputada por PT e PSDB, com as candidaturas de Lula e Serra, nenhum dos dois candidatos que concorreram no segundo turno ao governo rondoniense assumiram a campanha tucana de Serra, que tinha como principal aliado o PFL. Ambos, Cassol e Bianco, seguiram em campanha no segundo turno independente da eleição presidencial.

Com sete candidaturas ao governo, conforme Braga (2006), no ano de 2002 Rondônia apresentou o maior número em nível nacional de partidos efetivos na eleição para o Executivo, no total de 5,1 legendas, enquanto a média nacional foi de 2,8 partidos. A tabela 24 apresenta o desempenho dos candidatos ao governo no primeiro turno da eleição de 2002.

Tabela 24. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (2002)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Ivo Narciso Cassol	PSDB	Sem coligação	184.085	29,62%	2º Turno
José de Abreu Bianco	PFL	PFL-PL	125.739	20,23%	2º Turno

⁸² Para mais detalhes sobre o impacto da verticalização nas eleições gerais de 2002, ver Carvalho, 2014.

Acir Gurgacz	PDT	PDT-PAN	105.000	16,89%	Não eleito
Mauro Nazif	PSB	Sem coligação	96.758	15,57%	Não eleito
Ernandes Amorim	PRTB	PRTB-PTN-PGT-PTC	65.235	10,50%	Não eleito
Natanael Silva	PPB	PPB-PTB-PPS-PST	43.787	7,05%	Não eleito
Edgar Azevedo	PRONA	Sem coligação	895	0,14%	Não eleito
Total	-	-	621.499	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

No segundo turno, Cassol ampliou sua vantagem, com 59,07% de votos, contra 40,93% de Bianco. PDT e PSB, terceiro e quarto colocados nas urnas decidiram não apoiar oficialmente nenhum dos candidatos no segundo turno⁸³. A tentativa de reeleição de José Bianco (PFL) foi prejudicada pela demissão⁸⁴ de cerca de dez mil servidores públicos no início da gestão pefelista. Certamente, esse foi um dos principais fatores que acarretaram a derrota governista. Naquele momento, vencedor nas urnas, Ivo Cassol (PSDB),⁸⁵ então prefeito de Rolim de Moura, dava início a uma trajetória vitoriosa no

⁸³Em entrevista concedida ao autor, Eurípedes Miranda, então deputado federal e presidente estadual do PDT à época, afirmou que sem fechamento de questão sobre quem apoiar no segundo turno da eleição de 2012, os pedetistas decidiram liberar a militância (ENTREVISTA AO AUTOR, NOVEMBRO DE 2017). Enquanto o PDT liberava a militância, o PSB optou por não apoiar ninguém no segundo turno.

⁸⁴A demissão de cerca de 10 mil servidores públicos no ano de 2000 representou um dos principais fatores de desgaste político do governo Bianco (PFL).

⁸⁵Família com forte tradição nos negócios, especialmente no ramo da extração de madeira, agropecuária, energia, entre outras áreas, os Cassol estão na vida pública rondoniense desde o período de transição do antigo Território Federal ao Estado no final dos anos 1970. Naquela época, o patriarca Reditário Cassol, pai de Ivo Cassol, que já havia sido prefeito do município de Maravilha, em Santa Catarina, iniciou carreira política em Rondônia, no cargo de administrador do município de Colorado D' oeste, nomeado pelo então governador do Jorge Teixeira. Posteriormente, Reditário seria eleito deputado estadual e deputado federal. Foi prefeito de Santa Luzia D' oeste, e no ano de 2010, suplente de senador na chapa do filho ao Senado. O irmão de Ivo, Cesar Cassol, foi prefeito de Rolim de Moura e também de Santa Luzia D' oeste, além de exercer por duas vezes o mandato de deputado estadual. A irmã de Ivo, Darcila Teresinha "Nega" Cassol, foi prefeita do município de Alta Floresta D' oeste. A irmã mais nova, Jaqueline Cassol (PR), candidata derrotada ao governo estadual em 2014, foi eleita deputada federal na eleição de 2018. Desde o seu primeiro mandato como prefeito de Rolim de Moura eleito em 1996, Ivo Cassol esteve filiado ao PDT, PFL, PSDB, PPS e PP, este último, partido que se filiou em 2009, permanecendo até o momento. A imprensa local costuma usar a expressão "clãs" para designar o poderio político dos Cassol e outras famílias do estado, como os Raupp e os Gurgacz.

âmbito da política estadual. A tabela 25 apresenta o resultado final do segundo turno da eleição para o governo rondoniense.

Tabela 25. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (2002)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Ivo Narciso Cassol	PSDB	Sem coligação	348.081	59,07%	Eleito
José de Abreu Bianco	PFL	PFL-PL	241.206	40,93%	Não eleito
Total	-	-	589.287	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

A eleição para o Senado Federal também foi bastante acirrada, com dezesseis candidatos concorrendo às duas vagas. Nesse contexto, quatro candidaturas despontaram no início da corrida eleitoral como favoritas. O ex-governador Valdir Raupp (PMDB), o senador Moreira Mendes (PFL), e os deputados federais Eurípedes Miranda (PDT) e Expedito Júnior (PSDB). Outras lideranças tradicionais da política estadual, com base eleitoral na capital, apresentaram-se na disputa, o ex-governador Oswaldo Piana (PPB) e o ex-senador Odacir Soares (PTB). No entanto, enfraquecidos politicamente, obtiveram fraco desempenho nas urnas. Não obstante, no decorrer da campanha, um nome surgiria como a grande surpresa da eleição rondoniense de 2002, a professora e sindicalista Fátima Cleide (PT), que até então nunca havia exercido um mandato político.

Numa conjuntura marcada pela ascensão do PT na eleição presidencial, o fenômeno da “onda Lula” se espalhou pelo País, influenciando os rumos do processo eleitoral rondoniense ao Senado. O PT em Rondônia, que pela primeira vez abria mão da candidatura ao governo estadual para apoiar informalmente o pedetista Acir Gurgacz, concentrou seus esforços nas eleições legislativas, especialmente na disputa ao Senado. Eis um exemplo da influência da racionalidade política contextual na política rondoniense à época, nesse caso, possivelmente, “potencializada” pelos efeitos da verticalização, que colaborou diretamente para a efetivação de alianças informais nos estados.

Durante a campanha, Fátima Cleide (PT) consolidou-se como uma espécie de “candidata do segundo voto”, o que acarretou uma vitória surpreendente em primeiro lugar, derrotando políticos de grande peso eleitoral no estado. Logo atrás, na segunda

posição, seria eleito o ex-governador Valdir Raupp (PMDB)⁸⁶. A tabela 26 apresenta o desempenho dos candidatos na disputa às duas vagas ao Senado.

Tabela 26. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (2002)

Candidato	Partido	Votação	%	Situação
Fátima Cleide	PT	233.365	19,93%	Eleito
Valdir Raupp de Matos	PMDB	210.413	17,97%	Eleito
Expedito Ferreira Júnior	PSDB	185.143	15,81%	Não eleito
Rubens Moreira Mendes	PFL	172.504	14,73%	Não eleito
Eurípedes Miranda Botelho	PDT	113.331	9,67%	Não eleito
Silvana Davis	PSL	93.531	8,50%	Não eleito
Odacir Soares Rodrigues	PTB	85.922	7,33%	Não eleito
Francisco Luiz Sartori	PSDB	40.769	3,48%	Não eleito
Oswaldo Piana Filho	PPB	9.958	0,85%	Não eleito
Antonio Jorge dos Santos	PSB	5.264	0,45%	Não eleito
Rubens Coutinho dos Santos	PGT	3.979	0,34%	Não eleito
Nascimento Antonio da Silva	PC do B	3.368	0,28%	Não eleito
Marcio Roberto de Castro	PHS	3.040	0,26%	Não eleito
Silvio Rodrigues Persivo	PRTB	2.116	0,18%	Não eleito

⁸⁶ Apesar da derrota em sua tentativa de reeleição ao governo em 1998, com a vitória ao Senado Federal em 2002, Valdir Raupp (PMDB) foi o primeiro ex-governador eleito para um mandato político após ter exercido a chefia do Executivo estadual. Até então, o Palácio Getúlio Vargas, sede do governo do estado, era conhecido na política rondoniense como um “cemitério de políticos”.

Joaquim Clementino Neto	PTN	1.755	0,15%	Não eleito
Fiorelo Edvard Manoel Azevedo	PRONA	485	0,04%	Não eleito
Total	-	1.164.943	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

Na eleição para a Câmara dos Deputados, um total de 105 candidatos participaram da disputa. A renovação da bancada federal rondoniense foi de 37,5%, com cinco parlamentares reeleitos. PMDB e PT formaram a maior bancada, com dois assentos cada, seguidos por PSDB, PFL, PTB e PPS com uma cadeira.

A taxa de volatilidade eleitoral apresentava queda, comparada com a eleição anterior. Marinha Raupp (PMDB), Confúcio Moura (PMDB), Eduardo Valverde (PT), Anselmo de Jesus (PT), Sérgio Carvalho (PSDB), Agnaldo Muniz (PPS), Nilton Capixaba (PTB) e Miguel de Souza (PFL) foram os parlamentares federais eleitos. A tabela 27 apresenta a composição partidária da bancada rondoniense eleita em 2002.

Tabela 27. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (2002)

Partido	Número de cadeiras na CD – 2002	%
PMDB	02	25,0%
PT	02	25,0%
PSDB	01	12,5%
PPS	01	12,5%
PTB	01	12,5%
PFL	01	12,5%
Magnitude	08	100,0%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

Ainda que sem candidaturas próprias ao governo estadual, PMDB e PT lograram êxito na eleição, ao conseguirem 25% dos assentos cada um, somando ambas as legendas metade da bancada rondoniense na Câmara dos Deputados. Se o resultado eleitoral do PMDB era esperado pela força e trajetória do partido no estado, o desempenho petista

novamente impressionou. Pela primeira vez, desde a fundação do partido, o PT rondoniense elegia candidatos a deputado federal e se consolidava como uma alternativa à esquerda em um cenário majoritariamente dominado por forças políticas situadas à direita e ao centro do espectro ideológico.

Na eleição para a Assembleia Legislativa, ocorreram 333 candidaturas concorreram. Num quadro elevado de fragmentação partidária, onze legendas garantiram representação no parlamento rondoniense, com o PT pela primeira vez formando a maior bancada, composta por quatro deputados, seguido por PMDB, PSDB e PDT com três parlamentares cada, logo atrás o PFL, PPB, PL e PTB com dois; e PSB, PPS e PSL com apenas um representante.

Dos vinte e quatro parlamentares, onze retornavam à casa legislativa, o que representou uma renovação de aproximadamente 53% das cadeiras. A tabela 28 apresenta a composição partidária da ALE-RO, na eleição de 2002.

Tabela 28. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (2002)

Partido	Número de cadeiras na ALE-RO – 2002	%
PT	04	16,7%
PMDB	03	12,5%
PSDB	03	12,5%
PDT	03	12,5%
PFL	02	8,3%
PPB	02	8,3%
PL	02	8,3%
PTB	02	8,3%
PSB	01	4,2%
PPS	01	4,2%
PSL	01	4,2%
Magnitude	24	100,0%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

A legislatura de 2003-2007 foi marcada por uma sucessão de escândalos de corrupção. Ainda no ano de 2005, o governador Ivo Cassol divulgaria uma série de vídeos que comprovaram a exigência de um “mensalão” por parte de deputados estaduais, para dar sustentação ao governo na Assembleia Legislativa. Era o início da crise política que

culminou no ano de 2006 numa das maiores operações dos órgãos de controle e da Polícia Federal no Brasil. A “Operação Dominó” levou para a prisão diversos políticos e autoridades do estado de Rondônia, inclusive os presidentes da Assembleia Legislativa do Estado e do Tribunal de Justiça do Estado.

Do ponto de vista da competição eleitoral, contraditoriamente à conjuntura de crise entre os poderes, a eleição de 2006 marcou o início de um processo de maior coordenação entre os atores nacionais e estaduais, que resultaria num cenário de maior previsibilidade e inteligibilidade da disputa, o que evidenciou uma tendência à estabilidade confirmada nas eleições seguintes de 2010 e 2014.

3.7. Eleições 2006 sob crise institucional: a reorganização da competição política e a inédita reeleição de Cassol ao governo estadual

Em meio a uma conjuntura de grave crise institucional, as eleições de 2006 em Rondônia foram marcadas pelo início de um processo de reorganização da competição eleitoral e pela histórica reeleição de Ivo Cassol, então filiado ao PPS⁸⁷. A crise política que abalou a relação entre os poderes no Estado, com mais intensidade a Assembleia Legislativa, praticamente não atingiu o Executivo⁸⁸, e o governador iniciou a corrida eleitoral bem avaliado pela população, principalmente no interior do estado, onde concentra sua base política. Assim, no imaginário popular, Cassol entrava na disputa pela reeleição como o único político que teve coragem de denunciar os deputados acusados de corrupção. Nesse sentido, em entrevista a Zanatta (2007), para matéria no Jornal Valor Econômico, assinalou Viana: “Ele (Cassol) fixou a imagem de ‘cabra macho’ na cabeça do povo. Fez uma ‘limpeza’ e se reelegeu⁸⁹”.

⁸⁷ Durante o conturbado biênio 2005-2006 na política rondoniense, o governador Ivo Cassol se retirou do PSDB, migrando com grande parte do seu grupo político para o PPS. Como recorda Viana (2006), “Com a crise política que se instalou após as gravações no ano de 2005, investigações sobre a conduta do governador, ao ver a possibilidade de ser expulso do PSDB, antes que isso pudesse ocorrer o governador se retirou do partido, indo com seus aliados para o PPS”. UOL NEWS, 14/09/2006. *Saiba como está a disputa para o governo de Rondônia*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/eleicoes/2006/09/14/ult2613u79.jhtm>

⁸⁸ Numa conjuntura marcada por um total de 23, dos 24 deputados estaduais acusados de corrupção, e a prisão de algumas das principais autoridades do estado, o governador Ivo Cassol, ainda que quase expulso do PSDB tendo que migrar para o PPS, conseguiu sair ileso do embate político com a Assembleia Legislativa. Cassol passou a imagem perante a opinião pública de um dos responsáveis pela “faxina ética”, tendo em vista ter sido o primeiro a denunciar os parlamentares.

⁸⁹ Para mais detalhes, ver Zanatta, 2007. VALOR ECONÔMICO, 18/10/2007. *Disputa política envolve governador reeleito, PMDB tradicional e PT ascendente*.

Durante todo o processo eleitoral, Cassol esteve à frente das pesquisas⁹⁰, que apontavam sua reeleição em primeiro turno. Na segunda posição, a Senadora Fátima Cleide (PT), com 25% dos votos, único nome capaz de levar a eleição ao segundo turno, não obteve êxito, tendo em vista também o pífio desempenho dos demais candidatos, o ex-prefeito de Porto Velho, Carlinhos Camurça (PSB), o então senador Amir Lando (PMDB), o deputado federal, Hamilton Casara (PSDB), e Adilson Siqueira (PSOL).

Ivo Cassol (PPS), com 54% dos votos no primeiro turno, conquistava sua reeleição, feito inédito na política rondoniense, “pois nunca se reelegeu um governador depois de 1998. E antes de 1998 um governador nunca elegeu um sucessor” (VIANA, 2006). Com estilo próprio, personalista, enfrentando diversos processos judiciais e inúmeras denúncias de corrupção, desde sua primeira eleição para a prefeitura de Rolim de Moura, em 1996, até aquele pleito, Cassol havia passado por quatro partidos em dez anos (PDT, PFL, PSDB e PPS). A tabela 29 apresenta o desempenho dos candidatos ao governo no primeiro e único turno da eleição.

Tabela 29. Resultado da eleição para o governo - Rondônia (2006)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Ivo Narciso Cassol	PPS	PPS-PTN-PFL-PAN-PV-PRONA	387.208	54,14%	Eleito
Fátima Cleide	PT	PT-PSC-PRTB-PC do B	185.272	25,90%	Não eleito
Carlinhos Camurça	PSB	PSB-PDT-PTB-PL	89.426	12,50%	Não eleito
Amir Lando	PMDB	PMDB-PSDB-PP-PHS-PMN-PTC-PRP-PTdoB	44.155	6,17%	Não eleito
Adílson Siqueira	PSOL	Sem coligação	7.984	1,12%	Não eleito
Edgard Nilo Tonial	PSDC	Sem coligação	1.185	0,17%	Não eleito
Total	-	-	715.230	100,00	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

⁹⁰ Pesquisa IBOPE, do dia 30 de agosto de 2006, indicava a reeleição em primeiro turno de Ivo Cassol, com 57% dos votos. UOL NEWS, 14/09/2006. *Saiba como está a disputa para o governo de Rondônia*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/eleicoes/2006/09/14/ult2613u79.jhtm>

Na corrida eleitoral para o Senado, dois candidatos apresentavam-se com chances de vitória. Aliado de Cassol e favorito nas pesquisas, Expedito Júnior⁹¹ (PPS), ex-deputado federal, e candidato derrotado ao Senado em 2002, chegou à frente com quase 40% de votos. Em segundo lugar, ficou o ex-prefeito de Ji-Paraná, Acir Gurgacz (PDT), liderança política derrotada ao governo estadual em 2002. O terceiro colocado foi Melki Donadon (PMDB), ex-prefeito de Vilhena, seguido por José Augusto (PRTB) e Marcos Sussuarana (PSOL). A tabela 30 apresenta o desempenho dos candidatos na eleição ao Senado.

Tabela 30. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (2006)

Candidato	Partido	Votação	%	Situação
Expedito Júnior	PPS	267.728	39,58%	Eleito
Acir Gurgacz	PDT	210.351	31,10%	Não eleito
Melki Donadon	PMDB	117.429	17,36%	Não eleito
José Augusto de Oliveira	PRTB	64.697	9,96%	Não eleito
Marcos Sussuarana	PSOL	16.155	2,38%	Não eleito
Total	-	676.36	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

No ano de 2007, ainda no início do mandato, Expedito Júnior se retirou do PPS e ingressou no PR. Em 2009, Expedito retornou ao PSDB, legenda pela qual foi derrotado no pleito de 2002. Não obstante, poucos meses depois de transcorrido o processo político

⁹¹ Expedito Júnior é uma das maiores lideranças da política rondoniense. Político experiente, no ano de 1986 foi eleito o deputado federal mais novo do País, então com 23 anos de idade, porém, como especificado anteriormente no subtítulo 3.2, com a derrota numa disputa judicial no TSE, acabou indo para a suplência. De lá para cá, obteve mais dois mandatos como deputado federal e passou por diversos partidos, dentre eles PMDB, PL, PPB, PFL, PSDB, PPS, PR, e retornando ao PSDB em 2009. Expedito possui base eleitoral no município de Rolim de Moura, situado na região da zona da mata, no interior do estado. Após a cassação de seu mandato de senador em outubro de 2009, rompeu politicamente com o grupo de Ivo Cassol e foi candidato ao governo estadual pelo tucanato nas eleições de 2010 e 2014. Em 2010, concorrendo *sub judice*, teve seu registro de candidatura indeferido e seus votos não computados. No ano de 2014, foi derrotado no segundo turno, novamente pelo então governador Confúcio Moura (PMDB), obtendo 47% dos votos. Para mais detalhes, ver subtítulo 3.9, sobre a eleição de 2014.

eleitoral, o Ministério Público Eleitoral pediu a cassação de Expedito, acusado de compra de votos e abuso de poder econômico na eleição. Com Expedito Júnior (PSDB) cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, Acir Gurgacz (PDT) tomou posse como senador em novembro de 2009⁹².

Na disputa para a Câmara dos Deputados, 75 candidatos concorreram. Desta vez a renovação da bancada federal rondoniense foi de 62,5%, com três reeleitos e cinco novatos, índice superior ao pleito anterior. No total, seis legendas alcançaram representação na Câmara Federal, e novamente PMDB e PT, com dois assentos cada, garantiam as maiores bancadas, seguidos por PPS, PSB, PTB e PV com uma cadeira. A volatilidade apresentou índices estáveis em relação ao pleito anterior.

Os parlamentares reeleitos em 2006 pertenciam aos dois maiores partidos que desde 2002 lideravam a bancada do estado em Brasília, Marinha Raupp (PMDB), Eduardo Valverde (PT) e Anselmo de Jesus (PT). Natan Donadon (PMDB), Mauro Nazif (PSB), Lindomar Garçon (PV), e os ex-senadores Moreira Mendes (PPS) e Ernandes Amorim (PTB) completavam a lista de representantes rondonienses eleitos para a Câmara dos Deputados. A tabela 31 apresenta a composição partidária da bancada rondoniense.

Tabela 31. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (2006)

Partido	Número de cadeiras na CD – 2006	%
PMDB	02	25,0%
PT	02	25,0%
PSB	01	12,5%
PV	01	12,5%
PTB	01	12,5%
PPS	01	12,5%
Magnitude	08	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO.

⁹² Conforme reportagem do portal Globo, publicada no dia 28/10/2009: “Em plenário, por 7 votos a 1, os ministros atenderam a um mandado de segurança protocolado por Acir Marcos Gurgacz (PDT), segundo colocado na eleição de 2006 para o cargo de senador por Rondônia. De acordo com a decisão do Supremo, Acir Gurgacz deverá assumir a função, pois suplentes de Expedito também foram cassados pelo TSE. Gurgacz cumprirá mandato até 2015”. Para maiores detalhes, ver: *STF determina o afastamento imediato do senador Expedito Júnior*. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1358283-5601,00-STF+DETERMINA+O+AFASTAMENTO+IMEDIATO+DO+SENADOR+EXPEDITO+JUNIOR.html>

A eleição para a Assembleia Legislativa ocorreu sob fortes expectativas, devido ao quadro de profunda crise institucional e possíveis implicações da “Operação Dominó” na tentativa de reeleição dos deputados estaduais. Com a prisão do presidente da Assembleia Legislativa, Carlão de Oliveira (PSL)⁹³, e as denúncias de corrupção contra 23, dos 24 parlamentares, a conjuntura política apontava para um aumento considerável na taxa de renovação no parlamento rondoniense.

Naquele pleito, 398 candidatos concorreram. Apenas cinco parlamentares foram reeleitos, o que representou uma renovação de aproximadamente 77%, o maior índice da história do parlamento estadual. Ao todo, doze legendas alcançaram representação na Assembleia Legislativa e o PMDB, com quatro deputados eleitos, formava a maior bancada da casa. Logo atrás, com três assentos, PT e PTB; com duas cadeiras: PTN, PSB, PSDC, PV e PPS, seguidos por PP, PSDB, PSL e PRP, com um representante cada. A tabela 32 apresenta a composição partidária da ALE-RO, na eleição de 2006.

Tabela 32. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (2006)

Partido	Número de cadeiras na ALE-RO	%
PMDB	04	16,7%
PT	03	12,5%
PTB	03	12,5%
PSB	02	8,3%
PTN	02	8,3%
PSDC	02	8,3%
PPS	02	8,3%
PV	02	8,3%
PP	01	4,2%
PSDB	01	4,2%
PSL	01	4,2%
PRP	01	4,2%
Magnitude	24	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

⁹³ Mesmo preso em Porto Velho durante a eleição, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Carlão de Oliveira (PSL), obteve uma impressionante votação alcançando mais de 10 mil votos. Apesar de ter sido o décimo mais votado entre todos os candidatos à ALE-RO, Carlão de Oliveira ficou na primeira suplência.

No período posterior à eleição de 2006, o sistema partidário subnacional rondoniense apontava para a existência de duas grandes forças partidárias no estado, um PMDB tradicional, maior legenda desde os anos 1980, um PT emergente, que desde 2002 apresentava notório crescimento ratificado com a vitória na eleição para a prefeitura de Porto Velho em 2004, além de um grupo político suprapartidário, ligado ao governador Ivo Cassol (ZANATTA, 2007)⁹⁴. Esses dois partidos e o grupo de Cassol constituíam-se como as maiores forças políticas de Rondônia naquele momento.

3.8. Eleições 2010: o rompimento no governismo, a união do PMDB e PT no segundo turno, e o novo retorno do PMDB ao poder

O cenário político de 2010 apresentou algumas mudanças na composição das forças políticas rondonienses. A cassação do ex-senador Expedito Júnior (PSDB) e, posteriormente, seu rompimento⁹⁵ com o governador Cassol (PP), enfraqueceu o grupo governista que caminhava agora com a candidatura do vice-governador eleito em 2006, João Cahulla⁹⁶ (PPS). Aliado de Cassol e candidato de sua preferência, Cahulla tomou posse como governador com a renúncia do titular em abril de 2010, que se desincompatibilizou para se candidatar ao Senado.

Nesse contexto, João Cahulla (PPS) concorreu à reeleição numa coligação composta por dez partidos, que reunia PPS/PP/PTB/PSL/PMN/PV/PHS/PSDC/PTN/PRP. De fato, nas eleições majoritárias até aquele momento, a coligação do grupo cassolista havia sido “a maior já formada em

⁹⁴ Para maiores detalhes, ver VALOR ECONÔMICO, 18/10/2007. *Disputa política envolve governador reeleito, PMDB tradicional e PT ascendente.*

⁹⁵ Após a cassação de seu mandato de senador, ao se apresentar como possível candidato ao governo estadual, Expedito Júnior (PSDB) foi confrontado com Ivo Cassol (PP), que possuía clara preferência por seu vice João Cahulla (PPS). Comentando o racha entre ambos, Araújo (2014), em entrevista com Expedito, assinalava: “Sobre o rompimento com o senador Ivo Cassol, Expedito afirma que não houve briga e não tem o problema da denúncia de compra de votos que lhe custou o mandato de senador como estopim desse rompimento”. Assim, argumentava Expedito: “Não tenho problemas com o senador Ivo Cassol. Ele é que, quando quer se distanciar de um parceiro político, cria uma série de situações que só existem na cabeça dele”. Para maiores detalhes ver matéria intitulada: *Expedito Júnior: Confúcio perdeu o comando e errou feio ao lotear o Estado*. Disponível em: http://www.tudorondonia.com.br/noticias/expedito-junior-confucio-perdeu-o-comando-do-estado-e-errou-feio-ao-lotear-o-governo.44595.shtml?fb_comment_id=536726383104406_536805976429780

⁹⁶ João Cahulla (PPS) teve uma rápida ascensão na política rondoniense. Homem de confiança de Ivo Cassol, Cahulla foi escolhido pelo então governador para compor sua chapa de reeleição no ano de 2006, no cargo de vice-governador, após a saída de Carlos Magno. Em abril de 2010, com a desincompatibilização de Cassol para sua candidatura ao Senado, assumiu o governo sendo candidato à reeleição. Até então, Cahulla nunca havia exercido um mandato político.

Rondônia” (SANDES-FREITAS, 2015, p. 218). A aliança entre PMDB/PDT/DEM/PRTB/PCdoB lançou Confúcio Moura (PMDB), prefeito de Ariquemes e ex-deputado federal, tendo como vice o pedetista Ayrton Gurgacz. A esquerda lançou dois candidatos ao governo. Enquanto o PT e PSB apresentavam o deputado federal Eduardo Valverde (PT), o PSOL veio para a disputa com Marcos Sussuarana.

Considerado inelegível pela Justiça Eleitoral, Expedito Júnior (PSDB), pela coligação PSDB/PR/PRB/PTC/PTdoB/PSC, iniciou a corrida ao Executivo estadual em primeiro lugar nas pesquisas⁹⁷, mas no decorrer da campanha, declinou na preferência do eleitorado, principalmente pela sua condição de provável inelegibilidade. Julgado inelegível às vésperas do pleito, Expedito teve seus votos não computados.

Com o candidato tucano enfraquecido durante o pleito e fora da eleição, e o PT obtendo um fraco desempenho nas urnas, com Eduardo Valverde logrando apenas 18,16% dos votos válidos⁹⁸, a disputa centrou-se em João Cahulla (PPS) e Confúcio Moura (PMDB). Assim, com 43,99% dos votos no primeiro turno, o candidato peemedebista chegaria à frente do então governador Cahulla, que com 37,14% dos votos entrava na disputa final em desvantagem. A tabela 33 apresenta o desempenho dos candidatos ao governo no primeiro turno.

Tabela 33. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (2010)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Confúcio Moura	PMDB	PMDB-PDT-DEM-PRTB- PC do B	291.765	43,99%	2º turno
João Cahulla	PPS	PPS-PP-PTB-PSL-PMN- PV-PHS-PSDC-PTN-PRP	246.350	37,14%	2º turno

⁹⁷ Conforme a primeira pesquisa IBOPE, divulgada no dia 30/05/2010, Expedito Júnior (PSDB) liderava a corrida eleitoral ao governo estadual, com 26% das intenções de votos, seguido por Confúcio Moura (PMDB) e João Cahulla (PPS). Para maiores detalhes, ver *Expedito sai na frente com 26% dos votos ao governo de Rondônia, diz IBOPE; Raupp e Cassol seguem na frente ao Senado*. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/politica/expedito-sai-na-frente-com-26-dos-votos-ao-governo-de-rondonia-diz-ibope-raupp-e-cassol-seguem-na-frente-ao-senado>

⁹⁸ Prejudicado pela má gestão do segundo governo de seu correligionário Roberto Sobrinho (PT) na prefeitura de Porto Velho (2009-2013), a candidatura de Eduardo Valverde não decolou. Diante de inúmeras denúncias de corrupção, e um caos administrativo, a segunda gestão de Sobrinho a frente da capital marcou o colapso do PT na política rondoniense. Para maiores detalhes sobre a crise do segundo governo Sobrinho em Porto Velho, ver Viana (2010): *Cientista político fala em entrevista sobre os paradoxos do PT*. Disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/noticias/cientista-politico-fala-em-entrevista-sobre-os-paradoxos-do-pt/60865>

Eduardo Valverde	PT	PT-PSB	120.462	18,16%	Não eleito
Marcos Sussuarana	PSOL	Sem coligação	4.641	0,71%	Não eleito
Expedito Júnior*	PSDB	PSDB-PRB-PSC-PR-PTC-PT do B	-	-	Não eleito
Total	-	-	663.218	100,00	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos* Expedito Júnior teve seu registro de candidatura indeferido e seus votos considerados nulos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A formação de alianças no segundo turno⁹⁹ foi de fundamental importância para o sucesso do PMDB. Sob influência da chapa Dilma-Temer na eleição presidencial, Confúcio Moura contou com o apoio do PT, que aderiu integralmente à campanha peemedebista, apesar do descontentamento dos petistas, que alegavam uma suposta falta de engajamento do PMDB rondoniense na campanha de Dilma. Com os tucanos divididos, parte do PSDB seguiu com João Cahulla (PPS), enquanto a ala ligada a Expedito Júnior confirmou o apoio a Confúcio. Nesse contexto, Confúcio logrou êxito ao reunir em torno de seu projeto político uma parcela significativa da oposição ao grupo de Ivo Cassol, ampliando sua vantagem e vencendo a eleição com 58,68% dos votos, contra 41,32% de Cahulla. A tabela 34 apresenta o resultado final do segundo turno da disputa para o governo estadual.

Tabela 34. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (2010)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Confúcio Moura	PMDB	PMDB-PDT-DEM-PRTB-PC do B	422.707	58,68%	Eleito
João Cahulla	PPS	PPS-PP-PTB-PSL-PMN-	297.674	41,32%	Não eleito

⁹⁹ Segundo matéria do portal Globo, publicada no dia 31/10/10, Confúcio “Recebeu no segundo turno o apoio do PT, que na reta final da campanha apontou falta de empenho do candidato na campanha de Dilma Rousseff (PT) e ameaçou romper a aliança. Candidato derrotado ao governo, o petista Eduardo Valverde apontou postura “vacilante e duvidosa” de Moura em relação à candidatura Dilma. No primeiro turno, Serra venceu em Rondônia com 45,4% dos votos válidos, ante 40,7% de Dilma. Já o PSDB no estado rachou. O partido declarou apoio a Cahulla, que em troca prometeu engajamento na campanha de José Serra à Presidência. No entanto, grupo liderado pelo ex-candidato ao governo Expedito Junior (PSDB) compôs com Moura”. Para maiores detalhes, ver *Confúcio Moura (PMDB) é eleito governador em Rondônia*. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/confucio-moura-pmdb-e-eleito-governador-de-rondonia.html>

		PV-PHS-PSDC-PTN-PRP			
Total	-	-	720.381	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

No segundo turno, a força dos interesses nacionais prevalecia, ao proporcionar no mesmo palanque no segundo turno a união entre PMDB e PT. Assim, após doze anos fora do poder, o PMDB, mais tradicional partido político de Rondônia, liderando uma frente ampla e heterogênea, retomava o comando do governo estadual ao derrotar o grupo do ex-governador Ivo Cassol (PP), e consolidava a liderança de Confúcio Moura como mandatário maior da política no estado.

Com a renovação de dois terços do Senado, sete candidatos se apresentaram na corrida eleitoral. Valdir Raupp (PMDB) e Fátima Cleide (PT) buscavam a reeleição, enquanto o ex-governador Ivo Cassol (PP) concorria em sua primeira eleição para a câmara alta do parlamento. O PSC lançou o ex-deputado federal Agnaldo Muniz, e o PSOL entrou na campanha com as candidaturas de Aluízio Vidal e Pimenta de Rondônia. Fora da disputa, o ex-prefeito de Vilhena, Melki Donadon (PHS), teve sua candidatura indeferida pela Justiça Eleitoral e seus votos não computados.

Em meio a essa conjuntura, numa disputa eleitoral marcada por dois votos do eleitor, Raupp (PMDB) e Cassol (PP) estiveram à frente das pesquisas durante todo o processo eleitoral. Às vésperas da eleição, a pesquisa Ibope¹⁰⁰ apontava a vitória de ambos, com larga vantagem sobre Fátima Cleide (PT). As sondagens de intenção de votos se confirmaram e a força do eleitorado do interior prevaleceu com a enorme diferença entre Raupp e Cassol, e a terceira colocada¹⁰¹. Assim, Valdir Raupp (PMDB) e Ivo Cassol (PSDB) sagravam-se vitoriosos ao Senado, com mandato político até 2018.

¹⁰⁰ Para maiores detalhes sobre a pesquisa Ibope ao Senado, publicada às vésperas da eleição, no dia 02/10/10, ver matéria do portal Globo intitulada: *Raupp tem 33% dos votos válidos e Cassol 30% aponta Ibope*. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/raupp-tem-33-dos-votos-validos-e-cassol-30-aponta-ibope.html>

¹⁰¹ No momento da apuração ao Senado, os votos de Ivo Cassol (PP) não foram computados, não aparecendo na divulgação do TRE-RO. Sendo assim, Fátima Cleide (PT) era considerada eleita, como a segunda mais votada. Não obstante, posteriormente, os votos de Cassol foram divulgados. Como assinala matéria do portal Globo, publicada dia 03/10/10, “Cassol aparecia com zero voto porque seu registro de candidatura constava como indeferido e com recurso no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RO). O ex-governador, no entanto, já havia recorrido da decisão e obtido decisão favorável à sua candidatura no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No fim da noite de domingo, o tribunal somou os votos de Cassol, o que alterou o resultado”. Para mais detalhes ver *TRE computa votos de Cassol e resultado de eleição em RO é alterado*. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/tre-computa-votos-de-cassol-e-resultado-de-eleicao-em-ro-e-alterado.html>

Com o fracasso em sua tentativa de reeleição ao Senado, Fátima Cleide (PT), assim como havia ocorrido com Eduardo Valverde (PT) ao governo estadual, era prejudicada pelo colapso da gestão de Roberto Sobrinho à frente da prefeitura de Porto Velho. De fato, a eleição de 2010 marcou o início da derrocada do PT em Rondônia, que após duas eleições vitoriosas (2002 e 2006), perdia sua bancada no Senado e diminuía sua base parlamentar na Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. A tabela 35 apresenta o desempenho dos candidatos na eleição para o Senado.

Tabela 35. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (2010)

Candidato	Partido	Votação	%	Situação
Valdir Raupp de Matos	PMDB	481.420	34,29%	Eleito
Ivo Narciso Cassol	PP	454.087	32,34%	Eleito
Fátima Cleide	PT	225.300	16,05%	Não eleito
Agnaldo Muniz	PSC	187.508	13,35%	Não eleito
Aluizio Vidal	PSOL	43.852	3,12%	Não eleito
Nascimento Antônio da Silva (Pimenta de Rondônia)	PSOL	11.806	0,85%	Não eleito
Melki Donadon*	PHS	-	-	Não eleito
Total	-	1.403.973	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos. *Melki Donadon teve seu registro de candidatura indeferido e seus votos considerados nulos pelo TSE.

Na eleição para a Câmara Federal, 71 candidatos disputaram o pleito. A renovação da bancada rondoniense foi de 37,5%, com cinco parlamentares reeleitos e três novatos, divididos em sete legendas. A maior bancada, mais uma vez, ficou com o PMDB, com dois assentos, seguido por PT, PPS, PSB, PDT, PTB e PP, com uma cadeira cada. A taxa de volatilidade voltou a apresentar queda, caracterizando-se, dessa vez, como um dos menores índices entre os estados amazônicos.

A coligação que apoiava a eleição de Confúcio Moura elegeu três deputados federais: Marinha Raupp (PMDB), Natan Donadon (PMDB) e Marcos Rogério (PDT).

Também com três representantes, a aliança que tinha como candidato a governador João Cahulla, elegeu Moreira Mendes (PPS), Nilton Capixaba (PTB) e Carlos Magno (PP). Padre Ton (PT) e Mauro Nazif (PSB) foram os deputados eleitos pela coligação que apoiava Eduardo Valverde (PT) ao Executivo. A tabela 36 apresenta a composição partidária da bancada rondoniense na eleição de 2010 à Câmara dos Deputados.

Tabela 36. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (2010)

Partido	Número de cadeiras na CD – 2010	%
PMDB	02	25,0%
PT	01	12,5%
PSB	01	12,5%
PPS	01	12,5%
PTB	01	12,5%
PP	01	12,5%
PDT	01	12,5%
Magnitude	08	100,00%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

Desse modo, o PMDB estadual mantinha-se com 25% da bancada na Câmara dos Deputados e reelegeu o senador, enquanto o PT rondoniense diminuía sua força na câmara baixa¹⁰² e perdia sua representante no Senado, obtendo o pior desempenho desde a eleição de 2002, quando, ao lado dos peemedebistas, formavam o maior número de parlamentares de Rondônia no Congresso Nacional. Apesar da derrota de seu candidato ao governo, Cassol também ganhava espaço em Brasília, com sua eleição ao Senado e de seus aliados à Câmara Federal.

A disputa para a Assembleia Legislativa contou com a participação de 302 candidatos. Dos vinte e quatro parlamentares, onze foram reeleitos, o que representou uma renovação de aproximadamente 53%. Ao todo, quinze legendas alcançaram representação no parlamento estadual. PMDB e PT, mais uma vez, eram os donos das maiores bancadas, com três assentos cada. Logo atrás, com duas cadeiras: PTN, PP,

¹⁰² Entretanto, com a vitória de Mauro Nazif (PSB) para a prefeitura de Porto Velho na eleição municipal de 2012, Anselmo de Jesus (PT), primeiro suplente da coligação, retornou à Câmara dos Deputados. Desse modo, o PT se igualava novamente ao PMDB, com o maior número de cadeiras da bancada rondoniense na Câmara Federal.

PSDC, PRB e PSDB. Por último, com apenas um parlamentar, DEM, PDT, PTB, PT do B, PR, PMN, PSB e PV, formando a oitava legislatura da ALE-RO. A tabela 37 apresenta a composição partidária na eleição de 2010 para o parlamento estadual.

Tabela 37. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (2010)

Partido	Número de cadeiras na ALE-RO – 2010	%
PMDB	03	12,5%
PT	03	12,5%
PSDB	02	8,3%
PP	02	8,3%
PSDC	02	8,3%
PRB	02	8,3%
PTN	02	8,3%
DEM	01	4,2%
PDT	01	4,2%
PTB	01	4,2%
PT do B	01	4,2%
PR	01	4,2%
PMN	01	4,2%
PSB	01	4,2%
PV	01	4,2%
Magnitude	24	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

A fragmentação partidária apresentou aumento comparado aos pleitos anteriores, com quinze partidos representados na ALE-RO. A taxa de volatilidade eleitoral apresentou queda significativa comparada ao pleito eleitoral anterior.

3.9. Eleições 2014 e a força do PMDB: a reeleição de Confúcio e o aumento da fragmentação partidária

A corrida eleitoral de 2014 ao governo de Rondônia foi marcada pela força do PMDB na política regional. Numa eleição acirrada, Confúcio Moura (PMDB) tinha como principal adversário Expedito Júnior (PSDB), que apto a concorrer, entrava no páreo como o candidato capaz de impedir a tentativa de reeleição de Confúcio. O grupo ligado a Ivo Cassol (PP) apoiou a candidatura de Jaqueline Cassol (PR), irmã do senador. No campo da esquerda, o PT apresentou o deputado federal Padre Ton e o PSOL lançou o presidente regional do partido Pimenta de Rondônia.

Durante a campanha, Confúcio (PMDB) e Expedito (PSDB) disputaram voto a voto, revezando-se na liderança das pesquisas¹⁰³. Ao alcançar 35,86% dos votos válidos, o governador Confúcio Moura chegaria à frente no primeiro turno com uma pequena vantagem sobre Expedito Júnior, com 35,42%, contrariando o resultado da última pesquisa Ibope¹⁰⁴. Estreante em disputas eleitorais, apesar de não conseguir decolar, a candidata Jaqueline Cassol (PP), com 15,11%, terminou o primeiro turno como terceira colocada. A esquerda rondoniense obteve um desempenho pífio, com Padre Ton (PT), alcançando 12,64% dos votos, e Pimenta de Rondônia (PSOL), com apenas 0,97%. Novamente, o PT sairia prejudicado pelos rumos da administração petista que deixou a prefeitura de Porto Velho em 2012, sem concluir o mandato¹⁰⁵. A tabela 38 apresenta o desempenho dos candidatos no primeiro turno da eleição ao governo estadual.

¹⁰³ Expedito Júnior (PSDB) chegou a liderar a corrida eleitoral, conforme pesquisa IBOPE publicada no dia 16/09/14. Nesse contexto, Confúcio Moura (PMDB) demonstrou forte reação na reta final do primeiro turno. Para mais detalhes sobre a liderança de Expedito nas pesquisas ver matéria do portal R7, intitulada: *Expedito Júnior lidera disputa em Rondônia, diz IBOPE*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/rondonia/expedito-junior-lidera-disputa-em-rondonia-diz-ibope-16092014>

¹⁰⁴ A última pesquisa IBOPE do primeiro turno, divulgada no dia 03/10/14, apresentava Confúcio Moura (PMDB) com oito pontos percentuais à frente de Expedito Júnior (PSDB). Não obstante, a diferença entre os dois candidatos no primeiro turno foi de apenas 0,44%, resultado bastante diverso do apontado pela pesquisa. Para maiores detalhes ver matéria do portal Globo intitulada: *Ibope, votos válidos: Confúcio tem 43%, Expedito, 35% e Jaqueline, 12%*. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2014/noticia/2014/10/confucio-tem-43-junior-35-e-jaqueline-12-dos-votos-validos-diz-ibope.html>

¹⁰⁵ Roberto Sobrinho (PT) foi afastado pela Justiça do cargo de prefeito de Porto Velho, no mês de novembro de 2012, pouco antes do término do seu mandato. A mesma operação liderada por diversas instituições de controle levou à cadeia diversos secretários municipais, servidores públicos e empresários. Um fim de mandato melancólico para quem foi reeleito em 2008 em primeiro turno, com 59% dos votos. Com o afastamento de Sobrinho, Emerson Castro (PMDB) assumiu a prefeitura e concluiu o mandato da gestão.

Tabela 38. Resultado do primeiro turno da eleição para o governo - Rondônia (2014)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Confúcio Moura	PMDB	PMDB-PSB-PDT-PTB-PTN-PCdoB-PSL-PRP-PRTB	288.220	35,86%	2º turno
Expedito Júnior	PSDB	PSDB-PSDC-PSD-DEM-PSC-PEN-PMN-PHS-PT do B-PRB	284.663	35,42%	2º turno
Jaqueline Cassol	PR	PR-PP	121.406	15,11%	Não eleito
Padre Ton	PT	Sem coligação	101.612	12,67%	Não eleito
Pimenta de Rondônia	PSOL	Sem coligação	7.757	0,97%	Não eleito
Total	-	-	803.658	100,00	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos

Ao comentar o quadro eleitoral às vésperas da votação no primeiro turno, Viana (2014) analisava¹⁰⁶:

Em Rondônia, a eleição para o governo também apresenta reviravoltas. Segundo a última pesquisa Ibope, que causou grande surpresa, o atual governador Confúcio Moura (PMDB) retomou a liderança, deixando Expedito Jr. (PSDB) na segunda posição. Logo atrás, vem Jaqueline Cassol (PR), representante de uma das famílias mais poderosas da política estadual. Em quarto colocado, aparece o Padre Ton (PT) com menos de 10% das intenções de votos. Desde o início do processo eleitoral, o segundo turno era tido como certo entre Confúcio e Expedito. O que impressiona é a capacidade de reação do atual governador e do PMDB – partido mais tradicional do estado, se recuperando na reta final da campanha, ainda que eu acredite que a diferença entre o primeiro e segundo colocado não seja tão grande. Não obstante o fato de Rondônia possuir menos de 0,8% do eleitorado brasileiro, o segundo turno presidencial entre PT e PSDB exercerá forte influência sobre o quadro estadual. Dessa forma, vejo que a disputa nacional deve contribuir para que Confúcio e o PMDB recebam o apoio

¹⁰⁶ Para mais detalhes, ver Viana, 2014. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/joao-paulo/cronicas-de-uma-eleicao-imprevisivel>

de Padre Ton e do PT rondoniense, algo que quase ocorreu já no primeiro turno, quando o PT abriu mão da vaga de vice na chapa do atual governador.

Diante dessa conjuntura, ao se confirmar o resultado apertadíssimo do primeiro turno da eleição, o segundo turno iniciou-se com os partidos em busca de novas alianças. Assim como ocorrido em 2010, Confúcio e o PMDB receberam o apoio do PT¹⁰⁷, enquanto Ivo Cassol¹⁰⁸ não entrou na campanha tucana de Expedito, ainda que naquele momento a maior parte dos aliados de Cassol aderisse ao candidato do PSDB. Certamente, o segundo turno da disputa presidencial entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) contribuiu fortemente para que o PT concedesse novo apoio ao PMDB em Rondônia, fator decisivo para reeleição de Confúcio e o triunfo peemedebista. Assim, com 53,43% dos votos válidos, Confúcio Moura era reeleito governador de Rondônia, contra 46,57% de Expedito Júnior. A tabela 39 apresenta o resultado do segundo turno da disputa para o governo rondoniense.

Tabela 39. Resultado do segundo turno da eleição para o governo - Rondônia (2014)

Candidato	Partido	Coligação	Votação	%	Situação
Confúcio Moura	PMDB	PMDB-PSB-PDT-PTB-PTN-PCdoB-PSL-PRP-PRTB	419.928	53,43%	Eleito
Expedito Júnior	PSDB	PSDB-PSDC-PSD-DEM-PSC-PEN-PMN-PHS-PTdoB-PRB	366.072	46,57%	Não eleito
Total	-	-	786.000	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

¹⁰⁷ Conforme matéria do portal UOL, publicada dia 26/10/2014, “No segundo turno, Moura recebeu apoio do candidato a governador no primeiro turno e deputado federal Padre Ton (PT). O petista afirmou que a escolha levou em consideração a chapa presidencial que tem Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB) como candidatos à reeleição”. Para maiores detalhes, ver: *Com o apoio do PT Confúcio Moura (PMDB) se reelege governador de Rondônia*. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/com-apoio-do-pt-confucio-moura-pmdb-se-reelege-governador-de-rondonia.htm>

¹⁰⁸ Rompido oficialmente com Expedito Júnior (PSDB) desde 2010, havia a expectativa de que Ivo Cassol (PP) concedesse apoio oficialmente à candidatura tucana, o que acabou não ocorrendo. Apesar disso, grande parte do grupo ligado a Cassol, inclusive Jaqueline Cassol (PR), candidata derrotada no primeiro turno, apoiou o candidato do PSDB no segundo momento da disputa.

Nesse contexto, o PMDB rondoniense ratificava-se no poder como a agremiação partidária, historicamente, de maior força no estado, dominando o governo estadual, com as maiores bancadas na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa.

Na eleição para o Senado, quatro candidatos se apresentaram à disputa. O senador Acir Gurgacz (PDT), candidato à reeleição, o deputado federal Moreira Mendes (PSD), Ivone Cassol (PP), esposa de Ivo Cassol, e Aluízio Vidal (PSOL). Aliado do governador Confúcio Moura desde a eleição de 2010, quando Ayrton Gurgacz (PDT), seu tio, foi eleito vice-governador na chapa liderada pelo PMDB, Acir era considerado no decorrer da campanha pelas pesquisas como candidato reeleito ao senado.

Com larga vantagem para o segundo colocado, o resultado das urnas confirmou o pedetista Acir Gurgacz reeleito com quase 42% dos votos. Em segundo lugar, Moreira Mendes (PSD), seguido por Ivone Cassol (PP) e Aluízio Vidal¹⁰⁹ (PSOL). Com uma campanha dotada de poucos recursos, Aluízio Vidal foi uma das surpresas do pleito, alcançando uma votação expressiva na capital, Porto Velho, onde ficou na segunda posição, atrás apenas de Gurgacz. A tabela 40 apresenta o resultado da eleição para o Senado Federal.

Tabela 40. Resultado da eleição para o Senado Federal - Rondônia (2014)

Candidato	Partido	Votação	%	Situação
Acir Gurgacz	PDT	321.614	41,98%	Eleito
Rubens Moreira Mendes	PSD	193.184	25,94%	Não eleito
Ivone Cassol	PP	160.964	21,62%	Não eleito
Aluízio Vidal	PSOL	77.865	10,46%	Não eleito
Total	-	744.627	100,00%	-

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO. Foram considerados apenas os votos válidos.

¹⁰⁹ O psicólogo e pastor presbiteriano, Aluízio Vidal, tem se notabilizado como uma das lideranças da esquerda rondoniense. Na eleição de 2014 ao Senado, Vidal foi o segundo mais votado no capital Porto Velho. No ano de 2016, trocou o PSOL pela Rede de Sustentabilidade.

A vitória de Gurgacz veio acompanhada pelo fracasso do grupo de Cassol e de seu ex-aliado, Moreira Mendes (PSD), à época no palanque de Expedito Júnior (PSDB). Assim, com as derrotas de sua irmã, Jaqueline, ao governo rondoniense, e de sua esposa, Ivone, ao senado, Ivo Cassol¹¹⁰ sairia enfraquecido do pleito de 2014, e apesar de não ter sido candidato, a família obtinha seu pior resultado eleitoral desde a emergência de Cassol no plano estadual com a vitória ao governo estadual no ano 2002.

Na disputa para a Câmara dos Deputados, 81 candidatos participaram do pleito. Seis legendas alcançaram representação e a renovação da bancada foi de 62,5%, com três parlamentares reeleitos e cinco novatos. O PMDB era novamente o maior partido rondoniense na Câmara Federal, com três cadeiras, seguido por PSDB, PV, PDT, PTB, PR e SD, com um deputado federal cada.

A coligação que reelegeu o peemedebista Confúcio Moura demonstrava sua força com cinco parlamentares. Marinha Raupp (PMDB), deputada federal pelo sexto mandato, Lúcio Mosquini (PMDB), Lindomar Garçon (PMDB), Marcos Rogério (PDT) e Nilton Capixaba (PTB) eram os aliados do governador na Câmara Federal. Pela aliança eleitoral que tinha como candidato Expedito Júnior (PSDB), foram eleitos Mariana Carvalho (PSDB) e Expedito Netto (SD). Pela coligação que apoiou Jaqueline Cassol (PR) ao governo, Luiz Cláudio (PR) foi o eleito. A tabela 41 apresenta a da bancada rondoniense.

Tabela 41. Resultado da eleição para a Câmara dos Deputados por partido - Rondônia (2014)

Partido	Número de Cadeiras na CD – 2014	%
PMDB	03	37,5%
PSDB	01	12,5%
PDT	01	12,5%
PTB	01	12,5%
PR	01	12,5%
SD	01	12,5%
Magnitude	08	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO

¹¹⁰ Durante a campanha de 2014, Ivo Cassol (PP) foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal a quatro anos e meio de prisão, por denúncias de fraude em licitação na época em que foi prefeito de Rolim de Moura, entre os fins da década de 1990 e o início dos anos 2000. Muito provavelmente, a condenação influenciou no resultado adverso das candidaturas de Jaqueline Cassol (PR) e Ivone Cassol (PP).

Pela primeira vez, desde 2002, quando elegeu 25% dos deputados federais rondonienses, o Partido dos Trabalhadores, concorrendo sem coligação, não atingiu o quociente eleitoral, ficando sem representação na Câmara dos Deputados. Com o quarto lugar na eleição para o Executivo estadual, e sem mandato no Senado, as eleições de 2014 marcaram o declínio do PT em Rondônia, legenda que obteve crescimento vertiginoso a partir da chegada de Lula à presidência, mas não conseguia manter sua força eleitoral no estado, mesmo com a reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT).

Na eleição para a Assembleia Legislativa, 382 candidatos participaram do pleito, num total de 29 partidos e oito coligações. PMDB e PP ficaram com as maiores bancadas, somando três cadeiras cada, seguidos por PDT, PT, PSDC e PT do B, com dois parlamentares, e PV, PRP, PTB, PTN, DEM, PSDB, PEN, SD, PSB e PSD, com uma cadeira. A tabela 42 apresenta a composição das bancadas partidárias na ALE-RO.

Tabela 42. Resultado da eleição para a Assembleia Legislativa por partido - Rondônia (2014)

Partido	Número de cadeiras na ALE-RO - 2014	%
PMDB	03	12,5%
PP	03	12,5%
PSDC	02	8,3%
PDT	02	8,3%
PT	02	8,3%
PT do B	02	8,3%
PSB	01	4,2%
PSD	01	4,2%
PTB	01	4,2%
PV	01	4,2%
PRP	01	4,2%
PTN	01	4,2%
PSDB	01	4,2%
PEN	01	4,2%
DEM	01	4,2%
SD	01	4,2%
Total	24	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do TRE-RO.

Seguindo o padrão nacional naquele ano, a fragmentação partidária foi a maior da história do parlamento rondoniense, com dezesseis legendas representadas na casa legislativa. A renovação foi de aproximadamente 54%, com onze parlamentares reeleitos e treze novos representantes na ALE-RO.

Assim, as eleições de 2014 em Rondônia confirmaram o PMDB como a maior força partidária da competição eleitoral rondoniense. Das oito eleições para o governo estadual desde 1986, o PMDB venceu quatro pleitos, obteve o maior número de senadores eleitos, também o maior número de deputados federais e estaduais desde 1982.

Considerações finais do capítulo

O capítulo buscou compreender a evolução do processo político eleitoral em Rondônia a partir de 1982, quando ocorre a eleição fundadora do Estado, até a disputa eleitoral de 2014. A descrição e a análise das eleições estaduais rondonienses no período abordado torna-se fundamental para uma melhor compreensão da conjuntura do momento fundador, num período de crise da ditadura militar, assim como, posteriormente, um melhor entendimento do contexto de abertura da competição eleitoral no estado. Como observado, a abertura do subsistema partidário rondoniense na eleição de 1990 veio acompanhada da emergência de uma nova elite dirigente interiorana e de quase duas décadas de desestruturação do sistema partidário subnacional, que se caracterizou como um dos mais voláteis e fragmentados do País nas décadas de 1980 e 1990.

O objetivo deste capítulo foi oferecer subsídios para um melhor diagnóstico da dinâmica da competição eleitoral em Rondônia, a partir da análise no capítulo IV dos dados eleitorais agregados por partido durante o período em questão e do fenômeno das migrações partidárias. Buscar compreender, fundamentalmente, por que a competição eleitoral em Rondônia durante duas décadas mostrou-se tão instável, volátil e fragmentada, ao ponto de analistas sequer considerarem o caso rondoniense como um sistema partidário estadual minimamente estruturado. Assim, o objetivo foi proporcionar condições para uma melhor análise do cenário volátil, fragmentado e de desorganização da competição política que se estende pela década de 1990.

Ademais, o capítulo evidencia por vezes o domínio e o prevalecimento dos interesses e das particularidades do contexto local. É possível constatar que a dinâmica

nacional, em diversos momentos conjunturais, exerceu pouca influência sobre os atores regionais, principalmente até o decorrer da década de 1990. Não obstante, a descrição e a análise da trajetória dos partidos e eleições em Rondônia também expõem um momento de mudança na dinâmica do jogo político a partir da década de 2000. No capítulo seguinte, a análise buscará compreender melhor essas questões.

Capítulo IV

A dinâmica da estruturação da competição político-eleitoral em Rondônia (1982-2014) e a estabilização do sistema partidário brasileiro

4.1. A estruturação da competição eleitoral em Rondônia

Neste capítulo, abordaremos a dinâmica da estruturação da competição política em Rondônia e o processo de estabilização do sistema partidário brasileiro. Para tanto, será avaliado o desempenho eleitoral dos partidos rondonienses com a análise dos dados agregados das eleições no estado, de 1982 a 2014. Posteriormente, será empreendida análise sobre o sistema eleitoral proporcional e as mudanças na legislação partidária. O objetivo é demonstrar que, entre a segunda metade dos anos 1980 e o decorrer da década de 1990, devido, fundamentalmente, às mudanças nas regras para a criação de legendas e o fenômeno das migrações partidárias, o subsistema partidário rondoniense apresentaria níveis elevados de volatilidade eleitoral e fragmentação partidária nas eleições legislativas.

Entretanto, desde a década de 2000, o sistema partidário rondoniense apresenta índices muito próximos a padrões verificados no sistema partidário nacional, que indicam uma razoável tendência à estabilização, sobretudo, a partir do sistema partidário brasileiro. Há fortes evidências de que, além da diminuição nas taxas de migração partidária, o que contribuiu para a queda nos índices de volatilidade eleitoral, a competição à presidência exerceu maior influência sobre a dinâmica do processo político-eleitoral rondoniense. Essa coordenação entre os planos nacional e estadual teria contribuído diretamente para um cenário de maior inteligibilidade e previsibilidade da competição eleitoral no estado. Com base nos dados referentes aos índices de volatilidade eleitoral e o número efetivo de partidos, analisarei o desenvolvimento da experiência partidária rondoniense à luz do caso brasileiro, no intuito de justificar nosso argumento.

O sistema partidário subnacional rondoniense, formado com a instalação do estado em 1982, constituído sob o autoritarismo em condições específicas no final do regime militar, a partir da década de 1990 passou a exibir uma competição política mais aberta, num ambiente heterogêneo, marcado pelo pluralismo partidário. De fato, o mercado da competição eleitoral rondoniense estruturou-se, inicialmente, a partir dos partidos formados ainda durante o bipartidarismo ditatorial. O sistema partidário

rondoniense que inicialmente contou com três partidos disputando a eleição fundadora do estado, em 1982, saltou para 29 partidos concorrendo na eleição de 2014 à Assembleia Legislativa.

Ao analisar o desenvolvimento do sistema partidário brasileiro pós-1982, Braga (2006) afirma que a estrutura da competição partidária, inicialmente caracterizada por um padrão de alta concentração, gradualmente, passou para um quadro mais fragmentado, em decorrência, sobretudo, de processos de criação, fusão e o aumento do apoio eleitoral aos partidos fundados no início dos anos 1980. Nesse contexto, observo que a dinâmica do sistema partidário brasileiro se reproduziu de forma muito semelhante ao caso rondoniense. Importante mencionar o argumento de Lima Jr. (1997), para quem a expansão do mercado eleitoral pela incorporação de novos atores à competição político-eleitoral e o aumento do número de partidos – efetivos e nominais, não ocorreu no mesmo ritmo em todos os estados brasileiros. Assim, torna-se imprescindível, no caso subnacional rondoniense, verificar em qual momento consolida-se o quadro de mudança institucional.

Na eleição inaugural de 1982, três legendas concorreram: PDS, PMDB e PT. Sem a realização de eleição para o Executivo estadual, e sob forte influência do regime militar, o governo do coronel Teixeira organizou o PDS para a disputa eleitoral, com o objetivo de garantir a vitória dos três senadores e ter a maior bancada na Câmara dos Deputados. Com o apoio da máquina estatal, o PDS de Teixeirão obteve êxito na eleição inaugural. A oposição peemedebista elegeu três deputados federais, mas não conseguiu eleger Jerônimo Santana ao Senado, devido, sobretudo, ao dispositivo eleitoral do voto vinculado. Naquele momento, apenas PDS e PMDB estavam estruturados no recém-fundado estado. O PT, que dispunha à época de poucos recursos políticos, não elegeu representantes na eleição de 1982.

Durante a década de 1980, o subsistema partidário rondoniense manteve-se fortemente influenciado pelas legendas e grupos políticos do período do regime militar. Ainda na eleição de 1986, apenas PMDB e PFL, partidos herdeiros do bipartidarismo ditatorial, alcançaram representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Ainda que naquele ano, PDT e PT surgissem como novas alternativas aos partidos herdeiros do bipartidarismo ditatorial (PDS-PFL e PMDB), o subsistema demonstrou ser praticamente bipartidário durante todo o período de transição da década de 1980. Entretanto, assim como o sistema partidário brasileiro (BRAGA, 2006), a competição

política rondoniense, posteriormente, caminhou rumo a uma disputa mais aberta e pluralista, apresentando padrões muito semelhantes ao caso nacional.

É sob a perspectiva de abertura da competição política, que a partir da eleição de 1990 o mercado eleitoral em Rondônia proporcionou a entrada de novas legendas e atores representados, num contexto de disputas competitivas, formadas por um espectro partidário plural e heterogêneo. Não obstante, evidenciou-se também entre as unidades federadas um dos maiores índices de volatilidade eleitoral nas eleições legislativas e uma alta fragmentação partidária. Minha hipótese é de que isso ocorre, sobretudo, por conta do processo de criações e fusões de novos partidos desde 1985, além das elevadas taxas de migrações partidárias a partir desse período, que beneficiaram, nesse momento específico, as pequenas legendas recém-criadas (FREITAS, 2012).

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro é a legenda rondoniense com o maior número de vitórias nas eleições para o governo do estado. Desde 1986, com o triunfo de Jerônimo Santana na primeira eleição direta para governador, de um total de oito eleições até 2014, o partido venceu em quatro ocasiões, o que representa uma taxa de sucesso de 50%. Ainda durante o regime militar, e no contexto de apenas uma cadeira em disputa no antigo Território para a Câmara dos Deputados, o MDB logrou êxito em três eleições seguidas, 1970, 1974 e 1978, neste último pleito, já com duas cadeiras em disputa. Jerônimo Santana foi o grande nome de oposição ao regime militar, tendo sido deputado federal por três mandatos consecutivos no Território. Na fundação do PMDB em 1979, Santana conduziu o partido em Rondônia, consolidando-se como a maior liderança opositora ao governo do coronel Jorge Teixeira no processo de transição ao estado.

Posteriormente, o PMDB venceria a eleição para o governo em 1994, com Valdir Raupp, em disputa eleitoral que marcou o início da hegemonia do interior na política rondoniana. A eleição de 1994 pode ser considerada como o momento em que, politicamente, consolida a supremacia do interior do estado, mais especificamente o leste rondoniense, o eixo da BR-364, sobre a capital. Após três eleições sem obter sucesso nas disputas ao governo do estado, o PMDB elegeu Confúcio Moura nos pleitos de 2010 e 2014, confirmando-se como a maior e mais tradicional agremiação partidária de Rondônia.

A partir de 1982, nas disputas para o Senado Federal, o PMDB venceu em cinco oportunidades, caracterizando-se também como a maior legenda partidária rondoniense nas eleições para o senado. De um total de 15 cadeiras em disputa no período de 1982-

2014, o PMDB alcançou 1/3 dos assentos. No ano de 1986, o partido elegeu Olavo Pires e Ronaldo Aragão, posteriormente, Amir Lando em 1998, e Valdir Raupp nas eleições de 2002 e 2010.

Para a Câmara dos Deputados, no mesmo período, o partido conseguiu 19 assentos, de um total de 72, o que representa êxito em aproximadamente 27% das cadeiras disputadas. Nas eleições para a Assembleia Legislativa, o PMDB rondoniense conquistou 45 cadeiras, equivalente a 20,8% dos assentos no período de 1982 a 2014. Assim, como nas disputas majoritárias para o governo e ao senado, o PMDB também foi o maior vencedor nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

O antigo Partido Democrático Social (PDS), legenda fundada a partir da ARENA, foi o grande vencedor da eleição rondoniense de 1982. O partido governista, liderado pelo coronel Jorge Teixeira, que após o fim do Território foi reconduzido ao cargo de governador do estado, venceu as três cadeiras em disputa para o Senado Federal, alcançou a maioria dos assentos na Câmara dos Deputados, ao eleger cinco parlamentares, e conquistou 15 cadeiras na primeira legislatura da Assembleia Legislativa. Nas eleições seguintes, o partido teria um desempenho pífio nas disputas eleitorais, conquistando poucos mandatos. No ano de 1985, um racha no PDS fez surgir o PFL, atual DEM. Na década de 1990, em processo de fusões, o PDS deu origem ao PPR, que após nova fusão com o PP, mudaria de nome para PPB e, posteriormente, passaria a denominar-se PP.

O Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), legenda que disputou com Expedito Júnior o segundo turno na eleição de 2014 ao governo estadual, sendo derrotada por Confúcio Moura (PMDB), elegeu o governador rondoniense uma vez, na eleição de 2002, com Ivo Cassol, que no ano de 2005 sairia do partido. Os tucanos rondonienses nunca elegeram um senador no período 1982 a 2014, ainda que Chico Sartori, então vice-presidente estadual do PSDB, tenha assumido em 2002 por quase um ano o mandato no Senado, como suplente do senador Amir Lando (PMDB).

Até a eleição de 2014, os tucanos rondonienses elegeram 7 deputados federais, o que representa 9,7% do total de eleitos desde as eleições inaugurais de 1982, embora o PSDB tenha sido fundado em 1988 e participado de sua primeira eleição para os governos estaduais, assembleias e congresso nacional, apenas no ano de 1990. Nas eleições para a ALE-RO, o partido elegeu 13 deputados, o que representa aproximadamente 6% de eleitos no período em questão.

O Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), elegeu o governador rondoniense no ano de 1998, com José Bianco, que naquele momento venceu o peemedebista Valdir Raupp, então candidato à reeleição. O PFL/DEM pode ser considerado sucessor do antigo PDS, partido governista que representou o grupo de Jorge Teixeira na fundação do estado, durante o período final do regime militar. No ano de 1990, Odacir Soares se reelegeu para o Senado pelo PFL, vencendo a única cadeira ao senado pelo partido até a eleição de 2014. O PFL/DEM elegeu 6 deputados federais, algo em torno de 8,3% das cadeiras em disputa. Na eleição para a Assembleia Legislativa, o PFL/DEM elegeu 17 parlamentares até 2014, o que configura aproximadamente 8% dos deputados estaduais eleitos, na série histórica analisada.

O Partido Popular Socialista (PPS) elegeu o governador Ivo Cassol em sua reeleição no ano de 2006. Partido com pouca força política no estado, a legenda abrigou Cassol e seu grupo político após sua saída do PSDB, em meio aos escândalos que envolveram as gravações de parlamentares estaduais pelo governador, no ano de 2005. No ano de 2010, já fora do PPS, Cassol renunciou ao governo estadual para se candidatar ao Senado pelo PP, e o vice-governador João Cahulla (PPS) assumiu o governo estadual.

Ainda na eleição de 2006, o PPS também elegeu seu único senador, Expedito Jr., que migraria para o PR no início do mandato, após romper politicamente com Ivo Cassol. Expedito, posteriormente, teria o mandato de senador cassado no ano de 2009, após ser condenado por compra de votos na eleição de 2006. Para fins de análise eleitoral, tal qual o entendimento do TSE, o presente estudo considera a eleição ao senado em Rondônia, no ano de 2006, vencida pelo candidato Acir Gurgacz (PDT).

Nas eleições para a Câmara dos Deputados, o PPS elegeu três deputados federais. Num total de 72 cadeiras em disputa, com três assentos, o PPS, que participou de sua primeira eleição no ano de 1994, alcançou cerca de 4,2% do número de mandatos no período de 1982 a 2014. No tocante à representação do PPS na Assembleia Legislativa, o partido elegeu apenas três deputados em 2006, o que representa 1,4% do total de eleitos no período investigado. De fato, o desempenho do PPS rondoniense esteve diretamente relacionado ao grupo cassolista, tendo sido a sigla utilizada pelo ex-governador Cassol e seus aliados para disputarem as eleições de 2006. Na eleição de 2014, o PPS mostrou-se praticamente inexpressivo no estado, não obtendo representação no Senado, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa.

O Partido Trabalhista Renovador (PTR) venceu a eleição para o governo estadual no ano de 1990, com Oswaldo Piana Filho. O partido não elegeu senadores, também não

alcançou cadeiras na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa, no período analisado. Assim, verifica-se que o partido serviu apenas para apresentar a candidatura de Oswaldo Piana naquele pleito. O que acarretou em sucesso para a legenda, que poucos anos depois desapareceria.

Organizado no estado de Rondônia desde a eleição de 1982, o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu apenas uma senadora, Fátima Cleide, vitoriosa na eleição de 2002, sendo a mais votada naquele pleito. O PT nunca elegeu o governador rondoniense. Nenhum candidato petista chegou ao segundo turno da eleição estadual nas disputas eleitorais para o Executivo a partir de 1986 e o melhor resultado do partido ao Executivo estadual foi a derrota em primeiro turno para Ivo Cassol, em 2006. Não obstante, a chegada à presidência no ano de 2002 contribuiu para o crescimento do partido no estado, que naquele ano elegeu uma senadora, alcançou 25% dos assentos à Câmara dos Deputados, a maior bancada em nível federal ao lado do PMDB, e o maior número de partidos na ALE-RO. Embora o partido tenha obtido notável crescimento entre as eleições de 2002 e 2008, inclusive elegendo por dois mandatos o prefeito de Porto Velho, nos anos de 2004 e 2008, a partir de 2014 o partido começou a apresentar declínio de sua representação em nível estadual, perdendo espaço para os partidos conservadores.

A partir de 1982, o PT em Rondônia obteve 5 mandatos na Câmara dos Deputados, 6,9% do total¹¹¹. E na Assembleia Legislativa, o partido elegeu 20 parlamentares, o que corresponde a 9,3%, ficando atrás apenas do PMDB. Para exemplificar a queda no desempenho petista em Rondônia, na eleição para a Câmara dos Deputados em 2014, o partido não alcançou nenhuma cadeira, evidenciando um notório declínio em relação às eleições anteriores, especialmente após o desempenho obtido em 2002 e 2006 para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) apresentou notável crescimento durante a década de 1990, em Rondônia. Apesar de nunca ter obtido sucesso nas disputas ao governo estadual, até a eleição de 2014, o partido obteve quatro mandatos para o senado, algo em torno de 27% do total, sendo dois senadores eleitos em 1994, quando o PDT chegou ao segundo turno da disputa para o Executivo, com o ex-prefeito de Porto Velho, Chiquilito Erse. Sobre a representação na Câmara dos Deputados, o PDT

¹¹¹ Como assinalado no capítulo III, Anselmo de Jesus (PT) ficou na primeira suplência à Câmara dos Deputados na eleição de 2010. No ano de 2012, com a vitória de Mauro Nazif (PSB) para a prefeitura de Porto Velho, o petista assumiria, concluindo os dois últimos anos de mandato. Entretanto, como a ênfase desta tese é a análise dos candidatos eleitos, para fins estatísticos não computarei os suplentes que eventualmente assumem, mesmo aqueles que se tornam titulares, como neste caso especificamente.

rondoniense obteve 6 mandatos, aproximadamente 8% do total. Nas eleições para a Assembleia Legislativa, os pedetistas alcançaram 14 cadeiras, o que representa cerca de 6,5 dos assentos em disputa no período de 1982 a 2014.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentou notável crescimento na eleição rondoniense de 1990, quando o partido chegou ao segundo turno da disputa para o governo estadual, com o então senador Olavo Pires, que concluiu o primeiro turno à frente dos demais candidatos. Não obstante, o assassinato de Olavo mudaria os rumos da corrida eleitoral. Naquele ano, a força política da coligação encabeçada pelo PTB evidenciou-se também na eleição proporcional para a Câmara dos Deputados. O PTB alcançou sete das oito cadeiras em disputa, restando uma vaga ao PDT, também membro da coligação petebista.

Apesar do desempenho eleitoral vitorioso na eleição para a Câmara dos Deputados em 1990, o PTB rondoniense nunca obteve sucesso em eleições estaduais majoritárias para o governo e o senado. No período entre 1982 e 2014, o PTB alcançou 12 mandatos na Câmara dos Deputados, 16,7% do total. Nas eleições para a Assembleia Legislativa, os petebistas elegeram 16 candidatos, aproximadamente 7,4% do total de eleitos no período pesquisado.

O atual Partido Progressista (PP), antigo PPR e, posteriormente, PPB, abrigou, a partir de 2009, o grupo político do ex-governador Ivo Cassol, eleito pelo partido para o Senado no ano de 2010. Essa foi a única vez que o PP elegeu um senador em Rondônia. Nas eleições para a Câmara dos Deputados, o PP atual elegeu apenas um candidato. Nas disputas para a ALE-RO, o partido elegeu 10 candidatos, o que corresponde a 4,6% do total. Para evitar confusão com o PP do início dos anos 1990, no gráfico a seguir, nomearei a legenda como PP 2(atual).

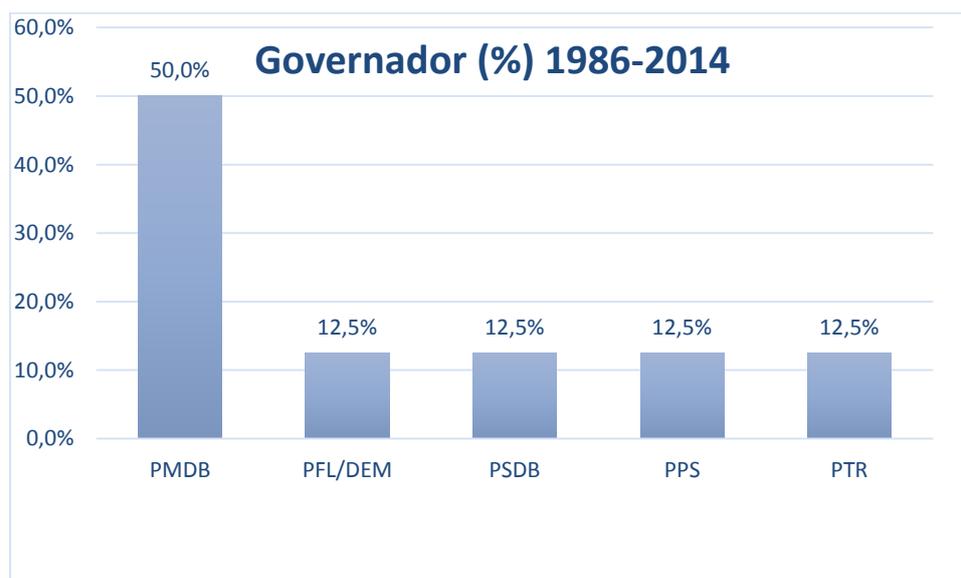
O Partido Socialista Brasileiro, apesar de não apresentar vitórias em eleições ao governo estadual e ao senado, obteve mandatos na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa rondoniense. Na eleição de 2014, coligado com o PMDB de Confúcio Moura, a legenda elegeu o vice-governador do estadual, o sindicalista e ex-deputado estadual pelo PT, Daniel Pereira. Até a eleição de 2014, o partido elegeu 2 deputados federais, 2,8% do total. Nas eleições para o Legislativo estadual, o PSB elegeu 6 parlamentares até 2014, também 2,8% do total. Desde o início dos anos 2000, o partido é comandado no estado pelo grupo político do ex-prefeito de Porto Velho e atual deputado federal, Mauro Nazif.

O antigo Partido Liberal obteve relativo desempenho nas eleições proporcionais rondonienses, a partir de 1990, sobretudo nas disputas para a Assembleia Legislativa. O partido elegeu 10 parlamentares para a ALE-RO e um para a câmara dos deputados no período analisado. Em 2006, após o escândalo do mensalão, o PL se fundiu ao PAN, dando origem ao PR. O Partido Republicano em Rondônia esteve associado ao grupo do ex-governador Ivo Cassol, que apesar de ser filiado ao PP desde 2009, exerce forte influência sobre o PR rondoniense.

Várias pequenas legendas alcançaram representação na Assembleia Legislativa durante o período analisado, especialmente a partir das eleições de 1990, quando houve uma notória abertura do mercado político eleitoral em Rondônia. Nesse contexto, entre 1982 e 2014, no subsistema partidário rondoniense, mais de vinte e cinco partidos alcançaram assentos nas eleições para a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

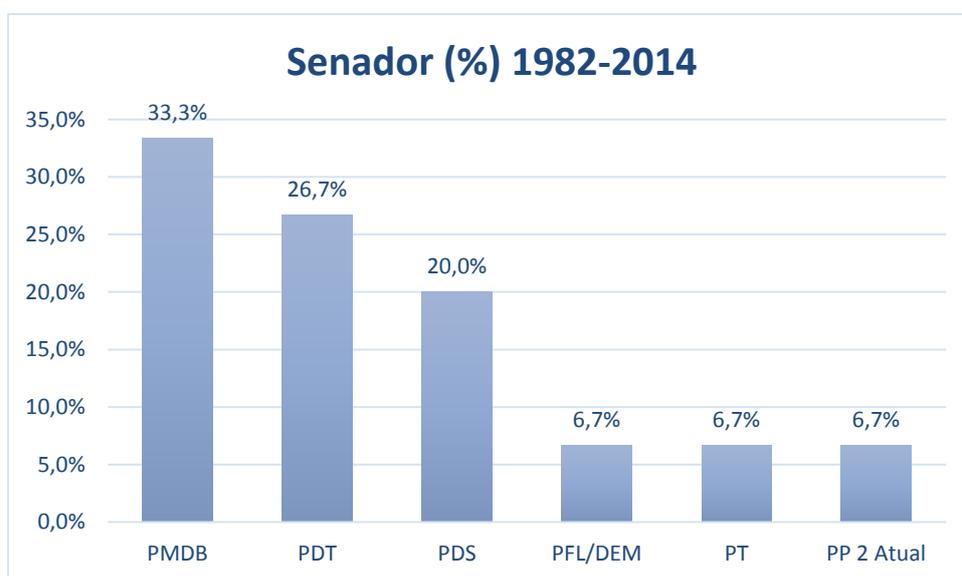
O gráfico 1 apresenta os dados referentes aos mandatos para o Executivo rondoniense a partir de 1986, quando foi realizada a primeira eleição para o governo estadual. O PMDB é o partido com o maior número de mandatos, obtendo sucesso em metade das eleições disputadas até 2014. Com uma vitória cada, PFL/DEM, PSDB, PPS e PTR foram as demais legendas que obtiveram sucesso nas eleições para o cargo de governador no estado de Rondônia.

Gráfico 1. Governadores por partido - Rondônia (1986-2014)

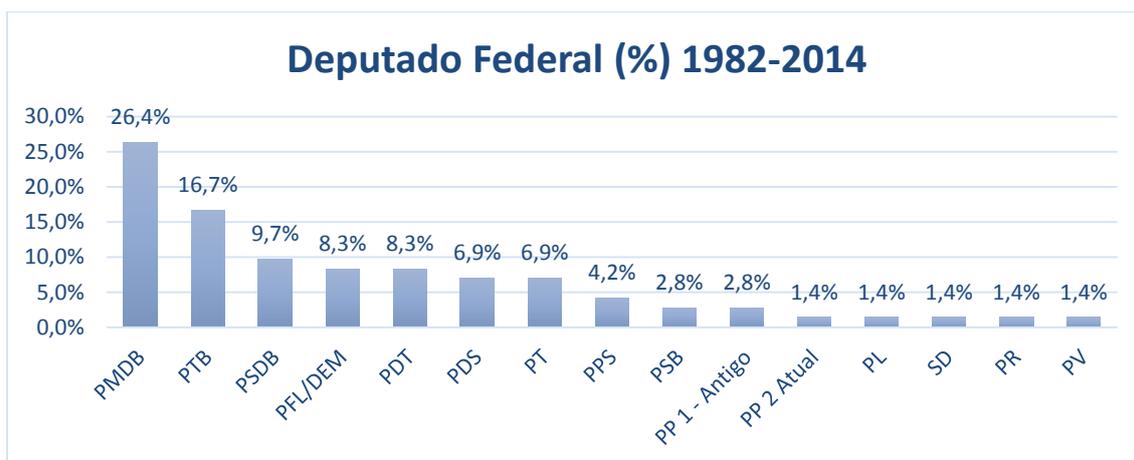


O gráfico 2 apresenta o desempenho dos partidos nas eleições majoritárias para o Senado Federal. Assim como nas disputas majoritárias ao Executivo, o PMDB também é o partido com melhor desempenho nas disputas ao Senado no estado de Rondônia. O partido obteve 1/3 das cadeiras até o pleito de 2014. O PDT é o partido que conseguiu o segundo maior número de assentos nas eleições majoritárias ao Senado, assegurando mais de 1/4 das cadeiras no período analisado. O antigo PDS vem em seguida, com as três cadeiras obtidas na eleição de 1982. PFL/DEM, PT e o atual PP aparecem com um assento cada.

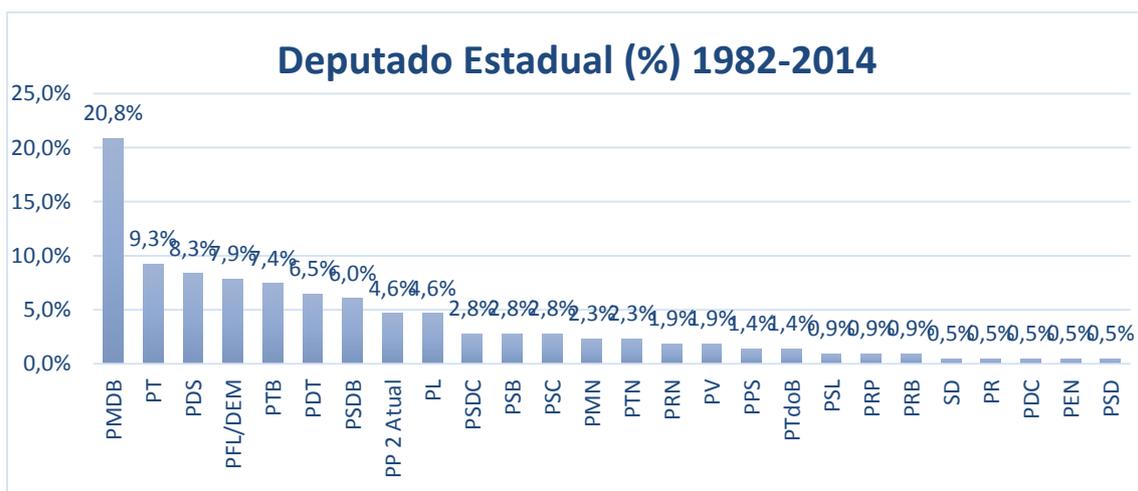
Gráfico 2. Senadores por partido - Rondônia (1982-2014)



O gráfico 3 apresenta o desempenho dos partidos rondonienses nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados. Novamente, o PMDB se consolida como a legenda com o maior número de cadeiras, com mais de 1/4 de mandatos obtidos no período de 1982 a 2014. O PTB vem em seguida, com quase 17% dos assentos, boa parte obtidos na eleição de 1990, quando a legenda conseguiu quase a totalidade das cadeiras em disputa. Posteriormente, aparecem PSDB, PFL/DEM, o antigo PDS e o PT. No total, quatorze partidos alcançaram representação nas eleições rondonienses para a Câmara dos Deputados, durante a série histórica analisada.

Gráfico 3. Deputados Federais por partido - Rondônia (1982-2014)

O gráfico 4 apresenta os partidos que alcançaram cadeiras nas eleições proporcionais para a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Ao todo, foram 26 legendas que elegeram candidatos ao parlamento estadual no período de 1982 a 2014, o que demonstra uma notória abertura do mercado da competição eleitoral e um alto grau de competitividade nas eleições estaduais. Mais uma vez, o PMDB se apresenta como a maior força partidária, com mais de 20% dos assentos conquistados no período investigado. Em seguida vem o PT, apresentando o segundo melhor desempenho com quase 10% dos mandatos obtidos.

Gráfico 4. Deputados Estaduais por partido - Rondônia (1982-2014)

Durante a década de 1980, a competição eleitoral rondoniense foi dominada pelas legendas herdeiras do bipartidarismo ditatorial. Apenas dois partidos elegeram representantes para a Câmara dos Deputados, na eleição de 1982 (PDS e PMDB) e na

eleição de 1986 (PMDB e PFL). Esse quadro se repetiria na disputa eleitoral para a Assembleia Legislativa em 1982, com uma pequena alteração no ano de 1986, quando esses partidos alcançaram juntos cerca de 80% das cadeiras na eleição para o parlamento estadual e apareceram no cenário, ainda que de forma muito incipiente, PT e PDT, além de um inexpressivo PDC. Naquele ano, o decadente PDS obteve um deputado apenas.

De fato, é somente na eleição de 1990 que a competição política em Rondônia iniciaria um processo notório de abertura do mercado eleitoral. Argumento que, nesse caso específico, as mudanças na legislação partidária, em meados da década de 1980, exerceram forte influência sobre o formato do sistema partidário rondoniense a partir da disputa eleitoral de 1990. Isso quando o subsistema que contava com uma competição firmada em torno de duas legendas efetivas apresentaria um cenário mais competitivo, com a representação de novos partidos e atores na cena política regional. Outro fator relevante nesse momento é o fenômeno das mudanças de partido. Naquela época, as bancadas rondonienses na Câmara dos Deputados foram campeãs nacionais de migrações partidárias, fundamentalmente, entre 1987 e 1995.

Ademais, a abertura da competição política em Rondônia ocorre paralelamente a um processo que emerge no início dos anos 1980, que é a substituição de uma antiga elite política com base predominante em Porto Velho, para o eixo da BR-364, como observaremos no capítulo V. Essa mudança em curso, na composição da elite política, desde os anos 1980, confirma-se nos anos 1990, especificamente na eleição de 1994, quando a vitória de Valdir Raupp (PMDB) ao governo estadual marca o momento de consolidação da hegemonia política do interior do estado.

Nesse contexto de abertura da competição político-eleitoral a partir da eleição de 1990, o sistema partidário subnacional rondoniense apresentaria algumas das maiores médias nacionais de volatilidade eleitoral e número de partidos efetivos nas disputas legislativas. Somente no decorrer dos anos 2000, num contexto de maior estabilidade, inclusive com a redução significativa das taxas de migrações partidárias, o subsistema rondoniense incorporaria dinâmica muito semelhante ao sistema partidário nacional. No subtítulo abaixo, analisarei o impacto do sistema eleitoral proporcional e da legislação partidária sobre o caso rondoniense. Posteriormente, discutirei a questão das migrações partidárias e, antes de analisar os processos de estabilização dos casos brasileiro e rondoniense, apresentarei os dados relativos aos índices de volatilidade eleitoral e número efetivo de partidos.

4.2. O sistema eleitoral brasileiro

Nesta seção, abordaremos o tema do sistema eleitoral e, posteriormente, a influência da legislação partidária brasileira sobre o sistema partidário nacional e o sistema partidário subnacional rondoniense. O argumento é de que a partir da eleição 1990, o sistema partidário rondoniense iniciou um processo de abertura da competição eleitoral, apresentando elevados índices de volatilidade eleitoral e fragmentação partidária. Isso teria ocorrido, sobretudo, devido a processos de fusões, cisões, criações de novas legendas e, principalmente, as migrações partidárias nos Legislativos estadual e federal, que desde a segunda metade da década de 1980 representavam um dos maiores índices entre as unidades federadas.

O sistema eleitoral brasileiro utiliza o princípio majoritário em eleições para o Executivo (prefeitos, governadores e presidente) e nas disputas eleitorais ao Legislativo para o cargo de senador. Até 1989, as disputas para o Executivo eram decididas por maioria simples. A partir daquele ano foi instituída a exigência de segundo turno, que vigora em municípios com mais de 200 mil eleitores, caso o vencedor do primeiro turno não alcance a maioria absoluta dos votos. Nas eleições legislativas para vereadores, deputados estaduais e deputados federais emprega-se o princípio da representação proporcional, no qual o eleitor pode escolher entre votar num candidato ou partido, em distritos que variam a magnitude, com o mínimo de oito e o máximo de setenta representantes. Em ambos os casos é permitida a realização de coligações eleitorais.

O sistema eleitoral proporcional¹¹² foi introduzido no Brasil com o código eleitoral de 1932, sendo integralmente adotado a partir da redemocratização, em 1945 (PORTO, 2002). A representação proporcional tem como objetivo primordial garantir que as mais diversas opiniões presentes numa determinada sociedade estejam representadas no parlamento (NICOLAU, 2004; CINTRA, 2008), assegurando, proporcionalmente, uma representação mais fidedigna à vontade do eleitorado (NOHLEN, 1998), ou como recorda Lijphart (2003, p. 169): “representar tanto as maiorias quanto as minorias e, em vez de representar exagerada ou insuficientemente qualquer um dos partidos, expressar proporcionalmente a votação em termos de cadeiras parlamentares”.

¹¹² Para mais detalhes sobre o funcionamento e o processo de reformas na representação proporcional, ver Nohlen (1998).

Introduzido na Bélgica pela primeira vez no final do século XIX, as bases intelectuais do sistema proporcional podem ser encontradas nas obras do filósofo Stuart Mill e do jurista Thomas Hare, que apresentaram os fundamentos teóricos em defesa de uma representação mais justa e que pudesse garantir o acesso de minorias aos parlamentos. No caso brasileiro, a defesa teórica do modelo proporcional fez-se presente no pensamento do político gaúcho Assis Brasil, um dos mentores do código eleitoral de 1932 (BERCOVICI, 2010), e também na obra do escritor e ex-deputado federal cearense José de Alencar, especialmente no clássico *O Systema Representativo* (ALENCAR, 1997).

A influência dos sistemas eleitorais sobre a competição partidária foi objeto de análise de Duverger (1980), para quem as fórmulas majoritárias e proporcionais exerceriam forte impacto sobre o formato dos sistemas partidários. A expressão “Leis de Duverger”, princípio observado pelo próprio autor como uma “verdadeira lei sociológica”, pode ser apresentada pela seguinte fórmula: “o escrutínio majoritário de um só turno tende ao dualismo de partidos” (DUVERGER, 1980, p. 253). Assim como, “o escrutínio majoritário de dois turnos ou a representação proporcional tendem ao multipartidarismo” (DUVERGER, 1980, p. 274).

Ainda que as “Leis de Duverger” tenham uma forte relevância analítica, principalmente do ponto de vista tendencial e probabilístico, como recorda Nicolau (1996), “A simples constatação da influência dos modelos de representação na configuração do sistema partidário nada nos diz a respeito dos mecanismos que fazem essa influência operar”. Assim, torna-se de fundamental importância analisar os efeitos mecânicos e psicológicos (NICOLAU, 1996; LIJPHART, 2003), categorias desenvolvidas pelo próprio Duverger (1980).

Conforme Nicolau (1996), o efeito mecânico consiste numa tendência predominante nos sistemas eleitorais em favorecer os maiores partidos com bônus em cadeiras, e prejudicar os menores partidos. No caso brasileiro, um exemplo notório é a exigência de obtenção de pelo menos uma cadeira para participação na divisão das sobras eleitorais¹¹³. No tocante ao efeito psicológico, ele pode ser considerado como consequência do efeito mecânico. A punição aos menores partidos atuaria como

¹¹³ A reforma política aprovada em 2017 pelo Congresso Nacional, ao abolir as coligações em eleições proporcionais a partir da eleição de 2020 retirou também a exigência de obtenção de pelo menos uma cadeira pelo cálculo do quociente para participação nas sobras eleitorais. Essa última medida entrou em vigor já na eleição de 2018 e pode ser observada como uma forma de minimizar os efeitos do fim das coligações proporcionais sobre os menores partidos.

incentivadora do comportamento eleitoral dos cidadãos, que para não desperdiçar o escrutínio deixariam de votar numa legenda subrepresentada na disputa eleitoral anterior, o que estimularia esse tipo de comportamento estratégico por parte do eleitorado.

Diversos estudiosos observam na magnitude do distrito o ponto mais importante de um sistema eleitoral (LIPHART, 2003; NICOLAU, 1996; MELO, 2004). Nicolau (1996) analisou que, quanto maior a magnitude de um distrito, menor o efeito mecânico de Duverger. Em outras palavras, os partidos menores possuem mais chances de obter representação em distritos de alta magnitude. Isso ocorre, sobretudo, porque quanto mais alto o M , maior a tendência das legendas receberem proporcionalmente as cadeiras em relação aos votos obtidos.

Se nas eleições de 1982 e 1986, verificou-se uma baixa fragmentação por distrito, menor até do que o esperado pela Lei de Duverger, a partir de 1990, as disputas majoritárias passaram a ser realizadas em dois turnos, o que segundo Braga (2006) teria fixado a competição para os Executivos estaduais entre dois e três partidos efetivos, seguindo o limite esperado para esse modelo de sistema eleitoral. Naquele ano, como explicitado no capítulo III, os estados de Minas Gerais, Acre e Rondônia foram as únicas exceções, com os dois primeiros com quatro e Rondônia com cinco partidos efetivos, o que evidenciaria falhas na coordenação eleitoral (BRAGA, 2006). Na eleição de 2002, a competição eleitoral ao governo rondoniense também apresentaria elevado número de partidos efetivos, como veremos adiante.

De fato, a eleição de 1990 representa um marco na transformação do incipiente subsistema partidário rondoniense, especificamente, no tocante ao processo de abertura da competição eleitoral. Formado sob a égide do regime militar, o subsistema partidário apresenta ainda, durante a década de 1980, forte influência do bipartidarismo ditatorial. A partir da disputa eleitoral de 1990, com a abertura da competição política, novos atores e partidos entrariam no cenário rondoniano e o subsistema partidário passaria a apresentar índices elevados de fragmentação e volatilidade eleitoral. Não obstante, a partir da década de 2000, o sistema partidário subnacional rondoniense iniciaria um processo de estabilização, acompanhando uma tendência nacional iniciada em meados dos anos 1990, e passava, assim, a apresentar padrões muito semelhantes ao observado no sistema partidário brasileiro.

Ressalto que, no caso rondoniense, padrões muito próximos aos índices verificados nacionalmente já vinham sendo apresentados na competição eleitoral rondoniana no decorrer da década de 1980, e acompanham o processo de abertura do

sistema partidário brasileiro, a partir da disputa eleitoral de 1990. Refiro-me à influência dos partidos herdeiros do bipartidarismo ditatorial, PDS-PFL e PMDB, que em Rondônia foi muito forte durante as eleições de 1982 e 1986, seguindo um padrão brasileiro.

Minha hipótese é de que, nesse caso específico, as mudanças na legislação partidária, com a fundação da Nova República em meados da década de 1980, e as elevadas taxas de migração partidária verificadas a partir desse momento, impactaram em larga medida contribuindo para o quadro de abertura da competição eleitoral na disputa de 1990, como também para a criação de um dos subsistemas partidários mais voláteis e fragmentados do País naquele período. Assunto que abordarei na seção seguinte.

4.3. Os impactos da legislação eleitoral-partidária sobre o sistema partidário: a proliferação de partidos e as migrações partidárias pós-1985

A partir de 1985, a legislação partidária brasileira passou a apresentar caráter altamente permissivo no que se refere à criação de novos partidos. A Emenda Constitucional nº25¹¹⁴ fez surgir um novo sistema partidário. Ao pôr fim ao multipartidarismo controlado fundado em 1979, contribuiu para o aumento considerável do número de partidos políticos e permitiu a reorganização de partidos de ideologia comunista.

A emenda, como recorda Souza (1992, p.171), “para todos os efeitos práticos, eliminou as restrições ao processo de formação de partidos”. Além disso, foi concedido ao analfabeto o direito ao voto (SOUZA, 1992; PORTO, 2002) e aboliu-se a fidelidade partidária (NICOLAU, 1996; MELO, 2004). Assim como no experimento democrático de 1946-1964, no sistema partidário fundado com a redemocratização em 1985 não havia nenhuma restrição legal à troca de partidos.

Uma legislação partidária liberalizante e a transição à democracia foram fortes incentivadores para a proliferação de legendas, com a solicitação de registro de 24 novos partidos em 1985, o que acarretou um alto número de legendas, mais precisamente 68 partidos disputando alguma eleição entre 1982 e 1994 (NICOLAU, 1996). O consequente aumento no número de partidos parlamentares efetivos foi observado por Mainwaring (2001, p.170):

¹¹⁴ Para mais detalhes sobre a Emenda Constitucional nº 25, ver PORTO, 2002.

No Brasil, o número efetivo de partidos mudou rapidamente desde o fim do bipartidarismo rígido, em 1979. O sistema partidário, que seguiu um estrito regime de dois partidos entre 1966 e 1979, passou a incluir um incipiente multipartidarismo (1980-1981), voltou ao bipartidarismo na maioria dos estados e no âmbito nacional (1982-1984), depois mudou para um multipartidarismo moderado, com um partido dominante (1984-1987), e daí por diante adotou um multipartidarismo extremo, sem partido dominante. Essas variações se refletiram em mudanças no número efetivo de partidos. Em 1982, havia um número moderado de partidos (2,89 na Câmara dos Deputados e 1,86 no Senado). Mas em 1990, o número efetivo de partidos no Brasil já era um dos maiores do mundo: 8,65 na Câmara dos Deputados.

O processo de criação e fusões de novos partidos, no período entre 1985 e 1995, foi de fundamental importância para a abertura do sistema partidário rondoniense na eleição de 1990. Se na disputa eleitoral de 1982, apenas três partidos concorreram nas eleições proporcionais no recém-criado Estado, esse número aumentaria para dezoito na eleição de 1990, até chegar a 29 legendas competindo na eleição para a Assembleia Legislativa, em 2014.

Em 1995, a Lei dos Partidos nº 9.096 disciplinou o processo de criação de novas legendas, ao instituir a exigência de 0,5% de assinaturas do número de votantes na última eleição para deputado federal, dividido em pelo menos um terço dos estados, com o mínimo de 0,2% em cada um deles.

Nesse contexto de um alto número de partidos competindo em eleições, observou-se uma elevada taxa de mudanças partidárias entre os representantes brasileiros no período que segue de 1985 até 2007¹¹⁵. Ainda que seja um processo comum em outras democracias pelo mundo, em nenhuma delas os deputados trocaram tanto de legenda como no Brasil. Impressiona ainda mais o fato de que a mudança de partido não era prática frequente dos deputados brasileiros no período 1946-1964 (NICOLAU, 1996; MELO, 2004). Entre 1985 e 06 de outubro de 2001, prazo final para filiação partidária com vistas à disputa eleitoral de 2002: “Em média 28,8% dos que assumiram uma cadeira na Câmara dos Deputados trocaram de legenda durante o mandato” (MELO, 2003, p.322).

Há um certo consenso entre os estudiosos sobre as principais razões para a migração partidária no Brasil: a maximização das oportunidades de sucesso eleitoral

¹¹⁵ A partir de 2007, com a nova regra de que o mandato pertence ao partido há uma redução significativa no número de migrações partidárias. Mesmo assim, conforme Freitas (2012), desse período até 2009, cerca de cinquenta parlamentares mudaram de legenda na Câmara dos Deputados.

(NICOLAU, 1996; MAINWARING, 2001; MELO, 2003; 2004) é observada como o motivo principal, ainda que possam existir outras razões, como, por exemplo, conflitos de cunho programático-ideológico, ou conflitos de ordem pessoal dentro das legendas (NICOLAU, 1996).

Importante ressaltar que, aliado ao objetivo de garantir maiores chances à carreira, para os deputados, “o custo da troca é frequentemente baixo devido à inexistência de sanções legais e a tolerância do eleitorado com os políticos que mudam de partido” (MAINWARING, 2001, p. 189). Ou seja, para a classe política, a troca de legenda consistia em manobra de baixíssimo custo político (NICOLAU, 1996; MELO, 2003; 2004). Vale ressaltar que a inexistência de restrição legal à troca de partidos no sistema político brasileiro perdurou até 2007, quando o STF lançou o entendimento de que o mandato pertencia ao partido e não ao parlamentar.

Nessa linha de raciocínio, as migrações tornaram-se uma estratégia de sobrevivência política, principalmente quando observado que os parlamentares migrantes buscavam legendas que poderiam oferecer melhores recursos políticos. Ao analisar as migrações partidárias no Brasil, no período de 1985 até 2001, Melo (2003; 2004) constatou que na busca por mais acesso a recursos públicos para suas bases eleitorais, migrar para um partido governista ou encontrar um posicionamento melhor dentro de sua base parlamentar era um objetivo primordial para grande parte dos parlamentares. No entanto, para isso, é importante que o governo esteja bem avaliado.

Assim, se o governo é bem avaliado pela opinião pública fazer parte da base aliada é fundamental para o sucesso eleitoral. Para corroborar com o seu argumento sobre a busca dos parlamentares por maiores recursos, Melo (2003; 2004) verificou também que deputados com mais recursos de poder trocaram menos de partido do que parlamentares com menos acesso a esses recursos. Prova disso também é que “na década de 1990, a elite da Câmara praticamente não migrou” (MELO, 2003, p. 331).

No que se refere ao impacto das migrações partidárias sobre os partidos políticos, no mesmo período entre 1985 e 2001, Melo (2003; 2004) constatou que deputados eleitos por legendas de esquerda (17,1%) migraram em menor proporção do que parlamentares eleitos por partidos à direita (39,1%) do espectro ideológico. Não obstante quando analisada a coerência ideológica da migração, verificou-se que 74,9% dos deputados de direita que mudaram de partido, migraram para legendas situadas no seu próprio campo ideológico, enquanto que entre os deputados migrantes de esquerda 35,8%, concluíram o mandato no outro extremo partidário. Ademais, verificou-se uma considerável distinção

no comportamento de parlamentares da esquerda filiados a PT e PC do B, e aqueles de PDT e PSB, com uma taxa de migração muito maior entre os dois últimos, principalmente para partidos de direita.

Em linha antagônica a Figueiredo e Limongi (1999) no tocante ao postulado da coesão das bancadas partidárias no interior do Legislativo, Melo (2003; 2004) argumenta que a alta taxa de disciplina verificada pelos dois autores nas votações na Câmara dos Deputados, conviveria com o trânsito entre as bancadas. O que resultaria numa “estranha convivência entre a fidelidade ao líder no momento das votações e a procura por outro líder no transcurso da legislatura” (MELO, 2003, p. 336).

Assim, o autor atesta que, mesmo considerados disciplinados, os partidos brasileiros não poderiam ser analisados como organizações dotadas de coesão interna. Ao comparar o tempo de filiação dos parlamentares, indicador de uma estrutura organizacional capaz de ofertar incentivos e proporcionar o desenvolvimento da carreira no partido, constatou-se que, quanto maior o tempo de filiação prévia dos deputados eleitos, menor a influência das migrações sobre a legenda (MELO, 2003; 2004).

Sobre as consequências da migração partidária sobre o sistema político, Melo analisa que a elevada taxa de trocas de partidos provocou o aumento do número de legendas, influenciou a correlação de forças no interior do sistema político, debilitou o funcionamento dos sistemas partidários estaduais e, em seu conjunto, impactou a representatividade do sistema partidário (MELO, 2003; 2004). O número de partidos efetivos saltou de 2,4, nas eleições de 1982, para 7,1 nas eleições de 1998.

Ainda segundo o autor, a migração na década de 1980 teve um papel fundamental nesse aumento, e se no período de 1983 a 1987 a mudança de partido concentrou-se diretamente nos parlamentares do PDS para o PFL (75%) e PMDB (17%), fazendo surgir uma terceira força na Câmara dos Deputados, não interferindo radicalmente no funcionamento do sistema, foi no período da legislatura 1987-1991 que, dos 133 deputados que saíram majoritariamente do PMDB, e em menor medida do PFL, 59 migraram para partidos pequenos, com menos de 5% de assentos, ao passo que 71 parlamentares migraram para partidos médios, com bancadas entre 5% e 15%. Assim, o número de partidos efetivos passou de 2,8, na eleição de 1986, para 5,9 no final da legislatura (MELO, 2003; 2004). Isso acarretou diretamente a necessidade de que presidentes aumentassem o número de partidos de suas coalizões governamentais.

Ao observar a troca de legenda como fenômeno desestabilizador da competição política, Melo (2003; 2004) afirma que nos sistemas partidários estaduais em que a

migração foi mais intensa, o sistema partidário mostrou-se débil no quesito de organização da competição eleitoral, não logrando êxito em garantir regularidade e previsibilidade aos resultados. Ademais, no período analisado pelo autor, os partidos que mais se beneficiaram com a migração partidária melhoraram significativamente o desempenho na eleição posterior. Esse perde e ganha entre as legendas, resultado da migração de deputados entre os partidos, contribuiu, segundo Melo (2003; 2004), para que, em estados como Rondônia, Roraima, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Alagoas, Maranhão e Espírito Santo, não fosse possível, após cinco eleições, identificar um sistema partidário estruturado minimamente.

Ao propor um novo modelo de interpretação do fenômeno da migração partidária que tenha como o foco o partido, discordando das análises predominantes que a observam exclusivamente como um reflexo do comportamento individual dos deputados, e partindo do pressuposto de que, em parlamentos, o número de deputados de um partido é fundamental para o acesso a recursos e o funcionamento legislativo, Freitas (2012) buscou compreender o que os partidos ganham no momento em que ocorre a troca de legendas. Como é de se esperar nesses casos, é comum que os partidos desenvolvam estratégias para aumentar suas bancadas, assim, segundo a autora, não se tornariam vítimas dos deputados que migram, pois as próprias legendas atuam como aliciadoras dos parlamentares, com o intuito de obter maior acesso a recursos de poder. Nesse sentido, seriam as trocas partidárias “uma via de mão dupla” (FREITAS, 2012, p. 952), já que pode se considerar como requisito mínimo a aceitação do deputado migrante por um partido.

A análise centrada nas motivações individuais dos deputados, desconsideraria o peso de outros atores dentro do processo, especialmente o papel dos partidos políticos. Ademais, argumenta Freitas (2012), que o fato de parlamentares com características distintas e ambições diversas mudarem de legenda, muitas vezes num mesmo dia, comprovaria que essas mudanças ocorrem em períodos decisivos para os próprios partidos. Seja porque em determinado mês se define a partilha de poder no âmbito parlamentar, ou até mesmo pelo acesso ao tempo de cada legenda no Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE), que é dividido conforme o tamanho das bancadas em momento específico.

Freitas (2012) contesta a afirmativa de Melo (2004), e outros autores, de que o movimento migratório seria predominantemente em direção aos partidos governistas, inexistindo, segundo a autora, bases objetivas para tal informação. Demonstra a estudiosa

que no período entre 1987 e 2009, o percentual de trocas partidárias que tiveram como destino os partidos que estão na coalizão governista ou na oposição são bastante semelhantes, 39,4% e 40,9%, respectivamente. Quando é analisada a saída dos partidos conforme sua relação com o Executivo, a base do governo teria perdido 50,4%, ao passo que os partidos de oposição, 30,4%. Assim, afirma Freitas (2012, p. 956):

De fato, o movimento migratório se revela eminentemente governista, mas não no sentido que usualmente se apregoa: verdadeiramente, são os parlamentares filiados a partidos da coalizão aqueles que mais trocam de legenda. Curiosamente, 24% deles saem da coalizão governista e rumam para a oposição, contra 16% que saem da coalizão em direção a partidos que também fazem parte da coalizão, ou seja, trocas entre partidos com igual acesso a recursos controlados pelo Executivo.

Importante ressaltar como a autora enfatiza que o impacto da análise dos dados agregados incluiria as legislaturas de 1987 e 1991, respectivamente durante os períodos dos governos Sarney e Collor que, mal avaliados pela população, representaram um índice maior de saída de deputados da base governista para a oposição. Não obstante, afirma também que mesmo com a observação dos dados desagregados das legislaturas pós-1995, verifica-se que não é tão alta a taxa de mudança partidária no sentido oposição à coalizão, consistindo em 8,2% na legislatura de 1995, 17% em 1999, 23% em 2003, e 22% em 2007 (FREITAS, 2012).

Também é importante, segundo a autora, recordar que partidos da coalizão têm acesso distinto a recursos de poder no aparato governamental. “De fato, imaginar que o partido do presidente tem mais acesso a recursos do que partidos que têm apenas um ministério faz bastante sentido” (FREITAS, 2012, p. 957). Assim, no tocante a migrações dentro da própria base governista, verificou-se intenso movimento durante as legislaturas da era FHC, inclusive majoritariamente, com mudanças partidárias do PSDB e do PFL, legendas que lideravam a coalizão de governo, para o PPB, partido membro da base aliada. Em 1995, dos 46 parlamentares que saíram das fileiras tucanas e pefelistas, 19 foram para o PPB. Em 2003, a imensa maioria de parlamentares que sai do PT participa da fundação do PSOL.

Nesse sentido, não haveria como explicar as mudanças partidárias pela afirmação que os parlamentares rumam à base governista em busca de converter seu apoio ao presidente em recursos, em troca de votos. Segundo Freitas (2012), isso explicaria parte das trocas, mas seria ainda muito pouco para entender o movimento migratório entre os

partidos. Importante considerar que parlamentares possuem objetivos de diversas ordens e por isso desenvolvem estratégias diferentes. Ou seja, mesmo em se tratando de maximizar as oportunidades de sucesso na carreira, os deputados podem possuir finalidades diversas e por isso desenvolvem estratégias variadas para sua consecução. Nesse sentido, argumenta Freitas (2012, p. 960):

Se alguns deputados trocam de partido para aumentar sua influência no Congresso, visando ampliar as chances de aprovação de uma determinada política, outros podem buscar cargos que aumentem sua visibilidade junto ao eleitor. Outros, ainda, podem desejar se aproximar do governo estadual ou de lideranças em seu estado ou município. Outros, por sua vez, podem almejar alçar voos mais altos, tendo em vista o Executivo nacional. Outros podem simplesmente buscar partidos mais próximos de suas convicções ideológicas.

Sendo assim, para uma melhor compreensão das migrações partidárias no Brasil pós-1985, conforme Freitas (2012), torna-se de fundamental importância analisar o fenômeno a partir de dois momentos distintos no tempo. Assim, o momento inicial compreende do final do bipartidarismo, em 1979, até a eleição de FHC, em 1994. Nesse período, questões de ordem conjuntural explicariam a migração entre as legendas, especificamente aspectos ligados à reconfiguração e adaptação da classe política ao multipartidarismo e à democracia. O segundo momento, refere-se ao período posterior a 1995, quando os aspectos conjunturais referentes ao processo de transição democrática não estão mais presentes, o que, segundo a estudiosa, possibilita uma explicação mais desafiadora das trocas partidárias, inclusive com novos elementos, o que tende a proporcionar uma compreensão mais completa do funcionamento do nosso sistema político.

Ademais, confirma-se nitidamente um conjunto de características distintas após a legislatura, que tem início em 1995. Seriam, inicialmente, uma inversão de sentidos nas trocas partidárias, que deixariam de ocorrer na direção de novas e pequenas legendas, para seguir rumo aos grandes partidos, o que teria contribuído, fundamentalmente, para a redução da fragmentação partidária no interior da Câmara dos Deputados. Segundo, a distribuição cronológica das trocas, que no primeiro momento, de 1987 a 1994, teria sido influenciada pela criação de novos partidos, fracasso dos planos econômicos e, conseqüentemente, do governo do momento, *impeachment* de Collor e outras questões conjunturais. A partir de 1995, as trocas passam a apresentar uma certa concentração no

tempo, ocorrendo em momentos específicos das legislaturas, majoritariamente, no mês de fevereiro de anos ímpares (FREITAS, 2012).

Assim, duas mudanças nas regras eleitorais no período pós-1988 foram fundamentais, impactando diretamente em uma nova dinâmica da migração partidária: “a mudança no tempo de filiação mínima com vistas à eleição, e a distribuição do horário eleitoral gratuito” (FREITAS, 2012, p. 962). Nesse período, trocas por conta de prazos de filiação e distribuição do Horário Gratuito Político Eleitoral tornaram-se constantes¹¹⁶. Nessa mesma época, por parte dos congressistas, houve grande preocupação em fixar regras que evitassem ao máximo o “aliciamento de parlamentares”, com vistas à obtenção de um maior tempo de HGPE para o partido e acesso a recursos no que se refere ao funcionamento legislativo.

Nesse sentido, as trocas realizadas em fevereiro de anos ímpares tinham como objetivo o aumento do tempo do horário eleitoral e a participação nas comissões, já que quanto mais numerosa a bancada partidária na Câmara dos Deputados, mais força teria a legenda para obtenção desses recursos de poder. Não obstante, observou-se em fevereiro de 2007 uma razoável diminuição no número de trocas partidárias, consequência de uma alteração anterior no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Tal modificação objetivava não premiar as mudanças partidárias que tivessem como intuito aumentar o acesso a recursos, já escassos, de funcionamento parlamentar.

Assim, num contexto em que a entrada de um novo membro significa ainda menos recursos aos parlamentares que estão na legenda, e “Se a entrada de um novo membro não acrescenta recursos ao partido, este não tem porque aceitar ou procurar novos membros” (FREITAS, 2012, p. 979). Ou seja, quando havia fortes incentivos na arena legislativa à mudança partidária, as taxas eram elevadas, porém, ao diminuírem esses incentivos, também reduziram-se consideravelmente as trocas partidárias (FREITAS, 2012).

¹¹⁶ Em estudo sobre o horário gratuito político eleitoral e seus impactos sobre o sistema partidário brasileiro, Speck & Macedo (2014) abordam, a partir dos critérios fixados pela legislação, a questão de distribuição e alocação de recursos do HGPE entre os partidos. Os autores argumentam, fundamentalmente, que o acesso e divisão dos recursos midiáticos favorece o elevado número de legendas, assim como contribui para um processo de nacionalização do sistema partidário brasileiro. Para ambos, a distribuição do HGPE favoreceria os partidos pequenos em relação aos grandes. Assim, os estudiosos questionam a tese de que haveria uma tendência à cartelização partidária no Brasil. Para mais detalhes, ver Speck & Macedo, 2014.

Em Outubro de 2007, o TSE determinou que o mandato pertencia ao partido e não ao parlamentar¹¹⁷. Ainda que uma decisão a partir do judiciário, o que levantou muitas críticas, a medida diminuiu consideravelmente o número de trocas parlamentares. Embora no mesmo entendimento, a Corte Eleitoral tenha possibilitado as migrações para partidos recém-criados ou resultado de fusões. Esse foi um fator que contribuiu diretamente para o aumento nos últimos anos da fragmentação partidária no sistema político brasileiro, com mais intensidade na eleição de 2014.

Ainda conforme Freitas (2012, p. 980) “Entre 1995 e 2007, cerca de 70%, das trocas de legendas ocorrem nos períodos pré-eleitorais e nos períodos de distribuição dos cargos em comissão”. Momentos, como o exposto anteriormente, de fundamental importância para os partidos. De muita relevância também foi o fato de uma alta taxa de migrações ter como destino legendas que não elegeram deputados na unidade federada de origem do parlamentar, demonstrando que a migração partidária faz parte de uma estratégia das legendas, a fim de aumentar o seu eleitorado. Esses elementos, conforme Freitas (2012), apesar de não explicarem tudo sobre as migrações partidárias, demonstrariam que, ao contrário do que se imagina, as mudanças de legendas no parlamento não seriam sinais de fraqueza dos partidos brasileiros, mas, sobretudo, um meio diferente de como eles buscam se organizar.

No caso rondoniense, entre os anos de 1987 e 1995, parece evidente que o aspecto que prevaleceu no processo de migrações partidárias é o interesse individualista do parlamentar em maximizar suas oportunidades de sucesso eleitoral. Assim, os maiores índices de mudanças de partido no subsistema partidário rondoniense concentram-se durante essas duas legislaturas, o que acredito explicar, em larga medida, o aumento da volatilidade eleitoral e a proliferação de legendas, principalmente na primeira metade dos anos 1990, quando a maioria das migrações ocorre em direção aos pequenos partidos. As taxas de mudanças de partido entre os parlamentares rondonienses na Câmara dos Deputados, nas legislaturas de 1987 e 1995, fizeram de Rondônia o campeão brasileiro das migrações partidárias naquele momento.

Desse modo, fundamentalmente, a alta volatilidade apresentada pelo subsistema partidário rondoniano nas eleições proporcionais, um dos maiores índices do sistema partidário brasileiro naquele período, seria consequência direta das migrações partidárias, com maior intensidade, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1980,

¹¹⁷ Para maiores detalhes, ver Resolução-TSE nº 22.610, de 25/10/2007, posteriormente, alterada pela Resolução-TSE nº 22.733, de 11/03/2008.

até meados dos anos 1990¹¹⁸. A partir da segunda metade dos anos 1990, é possível que as principais razões da classe política para mudanças de partido sejam, de fato, o interesse do partido político em aumentar sua bancada com fins à obtenção de benefícios de poder. Não obstante, não era essa a principal causa dos deputados “infieis” durante as legislaturas no período de 1987 a 1995. A tabela 43 apresenta a taxa de parlamentares federais rondonienses que migraram de partido no período correspondente às legislaturas de 1983-1987 a 2003-2007.

Tabela 43. Taxa de deputados federais de Rondônia que migraram de partido (1983-2007)¹¹⁹

Eleição – Deputado Federal	Legislatura	Total de parlamentares que migrou de partido durante a legislatura	Total de parlamentares migrantes em %
1982	1983-1987	05	62,5%
1986	1987-1991	07	87,5%
1990	1991-1995	08	100%
1994	1995-1999	04	50%
1998	1999-2003	04	50%
2002	2003-2007	02	25%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE-RO e do CPDOC-FGV. Só foram considerados os eleitos, os suplentes que assumiram no decorrer da legislatura não foram incluídos.

Na legislatura Constituinte de 1987 a 1991, dos oito deputados federais rondonienses eleitos em 1986, sete mudaram de partidos para a disputa eleitoral de 1990. Chagas Neto eleito pelo PMDB, migrou para o PTB. Raquel Candido e Assis Canuto, eleitos pelo PFL, migraram, respectivamente, para o PDT e PTR. José Guedes e Arnaldo Martins trocaram o PMDB pelo PSDB. José Viana deixou o PMDB e migrou para o PL. E Francisco Sales trocou o PMDB pelo PRN. Ou seja, 87,5% dos parlamentares federais

¹¹⁸ Em estudo sobre a institucionalização do subsistema partidário de Roraima, no período de 1990 a 2002, Santos (2006) constatou que, paralelamente ao impacto de um novo eleitorado no emergente estado, as elevadas taxas de migração partidária foram também as principais causas da alta volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. Conforme o autor, a instabilidade sistêmica era uma característica central do sistema partidário estadual de Roraima, que apresentou à época os maiores índices nacionais de volatilidade nas eleições para a Câmara dos Deputados e a terceira maior taxa nas disputas para a Assembleia Legislativa. Para mais detalhes sobre a dinâmica da competição eleitoral em Roraima, de 1990 a 2002, ver Santos (2006).

¹¹⁹ Na legislatura de 1991-1995, o então deputado federal Jabes Rabelo, cassado ainda em 1991, não estava mais filiado ao PTB na ocasião da perda do mandato. Porém, não encontrei registro de filiação posterior a sua saída do PTB. Na eleição de 1994, Emerson Pires foi eleito pelo PSDB para a legislatura da Câmara Federal de 1995-1999. No decorrer do mandato migrou para o PMDB. Não obstante, antes do término da legislatura, ele retornou ao PSDB. Na tabela 43, considero o caso de ambos como migração partidária. Para mais detalhes, ver CPDOC.

da bancada rondoniense, eleitos em 1986, mudaram de partido durante a legislatura constituinte. Assim, demonstro que o fenômeno da migração partidária, a partir de 1987, também contribuiu diretamente para a abertura da competição eleitoral e a entrada de novos atores e partidos no subsistema partidário rondoniense a partir da eleição de 1990, além dos elevados índices de volatilidade eleitoral, um dos maiores registrados entre os sistemas partidários estaduais naquele momento.

Melo (2004), ao analisar a legislatura de 1991-1995 como o momento de maior migração partidária na Câmara dos Deputados, no período investigado de 1985 a 2002, verificou que, entre os parlamentares que mais mudaram de partido durante aquela legislatura, três faziam parte da bancada rondoniense: Reditário Cassol, Pascoal Novais e Carlinhos Camurça. Todos os três eleitos em 1990 pelo PTB. Na legislatura de 1991-1995, na Câmara dos Deputados, a bancada rondoniense foi seguramente a que apresentou o maior índice de migração partidária entre todos os estados. A totalidade dos deputados federais rondonienses eleitos em 1990 mudou de partido.

Como explicitado no capítulo III, ainda na legislatura de 1991-1995, Rondônia teve três parlamentares cassados por quebra de decoro parlamentar (NEVES, 2006). Eram eles, Jabes Rabello, Nóbél Moura e Raquel Cândido. Os dois primeiros eleitos pelo PTB e a última pelo PDT. Na ocasião das cassações, ocorridas entre 1991 e 1993, nenhum fazia mais parte dos quadros partidários de origem na eleição de 1990. No geral, dos oito parlamentares rondonienses eleitos em 1990, sete pelo PTB e um pelo PDT, todos, sem exceção, mudaram pelo menos uma vez de partido durante aquela legislatura. Não obstante, a imensa maioria migrou para pequenas legendas, padrão comum, como observado nacionalmente por Freitas (2012), durante aquele período específico.

A tabela 44 apresenta os deputados federais rondonienses que migraram de partido no período de 1983 a 2007, as legendas pelas quais foram eleitos e para onde migraram.

Tabela 44. Migração partidária nas bancadas rondonienses na Câmara dos Deputados por parlamentar e por partido (1983-2007)

Legislatura	Deputado Federal	Partido eleito	Partido de destino
1983-1987	Assis Canuto	PDS	PFL
1983-1987	Chiquilito Erse	PDS	PFL
1983-1987	Rita Furtado	PDS	PFL
1983-1987	Leônidas Rachid	PDS	PFL

1983-1987	Francisco Sales	PDS	PMDB
1987-1991	Assis Canuto	PFL	PTR
1987-1991	Raquel Cândido	PFL	PDT
1987-1991	José Guedes	PMDB	PSDB
1987-1991	Arnaldo Martins	PMDB	PSDB
1987-1991	José Viana	PMDB	PL
1987-1991	Chagas Neto	PMDB	PTB
1987-1991	Francisco Sales	PMDB	PRN
1991-1995	Reditário Cassol	PTB	PTR - PTB - PSD - PP
1991-1995	Carlinhos Camurça	PTB	PTR - PP
1991-1995	Pascoal Novais	PTB	PTR - PFL - PSD
1991-1995	Edison Fidelis	PTB	PP
1991-1995	Maurício Calixto	PTB	PFL
1991-1995	Nóbel Moura	PTB	PTR - PP - PSD
1991-1995	Jabes Rabelo	PTB	Sem partido
1991-1995	Raquel Cândido	PDT	PRN
1995-1999	Silvernani Santos	PP	PPB - PFL
1995-1999	Carlinhos Camurça	PP	PPB
1995-1999	Expedito Júnior	PL	PPB - PFL
1995-1999	Emerson Pires	PSDB	PMDB - PSDB
1999-2003	Expedito Júnior	PFL	PSDB
1999-2003	Marinha Raupp	PSDB	PMDB
1999-2003	Agnaldo Muniz	PDT	PPS
1999-2003	Oscar Andrade	PFL	PL
2003-2007	Agnaldo Muniz	PPS	PP
2003-2007	Miguel de Sousa	PFL	PL

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e do CPDOC-FGV. Só foram considerados os eleitos, os suplentes que assumiram no decorrer da legislatura não foram incluídos.

Como assinalado, anteriormente, é possível verificar que, durante a legislatura de 1983-1987, as migrações da bancada rondoniense na Câmara dos Deputados ocorreram, majoritariamente, no sentido do PDS ao PFL, seguindo uma lógica nacional. Não obstante, a partir da legislatura constituinte de 1987-1991 e, principalmente, na seguinte, de 1991-1995, observa-se uma tendência de migração dos deputados federais rondonienses em direção a pequenos partidos, como PTR, PRN, PL e PSD, ou rumo à

legendas de porte médio, também recém-criadas, resultado de cisões e fusões, como o PSDB, em 1988, e do antigo PP, em 1993, o que, em ambos os casos, correspondia igualmente à uma dinâmica nacional.

Assim, no período de 1987 a 1995, ao analisar o movimento de mudanças partidárias em direção a partidos nanicos e a trajetória posterior dos parlamentares que migraram, considero que a maximização das oportunidades de sucesso eleitoral, ou seja, a migração do tipo individual, de fato, foi a principal causa das trocas de legendas na bancada rondoniense na Câmara Federal. Os dados reforçam a hipótese de que, naquele momento, o aumento da fragmentação partidária também esteve diretamente associado às mudanças de partidos no parlamento brasileiro, tendo em vista o alto índice de migrações para legendas pequenas e recém-fundadas.

Ao observar a excessiva migração partidária brasileira a partir da segunda metade da década de 1980, como resultado do caráter *catch all*¹²⁰ das legendas brasileiras, Mainwaring (2001) afirmou consistir num traço distinto dos partidos *catch all* brasileiros, quando comparado com seus semelhantes em muitos países da América Latina, o que evidencia um quadro de autonomia individual dos deputados e uma baixa institucionalização das legendas partidárias. Ademais, ao comentar a migração partidária no período entre 1987 e 1995, entre campos ideológicos distintos, ou o que ele chama de “deserções para ‘famílias ideológicas’ não contíguas” (MAINWARING, 2001, p. 187), afirmava ele:

Em nenhum outro grande país da América Latina há um troca-troca entre partidos de perfis ideológicos acentuadamente distintos. Por outro lado, o fato de que 82% dos casos de trocas de partidos implicam transferência dentro da mesma família ideológica, ou para um partido ideologicamente contíguo, também indica que as legendas não são vazias de significados, mesmo quando os partidos são fracos (MAIWARING, 1999, p.189).

¹²⁰ Conceito desenvolvido por Otto Kirchheimer, em clássico trabalho publicado em 1966, intitulado: As transformações nos sistemas partidários da Europa Ocidental. Kirchheimer verificou, após a década de 1950, que o clássico modelo de partidos de massas europeu do pós-guerra, transforma-se, mudando seu perfil e configuração ideológica, em busca de novos eleitores com o objetivo primordial de vencer eleições. O sucesso eleitoral era a prioridade. Num contexto marcado por um processo em curso de desideologização, o partido *catch all*, ou na tradução do inglês, partido “pega tudo”, ou partido “guarda-chuva”, tornava-se cada vez mais flexível o partido *catch all*, ou na tradução do inglês, partido “pega tudo”, ou partido “guarda chuva”, tornava-se cada vez mais flexível do ponto de vista ideológico, no intuito de angariar o maior número de adeptos e eleitores possível. O conceito permanece atual. Para mais detalhes sobre o modelo de Partido *Catch all*, ver Kirchheimer, 2012.

Assim, a migração partidária endêmica verificada por autores no sistema partidário brasileiro pós-1985, repetia-se no subsistema partidário rondoniense, ainda com mais intensidade a partir dos anos 1990, como também observado nacionalmente entre 1991 e 1995. Isso acarretou diretamente em altas taxas de volatilidade eleitoral no período, o que contribuiu para que, no caso rondoniense, houvesse um dos maiores índices de volatilidade entre os sistemas partidários estaduais nas disputas para as Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados, no decorrer dos anos 1990.

No que se refere às migrações partidárias na Assembleia Legislativa, os índices verificados no subsistema partidário rondoniense também são muito elevados. É o que argumento, assim como nas disputas eleitorais à Câmara dos Deputados, representar as causas da alta volatilidade eleitoral e, naquele momento, a elevada fragmentação no final dos anos 1980 e no decorrer da década de 1990. A tabela 45 apresenta as taxas de parlamentares que migraram de partido na ALE-RO, entre as legislaturas de 1983-1987 a 2003-2007.

Tabela 45. Taxa de deputados estaduais de Rondônia que migraram de partido (1983-2007)*

Eleição - Deputado Estadual	Legislatura	Total de parlamentares que migrou de partido durante a legislatura	Total de parlamentares migrantes, em %
1982	1983-1987	14	58,3%
1986	1987-1991	15	62,5%
1990	1991-1995	16	66,7%
1994	1995-1999	14	58,3%
1998	1999-2003	10	42,0%
2002	2003-2007	06	25,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE e de Albuquerque, Matias & Mendes (2003). *Só foram considerados os eleitos, os suplentes que assumiram no decorrer da legislatura não foram incluídos.

Na seção seguinte, apresentarei os dados referentes aos partidos efetivos e à volatilidade eleitoral. Minha hipótese é de que a abertura da competição eleitoral na eleição de 1990 em Rondônia ocorre, sobretudo, como consequência de mudanças nas regras eleitorais, observadas a partir da fundação da Nova República, em 1985. Em suma, a extrema permissividade para a criação de partidos políticos e as elevadas taxas de migrações partidárias, uma das maiores entre as unidades federadas, seriam diretamente responsáveis pelo alto número de partidos e a elevada volatilidade registrada entre a segunda metade dos anos 1980 e o decorrer dos anos 1990.

4.4. A volatilidade eleitoral e o número efetivo de partidos

Após o bipartidarismo de PDS e PMDB evidenciado nas eleições fundadoras de 1982, e que praticamente se perpetua na disputa seguinte em 1986 com o PFL assumindo o lugar do PDS, com PT e PDT surgindo timidamente, o subsistema partidário rondoniense inicia um processo de abertura a partir da eleição de 1990. O processo de criação de novas legendas e as migrações partidárias, principalmente em direção a pequenos partidos, quebraria o modelo bipartidário inicial e passaria a denotar uma competição plural, heterogênea, porém, sob um quadro de elevada fragmentação partidária e altas taxas de volatilidade eleitoral, que fizeram do sistema partidário subnacional de Rondônia um dos mais instáveis no País no pós-Constituinte e durante toda a década de 1990.

A relação entre as mudanças partidárias e os elevados índices de volatilidade foi observada por Melo (2004, p. 151):

Dos seis estados com taxa de migração acima de 40%, cinco possuem os maiores valores médios para a volatilidade (RR, RO, AL, AP, SE). Nestes estados sequer pode falar na existência de um sistema partidário, decorridas seis eleições para a Câmara dos Deputados. A força dos partidos oscila brutalmente graças a movimentação de suas lideranças. Partidos majoritários desaparecem de uma eleição para outra. Do mesmo modo que legendas inexpressivas podem tornar-se, da noite para o dia, capazes de polarizar o cenário eleitoral. Por outro lado, dos seis estados, com taxa de migração abaixo de 20%, em todo o período, quatro (PI, DF, SC, RS) apresentam também os menores valores médios para a volatilidade. Nestes estados, a evolução do sistema partidário pode ser acompanhada, sem sobressaltos, de 1986 a 2002.

Melo (2004) apresenta visão bastante crítica em relação aos sistemas partidários estaduais voláteis, em especial sobre o caso rondoniense. Importante ressaltar que o autor analisa o processo eleitoral e de mudanças partidárias até a eleição de 2002. De lá para cá, é impossível não perceber uma queda substancial nos índices de volatilidade do subsistema partidário rondoniano. Assunto que será discutido mais à frente e indicaria, fundamentalmente, a partir da segunda metade dos anos 2000, um acompanhamento dos padrões nacionais, o que significaria afirmar que o sistema vem apresentando tendência à estabilização.

Como explicitado no capítulo I, o índice de volatilidade eleitoral é um dos indicadores que compõe o conceito de institucionalização de sistemas partidários

(MAINWARING & SCULLY, 1995; MAINWARING, 2001; MAINWARING & TORCAL, 2005). Nas tabelas seguintes, apresentarei os índices de volatilidade¹²¹ nas eleições dos estados brasileiros, no período de 1982 a 2014. Os índices de volatilidade foram calculados segundo a fórmula de Pedersen (1979).

Importante ressaltar que nos cálculos da volatilidade eleitoral foram utilizados somente os votos válidos, não levando em conta, portanto, votos brancos e nulos, conforme o entendimento do TSE para fins de resultado eleitoral.

Tabela 46. Volatilidade eleitoral – Deputado estadual (1982-2014)

UF	Volat. 1982- 1986	Volat. 1986- 1990	Volat. 1990- 1994	Volat. 1994- 1998	Volat. 1998- 2002	Volat. 2002- 2006	Volat. 2006- 2010	Volat. 2010- 2014
AC	24,4	28,6	33,9	29,0	42,3	23,9	25,3	29,0
AL	63,1	60,0	60,1	69,6	43,7	47,6	47,5	31,7
AM	56,1	48,4	74,0	71,5	31,4	45,1	25,3	35,4
AP	*	***	40,7	35,4	27,5	28,7	25,4	38,3
BA	61,5	33,1	53,8	44,6	24,0	22,1	25,8	18,2
CE	60,6	59,3	37,3	37,8	27,1	29,4	33,3	47,9
DF	*	*	25,4	28,7	19,0	30,9	26,4	30,8
ES	48,8	51,2	41,2	42,4	27,0	28,0	24,5	28,5
GO	37,3	29,3	50,6	39,1	31,8	23,3	19,6	25,3
MA	66,4	40,1	57,7	53,1	32,5	40,6	29,8	30,6
MG	42,9	46,3	52,3	46,5	21,5	31,3	16,4	22,6
MS	53,9	55,2	41,5	36,9	30,0	28,4	23,7	16,1
MT	47,8	42,1	50,4	49,5	25,0	40,3	36,1	40,1
PA	31,1	44,8	40,5	41,1	21,8	27,0	22,2	24,4
PB	37,0	32,8	45,6	32,4	24,9	13,4	24,1	32,8
PE	59,5	36,9	42,9	38,5	30,0	26,5	31,1	27,6
PI	57,9	25,5	36,9	38,1	17,5	29,2	24,1	22,6
PR	37,3	43,6	51,5	46,7	29,9	27,7	16,2	26,8
RJ	43,3	32,6	42,6	31,1	35,9	32,6	27,3	30,7
RN	44,3	23,3	35,7	37,0	32,0	43,2	13,6	41,1
RO	49,6	74,0	48,3	46,7	31,3	37,9	26,0	28,0
RR	*	***	32,2	46,9	43,9	36,4	30,0	35,9
RS	28,4	32,2	29,3	23,8	13,1	10,7	12,3	13,3
SC	26,2	26,1	30,2	26,2	13,8	24,9	8,7	28,8

¹²¹ Para o ano de 1994, no repositório de dados do TSE, constam informações para apenas 15 estados (AC, AL, AM, AP, BA, GO, MA, MS, PI, RR, RS, SC, SE, SP, TO), estando os demais ausentes. Devido à impossibilidade de coleta dos dados no repositório sobre os pleitos de 1994 em mais de dez estados, utilizarei como referência, nas tabelas 46 e 47, os dados que constam no trabalho de Braga (2006) para os períodos 1990-1994 e 1994-1998.

SE	66,8	31,0	37,8	42,9	34,0	37,2	27,0	36,1
SP	21,5	29,5	35,0	35,9	21,5	20,0	9,9	18,8
TO	**	**	55,2	35,0	25,7	32,6	17,3	38,2

*Não há dados disponíveis no repositório do TSE
 ** A unidade federativa não existia naquele ano.
 *** Não há como comparar devido à ausência de um dos anos da sequência.

Tabela 47. Volatilidade eleitoral – Deputado federal (1982-2014)

UF	Volat. 1982-1986	Volat. 1986-1990	Volat. 1990-1994	Volat. 1994-1998	Volat. 1998-2002	Volat. 2002-2006	Volat. 2006-2010	Volat. 2010-2014
AC	23,9	23,8	29,3	60,4	49,0	30,2	34,4	32,8
AL	60,1	68,2	7,1	44,7	39,0	36,1	38,4	45,7
AM	58,3	46,2	70,7	69,1	32,5	62,9	18,6	49,0
AP	79,3	44,0	43,7	26,1	33,6	37,7	30,4	35,1
BA	61,8	41,1	30,1	37,9	11,1	17,3	25,2	22,2
CE	62,7	45,5	41,5	27,0	19,5	33,2	23,0	35,7
DF	*	***	30,1	39,1	34,2	30,0	53,3	52,3
ES	39,2	40,4	43,8	48,6	29,4	28,4	23,6	36,2
GO	31,8	25,9	47,5	33,7	41,5	23,4	20,5	33,9
MA	67,2	40,6	53,9	41,6	20,9	33,8	33,4	33,6
MG	42,7	49,2	50,0	36,0	22,9	19,8	14,1	20,7
MS	55,4	58,8	56,2	43,4	27,7	24,1	25,4	20,0
MT	47,5	49,9	53,1	44,0	27,3	29,8	22,0	45,5
PA	33,6	42,1	40,8	46,5	18,0	13,4	17,6	30,2
PB	52,1	36,5	38,9	35,9	33,0	26,7	22,0	23,5
PE	54,8	41,0	33,4	35,9	25,6	25,1	26,3	15,9
PI	54,5	28,8	39,9	33,1	22,2	24,6	14,9	35,1
PR	37,0	54,1	54,1	41,9	28,6	19,0	22,4	19,6
RJ	41,0	37,1	45,3	30,9	28,6	30,1	20,6	26,6
RN	39,3	38,9	39,1	38,1	27,5	50,1	23,3	43,2
RO	57,0	80,2	66,9	47,9	31,3	32,7	20,7	35,0
RR	83,9	55,4	35,5	53,1	64,9	42,4	37,3	38,5
RS	31,0	24,0	29,4	23,1	12,4	15,9	13,9	14,2
SC	26,4	22,7	29,0	29,4	15,2	12,5	8,1	28,1
SE	70,8	33,4	47,5	46,5	26,4	33,7	40,7	42,5
SP	23,7	36,0	33,0	36,2	23,7	19,3	14,3	23,4
TO	**	**	67,4	41,2	29,6	29,7	36,1	42,5

*Não há dados disponíveis no repositório do TSE
 ** A unidade federativa não existia naquele ano.
 *** Não há como comparar devido à ausência de um dos anos da sequência.

Tabela 48. Volatilidade eleitoral – Governador (1982-2014)

UF	Volat. 1982- 1986	Volat. 1986- 1990	Volat. 1990- 1994	Volat. 1994- 1998	Volat. 1998- 2002	Volat. 2002- 2006	Volat. 2006- 2010	Volat. 2010- 2014
AC	51,1	75,5	24,5	59,4	27,6	44,6	38,4	20,2
AL	55,5	96,0	100,0	92,0	46,9	93,8	29,8	90,4
AM	44,4	45,7	100,0	100,0	99,8	78,9	99,7	97,5
AP	*	***	94,4	35,2	44,5	35,5	67,7	71,8
BA	61,5	37,4	41,7	50,7	31,1	18,4	30,5	28,9
CE	70,2	97,0	*	***	23,9	58,8	17,9	95,6
DF	*	*	***	***	19,7	79,0	74,8	77,7
ES	43,5	84,7	*	***	86,2	99,9	99,3	59,6
GO	42,1	3,9	51,8	54,3	15,4	67,2	63,4	21,7
MA	61,9	100,0	64,7	25,9	42,5	18,4	80,2	35,9
MG	44,5	87,8	*	***	38,7	20,0	36,9	57,7
MS	48,0	61,4	90,3	88,7	26,6	62,0	5,4	40,5
MT	22,0	84,1	*	***	63,2	18,2	83,1	99,6
PA	47,8	56,4	*	***	46,6	34,7	5,9	39,8
PB	58,5	58,3	*	***	59,9	12,7	50,4	48,2
PE	53,1	16,1	*	***	35,6	70,9	65,5	31,2
PI	58,7	49,5	49,4	18,8	53,1	45,9	87,5	99,8
PR	40,3	62,7	*	***	73,7	26,0	60,5	47,1
RJ	39,6	42,0	*	***	76,0	90,8	57,1	46,4
RN	57,6	98,7	*	***	93,0	62,4	62,9	99,3
RO	*	94,4	*	***	75,7	87,5	37,8	50,8
RR	*	***	41,5	56,3	100,0	99,9	51,7	57,6
RS	38,2	46,1	54,9	12,3	21,0	38,5	28,4	42,1
SC	33,5	38,6	49,8	31,0	21,0	21,3	60,6	84,1
SE	76,5	43,5	100,0	59,8	61,0	27,9	2,5	99,6
SP	15,3	48,4	71,4	40,3	31,4	28,2	16,6	29,9
TO	0,0	50,0	49,9	62,1	3,0	66,3	3,7	50,5

*Não há dados disponíveis no repositório do TSE, ou no caso de Rondônia não houve eleição em para o Executivo estadual, em 1982.

** A unidade federativa não existia naquele ano.

*** Não há como comparar devido à ausência de um dos anos da sequência.

Tabela 49. Volatilidade eleitoral – Senador (1982-2014)

UF	Volat. 1982- 1986	Volat. 1986- 1990	Volat. 1990- 1994	Volat. 1994- 1998	Volat. 1998- 2002	Volat. 2002- 2006	Volat. 2006- 2010	Volat. 2010- 2014
AC	31,3	46,5	57,1	31,5	55,0	67,7	68,2	76,3

AL	56,2	58,2	100,0	100,0	96,0	95,0	98,3	79,9
AM	44,5	94,1	92,4	73,6	97,4	63,7	81,4	95,1
AP	*	***	43,8	74,0	74,8	55,6	59,7	74,8
BA	45,5	79,2	25,3	36,8	27,6	56,5	82,3	91,3
CE	55,3	83,7	*	50,0	61,1	99,8	99,6	75,9
DF	*	77,8	*	50,0	69,0	79,2	95,1	61,1
ES	40,1	62,4	*	50,0	99,8	99,0	98,8	53,5
GO	29,0	49,3	45,7	30,7	40,5	57,5	68,8	45,1
MA	88,2	89,7	91,2	94,5	87,9	83,4	77,1	40,6
MG	39,3	64,9	*	50,0	71,6	57,5	99,5	60,3
MS	48,1	19,1	49,4	70,8	55,6	73,6	59,9	53,9
MT	45,4	68,4	*	50,0	61,2	52,5	84,2	49,8
PA	29,2	38,7	*	50,0	58,5	60,8	42,7	80,5
PB	25,0	37,8	*	50,0	58,4	56,4	26,8	62,4
PE	72,9	37,9	*	50,0	52,4	95,9	99,7	65,0
PI	51,1	76,6	100,0	48,3	24,3	66,9	85,0	98,8
PR	40,6	84,4	*	50,0	66,4	59,2	46,4	67,6
RJ	44,9	59,1	*	50,0	72,8	79,2	96,2	82,8
RN	33,7	28,1	*	50,0	38,6	55,5	67,2	70,4
RO	56,9	63,9	*	50,0	58,9	72,8	80,2	74,4
RR	*	***	62,7	59,6	81,1	99,2	100,0	66,6
RS	33,3	20,4	32,3	39,7	90,2	44,2	33,7	39,0
SC	20,6	66,4	72,7	48,2	69,9	55,4	78,6	57,0
SE	76,5	100,0	100,0	59,6	81,2	99,0	85,1	85,4
SP	21,5	65,8	50,0	76,9	60,7	42,0	75,8	44,0
TO	0,0	50,0	65,6	47,8	19,8	47,6	95,6	100,0

*Não há dados disponíveis no repositório do TSE

** A unidade federativa não existia naquele ano.

*** Não há como comparar devido à ausência de um dos anos da sequência.

Com base na apresentação dos dados sobre volatilidade eleitoral no período em questão é possível verificar a tendência de queda da volatilidade em termos nacionais nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, padrão observado também quando analisada a trajetória das eleições em Rondônia a partir dos anos 2000. Essa tendência de diminuição da volatilidade eleitoral no sistema partidário brasileiro, especificamente, na maioria dos estados, foi observada por diversos estudiosos (LIMA JR, 1997; PERES, 2013; PERES, RICCI & RENNÓ, 2011; BRAGA, 2006; BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016) como um processo de dinâmica gradual de institucionalização do sistema partidário, o que demonstraria uma evolução com vistas a uma maior estabilização do sistema (BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016). Não

obstante, vale ressaltar que na disputa eleitoral de 2014 verificou-se um movimento nacional de aumento da volatilidade.

No caso do subsistema partidário rondoniense, há uma queda considerável nos índices de volatilidade nas disputas para a Assembleia Legislativa. Nas eleições para a Câmara dos Deputados, após apresentar relativa tendência de declínio, os índices oscilaram, ainda que na média do sistema partidário brasileiro. No restante dos cargos, governador e senador, o sistema partidário estadual rondoniense apresenta oscilação, com índices elevados e relativo aumento na eleição de 2014, o que se percebe em grande parte dos estados brasileiros, como explicitado acima.

Ainda assim, como analisado anteriormente, fortes evidências empíricas apontam para a relação entre a alta volatilidade para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa a partir da segunda metade dos anos 1980, e no decorrer da década de 1990, em Rondônia, e o fenômeno das migrações partidárias (MELO, 2004), que ocorreu de forma intensa na elite política do estado nesse período. Nesse sentido, no caso rondoniense, aponto para uma relação direta entre a volatilidade eleitoral e a fragmentação partidária, principalmente no início dos anos 1990, quando o movimento migratório ocorreu de forma mais intensa em direção aos pequenos partidos.

O número de partidos efetivos, outro índice de grande relevância para a análise da institucionalização de sistemas partidários, foi verificado para medir fragmentação nas eleições no período de 1982 a 2014. O número de partidos efetivos (NEP) foi calculado conforme a fórmula de Laakso e Taagepera (1979). Abaixo, a tabela 50 apresenta os resultados do NEP na eleição para deputado estadual.

Tabela 50. Número de partidos efetivos - Deputado Estadual (1982-2014)

UF	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
AC	2,4	2,1	3,7	5,4	7,5	7,1	9,8	13,0	15,5
AL	1,9	2,6	2,8	7,8	8,4	9,8	5,5	11,6	13,3
AM	2,1	4,0	7,3	7,9	8,3	10,2	13,6	13,5	16,8
AP	*	*	8,2	7,1	10,1	9,5	14,4	13,9	18,1
BA	1,9	2,7	6,3	7,6	6,2	5,8	8,4	11,5	11,5
CE	1,6	3,0	6,3	*	5,2	5,5	7,1	11,0	12,2
DF	*	*	12,2	*	10,1	5,8	11,4	16,4	18,4
ES	2,0	3,3	10,4	*	9,6	11,2	12,7	12,8	15,1
GO	1,8	2,3	3,5	7,4	5,4	6,1	7,5	10,4	11,1
MA	1,5	1,6	6,0	9,0	11,1	6,3	10,0	13,8	19,5
MG	2,1	3,3	9,8	*	10,6	6,2	10,1	12,5	14,7

MS	2,1	3,2	2,3	7,0	7,0	6,2	7,2	8,7	9,4
MT	2,0	3,2	2,5	*	7,2	7,2	7,2	7,3	10,9
PA	2,1	2,5	4,3	*	9,0	8,4	9,1	10,6	13,3
PB	1,9	2,3	3,1	*	3,8	6,5	6,8	9,0	14,3
PE	2,0	3,6	3,3	*	7,4	9,1	12,2	11,0	8,0
PI	1,9	2,2	4,6	4,0	5,0	6,1	8,6	8,4	9,4
PR	2,0	2,3	4,9	*	7,1	6,8	7,1	9,4	11,3
RJ	3,8	7,6	8,0	*	8,9	8,7	11,3	11,9	13,1
RN	1,9	3,1	4,6	*	6,1	8,5	8,7	9,5	10,5
RO	2,1	3,0	7,0	*	9,0	9,5	13,2	14,1	15,6
RR	*	*	8,1	6,2	7,8	11,4	15,6	16,5	19,4
RS	2,9	3,4	6,3	6,0	6,3	6,2	8,2	7,5	9,0
SC	2,0	3,2	5,8	5,4	5,4	6,2	6,2	7,1	7,8
SE	1,5	3,7	2,8	6,6	8,1	11,0	8,2	11,8	12,9
SP	2,9	4,6	5,4	7,2	8,9	5,4	7,9	7,5	9,5
TO	**	**	2,5	4,0	4,4	5,4	8,4	8,1	13,5
Média nacional anual	2,1	3,2	5,6	6,6	7,5	7,6	9,5	11,1	13,1

Tabela 51. Número de partidos efetivos – Deputado Federal (1982-2014)

UF	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
AC	2,4	2,3	4,3	3,4	4,5	7,6	7,8	7,0	9,6
AL	1,9	2,8	4,6	8,2	9,4	8,7	10,1	7,6	10,6
AM	2,1	4,0	7,3	5,2	4,4	5,0	9,2	9,4	9,5
AP	1,5	3,0	6,3	5,9	8,5	8,8	8,3	11,4	17,0
BA	1,9	2,5	6,9	5,8	3,8	4,4	5,5	8,4	11,3
CE	1,6	3,0	5,9	3,5	3,9	5,8	6,5	8,1	11,2
DF	*	6,1	7,6	5,0	6,9	4,5	6,9	7,0	13,3
ES	2,0	2,3	6,0	6,0	6,4	9,8	6,9	8,0	10,9
GO	1,8	2,2	3,9	4,8	4,0	5,7	6,5	8,5	7,1
MA	1,5	2,8	4,8	5,1	6,6	6,4	9,0	9,3	15,6
MG	2,1	2,4	8,7	7,3	7,2	8,6	10,4	10,8	11,8
MS	2,1	3,1	5,4	5,1	6,1	6,2	5,5	6,0	6,2
MT	2,0	2,3	6,0	7,6	4,6	6,4	8,0	8,0	10,3
PA	2,1	2,4	6,2	4,6	6,7	6,1	6,5	7,0	11,3
PB	1,9	2,2	4,9	3,1	4,3	7,0	6,4	6,0	9,8
PE	2,0	2,6	4,1	3,9	6,0	8,0	9,6	8,4	8,2
PI	1,9	2,8	5,0	4,4	3,9	4,9	7,6	6,8	8,0
PR	2,0	2,0	6,4	7,8	7,0	8,0	7,9	10,3	13,2
RJ	3,7	6,2	5,6	9,4	8,3	11,3	12,8	11,6	12,6
RN	1,9	2,9	5,0	3,5	4,3	5,7	7,6	8,4	11,7
RO	2,1	2,7	5,6	7,1	7,1	7,8	7,4	7,7	8,1
RR	1,6	3,0	6,1	3,9	4,1	6,5	11,4	8,7	12,5

RS	2,9	3,1	5,3	5,8	5,9	6,9	8,5	7,8	7,6
SC	2,0	3,0	5,1	4,9	5,5	5,6	6,2	6,3	7,4
SE	1,6	3,0	4,8	7,0	8,3	9,8	7,6	8,0	11,9
SP	3,0	4,1	5,0	6,7	7,7	8,0	8,9	9,1	11,0
TO	**	**	4,2	4,1	3,4	5,1	5,6	7,8	6,4
Média nacional anual	2,1	3,0	5,7	5,5	5,8	7,0	7,9	8,3	10,5

De 1982 a 2002, os dados foram extraídos de Braga (2006). A partir de 2006, elaborado com base no repositório de dados eleitorais do TSE.

Tabela 52. Número de partidos efetivos – Governador (1982-2014)

UF	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
AC	2,4	2,0	4,0	2,8	2,4	1,9	2,4	2,0	2,7
AL	2,0	2,0	2,2	1,5	2,0	2,3	2,4	3,1	2,5
AM	2,1	2,1	2,2	2,1	2,0	2,7	2,4	2,1	2,6
AP	*	*	3,3	2,8	2,9	3,7	2,3	3,8	3,5
BA	1,9	1,8	2,7	3,0	1,9	2,3	2,1	2,2	2,3
CE	1,7	2,0	2,3	*	2,2	2,9	2,0	2,3	2,2
DF	*	*	2,6	*	2,7	2,8	2,8	2,6	3,1
ES	2,0	2,3	2,9	*	2,4	2,2	1,6	1,4	2,3
GO	1,8	2,2	2,3	3,3	2,2	2,5	2,5	2,7	2,6
MA	1,6	1,5	2,7	2,8	2,0	2,2	2,8	2,7	1,9
MG	2,1	2,5	4,2	*	2,7	2,3	1,6	2,0	2,2
MS	2,1	2,0	2,2	2,4	3,0	2,4	1,9	2,0	2,7
MT	2,0	1,9	2,1	*	2,3	2,6	2,1	2,6	2,3
PA	2,1	2,1	2,7	*	2,8	3,6	2,8	2,6	2,1
PB	2,0	1,9	2,7	*	1,5	2,5	2,1	2,0	2,3
PE	2,0	1,9	2,2	*	2,1	2,1	3,0	1,4	1,8
PI	2,0	2,1	2,2	2,7	2,7	2,2	2,2	2,8	2,0
PR	2,0	1,8	3,4	*	2,1	4,4	2,9	2,1	2,5
RJ	3,7	2,6	2,3	*	2,8	2,8	3,7	2,0	3,8
RN	2,0	2,1	2,5	*	2,3	3,5	2,1	2,4	2,4
RO	*	3,1	5,0	*	3,5	5,1	2,6	2,7	3,4
RR	*	*	3,0	3,1	2,5	2,1	2,1	2,3	2,9
RS	3,0	3,0	3,4	2,7	2,3	3,1	3,8	2,6	3,1
SC	2,0	2,7	2,8	2,9	2,3	3,1	2,7	2,6	2,6
SE	1,6	2,1	1,6	2,2	2,9	3,0	2,1	2,1	2,2
SP	3,0	3,5	3,3	3,3	4,2	3,3	2,3	2,6	2,4
TO	**	**	2,5	2,1	2,0	2,1	2,1	2,0	2,2
Média nacional anual	2,1	2,2	2,8	2,6	2,5	2,8	2,4	2,4	2,5

Tabela 53. Número de partidos efetivos – Senador (1982-2014)

UF	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
AC	2,4	1,9	4,2	3,3	2,5	4,7	1,3	3,8	2,1
AL	2,0	2,1	2,1	4,7	2,2	2,9	2,7	3,6	2,4
AM	2,1	2,9	2,1	5,3	2,1	4,3	3,2	3,5	2,2
AP	*	*	7,2	6,1	2,2	4,9	2,1	4,8	3,6
BA	1,9	2,4	3,0	2,7	1,8	2,5	2,7	4,3	2,3
CE	1,7	2,5	2,3	*	2,0	4,2	2,1	3,4	2,0
DF	*	5,8	2,8	*	2,6	4,6	2,2	3,3	2,5
ES	2,0	1,8	3,7	*	1,9	4,1	1,9	2,8	2,8
GO	1,8	2,4	2,4	2,7	1,9	3,8	1,6	3,2	2,6
MA	1,5	1,7	2,2	2,5	2,2	2,4	3,0	2,4	2,2
MG	2,1	3,3	4,8	*	2,5	5,1	2,2	3,4	2,1
MS	2,1	1,9	2,3	4,9	2,6	3,7	2,2	3,8	2,8
MT	2,0	2,5	2,3	*	2,4	4,7	2,3	4,0	2,5
PA	2,1	1,9	3,0	*	3,1	5,2	2,5	2,8	3,3
PB	1,9	2,1	2,4	*	2,9	2,6	2,3	2,8	3,2
PE	2,0	3,7	2,6	*	2,2	4,2	2,4	3,0	1,9
PI	1,9	2,1	2,4	2,5	4,2	4,2	2,1	3,2	1,9
PR	2,0	1,8	4,0	*	2,0	4,4	2,2	4,1	1,6
RJ	3,7	4,5	2,5	*	3,5	5,4	2,8	5,0	2,2
RN	2,0	2,9	2,2	*	2,5	3,9	2,5	3,6	2,0
RO	2,1	2,3	4,1	*	3,7	6,5	3,4	3,7	3,3
RR	*	**	6,5	3,4	3,8	4,6	2,1	4,6	3,7
RS	2,9	2,6	3,1	4,6	2,5	4,1	4,1	3,8	3,3
SC	2,0	2,6	2,2	4,2	2,9	4,5	2,3	4,6	2,8
SE	1,6	2,2	2,0	4,4	2,4	6,5	2,1	4,3	2,2
SP	3,0	2,5	3,6	5,4	2,9	5,3	2,4	4,7	2,3
TO	**	**	2,7	4,8	1,7	2,3	2,2	1,7	2,7
Média anual nacional	2,1	2,6	3,1	4,1	2,6	4,3	2,4	3,6	2,5

Nas eleições proporcionais para Câmara dos Deputados, Rondônia tem apresentado um número efetivo de partidos muito próximo aos índices verificados pela média nacional. O subsistema partidário rondoniense evolui de um quadro praticamente de bipartidarismo na década de 1980, para um cenário altamente fragmentado a partir de 1990 (SANDES-FREITAS, 2015), que se estabiliza após a segunda metade dos anos

2000, e volta a crescer um pouco, oscilando dentro da média nacional nas eleições de 2014.

Nas disputas para a Assembleia Legislativa, o número de partidos efetivos do sistema partidário subnacional rondoniense é um dos mais elevados entre as unidades federadas brasileiras. No período analisado, a média é superior a nove legendas, com um elevado crescimento que acompanha o padrão nacional, na eleição de 2014. No entanto, comparado à Câmara dos Deputados, nas assembleias estaduais é comum um grau maior de fragmentação partidária. Nos últimos anos, essa tem sido uma tendência nacional das eleições proporcionais brasileiras, devido, sobretudo, a uma série de incentivos por parte da legislação. Mesmo assim, a média rondoniense no período de 1982 a 2014 é equivalente aos índices de um estado como o Rio de Janeiro.

Importante frisar que, no caso das eleições proporcionais no estado, essa tendência que se apresenta acima da média do sistema partidário nacional nos anos 1990 decorre, fundamentalmente, do elevado número de migrações partidárias naquele momento, que, em boa medida, tinham como destino os pequenos e novos partidos. Não obstante, observo a fragmentação partidária como algo intrínseco ao nosso sistema político. O multipartidário brasileiro é resultado, sobretudo, da heterogeneidade social, do pluralismo de valores e das clivagens econômicas, sociais e culturais presentes em nossa sociedade. Embora nos dias atuais a questão do aumento exponencial da fragmentação partidária no sistema partidário brasileiro, nas últimas eleições, esteja muito mais relacionada ao ambiente institucional, por intermédio de incentivos da legislação e do ativismo da Justiça Eleitoral.

Nas disputas estaduais majoritárias para o Executivo e o Senado, o subsistema partidário rondoniense vem apresentando dados que podem ser considerados elevados, tendo em vista a média nacional. Nas eleições majoritárias, verifica-se no caso rondoniense índices superiores ao esperado pela Lei de Duverger. Embora os números apresentados nas eleições de 2006 e 2010 para o governo estadual estejam abaixo do limite estabelecido, o que denotaria uma maior coordenação eleitoral para o Executivo, com um ligeiro aumento, pouco acima do limite, na eleição de 2014. Mesmo assim, o cenário denota uma tendência à estabilização no período de 2006 a 2014, tema que retomaremos adiante. Por outro lado, os dados apontam para um sistema partidário pluralista, aberto e dotado de um alto grau de competitividade.

4.5. O processo de estabilização do sistema partidário brasileiro

Nas décadas de 1980 e 1990, as análises iniciais acerca do funcionamento do sistema político brasileiro foram marcadas por acentuadas críticas ao nosso arranjo institucional, formuladas por estudiosos nacionais e estrangeiros (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986; MAINWARING 1991; LAMOUNIER, 1992; GÓES, 1992; AMES, 2001). O pessimismo intelectual da época voltava-se, especificamente, contra o sistema de governo presidencialista e a fragmentação partidária. Não obstante, desde o final do século passado é crescente na literatura institucionalista da ciência política brasileira um número relevante de estudos que, ao contrário do ceticismo inicial predominante, apontam para uma tendência estabilizadora de nosso sistema político-partidário, fundamentalmente, no período que se segue a partir de 1994, até a eleição de 2014.

Seja no âmbito da relação Executivo-Legislativo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999; SANTOS 2003; LIMONGI, 2006), seja no plano do sistema partidário e da competição eleitoral (NICOLAU, 1996; BRAGA, 2006; REIS, 2007; BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016), os diversos trabalhos tem enfatizado uma mudança significativa na dinâmica de funcionamento do sistema político-partidário. Mais recentemente, tem crescido o número de estudos que ressaltam o papel estabilizador da competição eleitoral à presidência e seus efeitos sobre a organização do sistema político (CORTEZ, 2009; MELO, 2011; MELO & CÂMARA, 2012; MAINWARING, BIZZARRO & POWER, 2017; GUARNIERI & LIMONGI, 2018).

Neste subtítulo, tratarei especificamente do processo de estabilização do sistema partidário brasileiro. Minha hipótese é de que o sistema partidário subnacional rondoniano, após os elevados índices de volatilidade e o caos organizacional da competição política verificados nos anos 1980 e no decorrer da década de 1990, desde a segunda metade dos anos 2000 passa a apresentar padrões de estabilidade muito próximos ao caso nacional. Em um notório movimento “vertical”, fundamentalmente, a partir da competição à presidência que contribuiu diretamente para a construção de uma dinâmica mais moderada na competição ao Executivo estadual, que foi acompanhada pela queda e estabilização dos níveis de volatilidade eleitoral nas eleições proporcionais. Assim, analisarei aqui, com base na literatura institucionalista, o processo de estabilização do sistema partidário brasileiro e no subtítulo seguinte, abordarei o caso rondoniense.

Braga, Ribeiro & Amaral (2016), ao analisarem o desenvolvimento do atual sistema partidário brasileiro até a eleição de 2010, apontam para um quadro de estabilização no formato da competição política em curso desde meados dos anos 1990, que denotaria razoáveis níveis de institucionalização. Conforme os autores, nesse período, o cenário político nacional foi dominado pelos mesmos grupos organizados em torno da polarização PT e PSDB. Essa razoável estabilidade e o incremento nos níveis de institucionalização foi possível, sobretudo, em decorrência da manutenção dos atores na disputa política, a relativa preservação das regras do jogo, que tem proporcionado previsibilidade ao sistema político, além da função estruturante das eleições presidenciais, com o início das eleições gerais. Desde 1994, a realização de eleições “casadas” vincula as eleições nacionais e estaduais para o Executivo e o Legislativo.

Assim, a partir de 1994, a realização da eleição para a presidência de forma simultânea às disputas estaduais teria exercido um forte impacto sobre a formação do Legislativo brasileiro, tendo em vista que as eleições congressuais passaram a refletir um jogo político complexo, que abrangeria as disputas para os Executivos nacional e das unidades federadas (BRAGA, RIBEIRO & AMARAL, 2016). Além de observar o processo de institucionalização brasileiro sob a ótica do papel estabilizador da competição à presidência, os autores utilizam outras dimensões de análise que envolvem a apresentação de índices satisfatórios de participação eleitoral, com razoável incremento do eleitorado, as regras eleitorais, o número de partidos efetivos e a razoável queda e estabilização das taxas de volatilidade eleitoral.

Os autores observam o sistema partidário brasileiro pós-1985 e o processo de consolidação democrática como o mais longo e virtuoso da história brasileira. Não obstante, Braga, Ribeiro & Amaral (2016) alertavam, naquele momento, para o perigo de que essa suposta estabilização acarretasse um novo processo, agora, de cartelização do sistema político. O fenômeno da cartelização, conceito desenvolvido por Katz & Mair (1995) aponta, especificamente, para o risco de fechamento do sistema partidário em torno das grandes legendas, cada vez mais dependentes e dominantes de recursos estatais.

Em recente estudo, ao analisarem as sete eleições presidenciais brasileiras pós-redemocratização, Limongi & Guarneri (2018) apontam para um quadro de coordenação e estabilização durante o período de 1994 a 2014. Inicialmente, conforme os estudiosos, a eleição de 1989, primeira disputa presidencial depois de quase 30 anos, reforçou o cenário de pessimismo e descrédito presente nas primeiras análises pós-transição democrática. Diante de uma conjuntura marcada por um clima de forte desconfiança,

característico do momento fundador da atual experiência democrática brasileira, as eleições presidenciais ocupariam um papel de destaque.

Conforme Limongi & Guarnieri (2018, p. 40), a eleição presidencial de 1989 assinalou “o final de uma longa transição que desaguara em uma profunda crise política. Foi a primeira eleição no Brasil a usar os dois turnos e, além disso, foi uma ‘eleição solteira’. Dadas essas condições, nenhum partido viu motivos para ficar de fora”. De fato, as 22 candidaturas à presidência e o fracasso naquele momento dos dois principais partidos no parlamento, PMDB e PFL, aumentavam ainda mais as críticas e incertezas quanto às possibilidades de consolidação e estabilização da democracia brasileira. Não obstante, era esperado que o cenário de populismo e radicalização se repetisse como padrão nas eleições seguintes, e não foi o que ocorreu. Desse modo, a disputa presidencial de 1989 se diferencia de todas as eleições presidenciais seguintes (LIMONGI & GUARNIERI, 2018).

De 1994 a 2014, salientam os autores, dois partidos, PT e PSDB, têm controlado as eleições presidenciais e o comportamento do eleitorado pode ser considerado altamente previsível. Assim, a eleição de 1994 fundou um novo padrão de competição política que dura até a disputa presidencial de 2014. Durante esse período, as eleições adquiriram um formato bipartidário. Mesmo que isso não seja algo surpreendente, se levarmos em conta os efeitos da Lei de Duverger, tendo em vista o voto útil dos eleitores que evitam desperdiçar o voto com candidaturas sem chance de vitória, políticos se adiantam e passam a coordenar suas ações e formar alianças. Nesse sentido, “partidos que antecipam sua derrota e ou calculam que sua presença favorecerá seus principais inimigos, se afastam da disputa ou apoiam formalmente candidaturas com quem tem maior afinidade” (LIMONGI & GUARNIERI, 2018, p. 43-44).

A votação em PT e PSDB nas disputas à presidência entre 1994 e 2014 variou entre um mínimo de 70% e um máximo de 90% dos votos válidos. Assim, como argumentam os autores, apresentar as tendências gerais das eleições presidenciais nesse período se resume a analisar a evolução das votações recebidas por esses dois principais partidos, PT e PSDB, e por um terceira força “desafiante” (LIMONGI & GUARNIERI, 2018). Importante ressaltar que essa denominada “terceira via” se apresentaria como capaz de ameaçar o bipartidarismo de PT e PSDB nas eleições presidenciais, porém, até 2014 essas candidaturas demonstraram-se efêmeras, não tendo continuidade nas eleições seguintes. Nesse contexto, a celebração de amplas coligações partidárias teria assegurado

a montagem desse formato na eleição presidencial de 1994 e foi responsável pela manutenção durante seis eleições de um “duopólio” em torno de PT e PSDB.

Em tese doutoral apresentada no DCP-USP sobre o tema das eleições majoritárias e seus impactos na entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral, Cortez (2009) analisou a trajetória do sistema partidário brasileiro a partir da influência das eleições majoritárias¹²², com foco na conexão entre a eleição Executiva federal e a competição para governador. O estudo buscou compreender a forma como os partidos organizam sua estratégia eleitoral, tendo como ponto central as eleições presidenciais. Conforme Cortez (2009), partindo do pressuposto de que a competição ao Executivo Federal não ocorre separada das disputas para os Executivos estaduais e o Legislativo, torna-se imprescindível compreender a ocorrência de inter-relações entre os diferentes níveis de disputa nas eleições gerais.

Desse modo, é esperado que os partidos articulem os pleitos em suas distintas esferas. Segundo Cortez (2009), as legendas estabeleceriam, no interior do sistema partidário, uma relação de divisão e especialização do trabalho, muitas vezes desconsideradas pelas teses clássicas sobre o sistema partidário brasileiro, que não dariam a devida importância às eleições presidenciais. A baixa magnitude dos distritos nas eleições majoritárias funcionaria como uma barreira de entrada no mercado eleitoral e elevaria os custos, restringindo a competição a um número pequeno de partidos. Assim, partidos menos eficientes nessas disputas tenderiam a se retirar, buscando participar dos pleitos em que as possibilidades de êxito seriam maiores.

Nesse sentido, a articulação entre as eleições para presidente e governadores estaduais forneceria as bases que sustentariam a clivagem PT e PSDB, garantindo a estabilidade no plano nacional. Esses partidos vinculariam sua entrada estratégica nas eleições estaduais à dinâmica da competição à presidência. Para Cortez (2009), isso pode ser compreendido como uma estratégia que implicaria em um “mecanismo de construção nacional de candidaturas”. Os partidos replicariam, nas unidades federadas, o dualismo da competição nacional pela disputa entre candidaturas estaduais das duas legendas, ou pelo apoio a candidatos de outros partidos que façam oposição no estado ao seu adversário no plano nacional.

¹²² Apesar da eleição ao Senado também ser majoritária, não foi objeto de análise da pesquisa. Cortez (2009) analisou especificamente as disputas à presidência e a conexão com as eleições para os Executivos estaduais.

Ao enfatizar a centralidade e a importância das eleições presidenciais em democracias presidencialistas, o autor aponta para seu efeito definidor das estratégias partidárias. Esse efeito seria, inclusive, em momento anterior ao pleito. As legendas subordinariam os demais níveis de disputa eleitoral a seus desafios na competição à presidência. Ou seja, “as eleições presidenciais alteram a lógica dos partidos no tocante a definição da oferta de partidos em outras disputas” (CORTEZ, 2009, p. 36).

Tendo como referência a regra M+1 proposta por Gary Cox (*apud* Cortez 2009), na qual o autor analisa o limite esperado no formato do sistema partidário-eleitoral, uma tentativa, segundo Cortez (2009), de generalização das leis de Duverger, espera-se que as elites políticas deixem de lançar candidaturas menos competitivas e os eleitores “coordenem” seus votos em legendas com chances maiores de vitória. Se essa coordenação de fato ocorrer, os votos dos eleitores das legendas mais fracas tendem a convergir para o partido vitorioso e seu principal desafiante. Cortez (2009) verificou que em parte significativa das disputas para os governos estaduais, a coordenação eleitoral estava, inclusive, abaixo do limite esperado pela regra M+1 estabelecida por Cox. Como as disputas aos Executivos estaduais ocorrem em dois turnos, o limite seria o número efetivo de três partidos por disputa.

Importante ressaltar também que o padrão de entrada dos nove maiores partidos nas disputas pelo Executivo nos estados foi considerado pelo autor como instável. Segundo Cortez (2009), apenas PT, PMDB e PSDB possuiriam “ambição executiva” no sistema político brasileiro. Assim, tentativas de outros partidos de ingressar no mercado das eleições ao Executivo seriam efêmeras, o que denota o caráter restrito desse mercado. Outro ponto relevante consiste na íntima relação entre a participação dos partidos nas disputas à presidência e o aumento de entradas no mercado da competição aos Executivos estaduais. O que incidiria diretamente sobre a força de PT e PSDB, reforçando o protagonismo nacional de ambas as legendas (CORTEZ, 2009).

Ao analisar a estabilidade das identidades partidárias, no intuito de compreender os fatores que teriam permitido a manutenção da clivagem PT e PSDB, e por que essas duas legendas controlaram o mercado da competição à presidência, Cortez (2009) aponta para o papel fundamental do que ele denomina como “articulação política das eleições presidenciais”. Essa articulação seria construída de forma exitosa via eleições majoritárias estaduais. “Partidos bem sucedidos são aqueles com maior capacidade de nacionalizar, via federalização, a disputa presidencial nos 27 distritos eleitorais”

(CORTEZ, 2009, p. 109). Segundo ele, esse foi o fator decisivo que permitiu a PT e PSDB se consolidarem como protagonistas no mercado das disputas à presidência.

No tocante ao processo de construção da estabilidade na competição aos Executivos estaduais, Cortez (2009) observa que parte da dinâmica encontrada nas eleições para governadores decorre da construção de alianças para as candidaturas presidenciais, que assim afetariam a dinâmica nos estados. Ou seja, são fortes as evidências da influência da competição presidencial na dinâmica estadual. O autor parte do pressuposto de que as eleições para os Executivos estaduais são mais cartelizadas do que se imagina, à primeira vista. Em suma, não somente o formato bipartidário se repetiria nos estados, como também os principais atores que, em razoável medida, são os mesmos no decorrer do tempo.

Assim, a oferta de candidaturas no plano estadual estaria associada às estratégias das legendas no âmbito nacional. Como afirma Cortez (2009, p. 113), “a quantidade de candidaturas em nível estadual está relacionada com a escolha dos parceiros na coligação eleitoral, bem como pela presença ou não do partido na disputa à presidência”. Em suma, é a estratégia eleitoral das elites estaduais que determina a intensidade das clivagens nos estados. Além disso, outra questão de fundamental importância se refere aos efeitos da mudança de partidos pelas elites partidárias estaduais e possíveis candidatos ao governo. Esse rearranjo das lideranças estaduais encobriria parte da estabilidade dos puxadores de votos nos estados. Desse modo, a suposta “instabilidade das identidades políticas nos estados seria mais nominal do que real” (CORTEZ, 2009, p. 113). Vale recordar que o estudo analisa as eleições presidenciais e de governadores até 2006 e naquele momento ainda eram bastante elevadas as taxas de migração partidária no sistema político brasileiro.

Por fim, Cortez (2009) aponta para o fato de que além da concentração de votos nas eleições estaduais em torno dos três grandes partidos, PT, PSDB e PMDB, teria ocorrido uma considerável diminuição no número absoluto de candidaturas das nove maiores legendas. Mais uma evidência de que são as elites políticas “que definem o que será oferecido aos ‘consumidores’ no momento da eleição” (CORTEZ, 2009, p. 137). Importante mencionar o maior dinamismo da competição aos governos estaduais, o que seria natural devido aos custos da entrada serem mais “suaves”, segundo o autor.

Não obstante, vale ressaltar, conforme Cortez (2009), que os partidos que disputam a eleição presidencial tendem a estabilizar e focar nas disputas nos maiores distritos. Seja por suas candidaturas próprias ou porque as legendas têm tradição naqueles estados. Por

outro lado, nos menores estados, a política seria mais fluida, e essas unidades federadas serviriam como uma espécie de moeda de troca para partidos que não possuem condições de competir no mercado presidencial e se contentariam com determinados governos estaduais. Segundo Cortez (2009), esses seriam os casos de estados como Alagoas, Espírito Santo e Rondônia, que até a eleição de 2006 apresentariam um número de partidos efetivos bem superior a três, índice aceito pela literatura como indicador de estabilidade em eleições majoritárias de dois turnos. Mais adiante, comentarei sobre o caso específico de Rondônia.

Em estudo sobre a estrutura da competição à presidência e o processo de consolidação do sistema partidário brasileiro, Melo & Câmara (2012) apontam para o predomínio atualmente de uma tendência inversa às visões iniciais que apresentavam forte ceticismo sobre o funcionamento do sistema político no Brasil. Diferentemente das análises anteriores, os estudos atuais, em sua maioria, ao abordarem diversos aspectos do tema, inclinam-se para uma compreensão mais positiva acerca dos partidos e do sistema partidário. O foco da análise é o processo de estabilização a partir da competição presidencial no período pós-redemocratização, até a eleição de 2010.

Melo & Câmara (2012), em busca de avaliar o grau de consolidação do sistema partidário brasileiro, rejeitam o conceito de institucionalização (MAIWARING, 2001; MAIWARING & SCULLY, 1995), e trabalham com a ideia de “estrutura da competição” formulada por Mair (*apud* Melo & Câmara, 2012). A partir daí, analisam o processo de estruturação da competição à presidência, apresentando como os principais partidos brasileiros definiram suas estratégias, o que os leva a caracterizar a existência de três blocos partidários distintos na Câmara dos Deputados, um formado por PT/PSB, PCdoB/PDT, o bloco partidário de PSDB/DEM/PPS, e o bloco de PMDB/PP/PTB/PR.

Assim, os autores mergulham na câmara baixa do parlamento no intuito de analisar as opiniões dos deputados federais brasileiros, especificamente desses três conjuntos de partidos, e sua consistência com o que ocorre na disputa pelo governo federal. O objetivo seria verificar, fundamentalmente, até que ponto a estrutura da competição à presidência se manifestaria também no interior da Câmara dos Deputados. Nesse caso, imprescindível, além da análise da dicotomia governo/oposição, que a questão da ideologia seja levada em conta (MELO & CÂMARA, 2012).

Na ótica de Mair (*apud* Melo & Câmara, 2012, p. 78), “o cerne de todo o sistema partidário enquanto sistema é constituído pelo estrutura da competição pelo controle do Executivo”. A estrutura dependeria diretamente dos padrões de alternância, do modelo de

formação de governos, e dos partidos que efetivamente participariam da gestão governamental. Nesse contexto, Melo & Câmara (2012) afirmam que o caso brasileiro seria expressivo de uma situação caracterizada por Mair, como um conjunto de interações que anteriormente eram incoerentes, apresentando agora um formato e uma estrutura. Para os autores, tal definição dialogaria e poderia ser tratada como um caso de institucionalização do sistema partidário, conceito amplamente desenvolvido por Maiwaring (2001).

Segundo Melo & Câmara (2012), até a eleição presidencial de 1994 e a entrada de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) na disputa, o quadro era indefinido, sendo impossível imaginar em torno de quais competidores se realizaria a eleição para a presidência e quem seriam os protagonistas, pois apenas a candidatura petista de Lula era tida como certa. A superação desta conjuntura, com a redefinição de atores e estratégias no espaço da competição, “iria representar o fator decisivo para os rumos do sistema partidário brasileiro” (MELO & CÂMARA, 2012, p. 79), o que segundo os autores a operacionalização do índice de volatilidade eleitoral não conseguiria expressar.

Desde 1994, a disputa em torno da presidência passaria a ser estruturada com base nas duas coalizões partidárias ideologicamente distintas, inaugurando uma nova dinâmica com efeitos sobre as escolhas dos partidos relevantes e o nível de consolidação do sistema partidário (MELO & CÂMARA, 2012). Não obstante, isso não poderia ser observado como um sinal de que o sistema partidário no Brasil caminharia para um grau de institucionalização plena. Além dos obstáculos presentes na cultura política brasileira, os estudiosos apontam que o tempo das organizações partidárias bem definidas programaticamente e como forte enraizamento social já passou (ver MANIN, 1998; KATZ & MAIR, 1995, DALTON, MCALLISTER & WATTEMBERG, 2012)¹²³.

De fato, recorda Manin (1998), que durante muito tempo nas democracias ocidentais a representação política parecia possuir como alicerce uma forte relação de confiança entre eleitores e partidos políticos, com um elevado número de indivíduos que simpatizavam e mostravam-se fiéis a algumas legendas. Não obstante, pode-se afirmar que atualmente “é cada vez maior o número de indivíduos que mudam o voto de uma eleição para outra e as pesquisas de opinião demonstram um número crescente de pessoas que se nega a se identificar com os partidos” (MANIN, 1998, p. 237). Porém, isso não

¹²³ Para mais detalhes sobre o recuo nas taxas de fidelidade partidária, identidades partidárias e mudanças na representação política ver Katz & Mair (1995); Norris (1997); Manin (1998) e Dalton, Mcallister & Wattemberg (2012).

eliminar a importância dos partidos no processo político. Sendo assim, o fato da democracia brasileira pela primeira vez em sua história dar sinais de consolidação de um quadro de estabilidade durante uma série de eleições seguidas, não significaria uma mudança na atual relação entre eleitores e partidos (MELO & CÂMARA, 2012).

Como afirmam Melo & Câmara (2012), no caso brasileiro, o jogo presidencial é controlado pelos partidos e as sequências das disputas eleitorais definiram claramente os competidores e suas estratégias. Nesse sentido, PT e PSDB apresentaram, a partir de 1994, uma consistente “vocação presidencial”, pois ambas as legendas lançaram candidatos competitivos em todas as eleições do período analisado, o que teria tornado as eleições presidenciais brasileiras “eficientes”, conforme expressão de Shugart & Carey (*apud* Melo & Câmara, 2012). Mas por que isso não teria sido possível para PDT, PMDB e DEM? Recordam os autores que processos de desenvolvimento político envolvem conjunturas críticas e mecanismo de *path dependence*.

Assim, as eleições presidenciais de 1989 e 1994 consistiriam nas duas conjunturas críticas, com forte impacto sobre os momentos posteriores. Ambas as disputas foram vitais para que o PT se consolidasse como o partido representante da esquerda brasileira, afastando o PDT de Leonel Brizola de tal posição. Por outro lado, 1994 representou para o PSDB a tomada do lugar ao centro, até então identificado com o PMDB. Os tucanos se consolidaram por intermédio de uma agenda inovadora na estabilidade econômica com o plano real, e montaram uma coligação virtuosa eleitoralmente, com dois partidos representantes da centro-direita, PFL(DEM) e PTB. Nesse contexto, “a partir de 1994, a competição política nacional passaria a ocorrer no interior de um espectro ideológico mais comprimido, assumindo a atual dinâmica moderada” (MELO & CÂMARA, 2012, p. 82-83).

Ademais, a ação de petistas e tucanos revelaria que ambos os partidos construíram um legado como os únicos capazes de formular um projeto nacional, apresentar candidatos eleitoralmente competitivos na arena presidencial, e se unificar, cada um, em torno desses projetos. Conforme os autores, PT e PSDB sempre deixaram claro que aquilo que fosse decidido no âmbito da disputa presidencial deveria subordinar as demais instâncias. No caso petista até 2002, era a campanha de Lula à presidência que garantia a mobilização dos estados. Por outro lado, já em 2010, o PT lançou candidatos em apenas 10 estados, e sempre que necessário abriu espaço para o seu parceiro de chapa, PMDB. A estratégia dos tucanos, por outro lado, sempre teve como objetivo apoiar candidaturas competitivas nos estados, sendo do PSDB ou não. Entre 1990 e 2010, o número de

candidatos do PSDB aos governos estaduais foi menor do que o PT (MELO & CÂMARA, 2012).

Assim, conforme Melo & Câmara (2012), a estratégia do PT passaria pela candidatura de Lula, que vincularia a competição presidencial ao desempenho da disputa à Câmara dos Deputados nos estados. Essa associação direta entre Lula e o partido contribuiu para o aumento exponencial da bancada federal petista. No caso do PSDB, “o desempenho nos estados se apresenta como um fator intermediário “puxando”, mais do que o candidato a presidente, a bancada federal” (MELO & CÂMARA, 2012, p. 84). De toda forma, apontam os autores, no período analisado, apenas PSB, PPS e PV chegaram a ameaçar a perpetuação do bipartidarismo de petistas e tucanos na eleição presidencial brasileira. Mesmo assim, essas três legendas teriam participado de forma episódica das disputas, sem que a presidência se tornasse a principal arena de cada.

Desse modo, na medida em que se desenhou um novo formato da competição presidencial e estabeleceu-se claramente quem eram seus principais atores, os outros partidos passaram a construir estratégias de sobrevivência, definir em quem apostar as fichas na corrida presidencial e com quem seguir no jogo (MELO & CÂMARA, 2012). Sendo assim, a peculiaridade do quadro brasileiro consistiria no fato de que, como as eleições são aninhadas e torna-se imprescindível a formação de uma coalizão de partidos para governar, focar prioritariamente na eleição para o Executivo estadual ou na bancada da Câmara dos Deputados não significaria abandonar a competição pela presidência, mas subordinar as estratégias para o Executivo nacional às necessidades em uma das outras duas arenas (MELO, 2010).

Ao analisarem o perfil ideológico dos congressistas com base em *surveys* realizados com os parlamentares federais durante o período dos dois governos Lula, Melo & Câmara (2012) apontam para a existência de três blocos partidários na Câmara dos Deputados. O posicionamento dos deputados federais sobre temas como o papel do estado na economia, aborto, união civil homoafetiva, política externa, mudanças no sistema eleitoral, entre outros, foi objeto de análise. Os autores identificaram uma tendência centrista em curso nos partidos, estratégia para se alcançar o governo, inclusive, comum em outras democracias, porém, não a ponto de anular a relevância da variável ideológica para a compreensão da dinâmica da estrutura da competição pela presidência brasileira.

Segundo Melo & Câmara (2012), se é certo que os blocos liderados por PT e PSDB se distinguem do ponto de vista ideológico, e também que a média das opiniões do bloco de PMDB-PP-PTB-PR se aproxima mais de PSDB-DEM-PPS, o bloco liderado pelo

PMDB corresponderia perfeitamente ao formato similar que esses partidos passaram a interagir na disputa presidencial. Assim, seriam essas legendas dotadas de uma forte “vocação governista”. Em outros termos, mesmo inconsistente programaticamente, o bloco composto por PMDB/PP/PTB/PR adere a qualquer governo. Vale recordar, que assim como em qualquer importante democracia ocidental a competição giraria em torno de um grupo de centro-esquerda e outro de centro-direita, com a diferença de que no caso brasileiro, entre esses dois polos, há um bloco partidário que baliza a disputa¹²⁴.

Por fim, ao recordarem o argumento de Mair (*apud* Melo & Câmara, 2006), de que o ponto vital de um sistema partidário é a estrutura da competição pela presidência, Melo e Câmara (2012) destacam o processo de consolidação do sistema partidário brasileiro, rejeitando a tese de que estaria hoje mais incoerente. Segundo os autores, durante duas décadas, observa-se o surgimento de um padrão de interação entre as legendas nas eleições presidenciais, o que, de fato, teria provocado uma mudança significativa no funcionamento do sistema partidário brasileiro nesse período.

Mainwaring, Bizzarro & Power (2017), ao analisarem o desenvolvimento do sistema partidário brasileiro, no período de 1994 a 2014, ressaltam o processo exitoso de estabilização da competição política. Segundo os autores, o sistema partidário apresentou níveis satisfatórios de estabilidade a partir das disputas presidenciais, porém somente o PT foi capaz de enraizar-se na sociedade, o que explicaria o caráter desigual da institucionalização brasileira. Portanto, mesmo diante de um sistema de partidos sem bases sociais sólidas, o incremento substancial de estabilização na dinâmica da competição eleitoral permite classificar o caso brasileiro como um modelo de “institucionalização desigual”. E desigual também no sentido de que, comparado aos outros partidos, apenas o PT desenvolveu uma organização partidária mais vigorosa (MAINWARING, BIZZARRO & POWER, 2017).

Conforme os autores, três elementos foram fundamentais para que o sistema partidário brasileiro avançasse no processo de institucionalização. Inicialmente, a conquista da estabilidade no plano econômico, a partir de 1994, com o plano real, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). E na década seguinte, no decorrer do governo Lula (PT), o crescimento econômico moderado, com o declínio dos níveis de pobreza, e a redistribuição de renda, também contribuíram diretamente para sedimentar

¹²⁴ Para mais detalhes sobre o posicionamento ideológico dos deputados federais brasileiros nas legislaturas de 2003-2007 e 2007-2011, ver Melo & Câmara (2012) e Power & Zucco (2011).

as posições de PT e PSDB no sistema partidário. Assim, “a estabilidade econômica promoveu a institucionalização do sistema partidário brasileiro” (MAINWARING, BIZZARRO & POWER, 2017, p. 196).

Em segundo lugar, analisam Mainwaring, Bizzarro & Power (2017) que, no Brasil, os contrastes substanciais de orientação programática entre os principais partidos ajudaram a preservar o sistema partidário. Enquanto isso, em diversos lugares da América Latina, a inexistência de diferenças significantes entre as legendas acarretou em crises políticas agudas. Países como Bolívia, Equador e Venezuela assistiram ao colapso de seus sistemas partidários. Em outros lugares, como na Argentina e Colômbia, agremiações partidárias tradicionais também entraram em declínio, vivenciando, ambos os países, uma situação de colapso em pelo menos um de seus maiores partidos. Importante mencionar que, segundo os autores, se a estabilidade econômica garantiu as possibilidades de institucionalização do sistema partidário brasileiro, em outros países, ocorreu o inverso, a fase inicial de estabilização foi acompanhada por cenários de dificuldades econômicas.

Por último, mudanças nas regras institucionais provenientes da Constituição Federal de 1988 e a Lei dos Partidos 9096-95 também contribuíram para assegurar o relativo êxito de institucionalização do caso brasileiro. Dentre as principais medidas citadas pelos autores estão o regramento para garantir maior disciplina aos partidos no parlamento, o fortalecimento do papel das lideranças partidárias no Congresso Nacional, e o aumento de recursos e fundos que permitiram acesso às legendas existentes a maiores vantagens materiais, com especial atenção a alocação de recursos de campanha no rádio e na televisão (MAINWARING, BIZZARRO & POWER, 2017).

Importante mencionar, na ótica dos autores, a relevância do PT para avanço do processo de institucionalização do sistema partidário brasileiro. De 1989 a 2014, o partido venceu quatro vezes a eleição presidencial e esteve presente em todas as sete disputas como primeiro ou segundo colocado. Nesse mesmo período, o partido ganhou um número elevado de filiados, constituindo-se a legenda brasileira mais bem organizada. Assim, o PT se caracterizaria como “um pilar central do sistema” (MAINWARING, BIZZARRO & POWER, 2017, p. 166).

4.6. A estabilização do caso rondoniense

Sobre o caso rondoniense observa-se que durante a década de 1980 Rondônia manteve um padrão nacional com um sistema bipartidário em 1982, que preservou praticamente o mesmo formato em 1986, exceto a substituição do PDS pelo PFL, o que ocorreu na maioria dos estados brasileiros naquele momento. Esse padrão bipartidário também foi verificado por Braga (2016), em estudo sobre os subsistemas partidários da Região Nordeste. No entanto, entre 1987 e 1990 a criação de uma dezena de partidos alterou o formato dos sistemas partidários estaduais nordestinos, que a partir da eleição de 1990 passaram a apresentar um formato multipartidário, com maior dispersão do poder político-partidário e uma maior heterogeneidade nos subsistemas de partidos da região (BRAGA, 2016). É também a partir da eleição de 1990 que o subsistema partidário rondoniense torna-se mais aberto e plural.

Como observado anteriormente, naquele momento, o subsistema partidário rondoniense apresentou uma das maiores taxas nacionais de migração partidária para ALE-RO e, principalmente, para a Câmara dos Deputados, além dos altos níveis de volatilidade eleitoral e fragmentação. Assim, o período compreendido entre a segunda metade dos anos 1980 e o decorrer da década de 1990 pode ser considerado como o mais tumultuado, instável e volátil da política rondoniense. Não obstante, desde os anos 2000, fortes evidências empíricas apontam para uma tendência à estabilização do sistema partidário subnacional rondoniense. Meu argumento nesta tese é de que tal processo de estabilização do caso rondoniano seria uma consequência direta da consolidação do sistema partidário brasileiro.

Em outras palavras, uma estabilização de “cima para baixo” a partir, especificamente, da competição à presidência. Apesar das particularidades de um estado com pouca influência sobre a competição nacional, e que detinha na eleição de 2014 apenas 0,8% do eleitorado brasileiro, cenário propício para o prevalectimento dos interesses da elite regional, as eleições presidenciais exerceram considerável influência na dinâmica da competição estadual nas disputas de 2006, 2010 e 2014. Vale ressaltar também a diminuição das taxas de migração partidária a partir das legislaturas eleitas para a ALE-RO e Câmara dos deputados, em 2002, que teria contribuído diretamente para a queda e estabilização dos índices de volatilidade nas eleições proporcionais.

Se o momento posterior à promulgação da Assembleia Nacional Constituinte apresentou um quadro de forte instabilidade política no emergente sistema partidário

brasileiro, no caso rondoniense, essa conjuntura se perpetua pelos anos 1990. Os elevados índices de volatilidade eleitoral e fragmentação partidária nas eleições legislativas para Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa contribuíram diretamente para que um analista como Melo (2004) afirmasse que, desde o processo de transição à democracia, transcorridas seis eleições, Rondônia estaria entre os estados que não seria possível sequer falar sobre a existência de um sistema partidário minimamente estruturado. Como explicitado também anteriormente, Cortez (2009) alertou para o fato de que, ao lado de Alagoas e Espírito Santo, nas eleições para o governo estadual, Rondônia apresentaria um número efetivo de partidos bem superior a três, limite estabelecido pela literatura.

Importante mencionar que Melo (2004) e Cortez (2009) escrevem num momento em que o sistema partidário subnacional rondoniense encontra-se no início desse processo de reorganização. Por isso, ambos os autores não conseguiram captar o movimento rumo à estabilidade da competição eleitoral no estado, que ficaria mais claro nas disputas subsequentes. Ainda que na eleição de 2002, o número efetivo de partidos na disputa ao governo estadual tenha sido bastante elevado, em torno de cinco legendas, o que denotaria falta de coordenação entre os atores, a partir daquele pleito há uma nítida mudança na dinâmica da disputa eleitoral em Rondônia. A eleição de 2002 no estado é marcada novamente por uma forte presença dos grandes partidos nacionais, que passariam a agir de forma mais coordenada nas disputas seguintes (2006, 2010 e 2014). Ademais a eleição rondoniense de 2002 abre as portas do jogo político para a esquerda, que num cenário dominado por partidos conservadores e de centro emergia como alternativa de poder.

Como recorda Sandes-Freitas (2015), no pleito de 2002 prevaleceu em Rondônia a força dos interesses locais e da “racionalidade contextual”, não ocorrendo uma coordenação de forma evidente na disputa estadual. Diante de uma eleição altamente disputada no primeiro turno, explicitou-se a existência de diversas lideranças estaduais com grande capital político. Mesmo assim, ressalta o autor, a “onda Lula” foi importante para o incremento de uma esquerda no estado, que apesar de não lançar candidatura ao governo, ao obter naquele momento seu melhor desempenho em disputas para a Câmara dos Deputados e ALE-RO, o PT estadual, no contexto de uma realidade marcada pelo domínio de lideranças de direita e de centro, fazia com que o subsistema partidário garantisse espaço a candidaturas de esquerda (SANDES-FREITAS, 2015).

No ano de 2002, a vitória de Lula e do PT na eleição presidencial representou o amadurecimento democrático brasileiro, constituindo-se para o País “certamente um marco no processo de consolidação da democracia” (KINZO, 2004, p. 35), que se

confirmaria com uma transição de poder virtuosa entre PSDB e PT¹²⁵. Em Rondônia, como explicitado no capítulo III, a eleição de 2002 ao governo estadual foi vencida pelo PSDB, com Ivo Cassol, que na ocasião derrotou o então governador e candidato à reeleição José Bianco (PFL). Não obstante, pela primeira vez o PT rondoniense elegeu representantes para a Câmara dos Deputados, Senado Federal e alcançaria também a maior bancada na Assembleia Legislativa. Naquele momento, tendo em vista a entrada em vigor da verticalização, a estratégia petista confirmada em depoimento no subtítulo 3.6 a este autor pelo ex-governador do estado, Daniel Pereira, à época filiado ao PT, consistiu em não lançar candidato ao Executivo estadual, fato que ocorria pela primeira vez na história das eleições rondonianas. O foco do partido eram as eleições legislativas e a campanha de Lula. A estratégia do PT estadual deu certo, inclusive com Lula obtendo a maior votação para a presidência no estado.

Além do surpreendente desempenho do PT rondoniense em 2002, o PMDB manteve seu poderio naquela disputa. Ao lado do PT, os peemedebistas garantiram a maior bancada na Câmara dos Deputados, possuíam a maioria das cadeiras no Senado e a segunda maior bancada na Assembleia Legislativa, ao lado dos tucanos. Assim, após a eleição de 2002, as maiores legendas do sistema partidário brasileiro, PMDB, PT e PSDB, eram também os maiores partidos do subsistema partidário rondoniense. Os três partidos juntos correspondiam a 62,5% da bancada do estado na Câmara Federal, 42% da ALE-RO, e a bancada rondoniense no Senado era formada pelo PMDB, com duas cadeiras, e o PT com uma senadora. A vitória de um governador tucano e o inédito desempenho do PT nas eleições legislativas, apresentando-se como alternativa de poder, contribuiria para que na eleição de 2006 estivesse mais claro o quadro de governo e oposição no estado.

Assim, na eleição estadual de 2006, mesmo diante de uma conjuntura de profunda crise política, com a deflagração da Operação Dominó, que abalou o estado, a competição eleitoral se demonstrou previsível sob um quadro de razoável estabilidade. Pela primeira vez Rondônia reelegeu um governador. Como explicitado no subtítulo 3.7, durante a crise política iniciada em 2005, Ivo Cassol, juntamente com o seu grupo político, deixou o PSDB e filiou-se ao PPS¹²⁶. O PT, com a candidatura ao governo da Senadora Fátima

¹²⁵ Para mais detalhes sobre as vitórias eleitorais de Lula e do PT (2002 e 2006), o fenômeno do Lulismo e o realinhamento eleitoral nas eleições presidenciais a partir de 2006, ver Singer, 2012.

¹²⁶ É preciso compreender a mudança de partido de Ivo Cassol e seus correligionários como uma prática comum principalmente nos menores estados. Ao migrar, a liderança partidária leva consigo o seu grupo, muitas vezes majoritário dentro da legenda. Nesse caso específico, trata-se de uma mudança de legenda do governador durante o exercício do mandato, o que impacta também ao partido a perda de cargos e espaço no governo. Importante recordar que um grupo de filiados históricos do PSDB estadual permaneceu no

Cleide, ficou em segundo lugar. O número efetivo de candidaturas ao Executivo estadual diminuiu consideravelmente, correspondendo a 2,6, dentro do limite previsto, e o menor em todo o período analisado, o que confirmava um cenário de maior coordenação política, que assegurou mais inteligibilidade e previsibilidade à disputa estadual.

A volatilidade eleitoral nas eleições legislativas para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa também diminuiu consideravelmente. Uma forte evidência de que o subsistema partidário vivenciava naquele momento um processo rumo à estabilização pode ser observada na queda das taxas de migração partidária. Na legislatura de 2003 a 2007, como demonstrado na tabela 43, apenas 25% dos deputados federais rondonienses eleitos em 2002 migrou de partido. Era o menor índice de migração partidária registrado no sistema partidário subnacional rondoniense. Como aponta a tabela 45, a taxa de migração partidária na Assembleia Legislativa também foi a menor registrada até aquele momento, com 46% de parlamentares migrantes.

Importante mencionar que na eleição municipal de 2008, PT e PMDB se uniram em uma chapa eleitoral pela reeleição do petista Roberto Sobrinho à prefeitura de Porto Velho. Após a união no segundo turno de 1994, que resultou em uma rápida aliança em 1995, durante o início do governo Raupp, e duraria pouco mais de seis meses (SANDES-FREITAS, 2015), PT e PMDB voltavam a celebrar uma aliança no estado, agora sob influência de uma coalizão de governo nacional e sob a perspectiva da competição eleitoral. Sendo assim, a aliança de petistas e peemedebistas no segundo turno em Rondônia, a partir da coligação nacional à presidência, foi decisiva para as vitórias do PMDB ao governo estadual nas eleições de 2010 e 2014.

Mesmo lançando candidatos próprios, por duas vezes seguidas o PT apoiou a candidatura de Confúcio Moura (PMDB) no segundo turno, apresentando-se como o fiel da balança. Como assinalado no subtítulo 3.9, a união de peemedebistas e petistas no segundo turno, em 2014, poderia ter sido celebrada já no primeiro turno, quando o PT recusou o convite para lançar o candidato a vice na chapa de Confúcio. Meu argumento é de que a união de ambos os partidos nos segundos turnos, de 2010 e 2014, somente foi possível por conta de uma maior coordenação política entre os atores nacionais e estaduais, a partir da consolidação da estrutura de competição pela presidência (MELO

partido, como a vice-governadora, Odaísa Fernandes, com quem Cassol havia rompido anteriormente, o deputado federal Hamilton Casara, o ex-prefeito de Porto Velho, José Guedes, e o então deputado estadual Everton Leoni. Porém é inequívoco que a mudança de Cassol do PSDB para o PPS enfraqueceu substancialmente os tucanos no estado. Aqui, especificamente, para usar uma expressão de Cortez (2009, p. 139), “a volatilidade seria muito mais nominal do que real”.

& CÂMARA, 2012). Nesse sentido, no caso rondoniense, observo no decorrer das disputas estaduais de 2006, 2010 e 2014, um cenário de maior inteligibilidade e previsibilidade, o que acredito ser influência direta de um claro movimento de coordenação política entre os atores estaduais e nacionais (CORTEZ, 2009; MELO & CÂMARA, 2012; BRAGA, 2016).

Sobre o impacto da arena presidencial e das eleições “casadas” no sistema partidário, Braga (2016) recorda que dirigentes nacionais e estaduais de seus próprios partidos e também de outras legendas passaram a articular as eleições e as alianças segundo um cálculo político que elevasse as chances de suas legendas em todos os níveis de disputa. Assim, comenta Braga (2016, p. 248)

A tendência dessa estratégia, ainda em curso, tem sido o incremento de fusões, sobretudo pelos partidos que cada vez mais veem poucas chances de sobrevivência num sistema cada vez mais competitivo, e, mesmo de concentração dos esforços dos partidos entre si, formando dois grandes grupos de competição, cuja eleição presidencial tem sido a articuladora dos demais pleitos, redundando na clivagem cada vez mais proeminente na política brasileira que tem dividido os partidos em governistas e oposição. Desde então, o grupo liderado pelo PSDB venceu duas eleições pela presidência da República (1994-1998) e o grupo ao redor do PT ficou na oposição aglutinando. Nas quatro eleições seguintes (2002, 2006, 2010, 2014), o PT passou a ser governo e o PSDB foi para a oposição. Resta saber quais os reflexos desse padrão nacional na conjugação de forças estaduais e na dinâmica dos subsistemas regionais em cada eleição.

Ainda que, como observou Sandes-Freitas (2015), as especificidades internas ao subsistema partidário rondoniense constituam uma limitação ao processo de replicação das alianças nacionais na competição eleitoral estadual, nas disputas de 2006 e 2010, os índices do que ele denomina como “presidencialização” das eleições apresentaram crescimento, exibindo patamares significativos¹²⁷. Conforme Sandes-Freitas (2015), isso teria ocorrido pelo retorno da candidatura do PT ao governo estadual, agora com mais força política, aliando-se inclusive a parceiros nacionais como PC do B e PSB, além do PSDB, que tem participado da competição ao Executivo estadual, algumas vezes coligado, noutras vezes com candidato próprio. Certamente, o aumento nos níveis de

¹²⁷ Conforme Sandes-Freitas (2015), nas eleições de 2006 e 2010, o índice de “presidencialização” apresentou patamares de crescimento, o que indicou significativa taxa de “presidencialização” das eleições estaduais rondonienses nessas duas disputas. Numa escala de 0 a 1, na eleição de 2006 o índice registrou 0,65 e na disputa eleitoral em 2010, aumentou para 0,75.

“presidencialização” na competição eleitoral rondoniana se confirmaria também no pleito estadual de 2014, embora essa última eleição não tenha sido objeto da análise do autor.

Assim, a eleição estadual rondoniense de 2014 confirmava o que Cortez (2009, p. 61) havia assinalado sobre PT, PMDB e PSDB: “O mercado eleitoral para governador está concentrado em torno de três partidos que oligopolizam a entrada nesse mercado”. De fato, além do grupo do ex-governador Ivo Cassol, a disputa eleitoral pelo governo rondoniense em 2014 foi dominada por essas três legendas. E no segundo turno teve como grande influência no resultado final o apoio do PT à coligação peemedebista, ambos os partidos membros da chapa eleitoral que reelegeu Dilma e Temer à presidência, derrotaram no estado a candidatura do tucano Expedito Júnior.

Nesse sentido, há fortes evidências empíricas de que o processo de estabilização do sistema partidário brasileiro tenha exercido influência sobre uma nova dinâmica do sistema partidário subnacional rondoniense, com inequívoca tendência à estabilização no período entre as eleições de 2006 a 2014. Embora Rondônia seja um distrito eleitoral pequeno, que corresponde a menos de 1% do eleitorado nacional, o que reforçaria as limitações para uma maior influência da competição nacional sobre a dinâmica eleitoral no estado, além de uma elite política que por vezes fez prevalecer os interesses regionais no tocante ao processo político eleitoral, a partir de 2006 foi crescente a influência do quadro nacional sobre a política estadual.

Ademais, como enfatizado anteriormente, a razoável queda nas taxas de migração partidária nas eleições legislativas, a partir da legislatura eleita em 2002, foi outro fator que contribuiu diretamente para a diminuição e estabilização dos níveis de volatilidade eleitoral nas disputas proporcionais. Apesar da fragmentação partidária ser elevada, principalmente quando observado o número de partidos efetivos nas eleições estaduais para a ALE-RO, nas últimas eleições esses índices não diferem muito da realidade nacional. O que nos leva a crer que o crescente e exponencial aumento da fragmentação partidária é mais um problema do sistema partidário brasileiro, do que do caso rondoniense propriamente dito.

Importante mencionar que o processo de abertura da competição eleitoral rondoniense a partir dos anos 1990, ocorre paralelamente à emergência de uma nova elite política interiorana que se consolida ainda na primeira metade da década de 1990. Nesse contexto, a crise da elite política da capital vem acompanhada de elevadas taxas de migração partidária, volatilidade eleitoral e fragmentação partidária que caracterizam o subsistema partidário rondoniense naquele momento. No capítulo V abordarei

especificamente o tema da mudança da elite política rondoniense, com a emergência da nova elite política da BR-364 que logra a ocupar espaço durante o processo de transição do Território ao novo estado, no decorrer da década de 1980, e se consolida de forma hegemônica na disputa estadual de 1994.

Considerações finais do capítulo

O objetivo do capítulo foi compreender o quadro de instabilidade da competição política que marcou o sistema partidário subnacional rondoniense, nos fins dos anos 1980 e no decorrer da década de 1990, o que denotaria um baixo grau de institucionalização conforme a literatura especializada. Por que Rondônia produziu nesse período um dos mais voláteis e fragmentados sistemas partidários estaduais? E quais foram as causas para que a partir da segunda metade dos anos 2000, a competição eleitoral rondoniense apresentasse maior previsibilidade, inteligibilidade, inclusive, com a queda e a estabilização dos índices de volatilidade eleitoral nas eleições proporcionais?

Argumento, com base nos dados apresentados, que o quadro de instabilidade exibido pelo subsistema partidário rondoniense nesse momento foi decorrência direta das elevadas taxas de migração partidária, especificamente, no período de 1987 a 1995, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. As taxas de migração partidária apresentadas pelos deputados federais, seguramente, garantem a Rondônia o título de campeão nacional de migrações partidárias na Câmara dos Deputados, entre 1987 e 1995. É nesse período, inclusive, o maior índice de mudanças de partido registrado no sistema partidário brasileiro durante a Nova República. Ao lado das migrações partidárias, nesse momento, a legislação liberalizante sobre a criação de partidos foi outro fator que contribuiu diretamente para o momento volátil, fragmentado e instável exibido pelo subsistema partidário rondoniense.

Posterior a esse período de desestruturação da competição política, com base nos dados empíricos observei que a partir dos primeiros anos do século XXI o cenário era bastante distinto daquele apresentado nas duas décadas anteriores. Uma notável tendência à estabilização estava em curso no subsistema partidário de Rondônia. O que argumento ser consequência da dinâmica do sistema partidário brasileiro e também da diminuição drástica nos índices de migrações partidárias que apresentavam queda e estabilização. Argumentei que o processo de estabilização do sistema partidário brasileiro, em curso desde meados da década de 1990, a partir do início das eleições gerais, foi de fundamental

importância para a construção de um cenário de maior estabilidade em Rondônia, especificamente, nas disputas eleitorais de 2006, 2010 e 2014.

Meu argumento baseia-se numa maior coordenação entre os atores nacionais e regionais, a partir da eleição presidencial, que intercedeu diretamente sobre a dinâmica política regional, sendo confirmado também por Sandes-Freitas (2015), que mesmo enfatizando a força dos interesses da elite política regional, reconhece uma maior influência do plano nacional sobre as disputas eleitorais rondonienses em 2006 e 2010¹²⁸. A trajetória de institucionalização do caso nacional também exerceu impacto sobre a dinâmica de outros sistemas partidários estaduais, como observado por Braga (2016), nos estados da Região Nordeste, onde a autora verificou um cenário de competição aberta, plural e dotado de maior estabilidade.

Importante mencionar o aumento substancial da fragmentação partidária nos estados e no âmbito nacional nas últimas eleições analisadas, o que observo como consequência da legislação eleitoral-partidária e de um maior ativismo da Justiça Eleitoral no processo político democrático. Não obstante, classifico a diminuição drástica dos índices de migração partidária desde as legislaturas eleitas em 2002 e uma maior influência da competição eleitoral nacional, evidenciada a partir da eleição de 2006, como os principais fatores que contribuíram para uma forte tendência à estabilização no subsistema partidário rondoniense durante esse período.

¹²⁸ Como assinalado anteriormente, o período analisado pelo autor compreende de 1987 a 2010. Assim, a eleição de 2014 não foi objeto de análise. Para mais detalhes ver Sandes-Freitas (2015).

Capítulo V

Do Território ao Estado, de Porto Velho à BR-364: a mudança na elite política em Rondônia

5.1. A mudança na elite política rondoniense

Neste capítulo abordaremos o processo de mudança no perfil da elite política rondoniana, que se acelera nos anos 1980, durante o ápice da transição do antigo Território Federal de Rondônia ao estado de Rondônia, e consolida-se na primeira metade dos anos 1990, tornando-se a nova elite política interiorana hegemônica com a eleição de Valdir Raupp (PMDB) ao governo estadual em 1994. Naquele ano, pela primeira vez em todos os níveis de disputa, a maioria de candidatos eleitos possuía base eleitoral na região do eixo da BR-364. Uma nova elite oriunda dessa parte desenvolvida do estado já era maioria na Assembleia Legislativa desde o pleito inaugural de 1982, e na Câmara dos Deputados desde 1990. No entanto, na eleição de 1994, lideranças da BR-364 venceriam também as duas vagas ao Senado e, pela primeira vez, o governo estadual.

De fato, a vitória de Raupp marca a hegemonia do interior sobre a capital na política rondoniense. Não obstante concretizar-se na primeira metade dos anos 1990, ainda que lentamente, é no momento inicial da transição Território-Estado e no decorrer da primeira década do novo estado que esse processo de substituição da elite política regional ganharia força, mais precisamente a partir da criação e do desenvolvimento dos primeiros municípios fundados no eixo da BR-364, e com a instalação do estado em janeiro de 1982. Importante ressaltar que esse processo de substituição de uma antiga elite portovelhense por uma nova elite interiorana ocorre paralelamente à abertura da competição eleitoral, fundamentalmente, nos anos 1990. Com eleições majoritárias para o governo estadual e senado, além de dar início a um sistema eleitoral proporcional, vigorando efetivamente, desde 1982, nas disputas para a Câmara dos Deputados e para a recém-criada Assembleia Legislativa.

Nesse contexto, a transferência da elite política da capital, especificamente do eixo da ferrovia Madeira-Mamoré, para o interior do estado, no eixo da BR-364, é compreendida nesta tese como resultado direto do processo de desenvolvimento em curso na região da BR-364 durante a transição Território-Estado e, conseqüentemente, do aumento exponencial da população e do eleitorado na região. Paralelamente a esse

processo de mudança da elite política estadual, ocorre a abertura do mercado da competição política-eleitoral no início dos anos 1990, como observado nos capítulos III e IV.

Desse modo, é no momento em que a disputa eleitoral torna-se mais aberta e competitiva que novos atores oriundos dessa área de desenvolvimento do estado, e novos partidos, consolidam-se no processo político regional. No início da década de 1980, grande parte desses atores emergentes possuía como base política municípios situados na BR-364, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, ou em suas proximidades, como o caso de Rolim de Moura, ex-distrito de Cacoal, terra e reduto eleitoral das famílias Cassol, Raupp e Expedito Jr., lideranças com grande influência na política regional desde primeiros anos de fundação do estado.

Assim, apresentaremos a nova elite dirigente, oriunda do interior de Rondônia, que logra ocupar espaço de representação na política rondoniense durante década de 1980. Nesse contexto, a imensa maioria dos membros da nova classe política regional é composta por imigrantes da região sul do País, que chegaram a Rondônia entre os anos de 1970 e o início da década de 1980, momento em que o Território e, posteriormente, o estado vivenciaram uma das maiores taxas de migração da história do Brasil (TEIXEIRA & FONSECA, 2003; MACIEL, 2004; CAVALCANTE, 2015).

Importante recordar, como exposto no capítulo II, que logo após o momento de fundação do Território Federal do Guaporé, no período de 1943 até 1977, o antigo Território contava com apenas dois municípios, a capital Porto Velho e Guajará Mirim na divisa do Brasil com a Bolívia. Ademais, no contexto de apenas uma vaga em disputa para a Câmara dos Deputados, no antigo Território Federal do Guaporé/Rondônia, vigorou um sistema eleitoral majoritário, distinto do modelo de representação proporcional instituído no País integralmente, desde 1945. Esses fatores contribuíram, fundamentalmente, para o domínio da política regional por uma elite política de forte influência militar, que centrava-se no eixo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), mais especificamente na capital Porto Velho. Em suma, Porto Velho foi o centro político durante todo o período em que somente existiam os municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim.

Na seção seguinte, abordaremos as transformações na elite política dirigente, a partir da transição Território-Estado, processo que compreendemos ter início em 1977, ainda sob o governo do coronel Humberto Guedes, com a criação dos primeiros municípios no eixo da rodovia 364. Tal processo se estenderia pela década de 1980,

consolidando-se com a promulgação da constituição estadual em 1989. Pouco tempo depois, no início dos anos 1990, observa-se na política estadual a conquista da hegemonia da região interiorana da BR-364.

5.2. Da velha elite política territorial à nova elite política em Rondônia

Como observado no capítulo II, no período inicial do antigo Território a competição política estava centrada nos grupos liderados pelos coronéis militares Aluizio Ferreira (PSD-PTB) e Joaquim Vicente Rondon (PSP). Aluizio e Vicente Rondon, adversários políticos, revezaram-se no poder desde o processo de transição do Estado Novo ao regime democrático de 1946, até a segunda metade da década de 1950. Era o período dos Cutubas e Pele-Curtas na política territorial. Durante a experiência democrática de 1946 a 1964, sob forte influência militar, a burocracia estatal que girava em torno da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) exerceu preponderante influência sobre a disputa de poder no antigo Território.

Da fundação do Território Federal do Guaporé, em 1943, até a eclosão do golpe militar em 31 de março de 1964, sob uma competição eleitoral majoritária com apenas uma vaga de deputado federal em disputa, a nomeação do governador do Território a cargo do presidente da República – e sob a articulação do único parlamentar do momento, quatro dos quatorze governadores desse período foram ex-diretores da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM). Foram eles, o primeiro governador nomeado e também primeiro deputado federal eleito, Aluizio Ferreira. Posteriormente, Araújo Lima, Ênio Pinheiro e Darwich Zacharias.

Com o início da ditadura militar em 1964, e a cassação do único deputado federal do antigo Território, o pele-curta Renato Medeiros (PSP), a dinâmica de nomeação dos governadores¹²⁹ do Território Federal de Rondônia foi alterada. Esvaziou-se a influência do parlamentar federal e os governadores passaram a ser nomeados pela livre escolha do presidente da República. Após 1964, todos os chefes do Executivo territorial foram

¹²⁹ Ainda que os governadores do Território Federal do Guaporé e, posteriormente, do Território Federal de Rondônia, jamais tivessem sido eleitos pelo voto popular, com a eclosão do regime autoritário em 1964, os militares alteraram o processo de eleição dos governadores estaduais, o que manteve também a forma indireta de escolha dos governadores dos territórios federais pelo presidente da república. Assim, pós-64 vigorou a nomeação de governadores, prefeitos das grandes cidades, municípios de áreas de segurança nacional e estâncias minerais, que eram chamados de biônicos. Desse modo, no Território continuava a política de nomeação do chefe do Executivo pelo Presidente da República, embora, a partir de 1964, sem a influência do único parlamentar federal, como exercida em Rondônia até aquele momento.

oficiais militares. Do ponto de vista eleitoral, ainda que o sistema proporcional vigorasse no País integralmente, desde a redemocratização em 1945, no antigo Território prevaleceu uma disputa eleitoral majoritária. Isso acarretou diretamente em uma competição eleitoral regional sob o bipartidarismo, em contraste com um incipiente sistema multipartidário nacional, em seus formatos moderado e altamente fragmentado, que marca o período do primeiro experimento democrático brasileiro (LIMA JR, 1983).

Nesse sentido, o impacto do sistema majoritário pode ser explicado pela influência notória da Lei de Duverger sobre as eleições em Rondônia, no período democrático que funda-se em 1946 e chega ao fim com o golpe de 1964. Assim, enquanto o País vivenciava a construção de um multipartidarismo em sua primeira experiência partidária moderna, no antigo Território a fundação do sistema partidário veio acompanhada por um modelo de representação majoritária nas disputas para a única vaga de deputado federal, tendo como consequência o bipartidarismo.

No ano de 1969 foram reabertas as Câmaras de Vereadores de Porto Velho e Guajará-Mirim, fechadas na ocasião da revolução de 1930, quando ambas as cidades ainda pertenciam, respectivamente, aos estados do Amazonas e do Mato Grosso. Para alguns historiadores locais, num contexto de inexistência de Assembleia Legislativa no antigo Território, a Câmara Municipal de Porto Velho funcionava como uma espécie de parlamento estadual, sem sê-lo. É na eleição de 1976 para a Câmara de Vereadores de Porto Velho que, pela primeira vez, alcançaram representação no Legislativo municipal políticos oriundos dos distritos situados na parte leste do estado, no eixo da recém-criada BR-364.

Em 1976, dos treze vereadores eleitos na disputa à Câmara Municipal de Porto Velho¹³⁰, quatro possuíam como base eleitoral a região da BR-364. José Viana dos Santos (MDB), João Dias (MDB) e Nuno Utsumi (ARENA) tinham reduto eleitoral no distrito de Vila de Rondônia, região onde hoje situa-se o município de Ji-Paraná, maior e mais desenvolvida cidade do interior do estado, instalada no ano seguinte, em 1977. E João Gonzaga (MDB), pertencente à atual região de Cacoal, outro importante município

¹³⁰ Foi o advogado e professor de Direito Constitucional, Orestes Muniz (PMDB), um dos mais renomados juristas rondonienses, primeiro vice-governador do estado eleito pelo voto popular em 1986, ex-deputado federal da primeira bancada eleita em 1982, e ex-presidente da OAB Rondônia, quem me alertou para a emergência de políticos com base na região da BR-364 já na eleição de 1976 para a Câmara de Vereadores de Porto Velho. De fato, é nesse momento, com o acelerado processo de ocupação e desenvolvimento da região situada no corredor da rodovia, que uma nova elite política começa a florescer em Rondônia. A ele, os meus agradecimentos.

fundado também naquele momento. O quadro 04 apresenta a relação dos eleitos para a Câmara de Vereadores de Porto Velho, no ano de 1976.

Quadro 04. Vereadores eleitos para a Câmara de Porto Velho em 1976

Colocação	Nome	Microrregião e mesorregião	Partido
1º	Cloter Mota	Porto Velho (PVH-GM)	MDB
2º	José Itamar Moreira Dantas	Porto Velho (PVH-GM)	MDB
3º	José Viana dos Santos	Atual Ji-Paraná (BR-364)	MDB
4º	João Dias Vieira	Atual Ji-Paraná (BR-364)	MDB
5º	João Gonzaga	Atual Cacoal (BR-364)	MDB
6º	Noé Inácio dos Santos	Porto Velho (PVH-GM)	MDB
7º	Paulo Struthos Filho	Porto Velho (PVH-GM)	MDB
8º	Abelardo Castro Filho	Porto Velho (PVH-GM)	MDB
9º	Antônio Leite da Fonseca	Porto Velho (PVH-GM)	ARENA
10º	Luiz Cabral de Souza	Porto Velho (PVH-GM)	ARENA
11º	Marise Magalhães Castiel	Porto Velho (PVH-GM)	ARENA
12º	Nunoi Utsumi	Atual Ji-Paraná (BR-364)	ARENA
13º	Osmar de Oliveira Costa	Porto Velho (PVH-GM)	ARENA

Fonte: Elaboração própria a partir de Matias (1998, p. 134).

Assim, compreendo que é no ano de 1977, a partir da criação dos primeiros municípios no eixo da BR-364, que se inicia o período de transição do Território Federal de Rondônia ao estado de Rondônia, instalado em 04 de janeiro de 1982. De fato, iniciado em 1977, durante o governo do Coronel Humberto Guedes, com o advento da criação das primeiras cidades no corredor da BR-364, o período de transição se estenderia até a segunda metade da década de 1980, com a realização da primeira eleição direta para o governo rondoniense, em 1986, e o processo constituinte que promulgou a segunda constituição do estado de Rondônia, no ano de 1989. O quadro 05 apresenta os municípios rondonienses com seus respectivos anos de criação.

Quadro 05. Municípios criados ao longo da trajetória político-institucional em Rondônia

Ano	Municípios criados
Até 1977	Porto Velho e Guajará-Mirim
1977	Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena
1981	Colorado do Oeste, Espigão do Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste, Jaru e Costa Marques
1983	Cerejeiras e Rolim de Moura
1986	Santa Luzia do Oeste, Alvorada do Oeste e Alta Floresta do Oeste
1987	Nova Brasilândia do Oeste
1988	Machadinho do Oeste, São Miguel do Guaporé, Cabixi e Nova Mamoré
1992	Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Castanheira, Vale do Paraíso, Urupá, Mirante da Serra, Seringueiras, Theobroma, Ministro Andreazza, Gov. Jorge Teixeira, Cacaúlândia, Alto Paraíso, Rio Crespo, Corumbiara, Montenegro e Campo Novo de Rondônia
1994	Nova União, São Felipe do Oeste, Cujubim, Primavera de Rondônia, Alto Alegre dos Parecis, Teixeirópolis, Vale do Anari e Parecis
1995	Chupinguaia, São Francisco do Guaporé, Pimenteiras do Oeste e Buritis

Fonte: Cavalcante (2015, p. 408).

Na eleição de 1978, com o antigo Território ainda sob a liderança do coronel Humberto Guedes, a grande novidade foi a inclusão de uma segunda vaga na disputa à Câmara dos Deputados, instituída pelo Pacote de abril, em 1977. O deputado Jerônimo Santana foi reeleito pelo PMDB. Com base eleitoral em Porto Velho, Jerônimo conquistava seu terceiro mandato para a Câmara dos Deputados. Em segundo lugar, foi eleito Isaac Newton (ARENA), com base eleitoral em Guajará-Mirim, candidato apoiado pelo governador arenista Humberto Guedes.

Em 1979, o coronel Jorge Teixeira de Oliveira é nomeado pelo presidente João Batista Figueiredo, governador do Território Federal de Rondônia. Diante de um intenso desenvolvimento econômico no corredor da BR-364, Teixeira encabeça o processo de transição ao Estado de Rondônia, iniciado por seu antecessor, o coronel Humberto Guedes. Pouco depois, em 1981, como demonstra o quadro 5, foram criados mais sete municípios, todos na parte leste do Estado, no eixo da BR-364 ou em suas proximidades.

Nesse contexto de desenvolvimento econômico e intensa migração para o Território, Rondônia era considerado o novo eldorado brasileiro (VEJA, 1982), atraindo milhares de pessoas, principalmente colonos do sul do País que se fixavam, em sua maioria, nos assentamentos agrícolas que fundaram as novas cidades no corredor da BR-364, incentivados pela política ditatorial de ocupação da Amazônia (TEIXEIRA & FONSECA, 2003; MACIEL, 2004, CAVALCANTE, 2015). Inclusive, importantes famílias da política rondoniense chegavam ao território nesse período, como, por

exemplo, os Donadon, os Raupp e os Cassol, na região do cone sul do estado e no decorrer do BR-364.

No ano de 1979 foi promulgada a reforma partidária que pôs fim ao bipartidarismo instituído em 1966 e deu início a um multipartidarismo controlado (SOUZA, 1992; NICOLAU, 1996; BRAGA, 2006; DULCI, 2003; MAINWARING, 2001). Em meio ao processo de transição da ditadura à democracia, o regime militar brasileiro instituiu um novo sistema partidário formado por cinco partidos políticos que se organizaram para a disputa eleitoral de 1982.

Ao analisar o período de transição do autoritarismo brasileiro à democracia em cinco fases distintas, especificamente a partir dos governos de Castelo Branco e Costa e Silva, entre os anos de 1964 e 1968, até a eleição de Fernando Collor de Melo (PRN), em 1989, Codato (2006) compreende que, a partir de 1979, com a presidência de João Batista Figueiredo, inicia-se o momento de desagregação do regime militar brasileiro. É nesse contexto de um duplo processo envolvendo a crise do regime autoritário e a fundação do estado de Rondônia, que observa-se a tentativa do governo militar em perpetuar no poder uma incipiente elite civil, que emergia durante o processo de criação do novo estado da federação. Assim, a construção do novo estado coincide com a crise da ditadura militar brasileira, o que, de fato, foi importante e decisivo para a aceitação do regime autoritário em transformar o antigo Território numa nova unidade federada com status de estado.

Nesse contexto, a partir da euforia do governo Teixeira, diante de um crescimento populacional que batia todos os recordes nacionais (TEIXEIRA & FONSECA, 2003; CAVALCANTE, 2015), e o pujante desenvolvimento da região do eixo da BR-364, fixaram-se as bases políticas e administrativas para a criação do novo estado da federação. Em 22 de dezembro de 1981, o Congresso Nacional, de maioria do PDS, aprovou a criação do estado de Rondônia, que seria instalado em 04 de janeiro de 1982. Não obstante, como analisado no capítulo III, numa conjuntura marcada pela crise do regime autoritário e o franco declínio do governo militar, a fundação do estado de Rondônia foi objeto de muita polêmica, principalmente por se tratar de um projeto, conforme fortes denúncias da oposição peemedebista à época, que visava assegurar ao PDS, partido governista, a maioria das cadeiras no Senado e na Câmara dos Deputados na eleição de 1982.

Instalado o novo estado da federação, em 04 de janeiro de 1982, a partir daquele momento, haveria a necessidade de fundação das instituições. Nesse contexto, as eleições inaugurais de 1982 ocorreram sob fortes indícios de corrupção eleitoral e uso da máquina

pública pelo partido governista. Em seus discursos na Câmara dos Deputados naquele mesmo ano, Jerônimo Santana (PMDB), maior liderança de oposição no decorrer da década de 1970 e durante o processo de transição ao estado, acusava o governador Teixeira e seus aliados de utilizarem a estrutura governamental para perseguir adversários e garantir o sucesso eleitoral do PDS nas eleições daquele ano (SANTANA, 1982).

Em primoroso estudo sobre a institucionalização do Estado de Rondônia, Cavalcante (2015) dividiu o estado em duas mesorregiões e oito microrregiões, com base em metodologia do IBGE. Emprego aqui o conceito por ele utilizado para classificar os redutos eleitorais dos deputados estaduais e deputados federais eleitos no período de 1982 a 2014, e também dos governadores eleitos de 1986 a 2014. A Região 1, Mesorregião Madeira-Guaporé, que engloba as microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim. Essa foi a região dominante durante antigo Território, situada no trecho da ferrovia Madeira-Mamoré. E a Região 2, Mesorregião Leste Rondoniense, que possui seis microrregiões: Ariquemes, Ji-Paraná, Alvorada D’oeste, Cacoal, Colorado D’oeste e Vilhena. No intuito de facilitar a compreensão do leitor, denominarei a mesorregião Madeira-Guaporé, de PVH-GM. E também chamarei a mesorregião Leste Rondoniense de BR-364, pelo fato da maioria dos municípios mais importantes estarem situados no eixo da rodovia.

O quadro 06 apresenta a divisão dos municípios de Rondônia em oito microrregiões e duas mesorregiões, conforme metodologia do IBGE utilizada por Cavalcante (2015).

Quadro 06. Municípios de Rondônia por micro e mesorregião

Mesorregião	Microrregião	Municípios
Madeira-Guaporé	Porto Velho	Buritis, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Cujubim, Itapuã do Oeste, Nova Mamoré, Porto Velho
	Guajará-Mirim	Costa Marques, Guajará Mirim, São Francisco do Guaporé
Leste Rondoniense	Ariquemes	Alto Paraíso, Ariquemes, Cacaúlândia, Machadinho do Oeste, Monte Negro, Rio Crespo, Vale do Anari.
	Ji-Paraná	Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente

		Médici, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Alto Paraíso.
	Alvorada do Oeste	Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras
	Cacoal	Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Cacoal, Castanheiras, Espigão do Oeste, Ministro Andreazza, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura, Santa Luzia do Oeste
	Colorado do Oeste	Cabixi, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste.
	Vilhena	Chupinguaia, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe do Oeste, Vilhena.

Fonte: Cavalcante (2015, p. 392).

Evidencia-se a partir da disputa inaugural de 1982, a força eleitoral de uma nova elite política que emergia no recém-criado estado, principalmente nas eleições para a Assembleia Legislativa e Senado Federal, com a maioria dos eleitos oriunda da mesorregião Leste Rondoniense, no corredor da BR-364. O quadro 07 apresenta os parlamentares eleitos no estado de Rondônia na eleição fundadora de 1982 para a Assembleia Legislativa, com a classificação dos redutos eleitorais¹³¹.

¹³¹ Agradeço ao ex-deputado estadual e ex-secretário estadual de planejamento, William Curi; ao advogado, ex-presidente da OAB-RO, Odair Martini; ao ex-presidente do TCE-RO, conselheiro aposentado e advogado, Amadeu Machado; ao ex-deputado estadual e conselheiro do TCE-RO, Wilber Coimbra; ao advogado eleitoralista Demétrio Justo; ao jornalista Marcus Vinícius Danin; e ao advogado e ex-chefe de gabinete da governadoria, Eduardo Mezzomo, pela colaboração na classificação dos redutos eleitorais dos deputados estaduais e federais eleitos no período de 1982 a 2014. Ressalto, porém, que os eventuais equívocos são de minha inteira responsabilidade. Importante mencionar que o renomado jornalista local, Lúcio Albuquerque, os historiadores locais Francisco Matias e Matias Mendes, em importante estudo comemorativo sobre os vinte anos da Assembleia Legislativa de Rondônia, classificaram os redutos eleitorais dos deputados estaduais eleitos e suplentes que assumiram na ALE-RO, no período de 1982 a 2002. Não obstante, possuo algumas poucas discordâncias em relação à classificação proposta pelos autores que, inclusive, utilizam em diversos casos mais de um município como base eleitoral dos parlamentares, o que não pode ser considerado equivocado, porém diverge do critério por mim utilizado. Para mais detalhes ver Albuquerque, Matias & Mendes (2003).

Quadro 07. Eleição para a ALE-RO 1982 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	José Bianco	Ji-Paraná (BR-364)	PDS
2º	Tomás Correia	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
3º	Genivaldo Souza	Ji-Paraná (BR-364)	PDS
4º	João Dias Vieira	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB
5º	Sadraque Muniz	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB
6º	Francisco Nogueira	Guajará-Mirim (PVH-GM)	PDS
7º	Jacob Atallah	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
8º	Oswaldo Piana	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
9º	Jô Yutaka Sato	Colorado D' oeste (BR-364)	PDS
10º	Manoel Messias	Cacoal (BR-364)	PDS
11º	Ronaldo Aragão	Cacoal (BR-364)	PMDB
12º	Sérgio Carminato	Colorado D' oeste (BR-364)	PMDB
13º	Arnaldo Martins	Vilhena (BR-364)	PDS
14º	José do Prado	Ariquemes (BR-364)	PDS
15º	Silvernani Santos	Jaru (BR-364)	PDS
16º	Zuca Marcolino	Cacoal (BR-364)	PDS
17º	Marvel Falcão	Cacoal (BR-364)	PDS
18º	Walderedo Paiva	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
19º	Cloter Mota	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
20º	Heitor Costa	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
21º	Jerzy Badocha	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
22º	Amizael Silva	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
23º	Amir Lando	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB

24°	Ângelo Angelin	Vilhena (BR-364)	PMDB
-----	----------------	---------------------	------

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

A força do regime autoritário e do governo de Teixeira assegurou ao PDS uma vitória esmagadora nas urnas, ao garantir as três vagas em disputa ao Senado e a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. Nesse momento, o interior, especificamente a nova região centro do desenvolvimento do novo estado, o eixo da BR-364, demonstrava todo seu poder eleitoral com a eleição de quatorze deputados estaduais, o que representou aproximadamente 60% das cadeiras na ALE-RO. Ainda que o processo de substituição de uma antiga elite dirigente, com base na capital, por uma nova elite política do eixo da BR-364, iniciasse timidamente, na eleição de 1976 à Câmara de Vereadores de Porto Velho, ele intensificou-se a partir de 1982. É com a eleição inaugural do Estado, como explicitado acima no resultado da disputa à Assembleia Legislativa, que a nova elite emergente evidencia seu poderio político eleitoral.

Não obstante, na primeira disputa para a Câmara dos Deputados prevaleceu a força de lideranças da capital. Cinco parlamentares eleitos possuíam como base eleitoral Porto Velho, enquanto três eleitos advindos do interior do estado. Na eleição ao Senado, Rondônia foi o único estado a eleger três senadores. Galvão Modesto (PDS) e Claudionor Roriz (PDS) possuíam reduto eleitoral na BR-364, mais precisamente nos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná, respectivamente. E Odacir Soares (PDS) possuía como base eleitoral a capital Porto Velho, tendo sido inclusive prefeito biônico da cidade por dois mandatos na década de 1970. O quadro 08 apresenta a composição por reduto eleitoral da primeira bancada do estado de Rondônia na Câmara dos Deputados, eleita em 1982.

Quadro 08. Eleição para a Câmara dos Deputados 1982 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Classificação por votação	Deputado Federal	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1°	Múcio Athayde	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
2°	Francisco Chiquilito Erse	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
3°	Olavo Gomes Pires Filho	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB

4º	Rita Furtado	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
5º	Leônidas Rachid Jaudy	Porto Velho (PVH-GM)	PDS
6º	Francisco de Sales Duarte Azevedo	Ariquemes (BR-364)	PDS
7º	Assis Canuto	Ji-Paraná (BR-364)	PDS
8º	Orestes Muniz Filho	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

No ano de 1986, momento em que se realiza a primeira eleição direta para o Executivo do recém-criado estado rondoniano, observa-se a supremacia eleitoral peemedebista, que se repetiria em quase todos os estados do País sob forte influência do plano cruzado, que naquele momento, antes de fracassar, proporcionou altos índices de popularidade ao governo Sarney (PMDB). O bipartidarismo da disputa inicial se perpetuava em Rondônia, agora com o PMDB, maior partido oposicionista em 1982, vencendo em todos os níveis de disputa. Com o sucesso da aliança liberal durante o colégio eleitoral em 1985, o PDS rondoniense viu a imensa maioria de suas lideranças migrarem para o PFL, que ora se apresentava como segunda força da política rondoniense e sucessor do grupo pedessista fundador do estado.

Naquele momento, a maior liderança peemedebista desde o período territorial, Jerônimo Santana, então prefeito da capital eleito em 1985, consagrou-se como o primeiro governador eleito pelo voto popular. Apesar do chefe do Executivo ter a capital como reduto eleitoral, a força interiorana era novamente demonstrada com uma Assembleia Legislativa dominada pela nova elite que emergia na BR-364. Assim, de um total de vinte e quatro deputados estaduais, dezoito possuíam origens na pujante mesorregião da BR-364. Enquanto isso, a mesorregião da capital, PVH-GM, elegia apenas 1/4 dos parlamentares da ALE-RO. O quadro 09 apresenta os eleitos e seus respectivos redutos.

Quadro 09. Eleição para a ALE-RO 1986 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Joselita Araújo	Ouro Preto D`oeste (BR-364)	PMDB

2°	Vicente Homem	Pimenta Bueno (BR-364)	PMDB
3°	Pedro Kemper	Cacoal (BR-364)	PMDB
4°	Ernandes Amorim	Ariquemes (BR-364)	PMDB
5°	Odaísa Fernandes	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
6°	Reditário Cassol	Rolim de Moura (BR-364)	PMDB
7°	Sidnei Guerra	Jaru (BR-364)	PMDB
8°	Sadraque Muniz	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB
9°	Acelino Marcon	Cacoal (BR-364)	PMDB
10°	Rigomero Agra	Guajará-Mirim (PVH-GM)	PMDB
11°	Osmar Vilhena	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
12°	Manoel Messias	Rolim de Moura (BR-364)	PMDB
13°	Genival Nunes	Vilhena (BR-364)	PMDB
14°	Amizael Silva	Porto Velho (PVH-GM)	PFL
15°	José do Prado	Ariquemes (BR-364)	PFL
16°	Antônio Geraldo	Presidente Médici (BR-364)	PFL
17°	Oswaldo Piana	Porto Velho	PFL
18°	Edison Fidélis	Ji-Paraná (BR-364)	PFL
19°	Silvernani Santos	Jaru (BR-364)	PFL
20°	João Batista	Colorado D`oeste (BR-364)	PDC
21°	Luiz Gonzaga	Cacoal (BR-364)	PDS
22°	Heitor Costa	Porto Velho (PVH-GM)	PDT
23°	Neri Firigolo	Cacoal (BR-364)	PT
24°	Nilton Caetano	Cacoal (BR-364)	PT

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Na eleição para a Câmara dos Deputados, diferentemente da disputa para a ALE-RO, a capital Porto Velho elegeu quatro parlamentares federais, o que representa 50% da cadeiras. Não obstante, a outra metade dos candidatos eleitos era proveniente da mesorregião da BR-364, resultado que confirmava a emergência de uma elite interiorana durante a transição Território-Estado. Foi no decorrer do processo de transição que a nova elite política que surgia no eixo da BR-364 lograria alcançar importantes espaços de poder. Esse processo de acomodação e rearranjo se perpetua por toda a década de 1980, momento em que o subsistema partidário rondoniense caracterizava-se pelo bipartidarismo. Ainda que na eleição de 1986 pequenas siglas conseguissem acesso ao parlamento estadual, o subsistema rondoniense continuava, sob influência do autoritarismo, praticamente bipartidário (SANDES-FREITAS, 2015).

Interessante ressaltar, conforme Rodrigues (1987), que a totalidade dos deputados peemedebistas da bancada rondoniense na Assembleia Nacional Constituinte se autodeclarou pertencente ao campo ideológico da centro-esquerda, apresentando posições em defesa de uma reforma agrária e de forte presença estatal na economia. No PFL, os dois parlamentares que se classificaram ideologicamente afirmaram possuir posições centristas. Nesse sentido, nenhum parlamentar de Rondônia na Constituinte de 1988 se declarou à direita do espectro ideológico. O quadro 10 apresenta os deputados federais eleitos em 1986 e seus respectivos redutos eleitorais.

Quadro 10. Eleição para a Câmara dos Deputados 1986 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Federal	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Rita Furtado	Porto Velho (PVH-GM)	PFL
2º	José Guedes	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
3º	Chagas Neto	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
4º	José Viana	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB
5º	Francisco Sales	Ariquemes (BR-364)	PMDB
6º	Arnaldo Martins	Vilhena (BR-364)	PMDB
7º	Raquel Cândido	Porto Velho (PVH-GM)	PFL

8°	Assis Canuto	Ji-Paraná (BR-364)	PFL
----	--------------	-----------------------	-----

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Durante a segunda metade da década de 1980, o surgimento de novas legendas e o fenômeno crescente das migrações partidárias exerceriam forte influência sobre a abertura da competição eleitoral em Rondônia, acarretando o surgimento de novos atores e partidos políticos com representação nas eleições de 1990. Naquele pleito, a BR-364, que já dominava a Assembleia Legislativa desde as eleições fundadoras de 1982, pela primeira vez elege o maior número de representantes na eleição para a Câmara dos Deputados, com a vitória de cinco candidatos oriundos de municípios da Mesorregião Leste Rondoniense. Todos eleitos pelo PTB, que crescia no estado numa conjuntura de declínio peemedebista. O quadro 11 apresenta a formação da ALE-RO, à época, já tradicionalmente composta por maioria de parlamentares interioranos.

Quadro 11. Eleição para a ALE-RO 1990 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1°	Sandi Calistro	Ariquemes (BR-364)	PMDB
2°	Eurípedes Miranda	Porto Velho (PVH-GM)	PL
3°	William Curi	Porto Velho (PVH-GM)	PL
4°	Ini Fidelis	Ji-Paraná (BR-364)	PTB
5°	Isaac Bennesby	Guajará Mirim (PVH-GM)	PL
6°	Dalton Di Franco	Porto Velho (PVH-GM)	PTB
7°	João Batista Lima	Colorado D`oeste (BR-364)	PL
8°	Ernandes Índio	Porto Velho (PVH-GM)	PSB
9°	Aurindo Coelho	Ouro Preto D`oeste (BR-364)	PSC
10°	Janatan Igreja	Ariquemes (BR-364)	PFL
11°	Agmar Piau	Ouro Preto D`oeste (BR-364)	PT
12°	Elizabeth Badocha	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB

13°	Dedé de Melo	Guajará-Mirim (PVH-GM)	PDS
14°	Marlene Gorayeb	Porto Velho (PVH-GM)	PTB
15°	Odaísa Fenandes	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
16°	Renato Veloso	Ji-Paraná (BR-364)	PFL
17°	Lúcia Tereza	Espigão D`oeste (BR-364)	PSC
18°	Pedro Lima	Santa Luzia (BR-364)	PTB
19°	Reginaldo Monteiro	Pimenta Bueno (BR-364)	PDS
20°	Silvernani Santos	Jaru (BR-364)	PTB
21°	Vicente Homem	Pimenta Bueno (BR-364)	PRN
22°	Nilton Schramm	Vilhena (BR-364)	PRN
23°	Nério Bianchini	Cacoal (BR-364)	PT
24°	Darci Kischener	Espigão D`oeste (BR-364)	PRN

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Na eleição para a Câmara dos Deputados, como assinalado acima, pela primeira vez a maioria dos eleitos possuía reduto eleitoral em municípios do interior do estado. Dos oito parlamentares federais, cinco tinham origens na mesorregião da BR-364. Assim, a consolidação de uma nova elite política interiorana, com a conquista do maior número de assentos na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal, ocorre simultaneamente ao processo de abertura da competição eleitoral no estado, que tem na eleição de 1990 seu ponto central. Não obstante, é a eleição seguinte, em 1994, que marcará a hegemonia da classe política da BR-364. O quadro 12 apresenta a composição da bancada rondoniense na Câmara Federal na eleição de 1990.

Quadro 12. Eleição para a Câmara dos Deputados 1990 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Federal	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1°	Edison Fidelis	Ji-Paraná (BR-364)	PTB
2°	Nobel Moura	Ariquemes	PTB

		(BR-364)	
3º	Jabes Rabelo	Cacoal (BR-364)	PTB
4º	Carlinhos Camurça	Porto Velho (PVH-GM)	PTB
5º	Reditário Cassol	Rolim de Moura (BR-364)	PTB
6º	Raquel Cândido	Porto Velho (PVH-GM)	PDT
7º	Maurício Calixto	Porto Velho (PVH-GM)	PTB
8º	Pascoal Novais	Ariquemes (BR-364)	PTB

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Consolidado o domínio da BR-364 na política rondoniana desde a eleição de 1990, com a maioria dos assentos na ALE-RO e na Câmara dos Deputados, a disputa eleitoral de 1994 marca de vez a hegemonia interiorana sobre a capital após a vitória do primeiro governador com base política no interior eleito pelo voto popular. De 1994 a 2014, todos os governadores eleitos vinham do interior do Estado e possuíam a BR-364 como reduto eleitoral.

Naquela ocasião, além da chefia do Executivo e das maiores bancadas no parlamento estadual e federal, o interior de Rondônia também elegia os dois senadores. Na eleição para a ALE-RO, a mesorregião PVH-GM conquistou apenas cinco assentos, o que significava até então o pior desempenho de políticos da capital Porto Velho nas eleições no novo Estado. O quadro 13 apresenta os deputados estaduais eleitos para a legislatura 1995-1998.

Quadro 13. Eleição para a ALE-RO 1994 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Marcos Donadon	Vilhena (BR-364)	PMDB
2º	Renato Veloso	Ji – Paraná (BR-364)	PMDB
3º	Luiz Menezes	Porto Velho (PVH-GM)	PMN
4º	João Batista	Colorado D' oeste (BR-364)	PRN
5º	Dedé de Melo	Guajará-Mirim (PVH-GM)	PDT

6°	Mileni Motta	Rolim de Moura (BR-364)	PL
7°	João Batista Lima	(BR-364)	PDT
8°	Lúcia Tereza	Espigão D' oeste (BR-364)	PSC
9°	Cesar Cassol	Rolim de Moura (BR-364)	PDT
10°	Francisco Sales	Ariquemes (BR-364)	PSC
11°	João (Suruí) Martins	Alvorada D' oeste (BR-364)	PTB
12°	José Carlos (Carlão) de Oliveira	Alta Floresta(BR-364)	PTB
13°	Heitor Costa	Porto Velho (PVH-GM)	PMN
14°	Elizeu da Silva	Porto Velho (PVH-GM)	PL
15°	Mauro Nazif	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
16°	Augusto Praça	Pimenta Bueno (BR-364)	PMDB
17°	José Cunha	Presidente Médici (BR-364)	PMN
18°	Ivone Abrão	Vilhena (BR-364)	PMN
19°	Daniel Pereira	Cerejeiras (BR-364)	PT
20°	Sueli Aragão	Cacoal (BR-364)	PMDB
21°	Altair Schons	Ariquemes (BR-364)	PMDB
22°	Rosária Helena	Ouro Preto D' oeste (BR-364)	PT
23°	Carlos Magno	Ouro Preto D' oeste (BR-364)	PFL
24°	Donizete José	Ariquemes (BR-364)	PFL

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Na disputa para a Câmara Federal, novamente cinco parlamentares eleitos vinham de municípios pertencentes à mesorregião da BR-364. Repetindo o desempenho da eleição anterior, a capital elegia apenas três nomes. O quadro 14 apresenta a composição da bancada rondoniense na Câmara dos Deputados eleita em 1994.

Quadro 14. Eleição para a Câmara dos Deputados 1994 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Federal	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Silvernani Santos	Jaru (BR-364)	PP
2º	Expedito Júnior	Rolim de Moura (BR-364)	PL
3º	Ildemar Küssler	Ji-Paraná (BR-364)	PSDB
4º	Confúcio Moura	Ariquemes (BR-364)	PMDB
5º	Carlinhos Camurça	Porto Velho (PVH-GM)	PP
6º	Emerson Pires	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
7º	Eurípedes Miranda	Porto Velho (PVH-GM)	PDT
8º	Marinha Raupp	Rolim de Moura (BR-364)	PSDB

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Na eleição de 1998, a mesorregião da BR-364 confirmava seu domínio na Assembleia Legislativa rondoniense, ao assegurar quase $\frac{3}{4}$ dos assentos do parlamento estadual. Novamente, o governador eleito, José de Abreu Bianco, ex-presidente da ALE-RO e ex-prefeito de Ji-Paraná, possuía reduto eleitoral no eixo da rodovia. O quadro 15 apresenta a composição do parlamento estadual na eleição de 1998.

Quadro 15. Eleição para a ALE-RO 1998 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	João da Muleta	Jaru (BR-364)	PMDB
2º	Sueli Aragão	Cacoal (BR-364)	PMDB
3º	Mileni Motta	Rolim de Moura (BR-364)	PTB
4º	Marcos Donadon	Vilhena (BR-364)	PSC
5º	Haroldo Santos	Ouro Preto D' oeste	PPB

		(BR-364)	
6°	Everton Leoni	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
7°	Carlão de Oliveira	Alta Floresta (BR-364)	PTB
8°	Dedé de Melo	Guajará-Mirim (PVH-GM)	PDT
9°	Renato Veloso	Ji-Paraná (BR-364)	PFL
10°	Ramiro Negreiros	Porto Velho (PVH-GM)	PDT
11°	Silvernani Santos	Jaru (BR-364)	PFL
12°	Coronel Abreu	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
13°	Chico Paraíba	Presidente Médici (BR-364)	PMDB
14°	Cesar Cassol	Rolim de Moura (BR-364)	PDT
15°	Maurão de Carvalho	Ministro Andreazza (BR-364)	PSDB
16°	Paulo Moraes	Porto Velho (PVH-GM)	PDT
17°	Natanael Silva	Porto Velho (PVH-GM)	PFL
18°	Mauro Nazif	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
19°	Ronilton Capixaba	Ouro Preto D`oeste (BR-364)	PL
20°	Kaká Mendonça	Pimenta Bueno (BR-364)	PSC
21°	Emílio Paulista	Cacoal (BR-364)	PFL
22°	Edézio Martelli	São Miguel do Guaporé (BR-364)	PT
23°	Celso Popó	Santa Luzia D`oeste (BR-364)	PL
24°	Daniel Pereira	Cerejeiras (BR-364)	PT

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Na eleição para a Câmara Federal, pela terceira disputa consecutiva o interior rondoniense elegia cinco parlamentares, enquanto a capital conquistava três assentos. De 1990 a 2006, esse foi o padrão observado na proporção de eleitos entre políticos da BR-

364 e da capital, nas eleições para a Câmara dos Deputados. O quadro 16 apresenta a configuração da bancada rondoniense na disputa eleitoral de 1998.

Quadro 16. Eleição para a Câmara dos Deputados 1998 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Federal	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Eurípedes Miranda	Porto Velho (PVH-GM)	PDT
2º	Marinha Raupp	Rolim de Moura (BR-364)	PSDB
3º	Oscar Andrade	Porto Velho (PVH-GM)	PFL
4º	Expedito Jr.	Rolim de Moura (BR-364)	PFL
5º	Confúcio Moura	Ariquemes (BR-364)	PMDB
6º	Agnaldo Muniz	Ji-Paraná (BR-364)	PDT
7º	Sérgio Carvalho	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
8º	Nilton Capixaba	Cacoal (BR-364)	PTB

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Na disputa eleitoral de 2002 para a ALE-RO, a classe política da mesorregião PVH-GM obteve seu pior desempenho desde as eleições fundadoras do estado em 1982, ao conquistar apenas quatro cadeiras. Na ocasião, os quatro parlamentares eleitos possuíam reduto eleitoral em Porto Velho. O município de Guajará-Mirim não elegeu nenhum representante para o parlamento estadual. Na eleição para o Executivo, Ivo Cassol (PSDB), então prefeito de Rolim de Moura e membro de uma família com forte tradição política no interior do estado, era o governador eleito. Assim, evidenciava-se mais uma vez a total supremacia da BR-364 na política rondoniana. O quadro 17 apresenta a composição da ALE-RO nas eleições de 2002, com os respectivos redutos eleitorais dos parlamentares.

Quadro 17. Eleição para a ALE-RO 2002 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Marcos Donadon	Vilhena (BR-364)	PTB
2º	Haroldo Santos	Ouro Preto D`oeste (BR-364)	PPB
3º	Maurão de Carvalho	Ministro Andreazza (BR-364)	PPB
4º	Carlão de Oliveira	Alta Floresta (BR-364)	PFL
5º	Chico Paraíba	Presidente Médici (BR-364)	PMDB
6º	Renato Veloso	Ji-Paraná (BR-364)	PFL
7º	Paulo Moraes	Porto Velho (PVH-GM)	PL
8º	Kaká Mendonça	Pimenta Bueno (BR-364)	PTB
9º	Everton Leoni	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
10º	Ronilton Capixaba	Ouro Preto D`oeste (BR-364)	PL
11º	Emílio Paulista	Cacoal (BR-364)	PPS
12º	João da Muleta	Jaru (BR-364)	PMDB
13º	Edson Gazoni	Porto Velho (PVH-GM)	PDT
14º	Dr. Deusdete	Ji-Paraná (BR-364)	PDT
15º	Ellen Ruth	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
16º	Nereu Klosinski	Alta Floresta	PT
17º	Beto do Trento	Rolim de Moura (BR-364)	PSDB
18º	Amarildo	Ouro Preto (BR-364)	PDT
19º	Edézio Martelli	São Miguel do Guaporé (BR-364)	PT
20º	Daniel Neri	Cacoal (BR-364)	PSDB
21º	Doutor Carlos	Jaru (BR-364)	PT
22º	Neri Firigolo	Cacoal	PT

		(BR-364)	
23°	Chico Doido	Ariquemes (BR-364)	PSB
24°	Leudo Buriti	Ji-Paraná (BR-364)	PSL

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Na eleição para a Câmara dos Deputados, a proporção de eleitos do interior e da capital permanecia a mesma desde 1990, com cinco representantes oriundos da BR-364 e três parlamentares de Porto Velho. O quadro 18 apresenta a configuração da bancada rondoniense eleita para a legislatura federal de 2003-2006.

Quadro 18. Eleição para a Câmara dos Deputados 2002 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Federal	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1°	Confúcio Moura	Ariquemes (BR-364)	PMDB
2°	Nilton Capixaba	Cacoal (BR-364)	PTB
3°	Agnaldo Muniz	Ji-Paraná (BR-364)	PPS
4°	Marinha Raupp	Rolim de Moura (BR-364)	PMDB
5°	Sergio Carvalho	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
6°	Miguel de Sousa	Porto Velho (PVH-GM)	PFL
7°	Eduardo Valverde	Porto Velho (PVH-GM)	PT
8°	Anselmo de Jesus	Ji-Paraná (BR-364)	PT

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO.

Em uma conjuntura marcada pela grave crise política que acarretou a deflagração da Operação Dominó, a corrida eleitoral de 2006 assegurou novamente uma vitória esmagadora da elite política interiorana na disputa para o parlamento estadual. A mesorregião da BR-364 conquistou 19 assentos na ALE-RO. Enquanto a mesorregião PVH-GM assegurou apenas cinco cadeiras, obtendo o segundo pior desempenho desde a eleição inicial de 1982. O poder político da BR-364 expressava-se ainda com a primeira reeleição de um governador rondoniense, Ivo Cassol (PPS), e a vitória de Expedito Jr.

(PPS)¹³² ao Senado, ambos com reduto eleitoral na região da BR-364, mais especificamente no município de Rolim de Moura. O quadro 19 apresenta os eleitos na eleição de 2002 para a ALE-RO.

Quadro 19. Eleição para a ALE-RO 2006 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Alex Testoni	Ouro Preto D' oeste (BR-364)	PTN
2º	Luiz Claudio	Rolim de Moura (BR-364)	PTN
3º	Daniela Amorim	Ariquemes (BR-364)	PTB
4º	Tiziu Jidalias	Ariquemes (BR-364)	PMDB
5º	Jesualdo Pires	Ji-Paraná (BR-364)	PSB
6º	José Amauri	Jaru (BR-364)	PMDB
7º	Marcos Donadon	Vilhena (BR-364)	PMDB
8º	Euclides Maciel	Ji-Paraná (BR-364)	PSL
9º	Neodi Carlos Oliveira	Machadinho D' oeste (BR-364)	PSDC
10º	Esequiel Neiva	Cerejeiras (BR-364)	PPS
11º	Wilber Coimbra	Ji-Paraná (BR-364)	PSB
12º	Alexandre Brito	Porto Velho (PVH-GM)	PSDC
13º	Luizinho Goebel	Vilhena (BR-364)	PV
14º	Jair Mioto	Montenegro (BR-364)	PPS
15º	Kaká Mendonça	Pimenta Bueno (BR-364)	PTB
16º	Miguel Sena	Guajará-Mirim (BR-364)	PV
17º	Valter Araújo	Porto Velho (PVH-GM)	PTB

¹³² Como assinalado no capítulo III, Expedito Jr. perderia o mandato em 2009, cassado sob a acusação de compra de votos e abuso de poder econômico na eleição de 2006. O Tribunal Superior Eleitoral considera Acir Gurgacz (PDT) como vencedor da eleição rondoniense ao Senado Federal naquele ano.

18°	Maurão de Carvalho	Ministro Andreazza (BR-364)	PP
19°	Chico Paraíba	Presidente Médici (BR-364)	PMDB
20°	Prof. Dantas	Ouro Preto D'oste (BR-364)	PT
21°	Neri Firigolo	Cacoal (BR-364)	PT
22°	Maurinho	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
23°	Ribamar Araujo	Porto Velho (PVH-GM)	PT
24°	Valdivino Tucura	Cacoal (BR-364)	PRP

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO.

Na eleição para a Câmara dos Deputados, a mesorregião PVH-GM manteve-se com três assentos na bancada federal, enquanto a BR-364 elegia cinco deputados federais, mantendo um padrão estabelecido desde a eleição de 1990. Não obstante, vale ressaltar que, pela primeira vez, o pequeno município de Candeias do Jamari, situado na microrregião de Porto Velho, elegeu um representante no parlamento federal. O quadro 20 exibe a composição da bancada federal rondoniense eleita em 2006.

Quadro 20. Eleição para a Câmara dos Deputados 2006 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Federal	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1°	Marinha Raupp	Rolim de Moura (BR-364)	PMDB
2°	Mauro Nazif	Porto Velho (PVH-GM)	PSB
3°	Eduardo Valverde	Porto Velho (PVH-GM)	PT
4°	Natan Donadon	Vilhena (BR-364)	PMDB
5°	Lindomar Garçom	Candeias do Jamari (PVH-GM)	PV

6º	Anselmo de Jesus	Ji-Paraná (BR-364)	PT
7º	Moreira Mendes	Ariquemes (BR-364)	PPS
8º	Ernandes Amorim	Ariquemes (BR-364)	PTB

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

A disputa eleitoral de 2010 marcou o retorno do PMDB ao poder após dezesseis anos, trazendo consigo a força da BR-364, em especial da região de Ariquemes, com a eleição de Confúcio Moura ao governo estadual. Na eleição para a Assembleia Legislativa, verifica-se uma razoável melhora no desempenho da mesorregião PVH-GM, que na ocasião elege oito deputados estaduais, sendo seis eleitos oriundos de PVH, uma representante com reduto eleitoral em Nova Mamoré e um parlamentar oriundo de São Francisco do Guaporé, ambos municípios situados na microrregião de Guajará-Mirim. Importante ressaltar que todos os eleitos tendo Porto Velho como reduto eleitoral à época, eram ou foram vereadores na capital. O quadro 21 apresenta a composição da ALE-RO na eleição de 2010.

Quadro 21. Eleição para a ALE-RO 2010 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Valter Araújo	Porto Velho (PVH-GM)	PTB
2º	Zequinha Araújo	Porto Velho (PVH-GM)	PMDB
3º	Jesualdo Pires	Ji-Paraná (BR-364)	PSB
4º	José Eurípedes Clemente (Lebrão)	São Francisco do Guaporé (PVH-GM)	PTN
5º	Glaucione Rodrigues	Cacoal (BR-364)	PSDC
6º	Luizinho Goebel	Vilhena (BR-364)	PV
7º	Neodi Carlos	Machadinho D`oeste (BR-364)	PSDC
8º	Luiz Claudio	Rolim de Moura (BR-364)	PTN
9º	Jaques Testoni	Ouro Preto D`oeste (BR-364)	PP

10°	Maurão de Carvalho	Ministro Andreazza (BR-364)	PP
11°	Jean de Oliveira	Alta Floresta (BR-364)	PSDB
12°	Marcelino Tenório	Ouro Preto D' oeste (BR-364)	PRP
13°	Euclides Maciel	Ji-Paraná (BR-364)	PSDB
14°	Lorival Amorim	Ariquemes (BR-364)	PMN
15°	Hermínio Coêlho	Porto Velho (PVH-GM)	PT
16°	Valdivino Tucura	Cacoal (BR-364)	PRP
17°	Epifânia Barbosa	Porto Velho (PVH-GM)	PT
18°	Edson Martins	Urupá (BR-364)	PMDB
19°	Adelino Follador	Cacaulândia (BR-364)	DEM
20°	Saulo Moreira	Ariquemes (BR-364)	PDT
21°	Ribamar Araújo	Porto Velho (PVH-GM)	PT
22°	Edivaldo Soares	Ji-Paraná (BR-364)	PMDB
23°	Ana Lúcia Dermani de Aguiar (Ana da 8)	Nova Mamoré (PVH-GM)	PT do B
24°	Flávio Lemos	Porto Velho (PVH-GM)	PR

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Apesar de melhorar o desempenho na disputa para a ALE-RO, na eleição de 2010 à Câmara dos Deputados a mesorregião PVH-GM obteve seu pior resultado. Apenas um deputado federal eleito possuía a capital, Porto Velho, como reduto eleitoral. A imensa maioria dos parlamentares tinha origem na mesorregião da BR-364. A força interiorana era observada também com as vitórias de Raupp (PMDB) e Cassol (PP) ao Senado. O quadro 22 exibe a composição da bancada rondoniense eleita para a Câmara dos Deputados, legislatura 2011-2015, com os respectivos redutos eleitorais dos parlamentares federais.

Quadro 22. Eleição para a Câmara dos Deputados 2010 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Federal	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Marinha Raupp	Rolim de Moura (BR-364)	PMDB
2º	Mauro Nazif	Porto Velho (PVH-GM)	PSB
3º	Nilton Capixaba	Cacoal (BR-364)	PTB
4º	Carlos Magno	Ouro Preto D` oeste (BR-364)	PP
5º	Natan Donadon	Vilhena (BR-364)	PMDB
6º	Moreira Mendes	Ariquemes (BR-364)	PPS
7º	Padre Ton	Alta Floresta (BR-364)	PT
8º	Marcos Rogério	Ji-Paraná (BR-364)	PDT

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Na eleição de 2014, a classe política da BR-364 completava vinte anos de hegemonia nas eleições rondonienses. O domínio peemedebista, com a reeleição de Confúcio Moura, veio acompanhado da conquista pela elite política interiorana das maiores bancadas na ALE-RO, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Na eleição para a ALE-RO, o interior assegurava quase 3/4 dos assentos, ao passo que a mesorregião PVH-GM estabilizava-se, ao garantir seis cadeiras no parlamento estadual. O quadro 23 apresenta a composição da ALE-RO na disputa eleitoral de 2014.

Quadro 23. Eleição para a ALE-RO 2014 - reduto eleitoral por município e mesorregião

Colocação por votação	Deputado Estadual	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Adelino Follador	Cacaulândia (BR-364)	DEM
2º	Glauce Rodrigues	Cacoal (BR-364)	PSDC
3º	José Eurípedes Clemente (Lebrão)	São Francisco do Guaporé (PVH-GM)	PTN

4°	Maurão de Carvalho	Ministro Andreazza (BR-364)	PP
5°	Marcelino Tenório	Ouro Preto D`oeste (BR-364)	PRP
6°	Jean Oliveira	Alta Floresta (BR-364)	PSDB
7°	Lúcia Tereza	Espigão do D`oeste (BR-364)	PP
8°	Luizinho Goebel	Vilhena (BR-364)	PV
9°	Laerte Gomes	Alvorada D`oeste (BR-364)	PEN
10°	Rosângela Donadon	Vilhena (BR-364)	PMDB
11°	Saulo Moreira	Ariquemes (BR-364)	PDT
12°	Juracy Moreira (Só na Bença)	Primavera de Rondonia (BR-364)	PMDB
13°	Edson Martins	Urupá (BR-364)	PMDB
14°	Léo Moraes	Porto Velho (PVH-GM)	PTB
15°	Hermínio Coelho	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
16°	Aelcio da TV	Porto Velho (PVH-GM)	PP
17°	Alex Redano	Ariquemes (BR-364)	SD
18°	Ayrton Gurgacz	Ji-Paraná (BR-364)	PDT
19°	Lazinho da Fetagro	Jaru (BR-364)	PT
20°	Ribamar Araújo	Porto Velho (PVH-GM)	PT
21°	Dr. Neidson	Guajará-Mirim (PVH-GM)	PT do B
22°	Cleiton Roque	Pimenta Bueno (BR-364)	PSB
23°	Esequiel Neiva	Cerejeiras (BR-364)	PSDC
24°	Jesuíno Boabaid	Porto Velho (PVH-GM)	PT do B

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

Na disputa para a Câmara Federal, novamente a mesorregião da BR-364 assegurava o maior número de assentos, com a vitória de seis parlamentares oriundos da parte Leste-Rondoniense. Apenas dois deputados federais tinham como reduto eleitoral a

mesorregião PVH-GM. A tabela 24 apresenta a composição da bancada rondoniense eleita em 2014 para a Câmara dos Deputados.

Quadro 24. Eleição para a Câmara dos Deputados 2014 - reduto eleitoral por município e microrregião

	Nome	Reduto eleitoral por município e mesorregião	Partido
1º	Marinha Raupp	Rolim de Moura (BR-364)	PMDB
2º	Marcos Rogério	Ji-Paraná (BR-364)	PDT
3º	Mariana Carvalho	Porto Velho (PVH-GM)	PSDB
4º	Nilton Capixaba	Cacoal (BR-364)	PTB
5º	Lúcio Mosquini	Jaru (BR-364)	PMDB
6º	Luiz Cláudio	Rolim de Moura (BR-364)	PR
7º	Expedito Netto	Rolim de Moura (BR-364)	SD
8º	Lindomar Garçom	Candeias do Jamari (PVH-GM)	PMDB

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-RO

5.3 Desenvolvimento econômico e crescimento populacional: a expansão do eleitorado e a consolidação da nova elite política da BR-364

Conforme assinalado anteriormente, a consolidação da nova elite dirigente ocorre paralelamente à abertura da competição eleitoral rondoniana no início da década de 1990. O marco desse processo de substituição das elites políticas em Rondônia é a eleição de Valdir Raupp (PMDB) ao governo estadual no ano de 1994, quando também são eleitos dois senadores oriundos do eixo da rodovia, a maioria da ALE-RO e da bancada da Câmara dos Deputados. Até aquele momento, os dois únicos governadores eleitos pelo voto popular possuíam como base eleitoral a capital Porto Velho.

Mas é a década de 1980 o período de emergência e acomodação dessa nova elite política, ao passo que é também o momento em que se estende o processo de transição

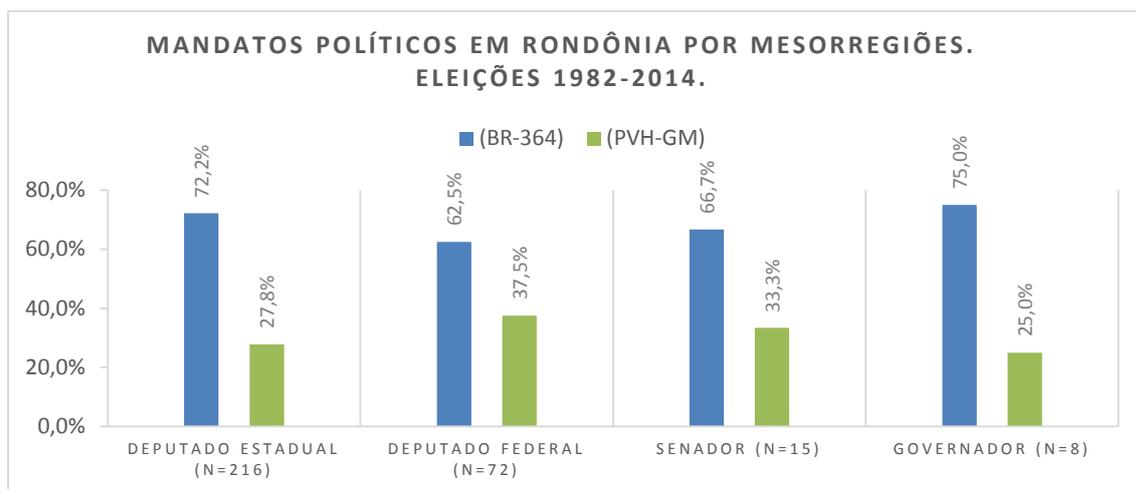
Território-Estado, iniciado em 1977. Como explicitado no início deste capítulo, a transição seria completa na segunda metade dos anos 1980, com a eleição do primeiro governador eleito pelo voto popular em 1986 e a promulgação da segunda Constituição Estadual em 1989. O quadro 25 apresenta os governadores rondonienses eleitos de 1986 a 2014, no qual demonstra-se nitidamente a hegemonia de políticos do interior do estado consolidada na primeira metade dos anos 1990.

Quadro 25. Governadores eleitos no estado de Rondônia por reduto eleitoral

Governadores eleitos	Partido	Ano	Reduto eleitoral por município	Reduto eleitoral por mesorregião
Jerônimo Santana	PMDB	1986	Porto Velho	PVH-GM
Oswaldo Piana Filho	PTR	1990	Porto Velho	PVH-GM
Valdir Raupp	PMDB	1994	Rolim de Moura	BR-364
José Bianco	PFL	1998	Ji-Paraná	BR-364
Ivo Cassol	PSDB PPS	2002 2006	Rolim de Moura	BR-364
Confúcio Moura	PMDB	2010 2014	Ariquemes	BR-364

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE-RO e de Cavalcante (2015).

De 1994 a 2014, os governadores eleitos possuíam como reduto eleitoral municípios situados na região da BR-364. Todos, sem exceção, foram prefeitos em suas respectivas cidades antes de exercerem o cargo de governador. Fator de grande influência na consolidação da nova elite política interiorana da BR-364 foi a criação de um mercado efetivo da competição eleitoral após a criação do Estado e abertura dessa competição no início dos anos 1990. Durante boa parte do período territorial a disputa da única cadeira para a Câmara dos Deputados ocorria sob um modelo de representação majoritária, no momento em que o mercado da competição eleitoral rondoniense tornou-se mais aberto, tiveram acesso à representação política mais partidos e novos atores oriundos dessa emergente região em franco desenvolvimento. O gráfico 06 apresenta a proporção de mandatos políticos por mesorregiões*.

Gráfico 05.

Fonte: Elaborado com base em classificação própria a partir dos dados do TRE-RO. *No caso da eleição para governador a série histórica inicia-se em 1986.

No entanto, o vertiginoso aumento populacional no decorrer das décadas de 1970 e 1980, e o desenvolvimento econômico em curso na recém-inaugurada BR-364, são os fatores preponderantes para explicar a substituição da elite política rondoniense durante o processo de transição do antigo Território Federal de Rondônia ao estado de Rondônia. Além de ser a região mais rica e economicamente desenvolvida do jovem estado rondoniense, é também a mais povoada e onde situa-se a maior parte do eleitorado. Atualmente, o estado de Rondônia possui a terceira maior economia da região Norte, atrás apenas do Amazonas e do Pará.

Como recorda Persivo Cunha (2011), durante o processo de colonização do INCRA e o aumento do fluxo migratório, Rondônia vivenciou transformações no padrão de crescimento ao abandonar a produção extrativista e diversificar a produção agrícola, com base no cacau, café, arroz, feijão, milho e o aumento significativo das áreas de pastagens, sob o crescimento acelerado da pecuária. Importante ressaltar que nos dias atuais, a soja também se caracteriza como um dos principais produtos de exportação rondoniense. Nesse contexto, desde a fundação do estado, a mesorregião Leste Rondoniense tem se destacado como a área mais pujante e desenvolvida economicamente. Na tabela 54 é possível verificar a divisão do PIB rondoniense por mesorregião.

Tabela 54. Produto Interno Bruto (PIB) - Rondônia por mesorregião*

Ano	PIB Mesorregião Leste Rondoniense (BR-364), em bi.	PIB Mesorregião Madeira-Guaporé (PVH-GM), em bi.
2002	4.563.987	2.903.643
2003	5.882.644	3.542.367
2004	6.676.371	4.328.271
2005	7.640.255	4.871.566
2006	7.844.527	5.210.186
2007	8.712.603	5.725.773
2008	10.449.416	6.836.126
2009	11.160.231	8.564.779
2010	12.730.337	11.177.549
2011	14.028.469	13.546.245
2012	15.814.167	14.298.554
2013	16.834.497	14.286.916
2014	18.419.077	15.611.905

Fonte: IBGE. * No site do IBGE constam os dados do PIB de Rondônia apenas a partir do ano de 2002.

Como exposto no capítulo II, entre os anos 1970 e 1980, o antigo território Federal de Rondônia apresentaria crescimento populacional recorde no Brasil. O crescimento demográfico que se estende pela década de 1980 é acompanhado pelo aumento da população rural que, no início daquela década, tornou-se superior à população urbana (TEIXEIRA & FONSECA, 2003). Porém, foi superada pela população urbana nos anos seguintes. Nessa época, estavam no auge os programas governamentais para a região, com vistas, sobretudo, à ocupação da fronteira, integração territorial e ao desenvolvimento econômico regional. Na tabela 55, é possível verificar a intensidade do crescimento da população rondoniense a partir de 1970.

Tabela 55. Evolução da população de Rondônia (1970-2010)

Ano	População – Rondônia
1970	111.064
1980	491.025
1991	1.132.692
2000	1.379.787
2010	1.562.409

Fonte: IBGE

No auge do processo de colonização em Rondônia, como recorda Maciel (2005), paralelamente ao desenvolvimento dos projetos ocorreu um intenso e exitoso trabalho de

construção de uma infraestrutura rodoviária secundária que estava integrada à construção de uma rede urbana também secundária. O advento da BR-364, acompanhado pelo crescimento econômico da região, possibilitou a imigração de milhares de pessoas com origem nos mais diversos lugares do País, majoritariamente colonos da Região Sul. Nesse momento, a explosão demográfica nos municípios recém-criados contribuía para um aumento significativo do eleitorado da BR-364.

Aliado ao desenvolvimento econômico em curso e ao crescimento recorde da população no emergente estado de Rondônia, o direito de voto concedido ao analfabeto no ano de 1985 certamente contribuiu ainda mais para o aumento dos eleitores do campo em Rondônia. Os dados demonstram que na ocasião da eleição de 1982, a nova unidade federada com status de estado possuía 233.412 eleitores, número que aumentaria para 447.541 na eleição de 1986. O que representou um aumento de 96% do eleitorado nesse período. Na eleição de 2014, a mesorregião Leste Rondoniense (BR-364) era composta por 62,3% do eleitorado total do estado, índice que no início dos anos 1980 representava aproximadamente 75% dos eleitores rondonianos¹³³. A tabela 56 apresenta o eleitorado rondoniense no período de 1982 a 2014¹³⁴.

Tabela 56. Evolução do eleitorado rondoniense por mesorregião (1982-2014)

Ano*	Eleitorado Rondônia	Eleitorado mesorregião Leste-rondoniense (BR-364) %	Eleitorado mesorregião Madeira-Guaporé (PVH-GM) %
1982	233.412	-	-
1986	447.541	-	-
1990	588.691	71,4%	28,6%
1994	692.067	69,5%	30,5%
1998	836.179	68,8%	31,2%
2002	884.060	67,7%	32,3%
2006	987.891	65,5%	34,5%
2010	1.077.186	63,5%	36,5%
2014	1.128.925	62,3%	37,7%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

¹³³ Apesar do TSE não possuir os dados referentes ao eleitorado rondoniense por município nos anos de 1982 e 1986, constando apenas o número total de eleitores do estado, em consulta específica ao TRE-RO e ao TSE sobre o total do eleitorado na eleição para a prefeitura de Porto Velho em 1985, o autor foi informado de que a capital possuía naquele pleito apenas 73.429 eleitores aptos a votar. Esse dado pode ser um indicativo de que na ocasião da eleição de 1986, o número de eleitores da mesorregião Leste Rondoniense correspondia a aproximadamente 75% do total do eleitorado estadual. Agradeço aos servidores do TRE-RO, Solange Mendes Garcia, Assis Herter, Joeser Alvarez e Jamil Januário, pela imensa ajuda com os dados sobre a evolução do eleitorado rondoniense.

¹³⁴ Na página eletrônica do TSE, o eleitorado referente aos anos de 1990, 1994 e 1998 é correspondente ao mês de outubro de cada ano. Para 2002, 2006, 2010 e 2014, o número total do eleitorado corresponde ao mês de dezembro, o que significa um aumento quase insignificante em relação ao número de eleitores aptos a votar no mês de outubro dos respectivos anos. Não há dados disponíveis por município sobre o eleitorado rondoniense nos anos de 1982 e 1986, apenas o número do total de eleitores do estado.

No ano de 1982, o número de eleitores em Rondônia correspondia a 0,4% do eleitorado nacional. Em 1986, esse número aumentou para 0,65%. Na eleição de 2014, o eleitorado rondoniense representava 0,8% do eleitorado brasileiro, de aproximadamente 142 milhões de cidadãos aptos a votar naquele ano. A tabela 57 apresenta a evolução do eleitorado brasileiro no período de 1982 a 2014.

Tabela 57. Evolução do eleitorado brasileiro (1982-2014)

Ano	Eleitorado – Brasil
1982	58.871.378
1986	69.371.495
1990	83.817.593
1994	94.782.803
1998	106.101.067
2002	115.271.741
2006	125.913.479
2010	135.804.433
2014	142.822.046

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Ainda que alguns autores tenham alertado anteriormente para o deslocamento da elite política da capital para o eixo da BR-364 (MATIAS, 1998; CAVALCANTE, 2015), esta tese responde a importantes questões no tocante ao porquê, quando e como essa mudança na elite política, de fato, ocorre. Assim, diante de uma conjuntura de acelerado desenvolvimento econômico da mesorregião Leste Rondoniense, crescimento demográfico recorde nas décadas de 1970 e 1980 e, conseqüentemente, o exponencial aumento do eleitorado, a nova elite política do emergente estado de Rondônia logra ocupar espaço de poder nos anos 1980, consolidando-se hegemonicamente no início dos anos 1990.

Não obstante, apesar da emergência de uma nova elite dirigente, oriunda da BR-364, ser consequência direta do desenvolvimento econômico, aliado ao crescimento populacional e à expansão do eleitorado naquela região, importante ressaltar que é paralelamente ao momento em que o subsistema partidário torna-se mais aberto e competitivo que essa nova elite política se consolida de forma hegemônica na política estadual.

Considerações finais do capítulo

Este capítulo buscou demonstrar os principais fundamentos do processo de substituição das elites políticas de Rondônia a partir da transição Território-Estado. Para compreensão desse fenômeno, torna-se fundamental a exposição e análise realizada nos capítulos II e III, sobre a trajetória política e a evolução da competição eleitoral do Território Federal do Guaporé ao Estado de Rondônia. Desse modo, visualiza-se mais claramente a intensidade dessa mudança. A emergência de uma nova elite política com base na região da BR-364, inicia-se lentamente na segunda metade dos anos 1970, com a fundação dos primeiros municípios no eixo da pujante rodovia.

O marco inicial aqui compreendido é, inclusive, anterior à instalação desses novos municípios no ano de 1977. Observo ser a eleição para a Câmara de Vereadores de Porto Velho no ano de 1976 o momento incipiente dessa mudança que será completa apenas no início da década de 1990. Durante todo o período de transição, entre os fins da década de 1970 e o decorrer dos anos 1980, essa nova elite oriunda da BR-364 logrou ocupar espaço de representação nas estruturas de poder no novo estado. Inicialmente, desde 1982, era majoritária na Assembleia Legislativa. E a partir de 1990, assegurando o maior número de parlamentares rondonienses na Câmara Federal. Como afirmado anteriormente, na eleição estadual de 1994, a emergente elite política interiorana consolidava-se de forma hegemônica ao eleger o primeiro governador com base política e eleitoral na mesorregião Leste Rondoniense.

Assim, observo o desenvolvimento econômico, o aumento demográfico e o crescimento exponencial do eleitorado nos anos 1980, como os principais fatores que incidiram diretamente sobre o deslocamento da elite política regional, da capital para a região da BR-364. Com base nos dados sobre o aumento do eleitorado e o PIB dividido pelas mesorregiões que compõem o estado, demonstro a superioridade da BR-364, como a região mais desenvolvida economicamente e com o maior número de eleitores desde a década de fundação do estado. Importante mencionar novamente o uso da metodologia desenvolvida pelo IBGE, na classificação do estado em duas mesorregiões, compreendidas nesta tese também como PVH-GM e BR-364. Essa divisão foi fundamental para a classificação dos redutos eleitorais dos deputados estaduais, federais, senadores e governadores eleitos de 1982 a 2014.

Desse modo, a partir da análise dos dados sobre a economia, o eleitorado e a classificação dos redutos eleitorais dos membros da elite política, evidencia-se claramente

o domínio da parte leste rondoniense na política estadual desde o início da década de 1990. Imprescindível ressaltar que essa mudança se consolida paralelamente à abertura da competição eleitoral no estado, momento em que surgem novos atores e partidos na disputa política em Rondônia, e o subsistema quase bipartidário durante toda a década de 1980 apresentaria, a partir daquele momento, uma competição aberta, plural, volátil e altamente fragmentada.

Considerações finais

Conforme Lamounier e Meneguello (1986), o Brasil praticamente não conheceu partidos formados de “baixo pra cima”, e exceto o último processo de formação partidária em 1985, e parcialmente, o penúltimo, em 1979, as passagens de um sistema a outro transcorreram sempre sob a mediação do poder central, velho ou novo. De fato, essa afirmativa aplica-se diretamente ao caso rondoniense, em que a formação da organização política e, conseqüentemente, dos sistemas partidários, ocorreram mediante forte influência de regimes autoritários.

Refiro-me ao Estado Novo varguista no momento fundador do Território Federal do Guaporé, em 1943, e ao governo militar instaurado em 1964, que encontrava-se em notório processo de desagregação e colapso no momento da fundação do estado de Rondônia, em 1982. Esses processos exerceram inegáveis impactos na formação das elites políticas rondonienses nesses dois períodos distintos e, evidentemente, na formação partidária em ambas ocasiões. Sob essa perspectiva, na conclusão desta tese de doutoramento, gostaria de expor meus argumentos indo diretamente às questões levantadas como hipóteses deste trabalho, que inevitavelmente coincidem com esses fatores por mim explicitados.

Uma das hipóteses principais desta pesquisa é de que, no decorrer da década de 1980, durante o processo de transição do Território ao Estado, ocorre uma alteração na configuração das elites políticas de Rondônia, com o surgimento de uma nova elite dirigente com base política na região da BR-364. Esse processo de substituição da elite política é consequência direta do desenvolvimento econômico e do aumento do eleitorado na mesorregião Leste Rondoniense. Tal processo de deslocamento da elite política da capital para o interior se desenvolve paralelamente à mudança na dinâmica da competição eleitoral a partir dos anos 1990, que representou o momento de abertura do sistema partidário, até então fortemente influenciado durante a década de 1980 pelo bipartidarismo ditatorial.

Para melhor compreensão, torna-se necessário voltar rapidamente à análise para o período fundador da organização política em Rondônia, durante o antigo Território Federal do Guaporé e, posteriormente, Território Federal de Rondônia. No momento em que o País vivenciava sua primeira experiência partidária moderna, a partir de 1946, e num contexto de vigência do novo sistema eleitoral proporcional que convivia com um multipartidarismo classificado por Lima Jr. (1983) em seus formatos moderado e

altamente fragmentado, o antigo Território experimentou um modelo de representação majoritária nas disputas eleitorais para a única vaga na Câmara Federal.

Em uma conjuntura marcada pelo domínio do militarismo na competição política, dois coronéis do exército, Aluizio Ferreira (PSD e PTB) e Joaquim Vicente Rondon (PSP), lideravam os grupos de Cutubas e Pele-Curtas que disputavam voto a voto o poder na política territorial. Com apenas dois municípios até 1977, Porto Velho e Guajará-Mirim, sob forte influência militar a elite política girava em torno da burocracia da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Após o golpe militar de 1964, o poder do militarismo foi ainda maior, quebrando a influência da burocracia ferroviária. No período de 1964 a 1982 todos os governadores indicados eram militares. Assim, classifico a competição eleitoral majoritária, o domínio político da capital Porto Velho e a forte influência militar como algumas das principais características do período territorial, de 1943 a 1982.

A partir da década de 1970, surge uma oposição emedebista que logra vencer as eleições de 1970 e 1974, para a única vaga ao cargo de deputado federal, e em 1978 conquistando uma das duas cadeiras em disputa. O deputado federal Jerônimo Santana (MDB), grande nome de oposição ao regime militar em Rondônia, viria a ser o primeiro governador eleito pelo voto popular no jovem estado, no ano de 1986, pelo PMDB. O mesmo partido que desde a década fundadora do estado domina a competição eleitoral em Rondônia em todos os níveis de disputa.

Mas é no início dos anos 1980, no contexto de transição do antigo Território ao estado, simultaneamente à crise do regime autoritário, que emergiria uma nova elite política com bases eleitorais no eixo da rodovia 364. A mesorregião Leste Rondoniense nesse período batia recordes de crescimento populacional e desenvolvimento econômico. Não obstante a nova classe política interiorana exercer relativo domínio da política no jovem estado durante a década inicial, o processo de mudança da elite política rondoniense segue por toda década de 1980 até o momento final da transição Território-Estado. Como assinalado anteriormente, a transição completa é compreendida nesta pesquisa doutoral, do período de criação dos primeiros municípios no eixo da rodovia, em 1977, até a segunda metade dos anos 1980, quando é eleito em 1986 o primeiro governador pelo voto popular e promulgada a segunda constituição estadual, no ano de 1989.

Desse modo, após desenvolver um histórico nos capítulos II e III sobre as disputas eleitorais no Território e no Estado, no capítulo V procurei demonstrar as principais causas da substituição das elites políticas em Rondônia, num processo que se consolida

paralelamente à abertura do mercado da competição eleitoral no início dos anos 1990. Meu argumento é de que a partir da década de 1980, o desenvolvimento econômico e o aumento exponencial do eleitorado na região da BR-364 foram os principais fatores que contribuíram diretamente para a consolidação dessa nova elite política interiorana, que desde a década de 1990 domina a política rondoniense.

Como exposto neste trabalho, paralelamente ao processo de deslocamento capital-interior da elite política, a partir da eleição de 1990 a abertura da competição eleitoral em Rondônia favoreceu a entrada de novos atores e partidos no subsistema partidário. Naquele momento, a jovem unidade federada apresentaria um dos maiores índices de fragmentação partidária e volatilidade eleitoral verificados entre os estados brasileiros. Fenômeno que segundo a literatura do tema da institucionalização de sistemas partidários, denotaria a existência de partidos frágeis, pouco enraizados na sociedade.

Nesse contexto, observo as elevadas taxas de migração partidária, recorde nacional, como o principal fator para um quadro de desestruturação do subsistema partidário rondoniense no decorrer da década de 1990. Argumento, com base nos dados apresentados, que a alta volatilidade eleitoral e o aumento do número efetivo de partidos, fundamentalmente, entre 1985 e 1995, seriam decorrência das mudanças de partido pela elite política estadual, que fizeram do subsistema de partidos em Rondônia o campeão nacional de migrações partidárias na legislatura de 1991-1995, na Câmara dos Deputados. Nesse momento, é elevado o número de migrações partidárias, principalmente com destino a novas e pequenas legendas. A maximização das oportunidades de sucesso eleitoral é observada nesta tese como a principal motivação para as migrações partidárias à época.

Como demonstrado no capítulo IV, 87,5% da bancada federal rondoniense na Câmara dos Deputados trocou de partido durante a legislatura constituinte (1987-1991). Enquanto que na legislatura seguinte, de 1991-1995, período em que se registrou o maior número de migrações partidárias no sistema político-partidário brasileiro, todos os oito parlamentares rondonienses, no decorrer do mandato, deixaram o partido pelo qual foram eleitos, o que representou 100% da bancada eleita em 1990. As taxas de migrações partidárias foram consideradas elevadas também na Assembleia Legislativa de Rondônia, quando a média de mudança de partido foi superior a 60% no decorrer das quatro primeiras legislaturas (1983-1987; 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999), ou seja, durante toda a década de 1980 e também de 1990.

Seguramente, esse dado sobre a legislatura de 1991-1995 representa a maior taxa nacional de mudança partidária por uma bancada de unidade federada na Câmara dos Deputados. Vale ressaltar, como exposto no capítulo IV, que três deputados federais rondonienses estão entre os quatro parlamentares da Câmara dos Deputados que mais mudaram de partidos durante a legislatura de 1991-1995.

Não obstante, o sistema partidário brasileiro, a partir de meados dos anos 1990, iniciou um processo notável de institucionalização, aqui compreendida como um notório movimento de estabilização da competição eleitoral. Com o início da realização das eleições gerais em 1994, entraria em curso um processo de estabilização por intermédio da disputa presidencial. A partir daí, o modelo brasileiro passou a apresentar uma competição eleitoral centrada em dois grandes blocos ideológicos, liderados por PT e PSDB, no plano eleitoral. Contrariando os prognósticos dominantes entre a década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990, a vida partidária brasileira dava sinais claros de vitalidade. Se no plano eleitoral havia, nesse momento, início de relativa estabilidade pós-1994, no âmbito da relação Executivo-Legislativo os partidos mostravam-se coesos e disciplinados, dispostos a cooperar com o Executivo, sem apresentar sinais de falta de governabilidade ou paralisia decisória.

Ainda na esfera eleitoral, os índices de volatilidade em queda, a fragmentação partidária estabilizada pós-1995, o bipartidarismo da eleição presidencial com dois grupos políticos se revezando no poder, e os satisfatórios índices de preferência partidária observados no auge do segundo governo Lula, apontavam rumo a um processo de institucionalização corrente. Nos estados, a realidade não era tão distinta da nacional, como também evidenciada nas quedas da volatilidade e da estabilização da fragmentação partidária. No caso rondoniense, embora o subsistema partidário apresentasse quedas razoáveis nos índices de volatilidade eleitoral a partir dos anos 2000, e de estabilização da fragmentação nesse período, os índices voltaram a aumentar na disputa de 2014, principalmente com o aumento da fragmentação partidária, ainda maior na eleição para a Assembleia Legislativa.

Importante ressaltar que nas disputas majoritárias ao Executivo estadual e ao Senado, Rondônia continua a apresentar níveis elevados de volatilidade e partidos efetivos em comparação ao resto do País. No caso do NEP, nas disputas ao governo estadual, em se tratando de sistema majoritário de dois turnos, os índices, ainda que acima da média brasileira, apresentam queda e estabilização, e encontram-se próximos ao número estabelecido pela Lei de Duverger. Na competição ao Senado, o índice é superior

a muitos estados e pode ser considerado alto. Infelizmente, não tenho como explicar essas questões neste trabalho. Apesar disso, reafirmo, o subsistema partidário rondoniense no período de 2006 a 2014, caminhou em direção à estabilidade da competição eleitoral, compreendida aqui como um indicativo de institucionalização.

No que se refere ao processo de estabilização do caso rondoniense, como demonstrado no capítulo IV, a partir das legislaturas eleitas em 2002, há uma diminuição drástica nos índices de migrações partidárias nas bancadas da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa. Ademais, desde a eleição de 2006 tem sido maior a influência da competição nacional sobre a dinâmica estadual. Assim, fortes evidências apontam para uma maior estabilização da competição eleitoral rondoniense, fundamentalmente, a partir desses dois fatores. Isso contribuiu diretamente para um cenário de maior previsibilidade e inteligibilidade, garantindo, inclusive, nas últimas disputas eleitorais os mesmos partidos que, em sua maioria, são também as maiores legendas que compõem o sistema partidário nacional.

Chamo a atenção para a questão da estabilização do caso nacional e seus impactos sobre a política rondoniense. Como explicitado no capítulo IV, a partir da eleição de 2006 tem início um processo de reorganização da competição eleitoral em Rondônia. Se a alternativa petista em 2002 havia se apresentado como viável nas eleições legislativas e abriu as portas para a esquerda num sistema partidário dominado por partidos conservadores e de centro, a disputa eleitoral de 2006 apresentou um cenário de maior coordenação entre os atores nacionais e estaduais. Esse processo de organização da competição rondoniense se repetiria nas eleições de 2010 e 2014, o que favoreceu a construção de um quadro de maior previsibilidade e inteligibilidade das disputas.

Ainda que haja, em muitas ocasiões, maior resistência das elites políticas de um pequeno estado em seguir os ditames do quadro nacional, devido, fundamentalmente, às particularidades e contextos das realidades regionais, mesmo assim foi maior a influência da disputa presidencial sobre a competição estadual nessas três últimas eleições analisadas (2006, 2010 e 2014) em Rondônia. O que contribuiu nesse período para uma maior previsibilidade na competição eleitoral rondoniense e uma inequívoca tendência à estabilidade.

Até 2014, o quadro partidário estadual apresenta um PMDB forte no estado, desde os tempos do Território Federal, quando ainda era MDB, e outras legendas que com o tempo alcançaram razoável desempenho na competição eleitoral estadual, como o PT, PDSB, PTB, PDT, PP, PSB, além do antigo PFL, atual DEM. Ainda que após 2002 tenha

se notado uma maior presença da esquerda na competição eleitoral, em sua maioria são partidos conservadores, de centro-direita, que detêm força política no estado e que, em larga medida, podem ser classificados como partidos *catch all*.

Assim, avalio que, no decorrer das disputas de 2006, 2010 e 2014, o sistema partidário rondoniense reproduziu padrões muito semelhantes ao nacional, o que denotaria uma forte tendência à estabilização, apresentando um grau de relativa previsibilidade nas disputas, no contexto de uma competição aberta e pluralista. Essa trajetória à estabilização foi apresentada também por outros sistemas partidários estaduais. Nesse período, talvez o sistema partidário brasileiro e os subsistemas partidários estaduais caminhassem rumo a um tipo denominado por Cao & Freidenberg (2014) como: sistema partidário multinível congruente e com predomínio tradicional¹³⁵.

Ressalta-se que esse processo de estabilização da competição política no País acarretou o mais longo período de estabilidade democrática de nossa história e foi celebrado por importantes estudiosos da ciência política brasileira, inclusive, alguns críticos do sistema partidário nacional em momentos anteriores, como o próprio Mainwaring. Ainda que observado, por Mainwaring, Bizzarro & Power (2017), como uma “institucionalização desigual”, a partir da estabilização da competição eleitoral, porém com a imensa maioria das legendas despidas de raízes societárias. E na mesma linha de raciocínio, uma “estabilización sin raices” (ZUCCO JR., 2013) ou, até mesmo, como classificou Melo (2010, p. 39), “Estáveis, pero no mucho”, para aqueles que compreendem como uma “estabilidade possível”, tendo em vista a história política brasileira, escolhas realizadas anteriormente, o arranjo institucional e a realidade atual da democracia de partidos no mundo.

Não obstante, as normativas da Justiça Eleitoral nos últimos anos contribuíram diretamente para o surgimento de novos partidos, principalmente, incentivando a migração para legendas recém-criadas. Particularmente, analiso a fragmentação partidária no sistema político brasileiro como resultado de uma competição plural, aberta e, sobretudo, como consequência da heterogeneidade e das clivagens sociais, econômicas,

¹³⁵ Cao & Freidenberg (2014), em estudo sobre os sistemas partidários multiníveis na América Latina, constroem uma tipologia dos sistemas partidários, com base em quatro tipos distintos. O modelo de “sistema de partidos multinível congruente e com predomínio tradicional”, segundo as autoras, reúne um conjunto de quatro elementos. a) A estrutura da competição nos diferentes níveis são similares; b) Os partidos que participam dos diferentes níveis são tradicionais e os mesmos; c) Não há partidos antissistema relevantes que possam questionar o uso do termo partido e sua legitimidade como articuladores da competição política; d) A porcentagem de apoio popular aos partidos antissistema é baixa. Para mais detalhes, ver Cao e Freidenberg (2014).

regionais e culturais presentes na sociedade brasileira. Importante mencionar a questão do impacto das clivagens estruturais na fragmentação partidária¹³⁶. O que consiste num tema de pesquisa relevante para o caso rondoniense, tendo em vista se tratar de um estado situado em área de fronteira, com forte presença militar, caracterizado pelo predomínio da economia do agronegócio, com um dos maiores eleitorados evangélicos do País.

No tocante ao aumento exponencial da fragmentação partidária, fundamentalmente, na eleição de 2014, a questão é mais complexa. Naquele ano, 28 partidos alcançaram representação na Câmara dos Deputados, o que pode ser observado, em larga medida, como um efeito direto da legislação eleitoral-partidária e do ativismo da Justiça Eleitoral brasileira que, a partir de 2007, condiciona um ambiente favorável à proliferação de partidos políticos no Brasil. Em resposta a esse quadro de crescimento do número de partidos representados no parlamento, o Congresso Nacional aprovou uma nova reforma partidária no ano de 2017. Os parlamentares instituíram como pré-requisito ao acesso a recursos do fundo partidário e tempo de rádio e tv, uma cláusula de barreira que chegará até 3% em 2030, além do final das coligações em eleição proporcional, que entrará em vigor a partir da eleição municipal de 2020.

Essas medidas tendem a contribuir com o retorno do processo de estabilização do sistema partidário brasileiro, iniciado em meados dos anos 1990, freando principalmente a exorbitante fragmentação partidária atual. Resta esperar algumas eleições e observar o teor da mudança. Se isso de fato ocorrer, certamente, exercerá impacto também sobre os sistemas partidários subnacionais.

Enfatizo, porém, a necessidade de compreensão do momento atual da representação política, não apenas no tocante ao caso brasileiro ou rondoniense. A crise da representação tem sido observada como um fenômeno mundial, que nos dias atuais coloca em dúvida a legitimidade dos partidos, enquanto atores fundamentais na representação de interesses, em corresponder, de fato, à complexidade das demandas societárias. Numa realidade caracterizada pelo surgimento de formas inovadoras de participação política e transformações estruturais nas economias capitalistas, tornou-se crescente o descrédito dos cidadãos em relação às instituições representativas e não apenas em democracias emergentes ou da “terceira onda”.

O avanço no número de cidadãos que não se identificam com os partidos políticos, as elevadas taxas de volatilidade eleitoral, a diminuição nos índices de

¹³⁶ Para mais detalhes sobre o tema das clivagens estruturais e os partidos políticos, ver o estudo clássico de Lipset & Rokkan (1967) e também Amorim & Cox (1995).

participação eleitoral e o surgimento de outras formas alternativas de ativismo político são sinais evidentes da crise mundial da representação política. Até mesmo nos EUA e na Europa ocidental, onde a relação entre os eleitores e os partidos políticos exerceu forte influência na consolidação democrática durante a segunda metade do século XIX, e o decorrer do século XX, as teses que sinalizam para o declínio dessa relação entre os cidadãos e os partidos foram largamente difundidas. De fato, há uma incontestável diversificação nas formas de participação política, que em outros momentos estavam estreitamente ligadas à relação entre os indivíduos e as agremiações partidárias.

Como recorda Norris (1997), a estrutura conceitual para a compreensão do formato de participação política que foi desenvolvido durante o pós-guerra, fundamentalmente, nas décadas de 1950 e 1960, ainda exerce forte influência sobre nossas aceções. Nesse sentido, ainda observamos o velho partido de massas europeu como um modelo de organização partidária a ser seguido. Em que pese o atual momento de crise da representação política, vislumbra-se uma ocasião mais propensa para a diversificação do engajamento social e político, que concilia participação eleitoral e protestos políticos. Ademais, o uso de novas tecnologias, como a internet, possibilita às novas gerações uma vasta oferta de mecanismos, com ampliação do leque de condições de participação e, conseqüentemente, a diminuição dos custos da ação coletiva.

Essa realidade, porém, não diminui a importância dos partidos políticos no atual jogo democrático. Os partidos continuam sendo atores de enorme relevância na democracia representativa. São as agremiações partidárias que organizam a competição eleitoral, formam preferências, canalizam demandas societárias e tornam a disputa política mais inteligível aos cidadãos. Nesse sentido, as agremiações partidárias desenvolvem uma espécie de “atalhos informacionais”.

Ao que tudo indica, com as novas mudanças e ajustes da reforma política realizada pelos parlamentares brasileiros em 2017, nos próximos anos serão grandes as chances de alterações significativas no quadro partidário. Isso, ao mesmo tempo, garante para a ciência política brasileira uma profícua agenda de pesquisas eleitorais e partidárias pela frente. Assim, muito possivelmente, em outro momento, retornaremos ao estudo dos partidos e eleições em Rondônia.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. O Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro.

Dados – Revista de Ciências Sociais, 1988. n° 31, vol. 1, 1988.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/USP, 1998.

ABRUCIO, Fernando Luiz; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. O papel institucional da Assembleia Legislativa Paulista: 1995 -1998. In: SANTOS, Fabiano. (Org.). **O Poder Legislativo nos estados**: diversidade e convergência. 1ed.Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALBUQUERQUE, Lúcio; MATIAS; Francisco; MENDES, Matias. **20 anos da Assembleia Legislativa de Rondônia (1983-2003)**. Porto Velho: ALE-RO, 2003.

ALENCAR, José de. **O Systema Representativo**. Edição Fac-Similar. Brasília, Senado Federal, 1997.

ALVES, Carlos Eduardo. **Petistas aderem ao governo do PMDB**. FOLHA DE S. PAULO, 11 de abril de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/11/brasil/27.html>

AMARAL FILHO, Antônio Serpa do. **Há 49 anos acontecia a caçambada cutuba**. Jornal Eletrônico Rondoniagora. Porto Velho, 2011. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/geral/ha-49-anos-acontecia-a-cacambada-cutuba-por-antonio-serpa-do-amaral-filho>

AMES, Barry. **Os entraves da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

AMORIM, Octavio; COX, Gary W. **Electoral Institutions, cleavage structures, and the number of parties**. Fundação Getúlio Vargas. 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12104/000086264.pdf;jsessionid=0EC5794BE7CDC02C2F4ECCC19898BCF4?sequence=1>

ANASTASIA, Fátima. Transformando o Legislativo: A experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. In: SANTOS, Fabiano. (Org.). **O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ARQUER, Monize; VASQUEZ, Vítor. Institucionalização do Sistema Partidário: mesmas dimensões, outras interpretações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 34, nº 100, 2019.

BERCOVICI, Gilberto. A Origem do Sistema Eleitoral Proporcional no Brasil. **Estudos Eleitorais**, vol. 5. Brasília, 2010.

BOHN, Simone; PAIVA, Denise. A volatilidade eleitoral nos estados: sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 17, nº 33, Curitiba, 2009.

BORGES, André. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 12, nº 35. Curitiba. 2010.

BOZARKOV, Yeda Pinheiro. Aluizio Ferreira, o político. In: BOZARKOV, Yeda Pinheiro. **Em memória: Aluizio Pinheiro Ferreira (1897-1997)**. Porto Velho: Departamento Gráfico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1997.

BRAGA, Maria do Socorro. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: Padrões de competição política (1982-2006)**. São Paulo: Editora Humanitas; FAPESP, 2006.

_____. A política no nordeste: oligarquia, partidos e movimentos sociais. In: NASCIMENTO, Ângela; COSTA, Marcos Lima. (Orgs.). **O Nordeste Brasileiro em questão: uma agenda para reflexão**. Vol. 2. (versão digital, formato ePub). Recife: Editora Sudene, 2016. Disponível em: <http://procondel.sudene.gov.br/PublicacaoDetalhes.aspx?Id=10>

BRAGA, Maria do Socorro; RIBEIRO, Pedro; AMARAL, Oswaldo. El sistema de partidos en Brasil: estabilidad y institucionalización. In: FREIDENBERG, Flavia. **Los Sistemas de Partidos en América Latina (1978-2015)**. Ciudad del México: INE; UNAM, 2016.

CARVALHO, Valter Rodrigues. **Atores partidários e entrada estratégica em competição eleitoral de múltiplas arenas: a experiência brasileira**. 1. ed. Teresina/São Paulo: EDUFPI/Paco Editorial, 2014.

CASTIEL, Sandra. **Professora Marise Castiel e Rondônia: Educação, Cultura e Política**. Porto Velho: Edição do autor, 2013.

CAVALCANTE, Fábio Robson Casara. Formação Institucional e Desenvolvimento Regional no Estado do Rondônia. In: SILVA, Fábio Carlos e RAVENA, Nírvia. (Orgs.). **Formação Institucional da Amazônia**. 1ed.Belém: Editora do NAEA, 2015.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 3ª edição. Ampliada e atualizada, 1998.

CHAMMA, Maria Teresa Merino. **Guajará-Mirim: a Pérola do Mamoré**. Guajará-Mirim, 2012.

CHIOVETTI, Simão Pedro. Mudanças políticas na Amazônia: O PT e as administrações municipais. **Revista Lutas Sociais – PUC-SP**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/18792/13975>

CINTRA, Antônio Octavio. Majoritário ou proporcional? Em busca de um equilíbrio na construção de um sistema eleitoral. In: VIANA, João Paulo Saraiva Leão Viana; SANTOS, Gilmar Nascimento dos. **O sistema político brasileiro: continuidade ou reforma?**. Porto Velho: EDUFRO, 2008.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história da transição brasileira da ditadura à democracia. **Revista de Sociologia e Política (UFPR)**. nº 25. Curitiba, 2005.

CORTEZ, Rafael. **Eleições Majoritárias e Entrada Estratégica no Sistema Partidário-Eleitoral Brasileiro (1989-2006)**. Tese de doutorado. São Paulo: DCP-USP, 2009.

CRUZ, Montezuma. **Ajude o Teixeira a ganhar a eleição**. Jornal Eletrônico Gente de Opinião. Porto Velho, 2011. Disponível em:

<https://www.gentedeopinio.com.br/colunista/montezuma-cruz/ajude-o-teixeirao-a-ganhar-a-eleicao>

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2015.

DALTON, Russell J.; MCALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Análise Social**: Lisboa, nº 167, 2012.

DULCI, Otávio Soares. A incômoda questão dos partidos no Brasil: Notas para o debate da reforma política. In: In: BENEVIDES; Maria Victoria; VANUCCHI, Paulo; KERCHE, Fábio. **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1980.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FONSECA, Dante Ribeiro. **In idem flumen**: as origens de Porto Velho e as povoações do Rio Madeira. Porto Velho: Editora Rondoniana, 2017.

_____. **Aluízio Ferreira Pinheiro e Joaquim Vicente Rondon**: a primeira sucessão no governo do território Federal do Guaporé. Jornal Eletrônico Gente de Opinião. Porto Velho, 2019. Disponível em: <https://www.gentedeopinio.com.br/colunista/dante-fonseca/aluzio-pinheiro-ferreira-e-joaquim-vicente-rondon-a-primeira-sucessao-no-governo-do-territorio-federal-do-guapore-1946>

FREITAS, Andréa Marcondes. Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1987-2009). **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Vol. nº 55. Rio de Janeiro, 2012.

FREITAS, Ramón Cujuí; SILVA, Joeser Alvarez. **Como sentinelas avançadas**: A Justiça Eleitoral em Rondônia. 2ª edição. Porto Velho: Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RO), 2013.

GÓES, Walder de. Em busca de um novo sistema político. In: REIS VELLOSO, João Paulo dos (Org.). **O Brasil e as reformas políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.

GROHMANN, Luís Gustavo. Partidos, federação e representação política: Sistemas partidários estaduais, participação política e democracia no Brasil. In: TAVARES, José Antonio Giusti. **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Teotônio Vilela, 2003.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. Revista **Lula Nova**, nº 58, 2003.

HIPPOLITO, Lúcia. **De Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo, Editora Ática, 1994.

IBGE. **Anuário Brasileiro de Estatística**. Rio de Janeiro, 1963.

JORNAL ELETRÔNICO RONDONIAGORA. **Expedito sai na frente com 26% dos votos ao governo de Rondônia, diz IBOPE; Raupp e Cassol seguem na frente ao Senado**. Disponível em: <https://www.rondoniagora.com/politica/expedito-sai-na-frente-com-26-dos-votos-ao-governo-de-rondonia-diz-ibope-raupp-e-cassol-seguem-na-frente-ao-senado>

JORNAL ELETRÔNICO TUDO RONDÔNIA. **Expedito Júnior: Confúcio perdeu o comando e errou feio ao lotear o Estado**. Disponível em: http://www.tudorondonia.com.br/noticias/expedito-junior-confucio-perdeu-o-comando-do-estado-e-errou-feio-ao-lotear-o-governo,44595.shtml?fb_comment_id=536726383104406_536805976429780

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, Vol. 1, nº. 1, 1995.

KINZO, Maria D'alva. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, nº 54, 2004.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação nos sistemas partidários da Europa ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 7. Brasília, 2012.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. “Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, nº. 3, 1979.

LAMOUNIER, Bolívar. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. In: REIS VELLOSO, João Paulo dos (Org.). **O Brasil e as reformas políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral, 1945-1964**. 2ª edição revisada. Rio de Janeiro: Iuperj, Revan, 1999, 3ª edição, 2012.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: Desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

LIMA JR., Olavo Brasil de. **Partidos Políticos brasileiros: as experiências regional e federal - 1945 a 1964**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

LIMA JR., Olavo Brasil de. (Org.). **O Sistema Partidário Brasileiro: diversidade e tendências 1982-1994**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos**, nº 76, São Paulo. 2006.

LIMONGI, Fernando. GUARNIERI, Fernando. Duverger nos trópicos: coordenação e estabilidade nas eleições presidenciais brasileiras pós-redemocratização. In: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; BORBA, Felipe. (Orgs.). **25 anos de eleições presidenciais no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

LIPSET, Seymour M; ROKKAN, Stein. **Cleavage Structures, Party Systems and voters alignments: an introduction**. The free press: New York; London: Collier Macmillan limited, 1967.

MACIEL, Antônio Carlos. **A dinâmica do processo de ocupação sócio-econômico de Rondônia**: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia. Tese de doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Belém, 2004.

MAINWARING, Scott. **Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais**: o Brasil numa perspectiva comparativa. **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, n.º. 29. 1991.

_____. **Sistemas Partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAINWARING, Scott. BIZZARRO, Fernando; POWER, Timothy. The Uneven Institutionalization of a Party System: Brazil. In: MAINWARING, Scott. **Party Systems in Latin America**: institutionalization, decay and collapse. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. Party systems in Latin America. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy (ed.). **Building democratic institutions**: Party systems in Latin America. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo**: Quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAINWARING, Scott; JONES, Mark P. A Nacionalização dos Partidos e dos Sistemas Partidários: uma mediação empírica e sua aplicação ao caso das Américas. In: TAVARES José Antônio Giusti de. (Org.). **O Sistema Partidário na Consolidação na Democracia Brasileira**. Brasília: Teotônio Vilela. 2003.

MAIWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Vol. XI, n.º 12, Campinas, 2005.

MANIN, Bernard. **Los principios del gobierno representativo**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

MATIAS, Francisco. **Pioneiros**. Ocupação humana e trajetória política de Rondônia. Porto Velho: Gráfica e editora Maia, 1998.

_____. **Requiem para Claudionor Roriz.** Jornal Eletrônico Gente de Opinião, Porto Velho, 2015. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/francisco-matias/requiem-para-claudionor-roriz>

MELO, Carlos Ranulfo Félix. **Retirando as cadeiras do lugar:** as migrações partidárias na Câmara dos Deputados. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 4, 2010.

_____. Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 26, nº 75, 2011.

_____. Migração partidária na Câmara dos Deputados: Causas, consequências e possíveis soluções. In: BENEVIDES; Maria Victoria; VANUCCHI, Paulo; KERCHE, Fábio. **Reforma Política e Cidadania.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MELO, Carlos Ranulfo Félix; CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela presidência e a consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais.** vol. 55, nº1, 2012.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1998).** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

_____. Eleitorado e Reforma. In: BENEVIDES; Maria Victoria; VANUCCHI, Paulo; KERCHE, Fábio. **Reforma Política e Cidadania.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MORAES FILHO, Filomeno. Ceará: O subsistema partidário e o retorno ao multipartidarismo. In: LIMA JR., Olavo Brasil. **O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências.** Rio de Janeiro: FGV, 1993.

_____. A dinâmica Legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. In: SANTOS, Fabiano. (Org.). **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência.** 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NEVES, Josélia. Práticas político-partidárias em Rondônia: procurando um sentido nas peças do tabuleiro. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 58. 2006.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **A reforma política e os pequenos partidos**. In: MORAES FILHO, Filomeno; HERMANN, Klaus. (Orgs). **Reforma Política no Brasil: realizações e perspectivas**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

_____. Partidos na República de 46: velhas teses, novos dados. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol 47, nº 1. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014)**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **A volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados brasileiros (1982-1994)**. Caxambu: XXII Encontro anual da Anpocs Caxambu: 1998.

_____. **Sistemas Eleitorais: uma introdução**. 5a edição. FGV. Rio de Janeiro, 2004.

NOHLEN, Dieter. **Systemas electorales y partidos políticos**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

NORRIS, Pippa. **Democratic Phoenix: agencies, repertoires and targets of political activism**. Boston: APSA, 2002.

O ESTADÃO DO NORTE. **Assembleia decide hoje se afasta o governador (capa)**. Porto Velho, edição de 04 de setembro de 1990.

O ESTADÃO DO NORTE. **Ibope: Olavo é o 1º e Chagas será o senador (capa)**. Porto Velho, edição de 04 de outubro de 1990.

PEDERSEN, Mogens. N. The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility. **European Journal of Political Research**, v. 7, n. 1, 1979.

PERES, Paulo Sergio; RICCI, Paolo; RENNÓ, Lúcio. A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: Um teste das explicações políticas, econômicas e sociais. **Latin American Research Review**. Vol 46, nº 3, 2011.

PERES, Paulo Sérgio. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição?: uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 19, nº1. Campinas: 2013.

PERSIVO CUNHA, Silvio. Rondônia no século XXI: Na encruzilhada da geopolítica da Amazônia. In: BORRERO, Antônio Manuel Valdés; MIGUEL, Vinícius Valentin Raduan. **Horizontes Amazônicos: economia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

PINTO, Emmanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica: a criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura. 1993.

PORTAL GLOBO - G1. **Ibope, votos válidos: Confúcio tem 43%, Expedito, 35% e Jaqueline, 12%**. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2014/noticia/2014/10/confucio-tem-43-junior-35-e-jaqueline-12-dos-votos-validos-diz-ibope.html>

PORTAL GLOBO - G1. **Confúcio Moura (PMDB) é eleito governador em Rondônia**. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/confucio-moura-pmdb-e-eleito-governador-de-rondonia.html>

PORTAL GLOBO - G1. **TRE computa votos de Cassol e resultado de eleição em RO é alterado**. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/tre-computa-votos-de-cassol-e-resultado-de-eleicao-em-ro-e-alterado.html>

PORTAL GLOBO - G1. **STF determina o afastamento imediato do senador Expedito Júnior**. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1358283-5601,00STF+DETERMINA+O+AFASTAMENTO+IMEDIATO+DO+SENADOR+EXPEDITO+JUNIOR.html>

PORTAL R7. **Expedito Júnior lidera disputa em Rondônia, diz IBOPE**. 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/rondonia/expedito-junior-lidera-disputa-em-rondonia-diz-ibope-16092014>

PORTAL UOL. **Com o apoio do PT Confúcio Moura (PMDB) se reelege governador de Rondônia**. 2014. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/com-apoio-do-pt-confucio-moura-pmdb-se-reelege-governador-de-rondonia.htm>

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil: da colônia à 6ª República**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

POWER; Timothy. ZUCCO, César. Timothy J. Power; ZUCCO JR., Cesar. (Orgs.). **O Congresso por ele mesmo**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. **O presidencialismo de coalizão sob pressão: da formação de maiorias democráticas à formação democrática de maiorias**. Brasília: **Plenarium**, vol. IV, 2007.

REIS, Fábio Wanderley. **O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro**. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; SORJ, Bernardo. **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**, ano XXXIII, nº 14. Brasília, 22 de março de 1978.

REVISTA VEJA. **Rondônia, uma nova estrela no oeste**. São Paulo: Editora Abril, edição de 06 de janeiro de 1982.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados**. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo (1986-2010)**. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 2015.

SANTANA, Jerônimo. **Rondônia: pressão, perseguição e corrupção eleitoral**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. **O Poder Legislativo no Presidencialismo Coalizão**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. A dinâmica Legislativa no estado do Rio de Janeiro: análise de uma legislatura. In: SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes (Org.). **O Poder Legislativo no estados**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTOS, Roberto Ramos. Partidos e Eleições na Amazônia: o sistema partidário de Roraima em perspectiva comparada. **Amazônia, Ciência & Desenvolvimento**. v. 1, nº 2. Belém, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A universalização da democracia**. In: BENEVIDES; Maria Victoria; VANUCCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio. Reforma Política e Cidadania. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores; Brasília: Editora da UnB, 1982.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964)**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares. **Sociedade e Política no Brasil**. São Paulo: Corpo e alma do Brasil – Difusão Europeia do Livro, 1976.

SOUZA, Amaury de. O sistema político-partidário. In: JAGUARIBE, Hélio. (Org.). **Sociedade, Estado e Partidos na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

SOUZA, Maria Aparecida de A; CAMPOS, Daiane Ferreira. **Governo Jorge Teixeira: seis anos de realizações para todos. A saga da estruturação, criação e consolidação do Estado de Rondônia, 23º Estado do Brasil**. Porto Velho: 2012.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa Omega, 1983.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia: uma memória em disputa**. Tese de doutorado. Marília: Unesp, 2011.

SPECK, Bruno; CAMPOS, Mauro Macedo. Incentivos para a fragmentação e a nacionalização do sistema partidário a partir do horário eleitoral gratuito no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 23, 2014.

SUAREZ-CAO, Julieta; FREIDENBERG, Flávia. Sistemas de Partidos Multinível en América Latina: una nueva tipología de partidos y sistemas de partidos. In: FREIDENBERG, Flávia; SUAREZ-CAO, Julieta. (Orgs). **Territorio y Poder: nuevos actores y competencia política en los sistemas de partidos multinivel en America Latina**. Editora Universidad de Salamanca, 2014.

TAROUCO, Gabriela da Silva. Institucionalização Partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**. v. 4, 2010.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Editora Rondoniana, 2003.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão; CARVALHO, Valter Rodrigues de. CARLOMAGNO, Márcio Cunha. **Impasses da democracia no Brasil: Presidencialismo de coalizão, crise institucional e impeachment**: In: MADRUGA, Lorena; SANTANA, Luciana. **Temerosas transações: ensaios sobre o golpe no Brasil**. Santa Cruz do Sul: Editora Essere nel Mondo, 2017.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão; OLIVEIRA, Vítor Silveira Lima. **Governabilidade e governança no presidencialismo de coalizão**. In: DANTAS, Humberto. **Governabilidade: para entender a política brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2018.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão. **Saiba como está a disputa para o governo de Rondônia**. (Entrevista). Uol News. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/eleicoes/2006/09/14/ult2613u79.jhtm>

_____. **Cientista político fala em entrevista sobre os paradoxos do PT.** (Entrevista). Jornal Eletrônico Rondoniaovivo. Porto Velho, 2010. Disponível em: <http://www.rondoniaovivo.com/noticias/cientista-politico-fala-em-entrevista-sobre-os-paradoxos-do-pt/60865>

_____. **Crônicas de uma eleição imprevisível.** Jornal Eletrônico Gente de Opinião. Porto Velho, 2014. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/joao-paulo/cronicas-de-uma-eleicao-imprevisivel>.

ZANATTA, Mauro. Disputa política envolve governador reeleito, PMDB tradicional e PT ascendente. **Valor Econômico**, 18/10/2007. Brasília, 2007.

ZUCCO JR., Cesar. Estabilidad sin raices: la institucionalización del sistema de partidos brasileño. In: TORCAL, Mariano (org.). **Los problemas de la institucionalización de los sistemas de partidos en America Latina**. Barcelona: CIDOB, 2013.

Outros sítios eletrônicos consultados:

www.tse.jus.br

www.tre-ro.jus.br

www.ibge.gov.br

www.cpdoc.fgv.br